

## Lindoso. Uma Paisagem com História

Luís Fontes



## Lindoso Uma Paisagem com História

Luís Fontes









# Lindoso

## Uma Paisagem com História

Luís Fontes



Ponte da Barca  
2013



O conteúdo deste livro adapta a tese de doutoramento intitulada **“Arqueologia, Povoamento e Construção de Paisagens Serranas. O Termo de Lindoso, na Serra Amarela”**, defendida pelo autor na Universidade do Minho em 2012.

O trabalho original pode ser consultado e/ou descarregado em:  
<http://hdl.handle.net/1822/20982>

**Título:** Lindoso. Uma Paisagem com História

**Autor:** Luís Fontes (texto e ilustrações)

**Edição:** Câmara Municipal de Ponte da Barca

**Imagem da capa:** Panorâmica de Lindoso, vista de sul.

**Impressão e Acabamento:** PUBLITO. Estúdio de artes gráficas, Lda.

**Tiragem:** 400 exemplares

**Depósito Legal:** 368760/13

**ISBN:** 978-989-98392-3-6

© Luís Fontes / Universidade do Minho - Unidade de Arqueologia

© Câmara Municipal de Ponte da Barca

Reservados todos os direitos. Não está autorizada a reprodução total ou parcial deste livro, sob qualquer forma nem por qualquer meio, sem autorização prévia e por escrito dos titulares dos direitos.





#### 4 Lindoso: Paisagem Cultural de Montanha



#### 14 Nas Abas da Serra Amarela, entre Vales, Montes e Penedos



#### 30 As Rochas Encantadas



#### 50 More Romanorum



#### 80 In Collatione Sancti Mametis de Lindoso



#### 126 O Concelho de Lindoso



#### 170 Um Futuro com Passado



# Lindoso. Paisagem Cultural de Montanha

O carro do “Pai Velho”.  
Carnaval de Lindoso, 2011.







O espaço que se designa por território de Lindoso situa-se na margem esquerda do rio Lima, que lhe serve de limite a noroeste, estendendo-se para Sul e Este até à linha de cumeeada da Serra Amarela, abarcando uma área com cerca de 4120 hectares. Na banda nordeste faz fronteira com Espanha. Administrativamente corresponde à freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo.

Inscribe-se numa região de montanha, em que sobressai o forte modelado do relevo com vales profundos e montes elevados de vertentes declivosas, com um clima frio e húmido, rigoroso no Inverno. Em pequenas zonas protegidas conserva algumas manchas significativas de cobertura vegetal "climática".

A freguesia de Lindoso apresenta uma baixa ocupação humana (536 moradores), com uma densidade populacional de apenas 12 hab/km<sup>2</sup>, concentrada em 4 núcleos – Lindoso e Real (216 moradores), Parada (192 moradores) e Cidadelhe (128 moradores), sendo explorado por uma população reduzida que conservou práticas tradicionais de organização social e de economia agro-pastoril até aos finais do século XX.

Do ponto de vista da estrutura socioeconómica, o Lindoso preenche as características gerais consideradas pelos principais instrumentos de planeamento territorial como específicas do meio rural nortenho em regiões de montanha: agropecuária como atividade dominante, exercida por uma população pouco escolarizada, envelhecida e maioritariamente feminina, com fluxos migratórios de repulsão.

Território de grande riqueza natural e cultural (fauna, flora e vegetação, monumentos históricos e arqueológicos, valores etnográficos, aglomerados urbanos qualificados, paisagens) é parte integrante do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) desde 1971.

Decorrente desta sua inserção no PNPG, o território de Lindoso encontra-se sujeito a políticas de gestão específicas, fundamentalmente orientadas para a conservação e valorização dos valores ambientais e para a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações residentes, com base num modelo de desenvolvimento que se pretende

**Panorâmica de Lindoso, vista de noroeste**

sustentado.

A mudança, mais ou menos lenta, que a aplicação prática destas políticas implica, recebeu no caso de Lindoso um impulso suplementar, eventualmente acelerador do processo: a construção da barragem do Alto Lindoso e da nova e mais ampla estrada entre a fronteira da Madalena e Ponte da Barca, um troço que permite uma mais fácil ligação a Viana do Castelo e ao interior meridional galego.

Obras públicas de grande envergadura, estas construções determinaram profundas alterações paisagísticas no território de Lindoso, sendo previsível que atuem também como estímulos ao investimento, designadamente nas áreas do Recreio e do Turismo.

Anteriormente um espaço periférico com traços arcaizantes, de fronteira fechada, isolado por falta de boas vias de comunicação, o





território de Lindoso é, hoje, um espaço de fronteira aberta, de fácil acessibilidade.

Para a população residente, porém, as consequências do novo empreendimento hidroelétrico parecem ter contribuído mais para a desarticulação do seu modelo tradicional de vida, que parece não ter resistido nem sabido adaptar-se. E a nova estrada, podendo talvez trazer um futuro melhor, permite igualmente partir para um mundo diferente, fugindo de um passado de isolamento e sacrifícios.

Por outro lado, no quadro dos desafios que atualmente se colocam ao desenvolvimento sustentável do mundo, é generalizadamente reconhecido que os sistemas montanhosos constituem, com os seus recursos ambientais e culturais, uma componente crítica para a sobrevivência da espécie humana, tanto mais quanto, apesar de cobrirem cerca de  $\frac{1}{4}$  da superfície da Terra, apresentam enormes paradoxos: dominam a paisagem e inspiram devoções e temores, mas as suas populações vivem isoladas e ignoradas; são fonte abundante de riquezas, mas as suas populações vivem na pobreza; fornecem água para mais de metade da população mundial, mas a sua água e os recursos dos solos são os mais mal administrados de todos os seus ativos; abrigam uma incrível variedade e biodiversidade, mas os seus ecossistemas são frágeis e facilmente degradáveis; as suas populações detêm um saber vital sobre sustentabilidade, mas ninguém as ouve! (Pratt e Shilling, 2002).

Tomou-se especialmente consciência de que as montanhas, que têm sido, desde há milénios, fonte de recursos tão valiosos como a água, a energia e a biodiversidade, bem como centros de cultura e de lazer, são hoje uma das áreas mais frágeis do planeta, estando ameaçadas pelo incremento do turismo e da urbanização, que as transformam em zonas marginais, económica e ambientalmente degradadas.

A correção desta tendência negativa exige, na perspetiva do desenvolvimento sustentável, uma abordagem específica, holística e participativa, que contemple as particularidades de cada área



**Perspetiva do lugar de Lindoso, vista de sul.**

montanhosa, assente no conhecimento interdisciplinar e que assegure os interesses das suas populações (Dax e Hovorka, 2002).

E se o desenvolvimento sustentável constitui hoje, em todo o mundo, um objetivo prioritário dos sistemas políticos, na União Europeia pretende-se que contribua para a melhoria continuada da qualidade de vida na Terra, tanto das gerações atuais como das futuras, com base na manutenção da capacidade de conservar toda a imensa biodiversidade do planeta.

Como objetivos fundamentais do desenvolvimento sustentável definiram-se: a proteção do ambiente; a coesão e justiça social; a prosperidade económica; a assunção de responsabilidades internacionais. Como princípios orientadores das políticas, fixaram-se: a promoção e defesa dos direitos fundamentais; a justiça entre gerações; uma sociedade aberta e democrática; o envolvimento dos cidadãos, das empresas e dos parceiros sociais; coerência das políticas e governança; a integração de políticas; a utilização dos melhores conhecimentos possíveis; o princípio da precaução; o princípio do poluidor pagador.

Acompanhando estas preocupações, tem vindo a promover-se



um maior conhecimento dos sistemas montanhosos, identificando-se já uma área de pesquisa centrada no estudo das paisagens culturais de montanha, refletindo os progressos feitos nas abordagens paisagísticas para a conservação e o desenvolvimento das orientações consagradas na Convenção Europeia da Paisagem (*European Landscape Convention* – 2000) [1].

Importa assinalar o contributo que a arqueologia tem dado para o aumento desse conhecimento, precisamente por via da arqueologia da paisagem. Uma das principais consequências dos estudos arqueológicos foi a conclusão de que, ao contrário da perceção anteriormente frequente, que considerava as montanhas como espaços naturais imutáveis, onde a ação do ser humano seria marginal, as áreas montanhosas são modeladas pela ação humana desde há, pelo menos, 8.000 anos, sendo hoje apreendidas como verdadeiras paisagens culturais (Fontes, 2010).

No princípio do século XX, o abandono a que estava votado o castelo de Lindoso suscitou ao historiador Manuel Monteiro, que o visitou em 1906, comentários desencantados que ainda hoje poderíamos com propriedade aplicar a muitos monumentos do nosso país – "(...) Nenhumas outras ruínas como as d'este grato poiso [castelo de Lindoso], solitario entre serras, sobre ribas de tão variado aspecto, se prestavam mais a lamentações maguadas, se n'este paiz ainda fossem proveitosos os gemebundos queixumes d'uma jeremiada (...)" (Monteiro, 1980:83).

Datam de meados do século XX os primeiros contributos para o conhecimento da história de Lindoso, exatamente suscitados pelo estado de ruína em que se encontrava o castelo. Numa extensa memória descritiva elaborada para justificar a intervenção da extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, acompanhando aliás o surto de restauros arquitetónicos desencadeado pelo Estado Novo, na década de 40, o insigne historiador Avelino de Jesus da Costa faz a primeira síntese sobre a história do castelo de Lindoso, valorizando sobretudo os episódios associados às guerras da

[1]  
European Treaty Series - N.º 176  
e Almudena Orejas, 1998:11.

"Restauração" (Costa, 1940).

Na década de 60 do mesmo século, num pormenorizado estudo sobre as questões de delimitação da fronteira luso-espanhola, publicado na revista "O Distrito de Braga", o coronel José Baptista Barreiros proporciona abundante e importante informação sobre o território de Lindoso, transcrevendo, designadamente, toda a documentação relativa à polémica questão da posse do Monte da Madalena que, na segunda metade do século XIX, opôs os habitantes de Lindoso às populações galegas da raia (Barreiros, 1961; 1963; 1964a; 1964b; 1965).

Só a partir da década de 80 se começou a prestar atenção ao património arqueológico da Serra Amarela. É nesta altura que, na sequência de alguns importantes achados isolados (Almeida, 1982; Baptista, 1981 e 1985) e com a constituição de uma equipa de arqueologia no PNPG, se iniciam os primeiros trabalhos sistemáticos de prospeção arqueológica na área do Parque Nacional, impulsionados pelos trabalhos anteriores da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. No que respeita ao território de Lindoso, destacam-se os trabalhos de A. M. Baptista sobre a arte rupestre da Bouça do Colado e sobre o povoado antigo de Torre Grande (Baptista, 1981; 1985; 1990a; 1990b).

Os primeiros estudos históricos e arqueológicos sistemáticos iniciaram-se em 1991 com a implementação de um "Projeto de Tratamento Museológico e Rentabilização Cultural do Castelo de Lindoso" [2], na sequência do qual se viria a desenvolver o projeto específico de investigação que está na base do presente livro (Fontes e Regalo, 1992 e 1994).

Uma referência final à "memória coletiva", pois os residentes de Lindoso conhecem alguma coisa do seu passado: ou porque se lembram do interesse e curiosidade do pároco Manuel Magalhães pelas coisas dos "mouros", ora porque a presença impositiva do castelo remete para epopeias e façanhas antigas contra um inimigo que, geralmente, é identificado com os espanhóis.

As "marcas" na paisagem correspondentes aos sítios

[2]

O projeto foi lançado pelo PNPG, com o apoio técnico e científico da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa/Braga e do Museu Militar do Porto, no quadro financeiro do PRODIATEC – Programa de Infraestruturas Turísticas e Equipamentos Culturais do Plano de Desenvolvimento Cultural. Entre as várias ações realizadas destacam-se as escavações arqueológicas no castelo, as obras de adaptação aí efetuadas, a instalação de um núcleo museológico e o arranjo paisagístico da área envolvente.

arqueológicos são referidos ocasionalmente e não parece terem merecido atenção especial: Torre Grande, Afonsinhos, Porto Chão, Ludentos e A Cidade, são identificados pela população como locais algo misteriosos, de ocupação antiga. São atribuídos genericamente aos "mouros", designação que, mais do que um significado cronológico preciso, reveste um sentido de rutura, de não identificação, pois os "mouros" de modo algum podem ser antepassados, sendo os outros, os de fora, que nada têm a ver com a população de Lindoso.

Mais do que um conhecimento histórico ou um simples interesse pelo passado, a população de Lindoso revela um bom conhecimento geográfico, utilitário e pragmático, decorrente da exploração da serra, designadamente através do pastoreio e da caça. Embora não se recorde a data da construção dos fojos, curros e cabanas, que se reconhece serem do tempo de gerações passadas, todas estas construções são conhecidas e frequentemente visitadas pelos pastores e caçadores, que identificam por nomes próprios cada lombaa, chã, colado, encosta, cume, regato ou fonte, sinal evidente de apropriação social e conceptual do território.

Vivos na memória permanecem os conflitos relativos à perda de direitos da população, designadamente os relacionados com as limitações à circulação de gados e à exploração de recursos da serra, decorrentes dos planos florestais de meados do século XX, cuja aplicação teve um impacte muito negativo nas populações locais. Sobretudo porque, de um modo mais ou menos esclarecido, ainda se recorda a autonomia do extinto concelho de Lindoso, recordação que se perpetua na cópia do foral de 1514 concedido pelo rei Manuel I, ciosamente guardada na sede da Junta de Freguesia, cópia que foi, aliás, pedida pela população para efeitos de justificação dos seus direitos, no quadro dos conflitos de limites do século XIX.

Reconhece-se que as visões sobre a paisagem das sociedades que nos antecederam não consistiam num conjunto de ideias fixas, mas que foram as vivências quotidianas decorrentes das atividades desenvolvidas que constituíram o meio através do qual as populações adquiriram o







conhecimento da paisagem, que simultaneamente se perpetuava e se transformava.

E porque não há espaço que não seja relacional, criado por relações sociais, por objetos culturais e naturais, as populações constroem distintas percepções das paisagens com que convivem, formando uma distinta visão do mundo, nem sempre partilhável ou percebida pela visão do outro.

A paisagem do Lindoso compõe-se, assim, das múltiplas paisagens que cada um dos seus habitantes apreende, mais restrita quando vinculada a uma vivência individual e mais alargada quando associada a uma responsabilidade de representação coletiva.

Portanto, não é possível entender e explicar uma paisagem sem ter em conta a presença humana, as suas atuações e consequências. Se a esta definição acrescentarmos a longa duração da intervenção humana, conferimos uma dimensão temporal à análise e damos "espessura" à paisagem.

E porque da conjugação da ação humana com a natureza, no tempo histórico, se produziu uma acumulação de incontáveis camadas, na memória e no próprio terreno, a paisagem constitui-se como um complexo repositório de sinais, compreensíveis apenas enquanto expressões de cultura - deste modo, paisagem é sempre uma paisagem cultural, ou não é paisagem (Hernández León, 2007:11).

**D. Rosa, moradora de Lindoso.**

# Nas Abas da Serra Amarela, entre Vales, Montes e Penedos

Perspetiva panorâmica da cabeceira do Rio  
Cabril, vista do cume da Louriça.







“(...) A Serra Amarela é um dos ermos mais perfeitos de Portugal. Situada entre o Gerês e o Lindoso, as suas dobras são largas, fundas e solenes. Sem capelas e sem romarias, cruzam-na os lobos, os javalis e as corças. A praga dos pinheiros oficiais ainda lá não chegou. De maneira que mora nela o sopro claro das livres asas e o riso aberto dos grandes sóis. Não há estradas, senão as da raposa matreira, nem pousadas, senão as cabanas dos pastores. É o Portugal nuclear, a Ibéria na sua pureza essencial e granítica. Um pé de azevinho aqui, urzes milenárias acolá, um carvalho numa garganta, - nenhum coração de entre Douro e Minho pode deixar de se sentir aquecido e reconfortado em semelhante chão. O guia, um contrabandista celta, loiro e de olhinho azul, é um manancial de saber caseiro, a cultura autêntica de um povo.

- O Senhor já viu nascer cabelo nas unhas? – pergunta-me ele.

- Não.

- Pois se não é sítio dele.

Isto por causa dos excessos e das incompreensões dos serviços florestais, que estão a matar o pastoreio e a reduzir algumas terras montanhosas à miséria.

- Vemos Deus com olhos que não temos... – diz a respeito da sua crença.

E ainda eu estou a apurar se foi o cura que lhe ministrou a fórmula ou se ela é pessoal, e já vem esta prevenção salutar:

- Deite-se na pedra, que é melhor! Olhe que uma fraga não respira! Na terra apanha uma carga de reumático...

(...) Um silêncio preservado rodeia tudo de paz. E o meu contrabandista, então, perde-se no meio de tanta grandeza e de tanta liberdade, e monologa:

- Acredite que não trocava a minha vida pela de nenhum rei! Gosto tanto destas penedias, que, se me tirassem um pedaço a uma, dava conta! (...)”

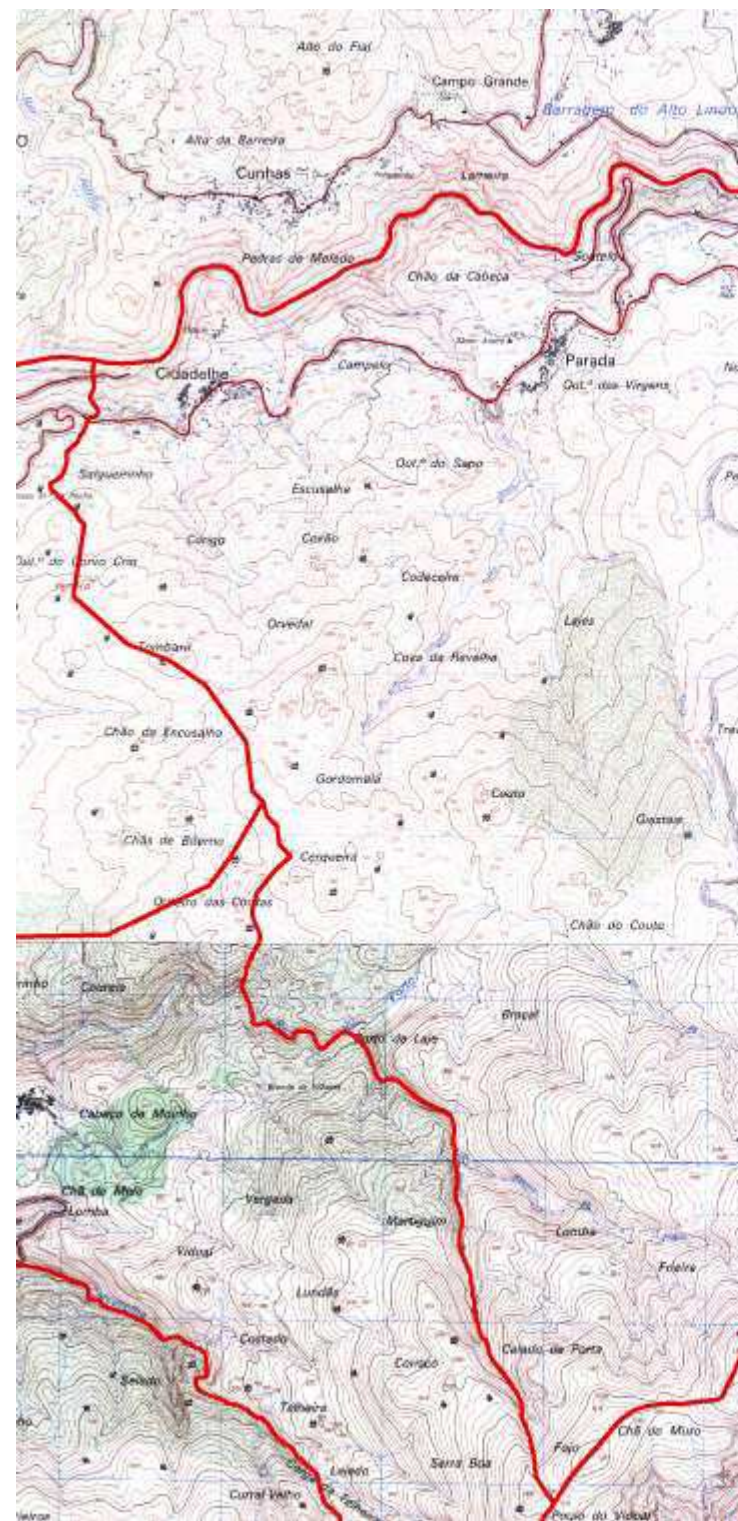
Miguel Torga, 25 de Julho de 1945 (1999:20-22)

O “território de Lindoso” corresponde à freguesia/paróquia de Lindoso (S. Mamede), no concelho de Ponte da Barca. É um pequeno território na periferia fronteiriça do distrito de Viana do Castelo, no vale do rio Lima, uma área geralmente descrita como geograficamente homogénea - região de montanha em que sobressai o forte modelado do relevo com vales profundos e cumes elevados, abundância de águas e clima húmido, a que se associam as características básicas da cobertura vegetal.

À população humana, por sua vez, atribui-se uma sábia e secular capacidade de adaptação ao meio, expressa nos aglomerados habitacionais construídos com granito, “colados” às encostas por onde trepam os socalcos agrícolas laboriosamente construídos ou manifesta nas práticas comunitárias de pastoreio. É o "domínio arcaizante da montanha", como escreveu o geógrafo Orlando Ribeiro (1967:167).

Contudo, verifica-se que a freguesia/paróquia de Lindoso (S. Mamede) é relativamente vasta, quando comparada com outras da região, abrangendo uma área aproximada de 4120 hectares (41,2 Km<sup>2</sup>). Nesse espaço, que das margens do rio Lima aos cumes da serra Amarela vence um desnível superior a 1300 metros, encontram-se abundantes linhas de água torrenciais e relevos escarpados quase inacessíveis, mas também nascentes de água perenes ou regatos suaves e pequenos outeiros, lombas e portelas de perfis suaves. Encostas declivosas e descarnadas e imponentes massas rochosas, mas também chãs mais ou menos amplas com solos espessos e bem irrigados. Amplos espaços abertos, de vegetação rasteira, verdadeiras estepes de montanha, mas também zonas de densa cobertura vegetal, com bosques quase impenetráveis.

Sendo indubitável que a “montanha” marca fortemente a estratégia global das relações ser humano/meio, aqui no Lindoso evidenciadas na concentração do povoamento e na manutenção de um pastoreio sazonal, a verdade é que a “montanha” não é exatamente toda igual, antes pelo contrário, oferece variantes geoambientais e sustenta diversos nichos ecológicos, que importa distinguir quando se pretende caracterizar os espaços de intervenção das comunidades humanas.





Freguesia de Lindoso, sobre extrato das Folhas 17 e 30 da Carta Militar de Portugal, escala 1:25000



Localização de Lindoso no noroeste de Portugal



O conhecimento das características geológicas de qualquer território é fundamental no estudo da evolução das paisagens. Porque a geologia, em conjugação com o clima e morfologia, é um dos fatores determinantes da oferta diferenciada de recursos que servem a instalação das comunidades humanas: solos e vegetação, materiais para construção, recursos minerais.

São as diferentes características das unidades geológicas existentes que, no seu maior ou menor potencial de exploração, ajudam a compreender as diferentes modalidades desenvolvidas pelas populações humanas na ocupação e uso do solo e na utilização dos recursos.

Os xistos são de má qualidade e não se utilizam na construção, mas sim o granito, que oferece características adequadas ao seu talhe para alvenarias e cantarias.

Nas zonas xistentas não se formaram chãs onde pudessem desenvolver-se prados, dominando aí o pastoreio de cabras, ao contrário das chãs das zonas graníticas, que aceita o pastoreio de gado bovino.

Nas zonas de xisto os vales são escarpados, de acessibilidade difícil, potenciando o desenvolvimento de bosques mais densos e espontâneos, de grande riqueza florística e faunística, sendo reduzida a pressão humana.

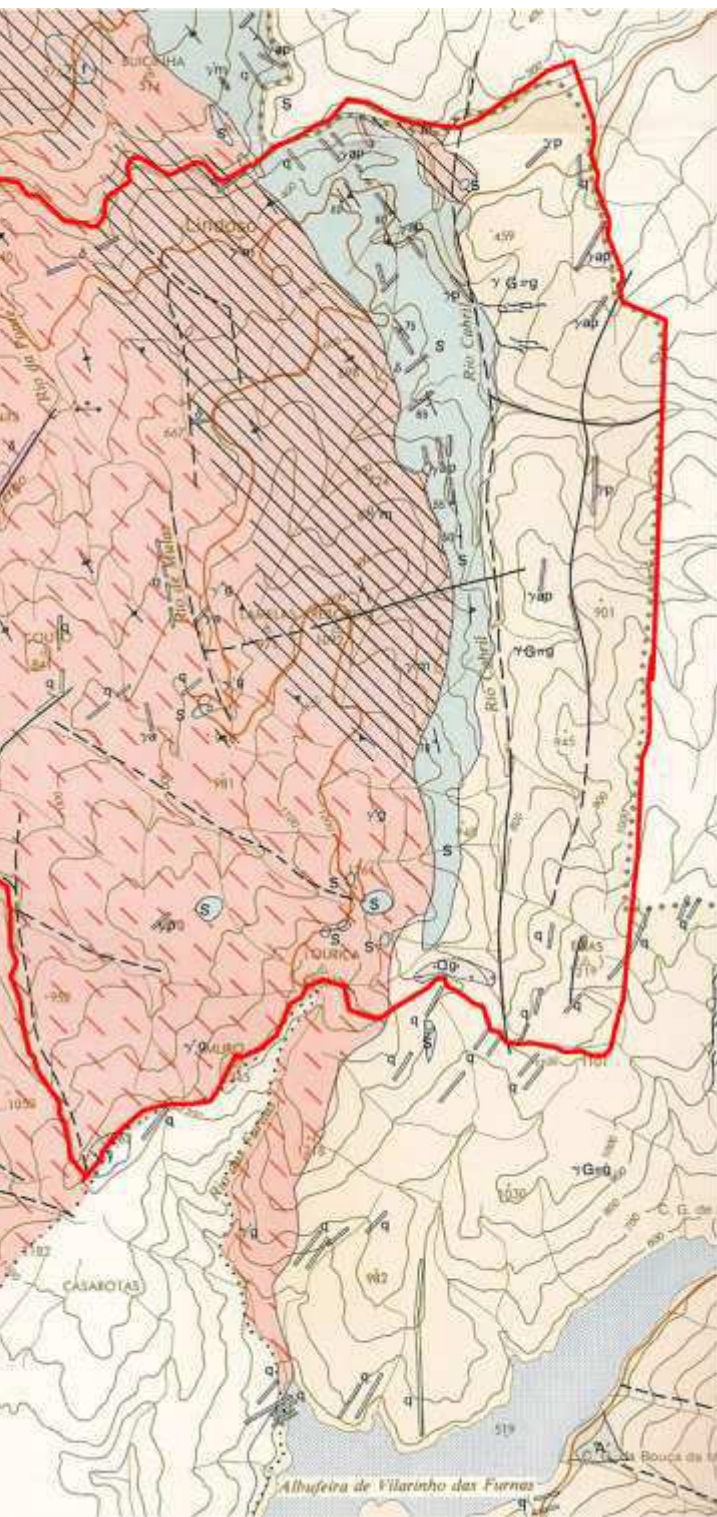
Em contraponto, as zonas graníticas, mais aplanadas e acessíveis, com pastagens de altitude e chãs alveolares com solos mais espessos, potenciaram o pastoreio intensivo, que impediu o desenvolvimento de floresta.

Em síntese, verifica-se que a área do Lindoso é predominantemente ocupada por rochas graníticas hercínicas. Na parte oriental desenvolve-se uma faixa de rochas metassedimentares de idade silúrica indiferenciada. Quanto a formações mais recentes regista-se, por um lado, a ausência de terraços fluviais e/ou aluviões modernos e, por outro, a existência de vestígios de depósitos de origem glaciária. Para além destas unidades geológicas, que incluem o diverso fácies de rochas graníticas, registam-se filões e massas eruptivas (Moreira e Simões, 1988; Moreira e Ribeiro, 1991).



**Carta geológica da área do Lindoso**  
(extrato da Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês, in Moreira e Ribeiro, 1991)





Elevada pela orogenia hercínica e fraturada pelas movimentações tectónicas associadas e posteriores, a serra Amarela foi desde então modelada pela erosão, pelo encaixe dos rios e pela ação antrópica.

As vertentes descem irregularmente dos topos aplanados da crista interfluvial até aos rios Lima e Homem, através de patamares mais ou menos desenvolvidos que correspondem a cinco níveis de erosão diferenciados (Coudé-Gaussen, 1979:412). Vales profundos e ravinosos, de orientação dominante NNO-SSE ou NO-SE, recortam densamente as vertentes, sendo por sua vez cruzados por outros vales de menores dimensões mas igualmente pouco abertos.

A serra Amarela aparece-nos assim como um relevo de fortes contrastes, com montes a sucederem-se em altura, rechãs abrigadas entre picos montanhosos, plataformas sobranceiras a escarpas, vertentes de pendor suave surpreendentemente cortadas por encostas abruptas, linhas de água trepidosas, enfim, uma sucessão de formas diversas que determinam jogos de luz e sombra de rara beleza paisagística.

A imagem acima descrita aplica-se igualmente ao território de Lindoso, que abarca uma fatia do extremo oriental da vertente Norte da serra Amarela. Em planimetria revela uma forma trapezoidal, sendo que o lado maior corresponde ao limite Norte, o rio Lima. Conforme se vai elevando vai estreitando, subindo mais de 1000 metros até ao limite Sul, formado pela linha de cumeada da serra, bem marcada pelos cabeços do Muro (1345 m), Louriça (1361 m) e Eiras (1218 m).

Estes três cabeços emergem isolados acima do aplanamento do topo da serra, correspondente ao nível de erosão mais antigo que aqui desce até cerca dos 1000 m, abrangendo Ruivas, Ramisquedo, Rebordo no Feio e Videiro de Ínsua. É neste patamar superior que se conservam os vestígios de erosão glacial wurmiana, a já referida forma morrénica alongada do Ramisquedo, gerada por pequenas línguas glaciares descendentes da pirâmide da Louriça.

Abaixo deste nível elevado identificam-se os restantes níveis de erosão definidos por Coudé-Gaussen (1979:37-45), destacando-se pela sua maior expressão os que correspondem aos patamares dos 600-800



m (nível III) e 400-500 m (nível IV). O primeiro abarca as amplas chãs de Cerqueiras, Chã do Couto e Porto Chão, e o segundo, as plataformas de Lindoso e Parada.

Os restantes níveis são menos evidentes, merecendo apenas referência o último patamar, o dos 150-250 m (nível V), correspondente ao sopé da vertente da serra, verdadeiro terraço rochoso rasgado pela incisão quaternária do rio Lima, que aqui corre em apertada garganta.

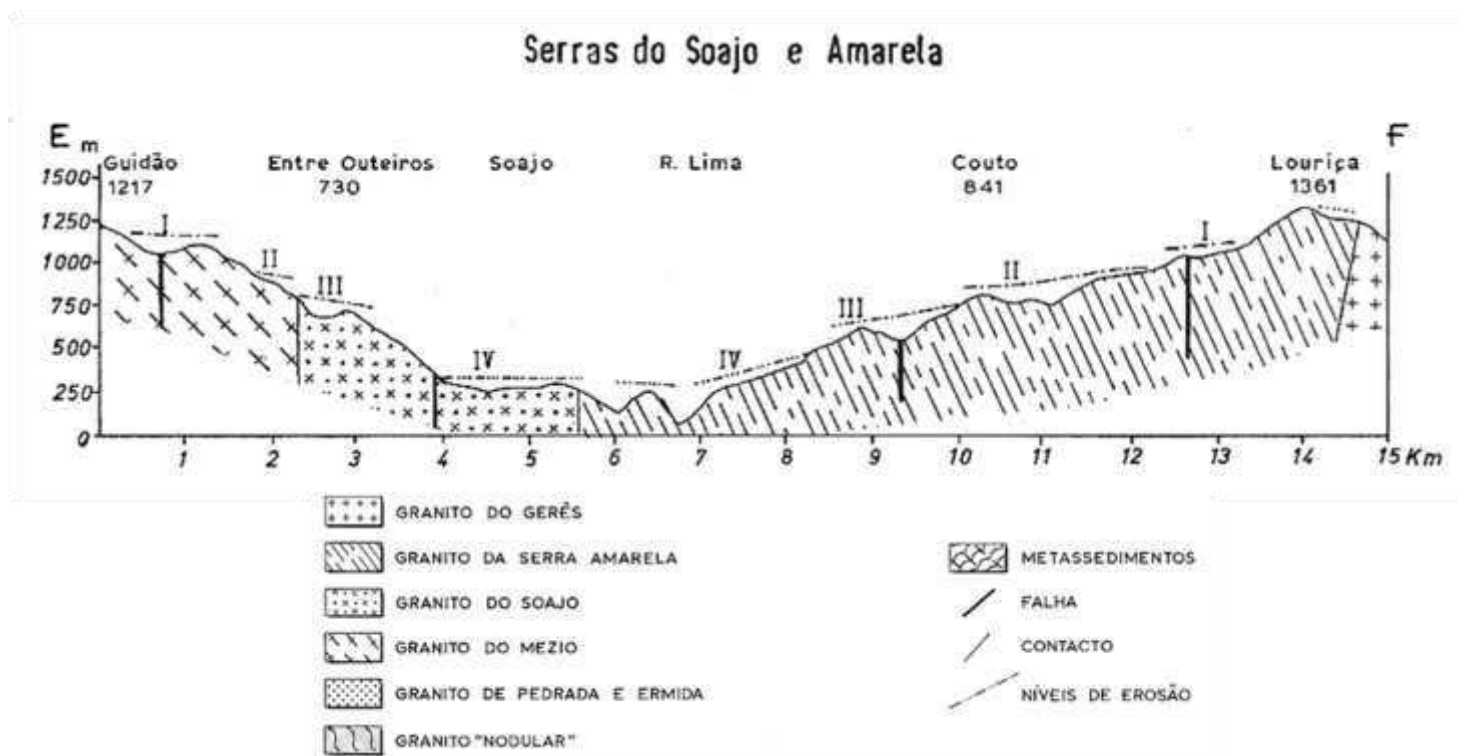
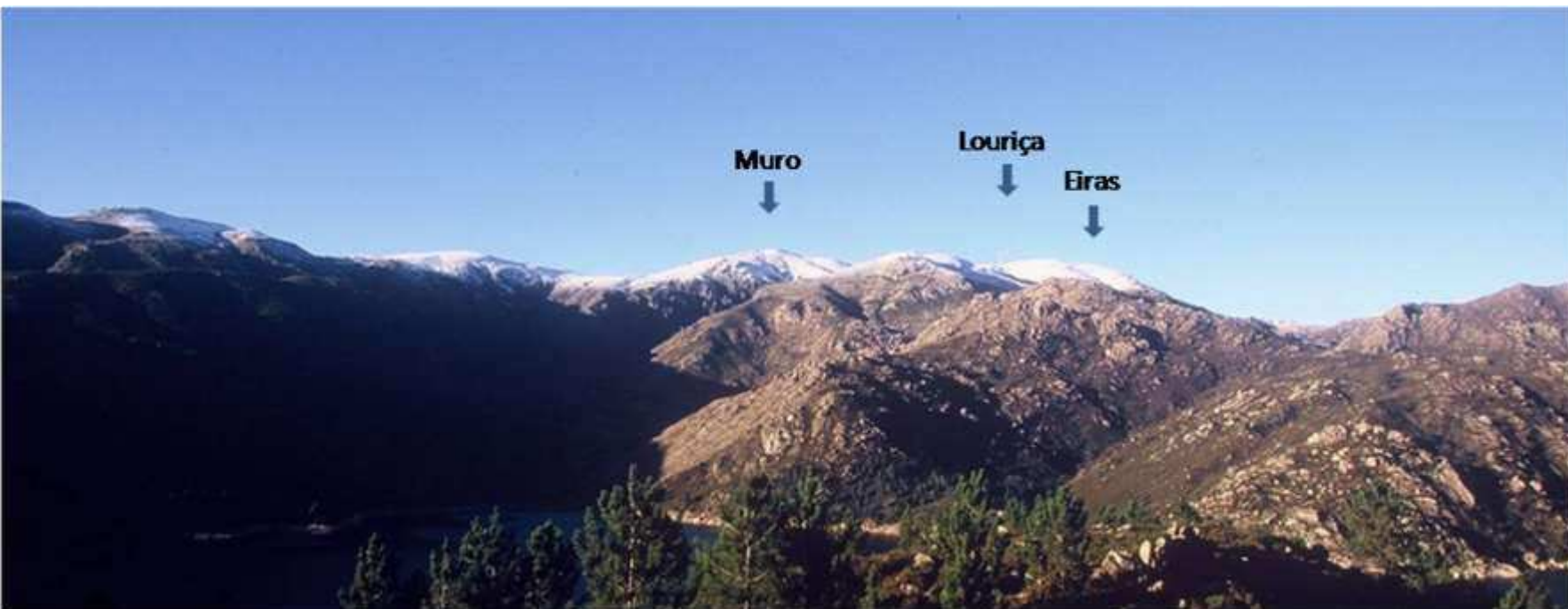
Nas inúmeras falhas e linhas de fratura, que retalham ortogonalmente a vertente com maior ou menor amplitude, instalaram-se os rios e ribeiros drenando a água para o rio Lima, que nos 8 km com que margina o termo de Lindoso vence um desnível de 205 m, entre a linha fronteira luso-espanhola na Madalena (255 m) e a divisória de freguesias a NO de Cidadelhe (50 m).

Caudais abundantes, traçados retilíneos e declivosos e cursos curtos conduziram ao escavamento profundo dos leitos, acentuando as linhas de fratura e conferindo um inconfundível aspeto ravinoso aos vales. Estas características são bem evidentes nos perfis dos rios Cabril e Feicha ou Mulas, ambos com curso completo no termo de Lindoso: o primeiro nasce em Sone/Ruivas (1100 m) e desagua no Lima (200 m) junto à Quinta dos Coriscos (hoje submersa), vencendo um desnível de 840 metros ao longo dos 7,5 km do seu curso, de traçado rectilíneo e direcção S-N; o segundo tem início no Eirinho das Antas (1150 m) e vai desaguar no Lima a NO da aldeia de Parada, no lugar de Diabretes (125 m), vencendo um desnível de 1025 metros em apenas 5,5 km de curso, com traçado irregular de direcção SE-NO.

No conjunto da malha hidrográfica dominam as linhas de água de média dimensão, algumas tributárias dos dois ribeiros acima descritos e outros desaguando directamente no rio Lima - ribeiros da Escada, da Sardeira, do Gavião, do Porto do Inferno, da Pena, da Porta ou Perdiz e de Cidadelhe. Com um comprimento médio de 2,5 km, iniciam-se todos no patamar dos 600-800 m (nível III), correndo em vales fundos, apertados e declive acentuado.

## **Panorâmica da cumeada da Serra Amarela, vista de Sul**

**Níveis de erosão das Serras do Soajo e Amarela**  
(in Moreira e Ribeiro, 1991:23 [adaptado de Coudé-Gaussen, 1979:35])



As características básicas do clima na Península Ibérica são determinadas pela sua posição geográfica, pelas condições atmosféricas e pela disposição das massas de relevo.

No quadro da heterogeneidade de tipos climáticos que a diversa articulação destes três principais fatores origina na Península Ibérica, o noroeste português é geralmente incluído no domínio da influência atlântica, fazendo-se corresponder às suas montanhas um clima diferenciado - na separação entre os grandes tipos climáticos Marítimo e Continental, os maciços montanhosos são “marcados por forte dissimetria climática” (Ribeiro et al. 1994:458-459), registando-se cambiantes nos cumes aplanados, nos vales profundos, nas vertentes e nos sopés.

Recorrendo aos valores dos três elementos climáticos principais - temperatura, precipitação e insolação - confirmam-se para o território de Lindoso as características de clima diferenciado de montanha, dominando o tempo chuvoso e instável, frio acentuado no Inverno, com nevões e mais de 20 dias de geada por ano, e Verão ameno.

A amplitude térmica é grande, tanto nas temperaturas médias mínimas ( $0^{\circ}\text{C}$  em Janeiro e  $10\text{-}15^{\circ}\text{C}$  em Julho), como nas temperaturas médias máximas ( $5\text{-}10^{\circ}\text{C}$  em Janeiro e  $20\text{-}25^{\circ}\text{C}$  em Julho). Com mais de 150 dias de chuva por ano e chovendo todos os meses, a precipitação, com uma média anual superior aos 2500 mm, atinge aqui dos valores mais elevados da Europa ocidental, ultrapassando com frequência os 3000 mm. Inversamente, a insolação apresenta valores baixos, não ultrapassando em média as 2000 horas de sol descoberto por ano.

Para além destes valores médios que caracterizam globalmente o território de Lindoso, importa registar a existência de diferenças mais ou menos acentuadas entre as zonas mais baixas e abrigadas junto ao rio Lima e os cumes da serra Amarela, diferenças que expressam bem a variabilidade climática local.

Assim, e no que respeita à temperatura, verifica-se que os valores médios anuais vão diminuindo com a altitude, passando dos  $12,5^{\circ}\text{C}$  na linha dos núcleos populacionais para os  $10^{\circ}\text{C}$  na linha de cume da serra. A precipitação conhece uma variação de sentido inverso, aumentando



**Panorâmica da cumeada da Serra Amarela, vista de Oeste**





dos 2.000 mm até aos 2.800 mm. A insolação acompanha a variação da temperatura, diminuindo das 2.000 horas/ano ao nível de Lindoso/Parada para menos de 1.800 horas/ano acima de Rebordo no Feio.

De referir finalmente que as características geomorfológicas do território, nomeadamente a disposição do relevo, determinam a existência de microclimas, identificáveis fundamentalmente pela variedade de comunidades vegetais presentes no território, como adiante se descreverá.

Dominam os solos de origem granítica. A topografia de múltiplos declives facilita a erosão das vertentes reduzindo aí a espessura dos solos. Os materiais vão acumular-se fundamentalmente nas chãs aplanadas ou no fundo dos vales, originando solos pouco evoluídos, de profundidade variável mas escassa diferenciação morfológica (Martínez Cortizas et al., 1993:110). Os de fundo de vale são frequentemente arrastados pelos caudais torrenciais dos rios.

De textura ligeira e permeável, com horizonte superficial alterado, os solos apresentam baixos teores de pH, pobreza de bases e elevados teores de matéria orgânica. Esta última resulta fundamentalmente de incorporações maciças de adubo orgânico (estrume) que, em conjugação com as elevadas precipitações e as baixas temperaturas Outono/Inverno, dão origem a alterações de pH e lixiviação de bases.

Os processos erosivos associados às precipitações elevadas e aos declives acentuados têm alguma influência na constituição dos solos antrópicos, pois justificaram a retenção dos materiais nos socacos com que os agricultores estruturaram os terrenos, desde há séculos e numa tarefa verdadeiramente ciclópica, criando aí solos artificiais aptos para a agricultura.

De acordo com a classificação da FAO, seguida no Atlas do Ambiente de Portugal, o território de Lindoso insere-se na grande mancha de Solos Litólicos Húmicos de Climas Montanos (Bh2 nas rochas eruptivas e Bh4 nos xistos), sendo que, como território de montanha, apresenta dominância de Solos Litólicos Húmicos dos Climas Montanos Para-Litossolos (ou Rankers - U1).

À região em que o Lindoso se integra faz-se corresponder uma zona de fronteira fitogeográfica entre as Região Euro Siberiana e Região Mediterrânica, circunstância que lhe confere grande importância florística. Aqui se misturam espécies características da Europa ocidental, muito exigentes quanto às condições atlânticas, como o carvalho alvarinho e o tojo, e espécies do domínio mediterrânico, como o sobreiro, o medronheiro e as urzes. De acordo com a classificação de J. do Amaral Franco, o Lindoso integra-se na Zona Fitogeográfica do “Noroeste Montanhoso”, acima dos 700 m, podendo a parte abaixo dos 700 m ser integrável na Zona Fitogeográfica do “Noroeste Ocidental” (Franco, 1974).

Contudo, grande parte, senão a quase totalidade do coberto vegetal do território de Lindoso é resultante da permanente e atual intervenção humana, conservando-se apenas pequenas manchas onde a sua ação parece não se fazer sentir, há já longo tempo, como é o caso dos fundos dos vales mais inacessíveis e da mancha maior na margem esquerda do rio Cabril – esta classificada como Área de Ambiente Natural/Zona de Proteção Total (RPO-PNPG 2011). Aí se conserva o que se considera ser a cobertura vegetal espontânea, natural, determinada fundamentalmente pelas condicionantes climáticas e geomorfológicas.

Com grande afinidade florística com as associações Myrtilleto-Quercetum broteroanae (agrupamento que caracteriza a vegetação climática da serra do Gerês) e com a associação Myrtilleto-Quercetum Roboris (carvalhal climático de zonas intermédias), a mata do Cabril é um carvalhal dominado pelo carvalho-alvarinho (*Quercus robur* L.), estando razoavelmente representadas muitas das espécies que caracterizam as associações referidas, como o arando ou uva-do-monte (*Vaccinium myrtillus* L.), o medronheiro (*Arbutus unedo* L.), o azevinho (*Ilex aquifolium* L.) e a *Eryngium duriaei* Gay ex Bss, esta última um endemismo ibérico em vias de extinção.

A associação Rusceto-Quercetum roboris, característica de altitudes mais baixas e de vertentes de maior insolação está também presente, com representações de sobreiro (*Quercus suber* L.) e gilbardeira (*Ruscus aculeatus* L.). Mais raros referem-se ainda o padreiro (*Acer*



**Vegetação climática**  
(azevinhos: *Ilex aquifolium* L.)

**Perspetiva aérea da veiga agricultada de Parada**





**Prados de Verão na Lomba do Braçal da  
Ribeira**

pseudoplatanus L.), o vidoeiro (*Betula pubescens*), a aveleira (*Corylus avellana* L.), o castanheiro (*Castanea sativa*) e o azereiro ou loureiro português (*Prunus lusitanica* L. ssp. *lusitanica*), este último uma relíquia do terciário. Nas zonas de altitude, com afloramentos rochosos mais extensos e mais expostos a ventos, dominam os matos secos, nomeadamente a carqueja (*Chamaespartium tridentatum* L.) e a giesteira-das-vassouras (*Cytisus scoparius* L.). Aí ocorre ainda a erva-divina (*Armeria humilis* L. ssp. *humilis*), endemismo peninsular raro (PO-PNPG, 1995:22 e 44).

Mas como acima se disse, grande parte do atual coberto vegetal do território de Lindoso resulta da ação antrópica, orientada para três formas elementares de exploração: silvicultura, pastoreio e agricultura.

Da primeira, resultam pequenas manchas dispersas de pinheiros, vidoeiros e eucaliptos, a par de raras touças de carvalhos, exploradas para madeira. Para lenha (combustível) exploram-se as pequenas manchas arbóreas de carvalho e sobreiro próximas dos núcleos habitacionais, ou os mais extensos urzais e giestais que têm vindo progressivamente a ocupar leiras agrícolas abandonadas, lameiros e zonas de pastagens de montanha.

Da segunda, resulta a cobertura vegetal dominante no território, caracterizada por amplas zonas de pasto com ervas e matos rasteiros em constante regeneração por ação de queimadas periódicas. Estes amplos espaços desarborizados, que se estendem por chãs, lombas e encostas até aos cumes aplanados, constituem aqui no Lindoso, como em toda a serra Amarela, a principal expressão paisagística, que geralmente se designa por "lande" (neste caso antrópica ou cultural).

A terceira, a exploração agrícola, faz-se nos terrenos envolventes dos núcleos habitacionais, ocupando pequenas chãs e as encostas ao longo das linhas de água, armando-se o terreno em socalcos que acompanham as curvas de nível. Domina o sistema de rotação milho-forragens de Outono/Inverno, sendo o milho (*Zea mays* L.) para grão a espécie mais cultivada, que aqui ainda se faz em consociação com o feijão e a abóbora. Nas leiras mais altas e de maior declive prefere-se o



aproveitamento como lameiro (prados temporários multianuais), com grande riqueza de espécies vegetais.

Dispersas pelas margens dos campos e nos quintais e hortas junto às povoações encontram-se espécies arbóreas de interesse agrícola, dominando os castanheiros e as oliveiras e menos as pereiras, macieiras, nogueiras e pessegueiros. Sobre os caminhos, desde as aldeias até junto dos campos agricultados, por vezes em extensões consideráveis, armaram-se latadas de vinha, cuja produção chegou a revestir alguma importância alimentar.

Ainda relativamente ao coberto vegetal importa referir mais dois aspetos: o ritmo da variabilidade da paisagem vegetal ao longo do ano e a fauna associada à conservação das manchas de vegetação climácica.

Quanto ao primeiro aspeto regista-se a dominância das formações vegetais sempre verdes, correspondentes às amplas extensões de lande dominadas pelas urzes, carquejas e giestas, geralmente floridas na Primavera e Verão, com variáveis cromáticas de grande beleza em que predominam os tons amarelos vivos. Os pinheiros, sobreiros, oliveiras e medronheiros conservam folhagem verde durante todo o ano, sendo a sua estabilidade fisionómica reforçada por espécies sempre verdes do sub-bosque, como a hera, que se enrola igualmente nas espécies despidas no Inverno.

Seguem-se em ordem de importância as formações com descanso invernal, em que se incluem as árvores de folha caduca e os cereais de verão: nas primeiras destacam-se o carvalho e o castanheiro, que participam no ritmo anual da paisagem através das suas folhas – aparecem em Abril, mês em que ficam verdes, começando a amarelecer e a cair em Outubro/Novembro; nos segundos sobressai o milho – semeado em Maio, cobre os campos com um espesso e fresco manto verde ondulante durante os meses de Verão e amarelece em Outubro, mês em que é colhido. A este ciclo juntam-se ainda os pastos verdes de Verão na alta montanha.

Os fetos ocupam uma posição intermédia, fazendo uma espécie de transição – luminosamente verdes no Verão, as suas folhas vão ama-



**Cobertura vegetal ao longo da antiga via medieval, na zona de Cidadelhe**

releendo lentamente, persistem todo o Inverno e só caiem, acastanhadas, na Primavera.

O Inverno, sombrio e húmido, é colorido pelo verde luminoso das ervas e do trevo, e mais raramente do centeio, cereal de Inverno cujo cultivo tem vindo progressivamente a desaparecer.

Relativamente à fauna deve registar-se a presença de espécies de grande importância numa perspetiva de conservação da natureza, intimamente associada à manutenção do nicho ecológico do vale do rio Cabril. Agrupadas em ambientes com afinidades faunísticas destacam-se as seguintes espécies (PO-PNPG, 1995:44-46):

Principais linhas de água: lontra (*Lutra lutra*); toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*); tritão-de-ventre-laranja (*Triturus voscai*); salamandra lusitânica (*Chioglossa lusitanica*).

Escarpas: águia-real (*Aquila chrysaetus*); falcão peneireiro (*Falco tinunculus*); andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*); trepadeira-vermelha (*Tichodroma muraria*); corvo (*Corvus corax*).

Matas: lobo (*Canis lupus*); Toirão (*Mustela putorius*); corço (*Capreolus capreolus*); javali (*Sus scrofa*); gavião-da-Europa (*Accipiter nisus*); falcão abelheiro (*Pernis apivorus*); coruja-do-mato (*Strix aluco*); tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*); felosa-dos-matos (*Sylvia undata*); sardão (*Lacerta lepida*); cobra-lisa-austriaca (*Coronella austriaca*); Víbora-de-seoane (*Vipera seonaei*). Como novidade identifica-se, após quatro séculos de ausência, a presença do esquilo (*Sciurus vulgaris*).

Nos sistemas aquáticos cabe um papel importante, pela qualidade do ambiente e pela disponibilidade alimentar que encerram, a comunidade de macro invertebrados bentónicos (sobretudo efemerópteros e coleópteros).

No que respeita à fauna doméstica merece apenas referência, pelo impacto que a sua criação provoca no coberto vegetal, o gado bovino (raça barrosã) e caprino (cruzamentos genéticos vários, com predominância das raças portuguesas “charnequeira” e “serrana”) (PO-PNPG, 1995:66).



# As Rochas Encantadas

Gravuras rupestres do “Penedo do Encanto”  
Bouça do Colado, Parada.  
Segundo A.M. Baptista (1981)





Esta parte do livro aborda o povoamento Pré e Proto-histórico no território de Lindoso. O âmbito crono-cultural alargado resulta da impossibilidade de determinar com maior rigor a cronologia e a filiação cultural dos onze sítios arqueológicos que se associam ao dilatado período que antecedeu a ocupação romana, não se evidenciando com clareza sincronismos de ocupação entre quaisquer dos sítios, a não ser, talvez, nos relativos à arte rupestre.

Na ausência de bases arqueológicas sólidas e tendo por suporte uma cronologia estabelecida de forma débil, a leitura que se apresenta assenta sobretudo no estudo da implantação dos sítios arqueológicos na paisagem.

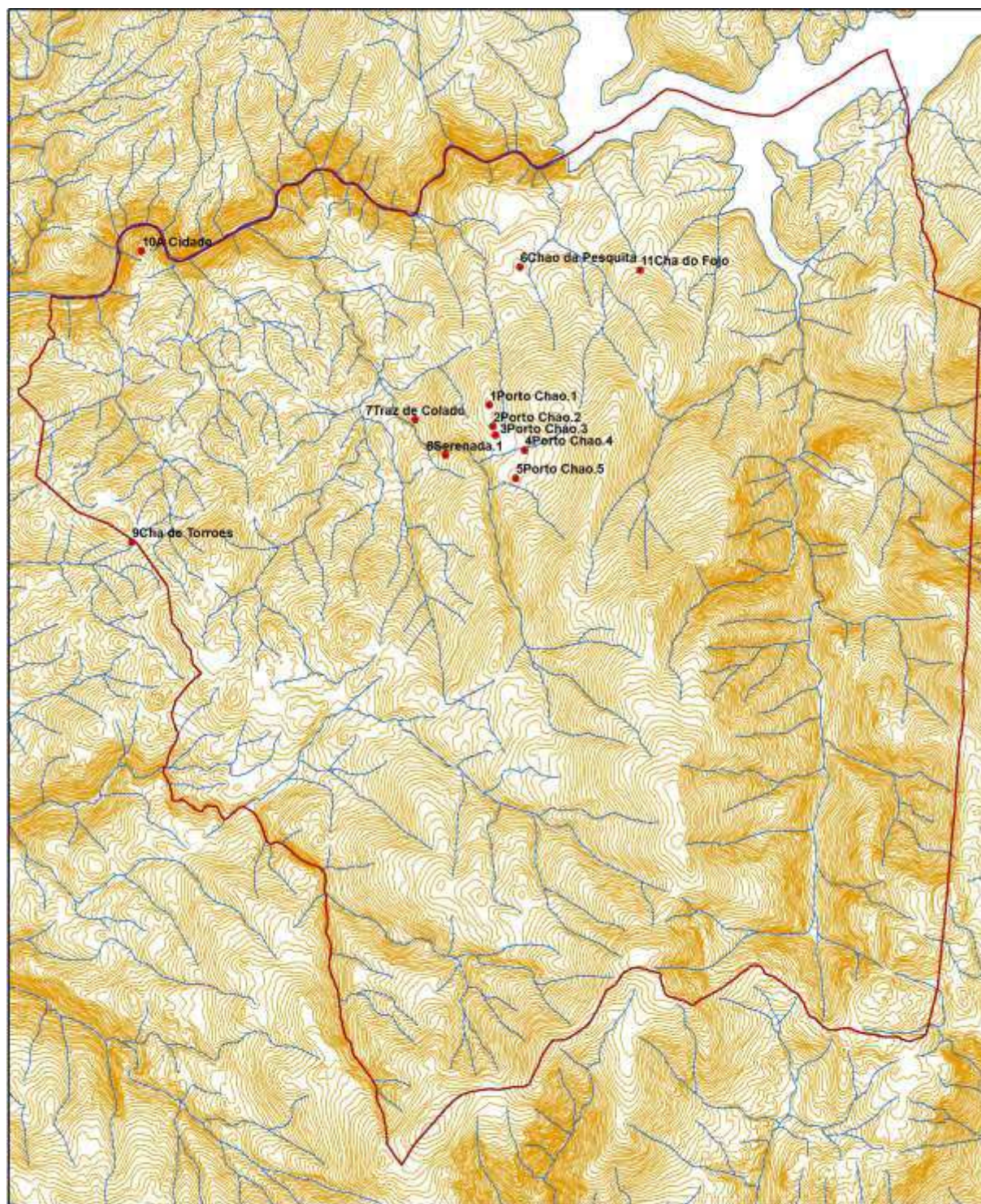
Procurou-se especialmente apreender regularidades nas eventuais relações sítio/envolvente. Deu-se grande importância, também, às ausências, isto é, que significado poderia extrair-se da inexistência de evidências arqueológicas? No final restaram três aspetos ou temas suscetíveis de ser abordados com alguma propriedade - o fenómeno megalítico, a abundância relativa de arte rupestre e a incipiente ocupação "castreja" do território.

A ausência, no atual território de Lindoso, de evidências arqueológicas classificáveis adentro do que usualmente se designa por fenómeno megalítico (VI.º-IV.º milénios a.C.), constitui, porventura, um desafio à interpretação dos significados das não-existências.

Desde logo, importa considerar a possibilidade de trabalhos agrícolas ou florestais extensivos terem provocado a destruição sistemática de eventuais vestígios. Contudo, uma observação atenta permitiu verificar que a área agricultada é circunscrita e a florestação incipiente, facto que consideramos significativo.

Por outro lado, em territórios contíguos ao de Lindoso, com as mesmas características fisiográficas e similares modalidades de exploração do solo, como por exemplo Britelo, Ermida ou Germil, conservam-





Cartografia dos sítios arqueológicos da Pré e Proto-História

Arqueossítios da Pré e Proto-História

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)



se inúmeras construções megalíticas e outros testemunhos de ocupação datáveis do Calcolítico, como a estela antropomórfica da Ermida.

Por isso, no nosso inventário incluímos o sítio de Chã de Torrões, um terreno que a população local reconhece pertencer ao termo de Mosteirô (freguesia de Britelo), mas que se localiza exatamente na linha de cumeadas dos relevos que, a Oeste de Lindoso, estabelecem a divisão física e administrativa entre este termo e o termo de Britelo. Aí se conserva um importante núcleo de construções megalíticas.

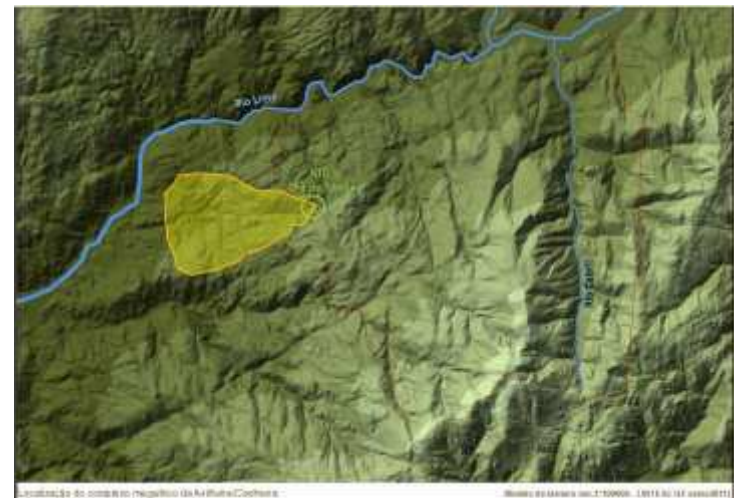
A inclusão deste arqueossítio no nosso trabalho faz-se para evidenciar, através da análise da distribuição das construções megalíticas na Serra Amarela, o vazio correspondente ao território de Lindoso.

De facto, constata-se que o núcleo megalítico da Chã de Torrões "marca" o limite oriental da "mancha megalítica" da vertente norte da Serra Amarela, coroando a cabeceira do anfiteatro natural, exposto a poente, formado pelos pequenos vales das ribeiras da Avilheira e da Coelheira, por cujas chãs alveolares se distribuem os mais significativos núcleos de construções megalíticas e de arte rupestre.

Mas o núcleo de Torrões distingue-se claramente dos restantes núcleos por duas características principais.

A primeira diz respeito à modalidade de implantação e localização relativas do sítio. Trata-se de uma chã de colado em linha de cumeadas de um relevo proeminente, sendo que essa chã se localiza no topo do anfiteatro natural, ao centro da cabeceira das linhas de água que descem irrigando os pequenos talwegues por cujas chãs se distribuem todos os outros núcleos megalíticos.

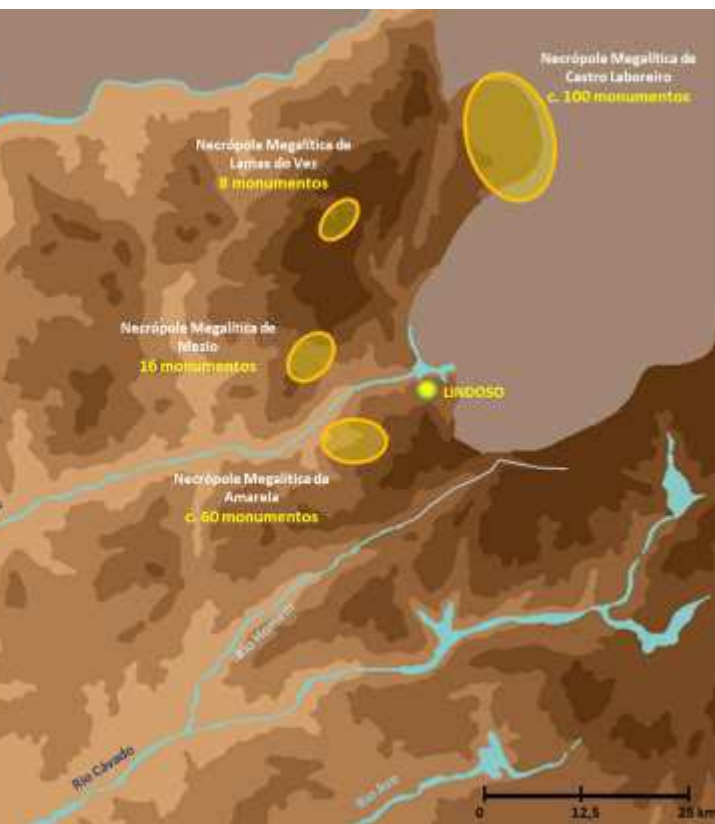
A segunda característica relaciona-se com a configuração interna do núcleo. As cinco estruturas identificadas incluem os dois maiores *tumuli* com câmara megalítica conhecidos na Serra Amarela, com dimensões próximas dos 20 metros de diâmetro e 2,5 metros de altura. Nenhum dos outros núcleos identificados possui vestígios com tal envergadura, nem se conhecem "mamoas" associadas a estruturas periféricas, como aqui acontece.



**Localização da Chã de Torrões, no vértice nascente da mancha megalítica do vale da Ribeira da Avilheira.**



### Distribuição das necrópoles megalíticas no alto-Lima português.



A articulação destas características determina a proeminência espacial do núcleo megalítico de Chã de Torrões, marcando o ponto de origem do anfiteatro natural do vale da ribeira da Avilheira, que se abre para poente.

As observações precedentes permitem admitir um significado hierárquico para a implantação do mais expressivo núcleo megalítico da Serra Amarela, situado na Chã de Torrões. A sua localização na bordadura de uma mancha de ocupação megalítica e a implantação numa linha de cumeada de relevos que separam claramente dois quadrantes de exposição da vertente da Serra Amarela convergem para lhe conferir, sobretudo, um carácter sinalizador, de marcador de um limite ou de uma linha de trânsito.

Este papel de marcos sinalizadores de território foi considerado como tal pelo menos numa descrição de limites do termo de Lindoso no século XVI, onde se refere que o limite passava pela "(...) cumyeyra do olhadouro e dahy a portella da fraga da cabeça de moreasdabelheyra e dahy a portella de chão da fraga (...)". Sublinhe-se que "moreias" é o nome popular que ainda hoje, no meio rural, se dá às medas de palha ou às pilhas de mato, que têm uma configuração física semelhante às "mamoas", e que neste caso julgamos corresponder aos *tumuli* de Chã de Torrões.

Assim, e aceitando que o núcleo megalítico de Chã de Torrões representa uma marca na paisagem relacionável também, embora não exclusivamente, com delimitação de território, mais se acentua a ideia de vazio, ou ausência de monumentos na área estudada, como expressão de um território "neuro", incipientemente apropriado, embora eventualmente pudesse ser "conhecido", situado para além do território ocupado, esse sim, dominado e como tal "marcado".

Numa observação mais alargada, verifica-se que a totalidade do vale do rio Cabril e grande parte do vale do rio Laboreiro, com os respectivos relevos associados, constituem uma espécie de zona branca, separando os grandes conjuntos megalíticos do planalto de Castro Laboreiro, da Peneda/Soajo (Mezio) e da Serra Amarela (Fontes, 2010:212).

Colocamos portanto a hipótese de o território de Lindoso, nos VI.º-IV.º milénios a.C., ser um território de antropização incipiente, com os seus vales e encostas recobertas por amplas manchas de carvalhais e cumeadas ocupadas por matos e ervas, eventualmente objeto de exploração episódica dos seus recursos por parte das comunidades "megalíticas" instaladas no anfiteatro da Avilheira/Coelheira, que explorariam preferencialmente os vales e relevos ocidentais que, ao contrário do Lindoso, apresentariam uma cobertura vegetal dominada por manchas arbustivas e por herbáceas, potenciadora de uma economia essencialmente pastoril.

As primeiras evidências arqueológicas, claramente indicadoras de uma ocupação prolongada de parte do atual território de Lindoso, podem situar-se cronologicamente entre o IIIº milénio e inícios do I milénio a.C.. Trata-se um povoado com perímetro circunscrito por talude (Chão da Pesquita), duas tumulações tipo cista (Porto Chão e Serenada), cinco locais com arte rupestre (Chã do Fojo, Traz do Colado e 3 em Porto Chão) e uma estrutura de funcionalidade indeterminada associada a um provável *menir* (Porto Chão). São construções e formas de ocupação reconhecíveis durante toda a Idade do Bronze, mas cuja génese poderá recuar-se até ao Calcolítico.

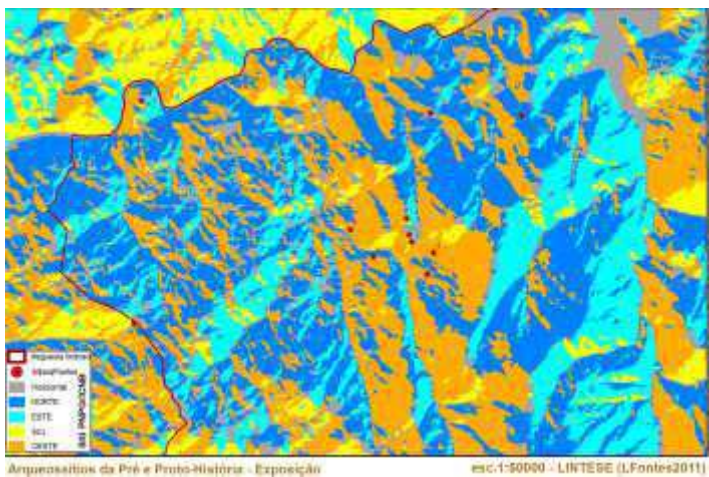
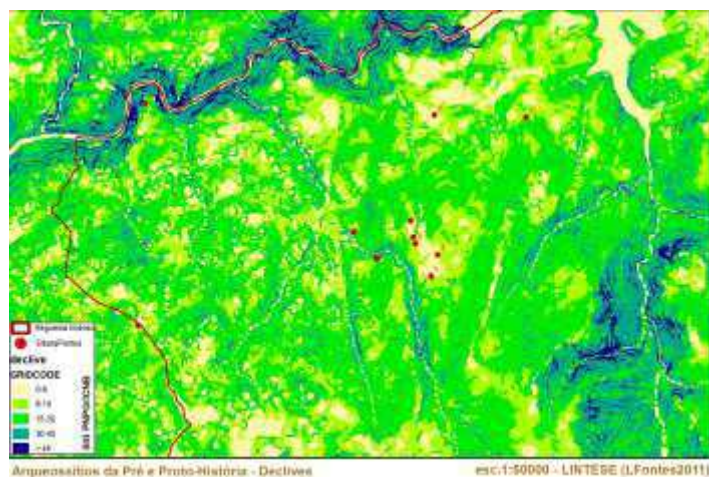
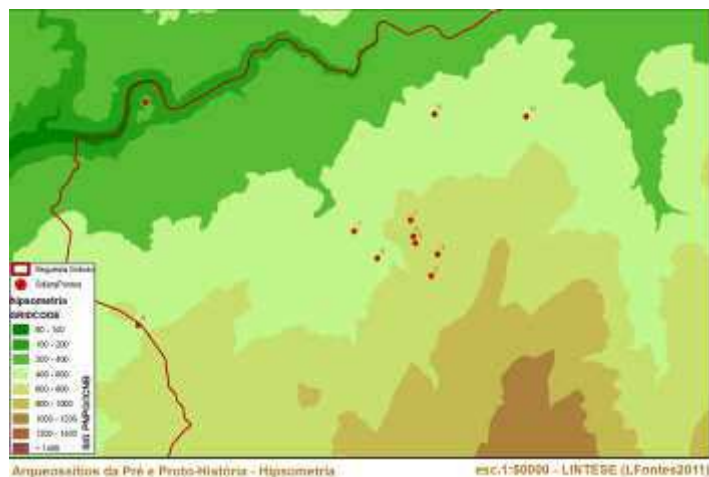
É no decurso dos III.º e II.º milénio a.C. que se assiste ao incremento do povoamento, com remodelação de habitats e fundação de novos povoados, segundo uma estratégia de ocupação em que a existência de solos aptos para a agricultura, ou a procura de melhores solos, parece constituir uma condição importante.

Paralelamente admite-se uma correlacionada intensificação do processo de diferenciação social, emergindo a valorização do indivíduo, como parece decorrer da proliferação de objetos de prestígio de uso individual, da generalização do enterramento individual, da manipulação dos cadáveres ou ainda do aparecimento de estatuária antropomórfica.

As comunidades deste período parecem assumir comportamentos de diferenciação simbólica do espaço e de afirmação de territorialidades, como consequência da apropriação permanente do espaço, pa-

**Relação entre implantação dos sítios arqueológicos da Pré e Proto-História e classes hipsométricas, classes de declives e quadrantes de exposição**





tente nas relações apreendidas entre petróglifos, habitats, zonas de enterramento e vias de trânsito. Este aumento significativo dos marcadores sociais e culturais dos territórios ocupados, que incluirá a reutilização de “marcas” anteriores, renovadas nos novos contextos de ocupação, tem vindo a ser interpretada como expressão da “irreversibilidade dos sistemas [económicos] de produção” desenvolvidos pelas comunidades humanas (Jorge, 1999:127) ou como a “generalização da domesticação da paisagem” (Bettencourt, 2000:82).

O conjunto dos nove sítios arqueológicos considerados localiza-se na base da vertente setentrional da Serra Amarela, entre os 450 e os 660 metros de altitude, ficando o arqueossítio mais a Norte a cerca de 800 metros do rio Lima e o arqueossítio mais meridional a 4.000 metros do cume da serra. Evidencia-se ainda o carácter concentrado das localizações, que se inscrevem numa área de aproximadamente 2 km<sup>2</sup>, entre o atual lugar de Lindoso e o rio da Feicha ou de Mulas.

Um dos sítios implanta-se ao centro da plataforma de erosão sobranceira ao rio Lima (povoado de Chão da Pesquita), enquanto todos os outros arqueossítios se inserem na bordadura sul daquela plataforma, nos recortes do relevo que iniciam a vertente da serra em direção aos cumes da Louriça e do Muro.

Explorando esta primeira distinção, verifica-se que o povoado de Chão da Pesquita se implantou precisamente junto à mais significativa das três únicas bolsas de terreno do território de Lindoso de menor declive. É igualmente um local aberto, de ampla visibilidade, com exposição a poente, configurando uma pequena bacia de sedimentação bem drenada e potenciadora da formação de solos mais evoluídos.

Em contraste, os restantes sítios arqueológicos implantam-se em terrenos de maior declive, com alguma sedimentação e globalmente expostos a poente, como é o caso do grupo de Porto Chão, com vários tipos de evidências arqueológicas (arte, tumulações e indeterminados), ou em terrenos com declive mais acentuado, fortemente erodidos e também expostos a poente, como é o caso dos três principais sítios com arte rupestre e da tumulação de Serenada. Com exceção das gravu-

ras rupestres de Chã do Fojo e de Porto Chão, respetivamente a Este e a Oeste do conjunto, todos os outros se inscrevem em espaços fechados, de visibilidade restrita.

No conjunto e tendo agora como referência a paisagem atual, constata-se que ao nível da ocupação do solo se verifica também uma oposição entre a zona de Chão da Pesquita, com uso agrícola intensivo, e a zona por onde se distribuem os restantes sítios arqueológicos, com uso silvo pastoril dominante, registando-se apenas uma pequena e excepcional ocupação agro-florestal em Porto Chão.

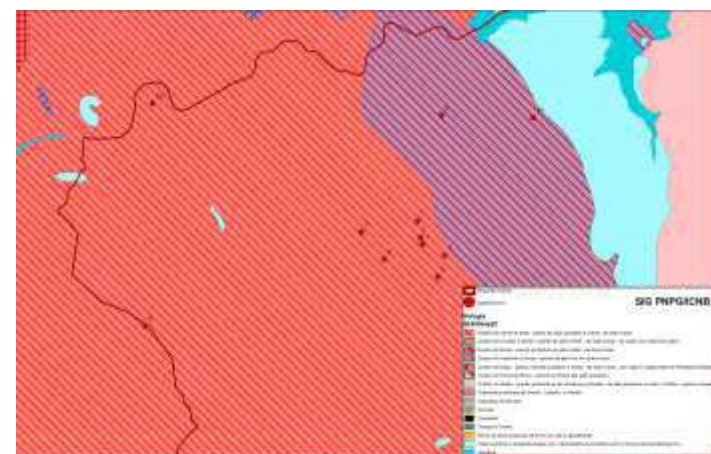
Apesar destas diferenças de carácter fisiográfico-locativo, reconhece-se uma série de relações que convergem no sentido de conferir uniformidade territorial ao espaço onde ocorrem as evidências arqueológicas.

A primeira e principal relação reconhecida é a de fronteira e tem por referência o povoado de Chão da Pesquita, em relação ao qual todos os outros sítios se posicionam para além da isócrona dos 30 minutos, fora portanto daquilo que se pode considerar a área próxima vital ou predominante de captação de recursos do povoado.

A posição fronteiriça é acentuada pelo facto de os restantes sítios se localizarem numa banda periférica que marca, grosso modo, a separação entre o espaço habitado, vivido quotidianamente, e os espaços altos da serra, com certeza menos percorridos e seguramente menos explorados e controlados.

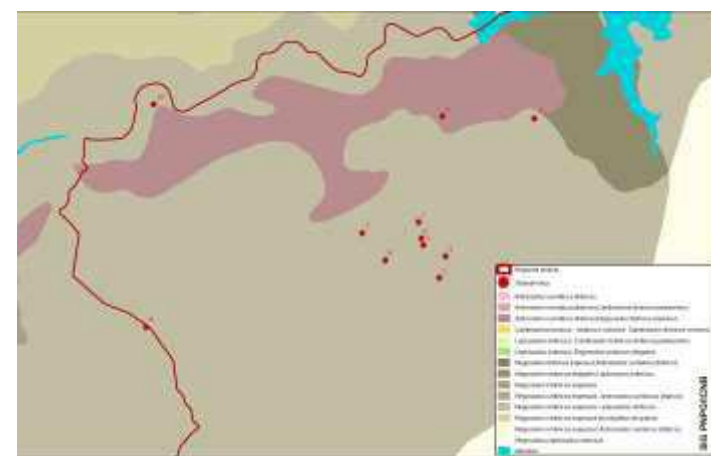
Por outro lado, esta localização periférica em relação ao povoado de Chão da Pesquita, por ser regular, distribuindo-se ao longo de um eixo em arco de círculo muito aberto, paralelo à linha de base da vertente da serra, em que os espaços correspondentes aos sítios arqueológicos se encontram separados pelas suas próprias fronteiras comuns, pode ser interpretada como correspondente a uma relação de adjacência.

E como os espaços se conectam através de aberturas nas partes comuns, topograficamente representadas pelos Portelo do Cimo, Portela de Leijó e Portela da Cheira ou do Colado, pode-se justificadamente acrescentar a esta relação de adjacência a existência de uma relação de



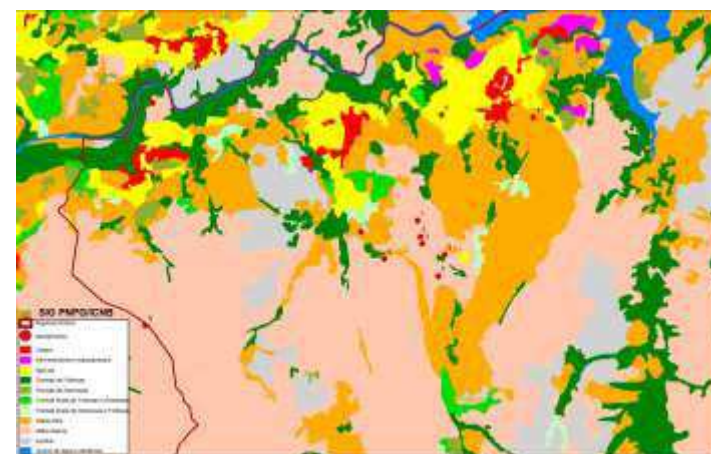
Aproximações da Pré e Proto-História - Litologia

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)



Aproximações da Pré e Proto-História - Solos

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)



Aproximações da Pré e Proto-História - Ocupação solo

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

conexão múltipla entre os vários sítios, até porque a sua localização cumpre a condição necessária da possibilidade de desenvolver percursos entre quaisquer dois dos seus pontos.

A análise da distribuição dos sítios arqueológicos permite igualmente identificar elementos agrupados e elementos dispersos no território, agrupamentos e dispersões coincidentes com distintas funcionalidades e diferentes condições fisiográficas de implantação.

Um primeiro agrupamento ou núcleo polarizado corresponderá ao povoado de Chão da Pesquita, onde se concentrariam as estruturas de habitação. Um segundo grupo ou polo será o do "santuário rupestre" de Traz do Colado ou da Bouça do Colado, local onde se reúnem de modo concentrado a maior quantidade de rochas com gravuras compósitas. Um terceiro grupo aparece formado pelas tumulações e gravuras simples de "covichas" de Porto Chão.

Os elementos de dispersão aparecem materializados numa estrutura tumular e em duas rochas isoladas com gravuras compósitas. A primeira localiza-se em posição excêntrica em relação a todo o conjunto de arqueossítios. Trata-se da "mamoá" rasa com cista de Serenada, o único arqueossítio situado para além do rio da Feicha, que limita o conjunto do lado oeste. As rochas com gravuras compósitas localizam-se, uma no extremo sul do conjunto, na ponta sudoeste do anfiteatro de Porto Chão e outra no extremo nordeste, na divisória da plataforma de Lindoso com o vale do rio Cabril.

A relação entre agrupamento e dispersão de sítios pauta-se por um relativo equilíbrio, patente na proximidade de todos os elementos. Esta relação de proximidade pode ser entendida como uma primeira relação de síntese de todas as outras relações e conduz diretamente à verificação da existência de uma clara relação de vizinhança, em que espacialidade comum, condicionamento recíproco e identidade de grupo parecem ser as características integradoras que conferem sentido ao conjunto, através das quais cada sítios arqueológico ganha sentido em relação aos outros.

**Relação entre implantação dos sítios arqueológicos da Pré e Proto-História e litologia, tipo de solos e ocupação do solo**



A aceitação da existência desta relação agregadora de vizinhança sustenta mais algumas reflexões em torno das causas e significados possíveis da funcionalidade específica de cada um dos três agrupamentos ou núcleos ou polos estabelecidos. Não será de mais, entretanto, reiterar o carácter hipotético, ou mesmo especulativo, das considerações apontadas a seguir.

As características fisiográficas e ambientais da plataforma de erosão de Lindoso, com ampla visibilidade, boa exposição, solos razoáveis, boa drenagem e abundância de água, parecem justificar a escolha do sítio para implantação do povoado de Chão da Pesquita. Se a estas condicionantes geomorfológicas se aliar a dimensão do povoado, pode considerar-se que a seleção deste local constituiu uma opção deliberada por uma estratégia de ocupação permanente, em que a economia agrária desempenharia um papel fundamental de sustentação.

Complementarmente, a localização absoluta do povoado revela uma opção clara pela melhor acessibilidade em relação à principal via de trânsito natural que corre ao longo da margem esquerda do rio Lima, junto à base da vertente noroeste da Serra Amarela. Portanto, está-se perante uma implantação estratégica em termos de comunicação.

De facto, quer do ponto de vista das condições fito-edafo-climáticas, quer do das vias de trânsito naturais no sentido longitudinal do vale do rio Lima, no território de Lindoso, não se identifica qualquer outro sítio ou área com características tão favoráveis como as que se revelam na plataforma de erosão de Lindoso, ao centro da qual se localiza Chão da Pesquita.

Relativamente ao "santuário" de Traz do Colado, reconhece-se que a definição da sua funcionalidade e significado é naturalmente mais problemática. Aceita-se, porém, que as composições aí gravadas correspondam a manifestações artísticas representativas de pensamento simbólico e de conceptualizações, com funções e significados polissémicos, ainda incompreensíveis mas que a generalidade dos investigadores interpreta como materialização de complexos rituais religiosos ou profanos de apropriação social do território (Bettencourt, 2009:78 e 83).



**Panorâmica do povoado de Chão da Pesquita,  
vista de Sul**

**Povoado de Chão da Pesquita, com isócronas  
de 30 minutos**

**Rocha central do complexo rupestre de Trás  
do Colado (in Baptista, 1983-84)**

Na localização e implantação absolutas do sítio arqueológico, em que domina o chamado Penedo do Encanto ou das Sete Cabeças, não se percebe qualquer elemento diferenciador específico - situa-se no terço inferior de uma vertente de forte pendente e erosão acentuada, relativamente próximo de uma importante linha de água, amplamente exposto a poente mas inscrevendo-se num espaço relativamente fechado, de visibilidade limitada.

Já não é assim nas suas implantação e localização relativas, pois quando confrontadas com os núcleos de Porto Chão e de Chão da Pesquita evidencia-se logo o carácter diferenciado e oculto da implantação do "santuário" de Trás do Colado.

A diferenciação está patente no facto de não beneficiar de solos com aptidão agrícola potencial, de se inscrever em área de forte declive e de possuir uma acessibilidade natural reduzida.

A ocultação percebe-se pela não visibilidade do arqueossítio desde qualquer dos outros, à exceção de Serenada, que como já se referiu tem uma posição excêntrica. Elegendo como ponto de observação o povoado de Chão da Pesquita, constatamos que a relação de ocultação é muito forte, situando-se o "santuário" por trás da colina da Cheira, na periferia do território correspondente à isócrona de 30 minutos, junto ao rio da Feicha ou de Mulas, rio que poderá ter constituído um limite ou fronteira do referido povoado.

Apesar da invisibilidade assim conseguida, releva o facto de ser a partir de Chão da Pesquita que se consegue uma das melhores acessibilidades naturais ao local, através de um percurso a meia encosta que passa pela portela ou colado da vertente noroeste da Cheira.

A percepção do carácter de ocultação da localização do "santuário" é acentuada pela própria toponímia do local, que os habitantes ainda usam, de sentido claramente locativo - "trás do colado", isto é, um sítio que não vemos mas sabemos estar para além de uma barreira, neste caso o colado.

Assim, pode-se considerar que a ocultação do "santuário" teve alguma coisa a ver com uma prática reservada, iniciática, de um qual-

quer ritual ou culto, justificando assim a sua implantação diferenciada em relação ao povoado e ao espaço tumular, ou significa uma marcação simbólica de um espaço que, não sendo visível do povoado, se destinaria a sinalizar, para “outros”, que estava ocupado.

Relativamente ao núcleo de sítios arqueológicos de Porto Chão, encontram-se alguns elementos comuns que lhe conferem um certo ar de parentesco. Mas também revelam diferenças significativas, que lhe conferem singularidade.

Porto Chão é um amplo alvéolo/bacia de retenção, com razoáveis condições edafo-climáticas. Aí se encontram tumulações, estruturas indeterminadas - habitação? tumulação?, e gravuras rupestres. Os três primeiros localizam-se muito próximos uns dos outros, todos na suave vertente sudeste da colina ondulada da Lomba, pequena elevação que remata o anfiteatro natural de Porto Chão no extremo norte, sobre a portela de Bebedouro ou Leijó. O quarto fica no extremo oposto do anfiteatro, na pequena plataforma que, a Sul, fica sobranceira ao rio da Feicha ou de Mulas.

Verifica-se que a ocupação se distribui pela periferia da chã, polarizando-se no lado nordeste, no enfiamento da única via natural de trânsito que liga o anfiteatro à base da vertente da serra, exatamente por onde é mais fácil aceder a Chão da Pesquita, onde se implanta o povoado.

A existência de tumulação e gravuras simples de "covichas" sugere um espaço de enterramento, que se admite não exclusivo, isto é, não impeditivo de se explorarem as potencialidades de uso agrícola e pastoril do alvéolo, ainda que de modo não permanente.

O facto de as tumulações serem baixas e de, com as gravuras, se circunscreverem a uma parte muito limitada do terreno, passando facilmente despercebidas, tem sido interpretado como diminuição propositada de monumentalidade, estratégia de ocultação e de colocação dos mortos fora dos limites do território efetivamente explorado pela comunidade (Méndez Fernández, 1993:75; Bettencourt, 2010:158). Nesta perspetiva, a "mamoá" com cista de Serenada constituiria o expoente



**Panorâmica de Porto Chão, vista de Sul**

**Rocha gravada de Porto Chão.5**







**Rocha gravada de Chã do Fojo**

desta nova orientação, pois para além de pouco expressiva topograficamente, aparece isolada na margem esquerda do rio da Feicha, linha de água que aparece como uma espécie de limite natural na dispersão dos sítios arqueológicos deste período.

O alvéolo de Porto Chão teria uma importância acrescida para a população do povoado de Chão da Pesquita, pois para além de aí acolher os seus mortos, proporcionaria uma reserva de recursos capaz de suprir carências imprevisíveis ou de garantir suplementos de produção suscetíveis de suportar trocas comerciais com o exterior.

Finalmente, os dois sítios com gravuras rupestres compósitas de Chã do Fojo e de Porto Chão - Pardieiros.

O primeiro elemento distintivo destas duas evidências arqueológicas é dado pelo facto de cada uma delas se expressar materialmente através de um afloramento/laje de grande porte, com um único desenho gravado.

Um segundo relaciona-se com o posicionamento relativo destes arqueossítios, que se apercebe não por referência a qualquer outro sítio em particular, mesmo no caso de Porto Chão, mas sim através da observação da globalidade dos arqueossítios deste período. E nessa leitura conjunta surgem como extremos de um eixo sudoeste - nordeste, delimitando uma periferia que encontra num eixo paralelo formado pelo "santuário" e pelo povoado o referente a delimitar. Neste sentido, estes dois arqueossítios poderiam ser entendidos como marcos territoriais.

Um terceiro elemento distintivo, mas simultaneamente integrador, tem por base a identidade técnico-estilística patenteada pelas gravuras de Chã do Fojo, de Porto Chão- Pardieiros e de Traz do Colado. Pode ver-se nessa mesma conceptualização formal, manifesta nos motivos "idoliformes", uma sujeição a um conceito ordenador globalizante e portanto essas gravuras podem surgir na paisagem como marcas de integração do território, exatamente no sentido de conferir uniformidade territorial ao espaço controlado.

Nesta perspetiva, as gravuras de Chã do Fojo e de Porto Chão-Pardieiros, na sua ligação conceptual ao "santuário" de Traz do Colado,

parecem revestir uma função de sacralização de limites, aparecendo o território ocupado como uma paisagem ritualizada e conceptualmente construída.

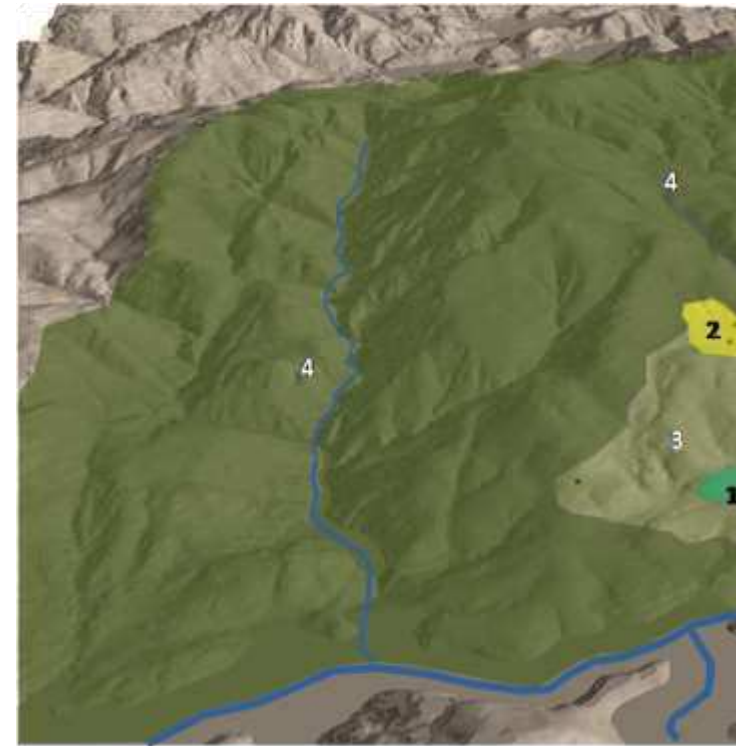
Ritualizada para os vivos, através de desenhos bem visíveis, gravados profundamente, para durar, em rochas duras presas à terra, garantindo-se assim a perpetuação das marcas. Esta durabilidade das gravuras remete para uma ocupação permanente, temporalmente prolongada, durante a qual se terão ensaiado novas formas de exploração e apropriação do espaço envolvente. Porém, sobre isso nada se sabe, como nada se sabe sobre quando se iniciou, quanto tempo durou e quando terminou a ocupação que genericamente se situa no II<sup>o</sup> milénio a.C.

Desconhece-se igualmente se neste período houve variação ou conservação de padrões culturais e se essas variações ou permanências se traduziram, de algum modo, na cultura material ou nas modalidades de exploração do meio.

Também pouco se sabe do impacte sobre o meio envolvente da ação das comunidades humanas associáveis aos sítios arqueológicos acima referidos. Apenas se pode admitir, por analogia com outros locais relativamente próximos, que aqui no Lindoso se terão verificado fenómenos similares de aumento de processos de desflorestação e aumento da atividade agrícola, evidenciados nos diagramas polínicos pela diminuição constante dos *taxa* arbóreos e correlativo aumento dos *taxa* cerealíferos e sinantrópicos, que progridem em altitude.

Assim, existe a possibilidade de se ter iniciado neste período o processo de formação antrópica de solos na área envolvente do povoado de Chão da Pesquita, podendo a atividade agrícola, ainda que de modo intermitente e na modalidade de “queimada-cavada”, ter-se alargado à bacia de Porto Chão e a outras chãs de altitude, como Chão do Couto, configurando uma paisagem de “estepe cultural” (Ramil Rego, 1993:51).

Ao contrário do período anterior, o território de Lindoso apresentaria agora amplas clareiras desflorestadas e cumeadas dominadas por vegetação rasteira de matos e herbáceas, confinando-se as manchas de bosques aos vales interiores.



**Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Pré-História Recente: 1a – Povoado de Chão da Pesquita e área potencial de aproveitamento agrícola; 1b – Santuário de Trás do Colado; 2 – Porto Chão: zona de potencial aproveitamento agro-pastoril; 3 – Área de bosques (recolecção?); 4 - Área de floresta (caça?)**

Para as comunidades que construíram os taludes e regularizaram as plataformas de Chão da Pesquita, que "decoraram" o "santuário" de Traz do Colado gravando superfícies enormes de massas rochosas, que "marcaram" de modo visível as lajes de Chã do Fojo e de Porto Chão.5 (Pardieiros), ou que erigiram o provável esteio-*menir* da portela de Leijó-Bebedouro, todos estes elementos possuíram um importante significado de ordenamento da paisagem. Neste sentido, pode afirmar-se que, depois de "ver" as grandes construções megalíticas parar no soalheiro anfiteatro da Avilheira-Coelheira, a paisagem de Lindoso terá conhecido, com o conjunto de sítios arqueológicos até aqui referidos, a sua primeira monumentalização antrópica.



O Iº milénio a.C. cobre o período que tradicionalmente se intercala entre o Bronze Final e a Romanização, reconhecendo-se que a este longo intervalo temporal corresponde uma série de mutações às quais aparecem associadas as sociedades que, de um modo genérico, se integram numa designada Idade do Ferro.

No quadro do Noroeste português e peninsular, as sociedades do Bronze Final terão conhecido o apogeu do seu desenvolvimento nos primeiros séculos do milénio, atingindo então elevados níveis de organização económica e de complexificação social expressas, entre outros aspetos, na troca/comércio alargado, na emergência dos povoados fortificados e no reforço do *status* individual dos chefes.

O apogeu desta progressiva complexificação das sociedades proto-históricas manifesta-se, com variações regionais, no decurso dos séculos V-II a.C., configurando um novo e distinto modelo de estruturação, ordenamento e organização territorial e social, que se designa de II Idade do Ferro ou, mais comumente, como “Cultura Castreja”.

“Cultura Castreja” a que, apesar da reconhecida diversidade regional, se reconhecem características identificadoras comuns, desde a fortificação sistemática dos povoados, sua expansão para as zonas de vale e desenvolvimento de grandes *oppida* protourbanos de economia agrária autossuficiente, até à complexificação da arquitetura, com expressões



monumentais nos complexos amuralhamentos e na decoração de casas e de balneários (Lemos, 2009:158-161).

Os elementos reconhecidos como característicos da “Cultura Castreja” alargam-se ainda à uniformização das produções cerâmicas e à utilização frequente do ferro e conhecem na ourivesaria e na estatuária uma expressão artística singular (Silva, 1986).

Na interação dos fatores endógenos e exógenos que explicam este novo quadro releva, nos últimos, a integração do Noroeste Peninsular na esfera do domínio romano.

É precisamente com base na epigrafia latina indígena e romana e nos textos de autores clássicos como Estrabão, Plínio o Velho e Ptolomeu, que é possível conhecer, para os finais do Iº milénio a.C., um pouco mais da organização socio-territorial do noroeste peninsular, a região da “Cultura Castreja”, culturalmente consolidada e identificada pelos romanos com os galaicos. O atual território de Lindoso faria parte de uma região em que se localizam, sem muita precisão, *Leuni*, *Seurbi*, *Quarquerni* e *Bracari*, entidades étnicas que se integrariam no conjunto mais vasto dos *Callaeci Bracari*.

Porém, os vestígios arqueológicos deste período no atual território de Lindoso são escassos, registando-se um único sítio - A Cidade, em Cidadelhe. Os escassos elementos aí recolhidos apenas sustentam uma cronologia relativa imediatamente anterior ao processo de romanização, que nesta região se terá iniciado em finais do século II a.C. na sequência das primeiras expedições militares romanas, das quais a mais referida será porventura a de 137 a.C. comandada pelo procônsul *Decimus Iunius Brutus*, o *Callaicus*, no decurso da qual aconteceu a passagem do rio Lima, comparado ao *Lethes*, o rio do "esquecimento".

Para além de não se terem identificado quaisquer outros vestígios arqueológicos atribuíveis a este período, o facto da implantação e localização do povoado de A Cidade revelarem relações distintas com o meio envolvente e uma distinta inserção no contexto arqueológico, numa clara rutura com o modelo precedente, reforça o carácter único e isolado da sua existência e acentua a ideia de se estar perante modalida-





Mesmo aceitando que o povoado de A Cidade pudesse, de algum modo, integrar-se na "área de influência" desta mancha que cobre os troços baixo e médio do maciço da Serra Amarela, a sua implantação revela-se periférica, posicionando-se no limite de uma hipotética linha que poderíamos fazer coincidir com o rio da Feicha ou de Mulas.

A rarefação do povoamento proto-histórico em direção ao vale alto do rio Lima, o verdadeiro vazio de ocupação que aí se regista, com efetiva ausência de povoados fortificados do tipo "castro" ou quaisquer outros na região de confluência dos rios Lima, Cabril e Labreiro (Fontes, 2010:213), ganha relevância quando se verifica que coincide espacialmente com idêntica distribuição anteriormente detetada em relação às manchas de "ocupação megalítica".

Sem que isso signifique qualquer relação cultural, aceita-se que, no quadro da existência de comunidades fortemente hierarquizadas e conscientes da sua identidade étnica, como reconhecidamente o eram as "castrejas", essa hierarquia social e identidade étnica teriam necessariamente uma expressão territorial, que nas zonas de contacto poderia revelar-se neutra, revestindo assim um estatuto de fronteira.

Nesta perspetiva, os acidentes naturais importantes, como são os profundos vales encaixados dos rios Cabril e Labreiro, facilitariam o estabelecimento destas linhas de fronteira.

Significativamente, em quase todos os estudos de identificação e localização dos populi indígenas referidos pelos autores clássicos, quase todos os investigadores que se debruçaram sobre o assunto reconheceram nesta área serrana atravessada pelo rio Lima um espaço de separação entre os populi *Leuni* e *Seurbi*, que situam para o interior, na margem direita do rio Lima, os *Quarquerni*, que situam na zona de Bande (Galiza), e os *Braacari*, localizados na região de Braga e aceitando-se que se estendessem até ao rio Lima (Alarcão, 2003:122; Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2006:14).

Assim, a alteração das modalidades de povoamento e redefinição da estrutura territorial, que se percebe a partir da contraposição entre os povoados de Chão da Pesquita e A Cidade, ganha contornos mais defi-







**Distribuição de *populi* no Noroeste**  
(adaptado de Tranoy, 1981:carte III; Silva, 1986)

nidos, aparecendo o atual território de Lindoso como parte de uma zona "tampão" mais vasta, alongada entre os vales dos rios Laboreiro e Cabril, podendo para Sudeste estender-se a toda a Serra do Gerês.

Nesta perspectiva, poderá colocar-se a hipótese de esta região ter ficado à margem do forte impacto da pressão antrópica sobre o meio que se reconhece ter-se iniciado neste período, e caracterizado globalmente por fenómenos de significativa retração arbórea provocada por desflorestações e arroteamentos agrícolas (Ramil Rêgo, 1993:51; Carballo Arceo, 1997:73).

Poderá até ampliar-se a hipótese no sentido de, aqui no Lindoso (como no vale do rio Laboreiro e na Serra do Gerês), ter havido, nos tempos imediatamente anteriores à romanização, uma recuperação do bosque caducifólio de *Quercus*, repondo-se uma paisagem novamente de domínio florestal.

No conjunto e numa análise espacial e temporalmente mais dilatada, os sítios arqueológicos deste período traduzem modalidades de inter-relacionamento com o meio que, aparentemente, por ocuparem zonas baixas de sopé de vertente, rompem com o modelo associável ao "fenómeno megalítico" e, de modo mais evidente, diferem do modelo veiculado pelas sociedades complexas da Idade do Ferro.

Enquanto o habitat de Chão da Pesquita parece corresponder a uma expansão da ocupação do espaço, à colonização de novos territórios, o povoado de A Cidade sugere mais uma retração, que a organização socio-territorial expressa pelos *populi* não esbate, antes pelo contrário, pois esta região parece ter-se fixado como um espaço de periferia, de "terra-de-ninguém".

# More Romanorum

Fragmento de estela de época romana com  
representação de togado.  
Lindoso





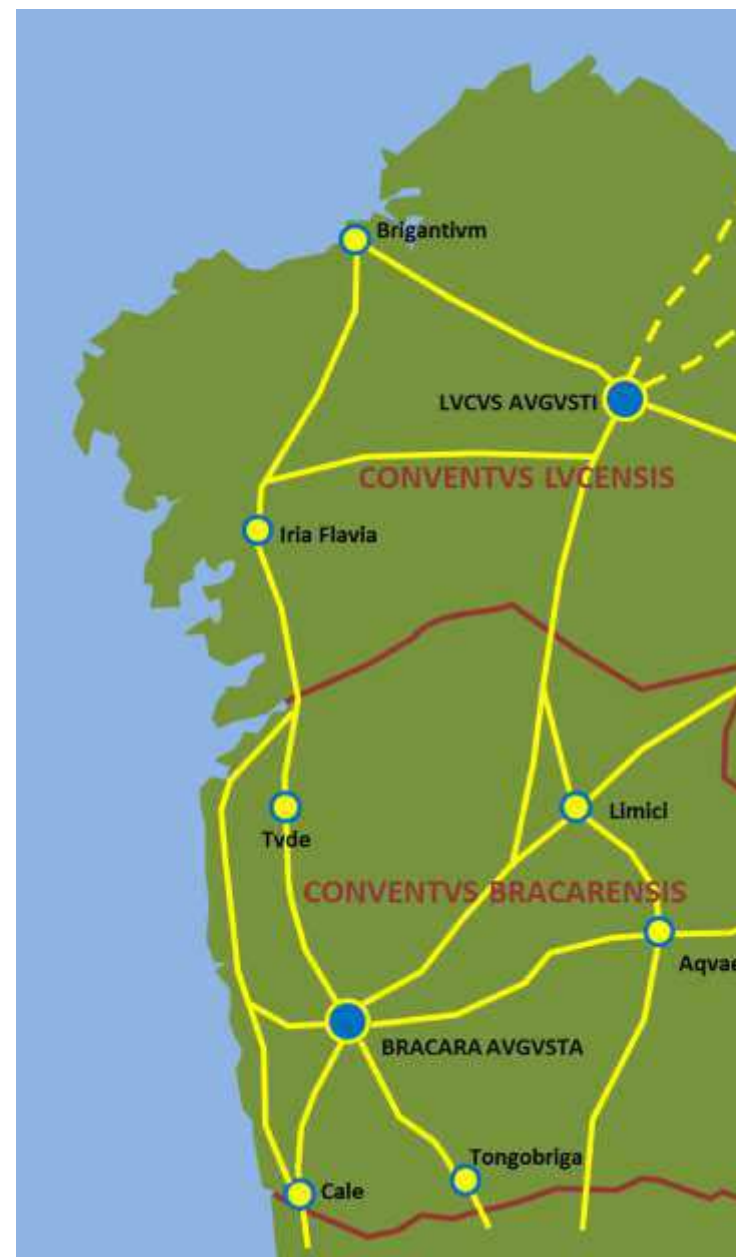
A partir do terço final do século II a.C. e durante todo o século I d.C., na sequência, primeiro, das campanhas militares protagonizadas por *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.) e depois, das expedições comerciais de *Publio Crassus* (96-94 a.C.) e *Iulius Caesar* (61 a.C.), o Noroeste peninsular entra na órbita do mundo romano, podendo considerar-se que as relações comerciais conheceram a partir desta altura um progressivo incremento (Martins, 2009a:220-221).

No último quartel do século I a.C., na sequência das campanhas de pacificação de Augusto, em que se destacou a ação do legado *P. Carisius* (26-22 a.C.), a *Callaecia* integrou-se definitivamente no império romano. Integração político-administrativa e socioeconómica que se processou a diversos níveis e graus e a diferentes ritmos, pois os dois últimos séculos a.C. registaram, por parte do mundo "castrejo" galaico, uma elevada complexificação social e económica, desenvolvendo-se estruturas de povoamento e de organização social bastante elaboradas, plasmadas nos *castella*, *populi* e *civitates* referenciados pelas fontes literárias, designadamente nas obras do geógrafo Estrabão, do naturalista Plínio o Velho e do historiador Orósio (Schulten, 1922).

A particularidade do desenvolvimento social e económico atingido pelas populações galaicas, é interpretado como fator potenciador da sua integração pacífica no império romano, que para esta região terá resultado, ao contrário do que terá sucedido com as populações do centro e norte peninsular, de um processo negocial e não de um processo belicoso de conquista militar (Martins, 2009a:220).

O primeiro quadro conhecido da administração territorial romana reporta-se já ao século I d.C., embora a sua origem se possa antecipar ao tempo do imperador Augusto, e corresponde à extensão da província *Hispania Citerior* até ao noroeste peninsular, reconhecendo-se então a especificidade desta região ao diferenciar-se *Astúria* e *Callaecia*.

Nesta última, é promovida uma primeira identidade territorial alargada através da criação dos *Conventus Iuridicus Lucensis*, com sede em *Lucus Augusti* (Lugo) e *Conventus Iuridicus Bracaraugustanus*, com sede em *Bracara Augusta* (Braga), naquilo que se considera ser a expressão admi-



**Divisão administrativa romana do Noroeste Peninsular, nos séculos I-II, com rede viária e núcleos urbanos principais (adaptado de Tranoy, 1981:cartas III, XVII e XIX)**



nistrativo-territorial dos *Callaici Lucensis* e *Callaici Bracari*, respectivamente, incorporando os primeiros 16 *populi* (166.000 homens livres) e os segundos 24 *civitates* (285.000 homens livres), como refere Plínio o Velho no seu livro *Naturalis Historia*, III, 28.

A partir do século I d.C., o modelo romano de organização político-administrativa e económica consolida-se, designadamente a partir da dinastia flávia, à qual se devem, para a região que nos interessa, dois novos elementos.

O primeiro é a potenciação do comércio através da reparação de vias existentes e construção de novos eixos de comunicação, em que se destaca a abertura da *Via Nova*, a "Jeira" em território português (Via XVIII do itinerário de Antonino), ligando *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* (Astorga) pelos vales dos rios Cávado, Homem e Lima (imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano).

O segundo é a fundação do acampamento militar de *Aquis Querquennis*, no concelho galego de Bande, construído cerca de 76, com Vespasiano, para apoio à construção da referida *Via Nova*, logo seguido da respetiva *mansione*. Com o abandono e demolição do acampamento militar na primeira metade do século II, a *mansione* conhece um processo de renovação construtiva, transformando-se num aglomerado urbano secundário com cerca de 30 Ha, cujo apogeu parece ter acontecido no decurso do século III. Manteve-se ocupado até finais do século VI, incorporando já um centro de culto cristão, referenciando-se templos dedicados a São Martinho e a São João Baptista e, nas proximidades, Santa Comba de Bande (Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2006:16-17).

Criadas as infraestruturas urbanas e definidos os principais eixos de comunicação, Roma parece ter orientado o seu interesse económico especialmente para a exploração dos recursos mineiros. As comunidades indígenas, por seu lado, terão conservado a economia tradicional de base fundamentalmente agro-silvo-pastoril, aceitando-se que esta tenha conhecido, contudo, uma progressiva adaptação à nova organização económica desencadeada pelas novas estruturas urbanas.







É neste quadro de contextualização genérica que se inscrevem os vestígios dos oito sítios arqueológicos de Lindoso atribuíveis a um período de ocupação que se estende do século II ao século VI, ilustrando uma modalidade de povoamento serrano reveladora de uma efetiva integração do território no mundo romano e suevo.

Infelizmente, os dados recolhidos não permitem avançar muito na caracterização e compreensão de cada sítio em particular. Para além das características e cronologias genéricas apreendidas, pouco ou quase nada se pode dizer sobre a data de fundação, duração da ocupação e desativação dos povoados. Da mudança ou conservação das suas características também pouco se conhece.

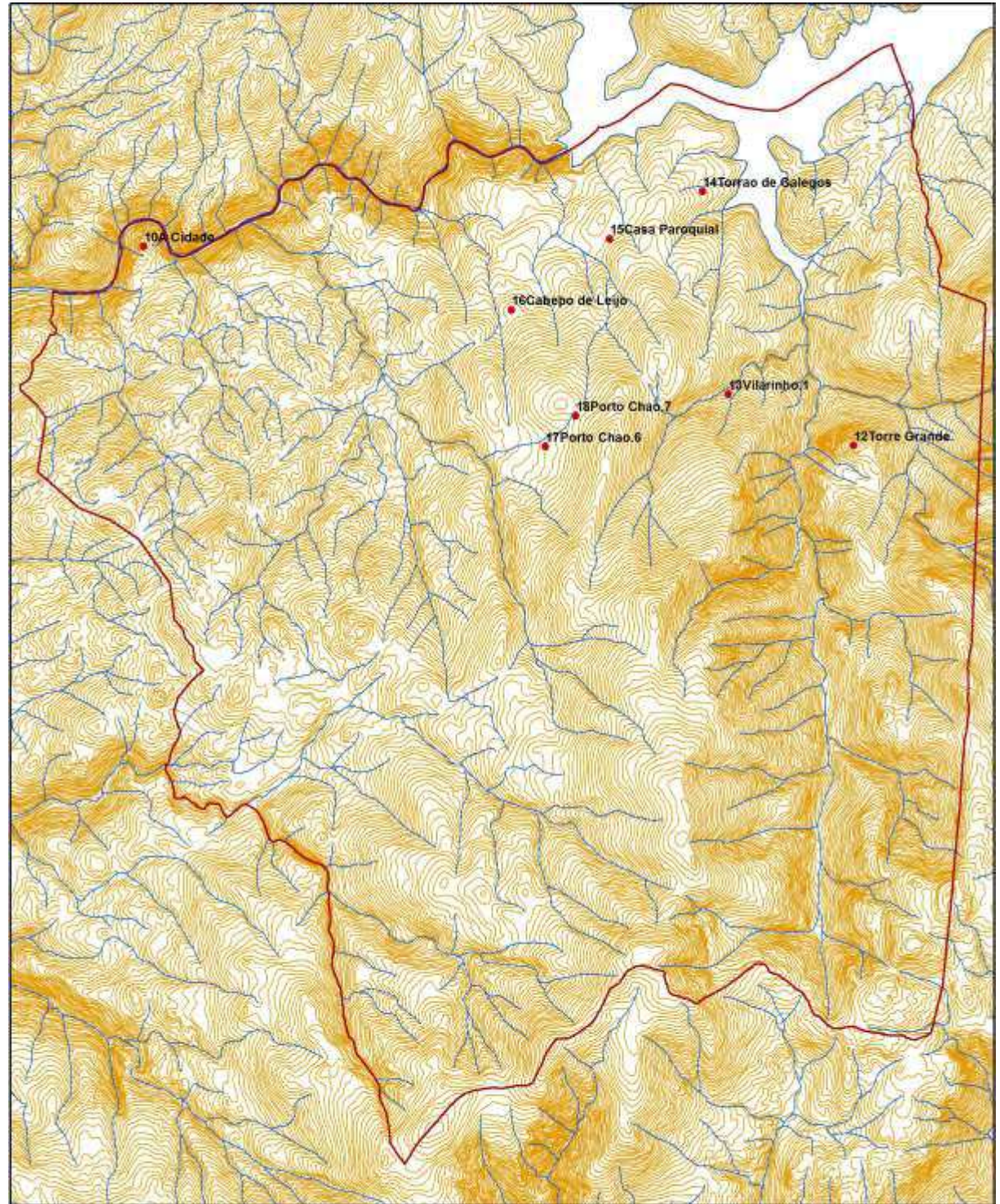
Mas foi possível estabelecer a funcionalidade de cada sítio arqueológico e caracterizar as distintas modalidades de povoamento e de apropriação de espaço, permitindo uma leitura integradora suscetível de tornar compreensível uma ocupação indubitavelmente prolongada dos sítios, reconhecendo-se assim que tenha acontecido, ainda que efémera, uma sincronia de ocupação dos povoados.

A região em que o Lindoso se inscreve fazia parte, à época do domínio romano, do *Conventus Bracaraugustanus*, cujo centro político-administrativo, *Bracara Augusta*, viria a ser a capital da província da *Callaecia*, de que também fazia parte o *Conventus Lucensis*, o *Conventus Asturum* e parte do *Conventus Clunicensis*. Esta malha administrativa tinha como suporte de comunicações uma importante rede viária, estruturada pelo triângulo desenhado pelas vias que interligavam *Bracara Augusta* (Braga), *Lucus Augusti* (Lugo) e *Asturica Augusta* (Astorga).

Na parte que respeita ao Lindoso, interessam as vias que ligavam Braga a Lugo por Tui (*Tude*) e Braga a Astorga por Bande (*Aquis Querquernis*).

A primeira, datável do tempo de Augusto, finais do século I a.C., será a mais antiga da região, cruzando transversalmente os amplos vales abertos das bacias inferiores dos rios Cávado, Lima e Minho, servindo, no seu traçado pelo atual território português, importantes aglomerados habitacionais romanos, tipo *vici*, classificação em





Cartografia dos sítios arqueológicos  
de Época Romana e Sueva

Arqueossítios de Época Romana

esc. 1:50000 - LINTESE (LFontes2011)



que se poderia enquadrar a *mansio Limia*, assim referida na via XIX do itinerário de Antonino.

A segunda via que interessa considerar foi aberta e concluída cerca de um século depois, com o imperador Tito (cerca de 80 d.C.), estabelecendo o traçado mais curto entre Braga e Astorga, passando do vale do rio Homem ao vale alto do rio Lima rasgando através das montanhas do Gerês. É a *Via Nova* do itinerário de Antonino, que na descrição do seu traçado assinala as *mansiones* de *Aquis Originis* (Baños de Rio-caldo, Lobios) e *Aquis Quarquernis* (Baños de Bande, Bande), dois sítios que corresponderam a importantes aglomerados tipo *vici*, o primeiro com consideráveis áreas construídas, incluindo balneários (Eguileta Franco e Xusto Rodríguez, 1995:107-114), e o segundo dominado por um importante acampamento militar, do qual se conservam vestígios significativos (Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2006).

A bacia média do rio Lima, em que se inclui o território de Lindoso, fica exatamente entre estes dois principais eixos viários, não sendo referenciada para o atual território português qualquer via secundária que servisse longitudinalmente o vale do rio Lima. Porém, essa via regional deveria existir, como sugerem alguns elementos.

A via XVIII estabelecia esse percurso longitudinal no troço alto do vale, correndo paralela ao rio pela sua margem direita e continuando para além das suas nascentes em direção ao vale do rio Sil. E os pormenorizados estudos de viação romana realizados na zona meridional da Galiza conduziram à identificação de variantes à via principal para sudoeste de Bande, em direção à atual fronteira portuguesa (Rodríguez Colmenero, 1977).

Por outro lado, a densa malha de povoamento ao longo de todo o vale do rio Lima, designadamente na vertente norte e noroeste da Serra Amarela, bem como de toda a margem esquerda do rio entre Ponte de Lima e o litoral, testemunha uma efetiva ocupação do território, exigindo a existência de uma via de comunicação terrestre que possibilitasse as trocas comerciais e o escoamento dos recursos florestais e mineiros do hinterland do Lima.



O povoado de Cabeço de Leijó na estrutura da rede viária romana



Os arqueossítios de época romana identificados para a área de Lindoso constituem exatamente o elo que faltava na ligação da zona baixa (Nóbrega - Ponte da Barca) à zona média-alta (Lobios-Bande) do vale do rio Lima. Esta via seguiria ao longo da margem esquerda do rio Lima, mais junto da base da vertente do que da linha de água, servindo inúmeros núcleos de povoamento concentrado e/ou disperso.

Aceita-se que possa corresponder, grosso modo, ao traçado da principal linha de viação medieval que serviu a região e que ainda se consegue identificar quase na totalidade.

Este traçado prolongaria, assim, o eixo longitudinal acima referido para o troço do vale superior do Lima, estabelecendo uma linha de comunicação desde o importante *municipium* de *Civitas Limicorum*, no interior junto às nascentes (região de Xinzo de Limia), até ao litoral atlântico.

Marcando esta orientação longitudinal na acessibilidade ao vale do Lima, exatamente no cruzamento com as vias XVIII e XIX que servem transversalmente a região, surgem dois importantes aglomerados populacionais - *Limia* e *Aquis Querquernis*. Significativamente, o povoado de Cabeço de Leijó, classificado como um *vicus*, implanta-se num ponto praticamente equidistante dos dois núcleos.

Esta equidistância poderia não ter grande significado se não se verificasse o facto de Cabeço de Leijó distar cerca de 30-35 km tanto de *Limia* como de *Aquis Querquernis*, medida que se reconhece generalizadamente como correspondente à distância padrão de implantação das *mansiones*, que serviam sistematicamente as vias romanas.

Tendo por referência *Aquis Querquernis*, encontra-se uma *mansio* a cerca de 30 km junto à Portela do Homem, servindo a via XVIII em direção ao vale do rio Homem: *Aquis Originis* (Baños de Riocaldo). Seguindo este modelo, em Cabeço de Leijó situar-se-ia uma *mansio* servindo uma via em direção ao vale baixo do rio Lima.

Aceite a existência de uma via de comunicação ao longo da margem esquerda do rio Lima, importa sublinhar que é esta infraestrutura viária que confere sentido à integração do espaço de Lindoso num qua-

dro administrativo de territorialidade alargada, como é o vasto *conventus bracaraugustanus*.

Efetivamente, terá sido através dessa via secundária que as populações que ocuparam o Lindoso no período romano e suevo puderam comunicar diretamente com os mais importantes núcleos intermédios do povoamento regional. Neste sentido, o espaço de Lindoso rompe com o posicionamento periférico, isolado, "na fronteira", evidenciado em tempos anteriores e emerge como zona intermédia de ocupação e como espaço de trânsito.

Neste processo de ocupação da área do Lindoso, o papel dos militares terá sido determinante, como se poderá inferir da ara/pedestal de estátua romana dedicada a *HERCULE*, recolhido na igreja de Lindoso. O teónimo revela que se trata de uma inscrição votiva ao deus Hércules, deus guerreiro e protetor cujo culto, com carácter oficial, se difundiu pelas províncias ocidentais do império romano a partir do século I e, sobretudo, durante o século II, aparecendo normalmente associado à presença ou trânsito de corpos militares (Oria Segura, 1996:142).

Considerando a relação da difusão deste culto com a presença de corpos militares, ganha relevância a relativa proximidade de Lindoso a *Aquis Querquernis* (Baños de Bande), cerca de 30 quilómetros para nascente, acampamento militar onde terá estado estacionada, a partir de finais do século I, uma unidade auxiliar de infantaria romana composta por elementos da *Legio VII Gemina* e/ou da *Cohors I Gallia Equitata Civium Romanorum* (Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2006:633).

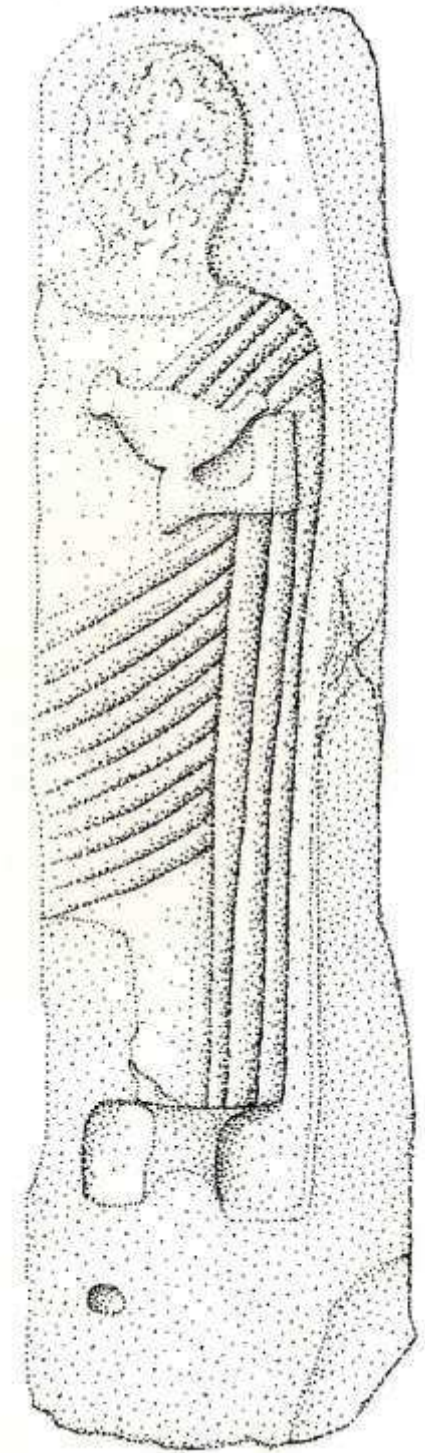
Quatro dos oito sítios que integramos neste período são povoados - A Cidade, Cabeço de Leijó, Vilarinho e Torre Grande. Revelam características de localização e de implantação diferenciadas, sendo igualmente distintos no que concerne às suas dimensão e organização internas. Numa leitura conjunta, privilegiando a análise de cada um dos povoados em confronto com os restantes, a variabilidade que se evidencia é particularmente relevante em vários aspetos.

O primeiro respeita à distribuição dos povoados não apenas pela base da vertente norte da Serra Amarela, sobre o rio Lima (A Cidade e



**Ara/ pedestal a Hércules, recolhida no Lindoso (desenho Ana Fontes/ PNPG)**





Estela com togado, recolhida no Lindoso  
(desenho Ana Fontes/ PNPG)

Cabeço de Leijó), mas também pelo troço médio do mais importante vale interior, o do rio Cabril (Vilarinho e Torre Grande). Ocupando uma significativa franja do território, o distanciamento entre cada um dos povoados reforça a amplitude de apropriação do espaço, tal como se infere também do facto de não se verificar sobreposição dos territórios de exploração correspondentes às isócronas de 30 minutos.

O segundo aspeto pode ser percebido pela ausência de um modelo comum de assentamento, revelando cada um dos povoados características únicas. A Cidade implanta-se a 200 metros de altitude, ao fundo da vertente da serra, num pequeno outeiro da escarpada margem do rio Lima, o mais importante curso de água que atravessa o território. O Cabeço de Leijó, cerca de 300 metros mais acima (518 m de altitude), expõe-se a poente numa das muitas proeminências suaves que rendilham a plataforma de erosão do Lindoso, marcando o início da vertente da serra. O sítio de Vilarinho, sensivelmente à mesma altitude, 525 metros, mas numa posição relativa de meia vertente, aparece virado a nascente, abrigado na concavidade da margem direita do pequeno ribeiro de Gra-lheiras. Finalmente, Torre Grande, o povoado situado a maior altitude, 670 metros, ocupa a desabrigada coroa rochosa que remata um dos esporões que pontuam a declivosa vertente direita do vale do rio Cabril.

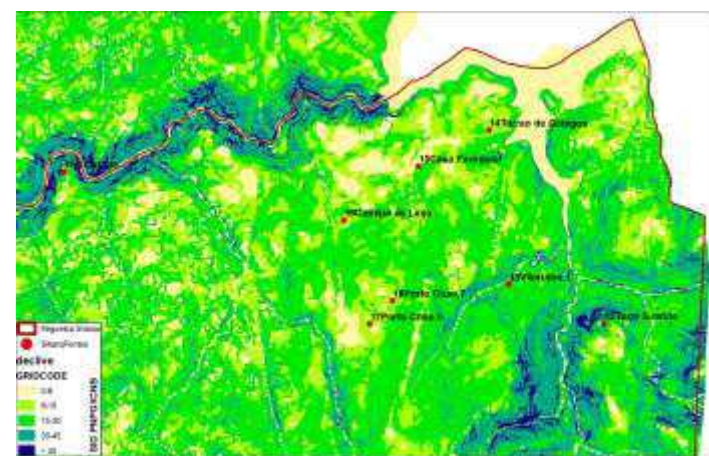
O terceiro aspeto relaciona-se com a heterogeneidade qualitativa e quantitativa das potencialidades de exploração do espaço associável a cada um dos povoados, como evidenciam os traçados das isócronas de 30 minutos correspondentes aos respetivos territórios teóricos.

A Cidade "abrange" uma área de cerca de 80 hectares, sendo que a mancha de terrenos menos declivosos, aqui de classe 2, é diminuta (cerca de 3 hectares, menos de 4 % da área total) e situa-se longe do povoado, na periferia da isócrona dos 30 minutos.

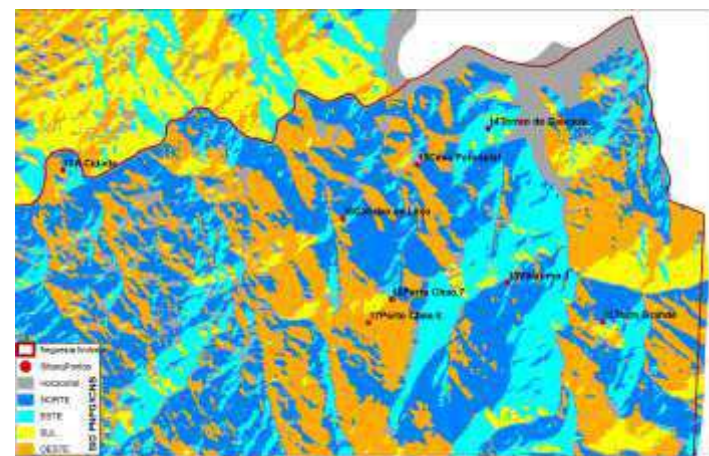
O Cabeço de Leijó é o povoado que "possui" maior e melhor território, pois nos cerca de 320 hectares cobertos pela isócrona de 30 minutos incluem-se os 60,5 hectares correspondentes a uma das mais significativas manchas de terrenos com baixo e médio declive de todo o território de Lindoso (respetivamente cerca de 8,5 hectares e 52 hecta-



Arqueossítios de Época Romana - Hipometria esc.1:50000 - LINTEGE (L.Fontes2011)

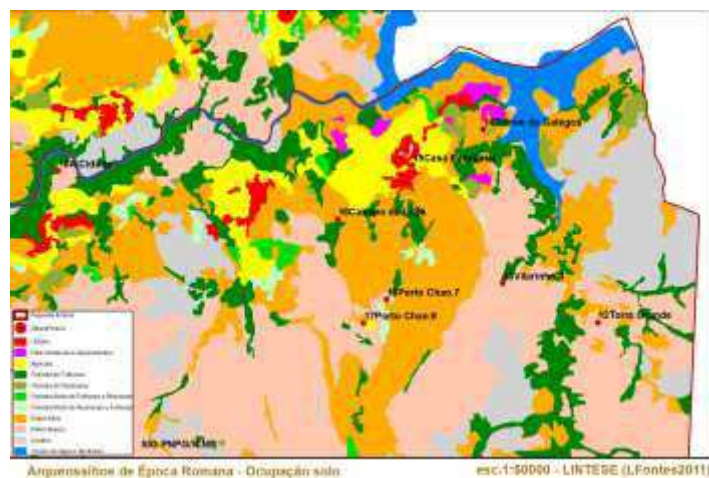
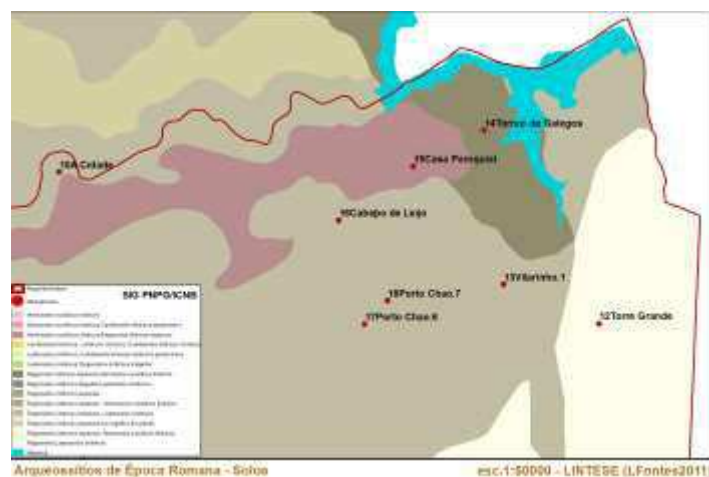
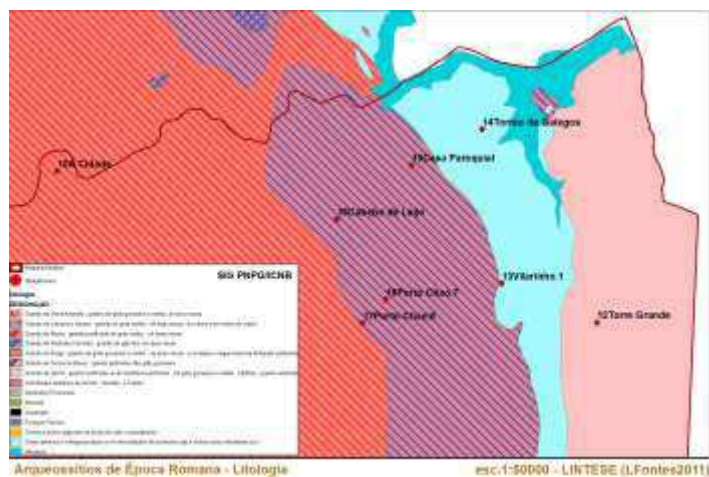


Arqueossítios de Época Romana - Declives esc.1:50000 - LINTEGE (L.Fontes2011)



Arqueossítios de Época Romana - Exposição esc.1:50000 - LINTEGE (L.Fontes2011)





res, aproximadamente 19 % do total da área da isócrona). Para além dos "melhores" terrenos se situarem junto ou próximo do povoado, saliente-se ainda a relativamente reduzida área com declive superior a 40 % (cerca de 45 hectares, menos de 11 % da área total da isócrona).

Vilarinho apresenta o segundo maior território teórico de 30 minutos, abrangendo uma área com cerca de 200 hectares em que dominam terrenos de declives elevados. Uma pequena bolsa de declive entre 8-16 %, com 7 hectares, aparece na periferia da isócrona, correspondendo a menos de 4 % da área total.

O povoado de Torre Grande apresenta uma área de isócrona condicionada pela sua implantação no cume do esporão, sendo que mais de dois terços do total aproximado de 113 hectares correspondem a terrenos de declive superior a 40 %. Contudo, adquire relevância a existência de terrenos com declive médio ocupando cerca de 7 hectares contíguos ao povoado.

O quarto e último aspeto tem por referência a paisagem atual, evidenciando-se uma diferenciação semelhante à apontada no parágrafo anterior, com tendência a separar mais claramente os povoados "baixos" dos povoados "altos". Cerca de metade dos territórios teóricos de A Cidade e do Cabeço de Leijó conhecem hoje uma ocupação agrícola intensiva, enquanto a totalidade dos territórios teóricos de Vilarinho e Torre Grande são ocupados por matos e incultos que suportam uma exploração pastoril extensiva.

Apresentadas estas caracterizações relativas à inserção paisagística, expõe-se em seguida algumas hipóteses interpretativas com base no tamanho do povoado, na área do território teórico de 30 minutos e no maior ou menor favorecimento fisiográfico à constituição de solos.

A primeira reflexão interpretativa vai num duplo sentido: primeiro, reconhecer no povoado maior, com maior território teórico, abrangendo melhores terrenos, o Cabeço de Leijó, uma convergência de ca-

**Relação entre implantação dos sítios arqueológicos de Época Romana e Sueva e classes hipsométricas, classes de declives, quadrantes de exposição, litologia, tipo de solos e ocupação do solo**



racterísticas reveladoras de uma vocação agrícola mais potenciada; segundo, e seguindo exatamente os mesmos critérios, reconhecer que nos restantes povoados não se verifica essa convergência, pelo que a vocação agrícola não terá constituído o fator determinante de implantação e desenvolvimento, devendo buscar-se no favorecimento de outras potencialidades razões complementares ou porventura determinantes para a fixação dos povoados de A Cidade, Vilarinho e Torre Grande. Enquanto ao primeiro se reconhecem maiores potencialidades de exploração de recursos piscícolas, pela proximidade ao principal curso de água, aos dois restantes oferecer-se-iam sobretudo recursos silvopastoris.

Uma outra linha interpretativa leva a considerar que a diversidade de localizações e de implantações, de tamanhos e de organização interna dos povoados, revelam não tanto uma estrita distinção funcional, que não é perceptível de modo claro, mas antes um diferente "peso" no quadro do povoamento do território.

Admitindo que todos os núcleos de habitat pudessem ser autossuficientes, ao nível das suas atividades económicas básicas, o estatuto socioeconómico de cada um seria distinto e, nesta perspetiva, inserir-se-iam de modo diferente na malha hierárquica do povoamento.

Ao povoado de Cabeço de Leijó reconhece-se facilmente um papel de lugar central, não suscitando grandes dúvidas a sua classificação como *vicus*, quer porque é o povoado de maiores dimensões, com uma estruturação interna mais complexa, quer porque se implanta sobre a melhor e mais extensa mancha de solos, quer ainda porque se situa junto à principal linha de trânsito natural da margem esquerda do rio Lima, sendo igualmente nas suas proximidades que se localizam importantes evidências arqueológicas associáveis às práticas religiosas e funerárias.

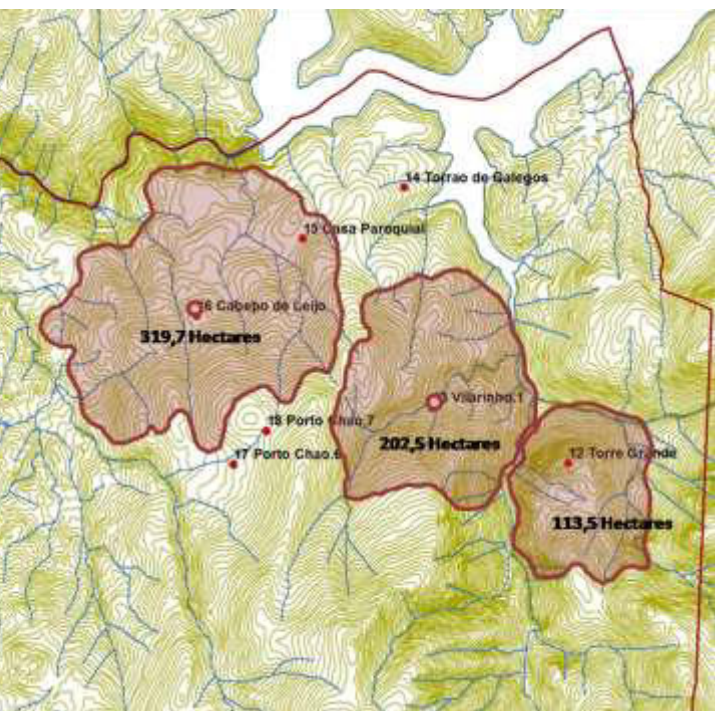
Aceitando para Cabeço de Leijó o papel de "ordenador" hierárquico, pode considerar-se que todos os outros povoados conheceriam, com maior ou menor intensidade, uma relação de dependência.

O povoado de Torre Grande, pela dimensão, pela potencialidade de servir uma mais intensa exploração dos recursos silvopastoris da serra e pela implantação geoestratégica sobre a passagem do rio Cabril, que



**Panorâmica do povoado de Cabeço de Leijó, vista do lugar de Lindoso**





**Povoados romanos com isócronas de 30 minutos**



poderá ter resultado de preocupações de controlo, vigilância e defesa, seguir-se-ia em ordem de importância ao povoado de Cabeço de Leijó.

A dimensão relativamente grande do povoado, a escassez de oferta de terrenos com boa capacidade/aptidão agrícola e o carácter episódico de uma ocupação decorrente da eventual função militar de vigilância e controlo, aparecem como características complementares, sem fundamentarem uma ocupação de vocação agrícola ou militar permanente.

O povoado de Torre Grande realizaria uma vocação fundamentalmente silvopastoril e, nesta perspetiva, seria um povoado com economia especializada de montanha. Valorizando a rudeza das edificações (paredes definidas por simples alinhamentos de pedras fincadas) e o já referido reduzido potencial agrícola dos terrenos abrangidos pelo seu território teórico de 30 minutos, pode-se colocar a hipótese alternativa de o povoado de Torre Grande ter conhecido uma ocupação que, podendo ter sido sistematicamente repetida e duradoura, como poderá inferir-se da maior durabilidade das construções pétreas de cobertura telhada, não deveria realizar-se ao longo de todo o ano - conheceria portanto uma ocupação sazonal.

Esta sazonalidade remete para a dependência em relação a um povoado permanente que, neste caso, seria o Cabeço de Leijó, determinando portanto a "não identidade" de Torre Grande como povoado. A sua aceitação implica igualmente questionar o tipo de relações que se estabeleceriam entre os diversos povoados dispersos pelas encostas da serra e o modo como organizariam a exploração temporária dos espaços serranos, ou ainda a existência de propriedade pública de uso comum, com os consequentes problemas de tributação.

Na ausência de dados que permitam avançar na análise destes aspetos, deixa-se em aberto a possibilidade de fazer remontar à época romana uma prática de exploração sazonal da montanha que, aqui para a Serra Amarela, se documenta com frequência a partir do século XIII, assunto que será tratado amplamente no capítulo seguinte.

Porém, neste caso do povoado de Torre Grande nada contraria a possibilidade de ser um povoado fixo e permanente, claramente dife-



renciado pela sua maior ligação à serra e à exploração dos recursos silvopastoris.

Em terceiro lugar, coloca-se o povoado de A Cidade, sem qualquer relação aparente com o Cabeço de Leijó. Pela sua posição sobranceira ao rio, facilitadora da eventual exploração de recursos piscícolas, pode considerar-se que tivesse desempenhado um qualquer papel de complementaridade da economia dos povoados mais altos, basicamente agrícolas e pastoris.

Porém, a sua existência compreende-se melhor no quadro da aceitação da passagem de uma importante via de comunicação nas proximidades, podendo estar relacionada com a sua defesa ou controle. Sem a certeza de o povoado ter uma fundação pré-romana, pode bem colocar-se a hipótese de A Cidade ter sido o primeiro povoado romano da região de Lindoso, fortemente vinculado à penetração militar no hinterland limiano, perdendo progressivamente importância em favor do povoado de Cabeço de Leijó.

Apesar de se reconhecer que o relativo isolamento do povoado lhe poderia reforçar uma eventual maior autonomia, não é evidente que tal determinasse qualquer redução da dominância do povoado de Cabeço de Leijó, relativamente ao qual deveria estar subordinado, tanto mais quanto existe um verdadeiro vazio de evidências arqueológicas no contexto próximo desta mancha de Lindoso.

Na base da malha do povoamento romano de Lindoso situa-se o sítio de Vilarinho. O seu posicionamento no fundo da escala hierárquica resulta sobretudo da sua classificação como simples casal, o que significa que se privilegiaram critérios quantitativos (sítio com uma reduzida área edificada), independentemente de o povoado de Vilarinho poder conhecer uma vocação predominantemente pastoril e menos agrícola, reconhecendo-se, portanto, uma certa especialização económica do sítio.

O povoado de Vilarinho adquire uma importância suplementar pelo facto de ser o único testemunho de povoamento que aponta para



**Panorâmica do sítio de Torre Grande, vista de NO**





uma dispersão antiga do mesmo, modalidade que, no Lindoso, só viria a realizar-se de modo significativo no último quartel do século XX.

Aparentemente, aqui no território de Lindoso manifesta-se, com particularidades decorrentes da base de sustentação económica, neste caso potencialmente mais pastoril e menos agrícola, e com predomínio claro do povoamento concentrado, o modelo romano de povoamento que geralmente se reconhece para as zonas mais amplas e férteis dos vales baixos - um núcleo principal polarizador de toda a atividade social, económica, política e administrativa, em redor do qual gravitava toda uma série de outros pequenos núcleos ou unidades individuais, numa relação equilibrada de povoamento concentrado e povoamento disperso (Carvalho, 2008).

O Cabeço de Leijó acumularia as funções de *mansio* e *mutatio*, não sendo de afastar a possibilidade interpretativa de que estas funções de apoio à comunicação viária possam ter estado na origem da fundação do povoado.

No quadro regional do povoamento romano, de que a cidade de *Bracara Augusta* seria o centro nevrálgico, o povoado de Cabeço de Leijó, distante cerca de 45 km, seria um importante *vicius* do hinterland limiano, embora devesse ter menos importância relativa que outros, como o *vicius* (?)/*mansio* de *Limia* (actual Ponte de Lima?), apenas a 30 km de Braga, ou o *vicius* (?)/*mansio* de *Aquis Originis* (actual Baños de Riocaldo, Lobios), a mais de 50 km.

À exceção de A Cidade, para o qual se aceita, embora com reservas, uma ocupação anterior, não se conhecem até à data quaisquer dados que permitam considerar a possibilidade de os outros três povoados terem conhecido uma ocupação anterior ao século II.

A partir desta base cronológica, que poderá recuar aos finais do século I, por correlação com a instalação do acampamento militar de *Aquis Querquernis* e com a construção da *Via Nova*, pode-se estabelecer que os arqueossítios que no Lindoso identificamos como povoados romanos serão fundações novas, *ex-nihilo* e, neste sentido, afirmar que o

incremento de povoamento em época romana constituiu, aqui, uma efetiva penetração nos espaços serranos, datável de época flávia.

Tendo presente que o incremento de povoamento em época romana aparece intimamente associado à aplicação de uma eficaz política fiscal, o povoado de Torre Grande deveria ser um povoado fixo, permanente, sendo pouco provável que escapasse ao controle das autoridades fiscais romanas, como aconteceria se conhecesse uma ocupação sazonal, pois neste último caso a sua "identidade" estaria vinculada ao mais importante povoado de Cabeço de Leijó.

Consequentemente, haverá que reconhecer, neste novo e alargado povoamento antrópico desta franja da Serra Amarela, o desencadear de significativas alterações da paisagem, as quais parecem, noutras zonas melhor conhecidas, ter acompanhado o processo de "romanização".

A mais significativa das alterações que se infere da dinâmica de povoamento evidenciada pelos sítios arqueológicos aqui considerados é a que respeita à alteração da cobertura vegetal. Assim, aceita-se que neste período de domínio romano, na região do Lindoso tal como em todo o Noroeste Peninsular, o impacte da ação humana sobre o meio (pastoreio, agricultura, construção, obtenção de combustível, extração de minérios, etc.), tenha provocado uma significativa regressão arbórea.

Isso mesmo é evidenciado pelos diagramas polínicos, que registam o desaparecimento da floresta e a formação de extensas áreas de matos e de herbáceas, que se misturam com os terrenos de cultivo. Estas mudanças na cobertura vegetal coincidem com o aumento dos processos erosivos (Ramil Rego *et al.*, 1996:208).

Por outro lado, coincidindo com a retração do povoamento registado entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, no Lindoso correspondente ao hiato de ocupação arqueologicamente evidenciado pelo abandono do povoado do Cabeço de Leijó, nos séculos VI-VII, os diagramas polínicos registam uma clara recuperação arbórea, conformando-se novos bosques de carvalho, a par do incremento de castanheiros (*castanea*) e de pinheiros (*pinus*) (Ramil Rego, 1993:53).



Panorâmica do sítio de Vilarinho, vista de Norte





As distintas funcionalidades, implantação, localização, dimensão e ergologia patenteadas pelo conjunto dos oito sítios referenciados para o período romano e suevo, permitem abordar alguns outros aspetos relacionados com a diversa organização do espaço promovida pelas comunidades que ocuparam o território de Lindoso nessa época.

Os dados recolhidos permitem ensaiar uma aproximação à organização socioeconómica dos espaços que integram os diferentes sítios, sendo possível propor algumas leituras interpretadas da organização dos espaços de habitat (organização interna dos povoados e tipologia das edificações), dos espaços de culto, dos espaços funerários, dos espaços de exploração agrícola e dos espaços de exploração da montanha alta.

O povoado de Cabeço de Leijó é o que se estrutura de modo mais complexo, com edificações distribuídas pelos socalcos que armam as vertentes, desenhando uma espécie de escadarias que convergem no topo, coroado por um edifício com alicerces mais elaborados. A pequena plataforma superior parece ter sido reservada em exclusivo a essa edificação distinta, que poderia ter sido um templo, configurando uma espécie de acrópole em torno da qual se ordenou o povoado.

Sintomaticamente, nenhum dos outros povoados, seja pela sua dimensão reduzida seja pelas características particulares da topografia da implantação, apresenta características que se possam enquadrar nesta organização mais complexa. Em A Cidade, Vilarinho e Torre Grande, a distribuição das estruturas não evidencia qualquer ordenamento específico, parecendo revelar sobretudo uma elementar adequação à topografia do local. Em A Cidade e Torre Grande os restos identificáveis de construções encontram-se dispersos pelos diferentes planos que enformam a plataforma superior dos respetivos sítios, registando-se uma ocupação preferencial dos espaços abrigados entre o caos de blocos graníticos que aí afloram.

Preocupações defensivas apenas se patenteiam no povoado de A Cidade, o único que apresenta um talude/muralha e fosso, a dificultar a passagem do cabeço à plataforma que remata a vertente.

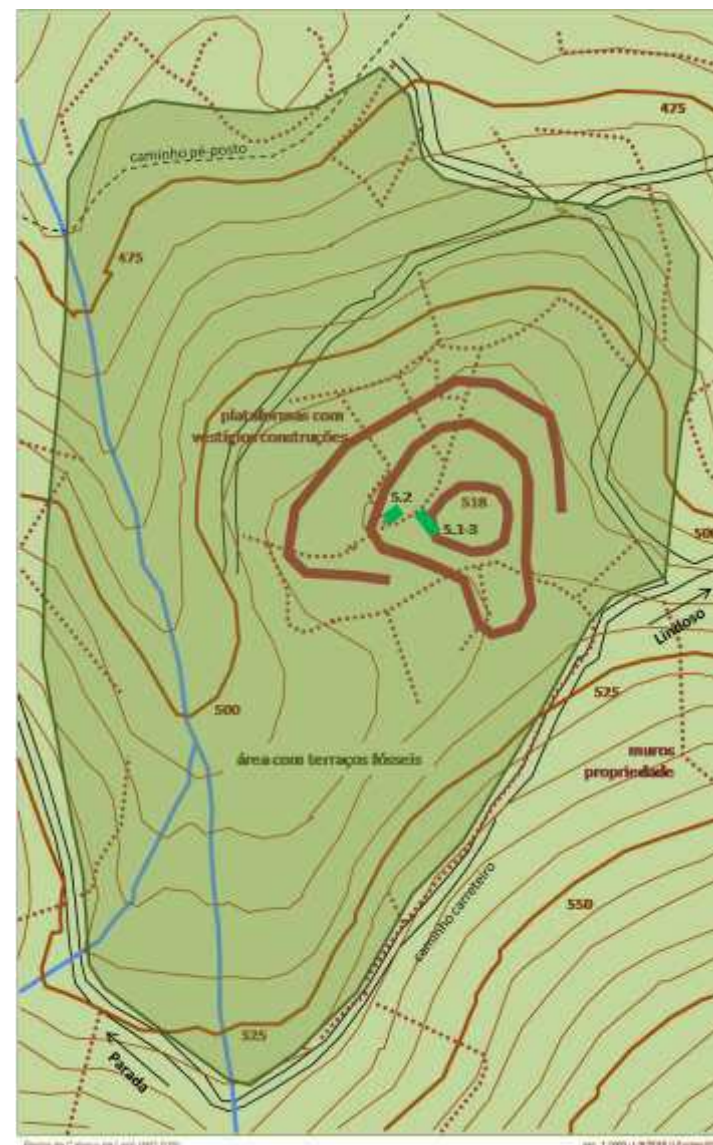


Relativamente à tipologia das edificações (habitações e anexos para cortes e para arrecadação ou outras funcionalidades), os dados apontam para a existência de um princípio planimétrico comum, caracterizado pela forma quadrada ou retangular, a primeira dominante nas divisões ou compartimentos únicos e a segunda mais frequente nas edificações compostas por várias divisões ou compartimentos. Nos sítios de Vilarinho e A Cidade não se observam edificações com planta completa, mas os alinhamentos visíveis permitem sustentar, pela sua ortogonalidade, que o modelo planimétrico das construções nesses povoados seria semelhante.

Diferentes revelam-se a tecnologia construtiva das edificações e a organização interna das que julgamos corresponder às habitações. Relativamente ao primeiro aspeto, releva a melhor qualidade construtiva patenteada pelas edificações de Cabeço de Leijó, com paredes de face dupla em alvenaria irregular de blocos graníticos, fragmentos de telha, cascalho e terra. Também se identificaram, dispersos, cilhares almofadados e um provável lintel com decoração, também em granito. Superior qualidade construtiva só se identificou no edifício de Torrão de Galegos, interpretado como mausoléu, em alvenaria regular de blocos graníticos afeiçãoados.

Em Vilarinho não eram visíveis estas características, mas podemos aceitar que aí fossem semelhantes. Já em A Cidade e Torre Grande revelam-se completamente distintas, sendo particularmente evidentes neste último povoado, onde se observam construções estruturadas com paredes formadas por simples alinhamentos de blocos e lajes de granito, sem qualquer afeiçãoamento e simplesmente encostadas umas às outras. Não fora a existência de fragmentos de *tegulae*, reveladores da existência de uma eventual cobertura telhada, e poderia propor-se que os elementos subsistentes constituiriam o embasamento estruturador de uma simples cobertura perecível de madeira e colmo.

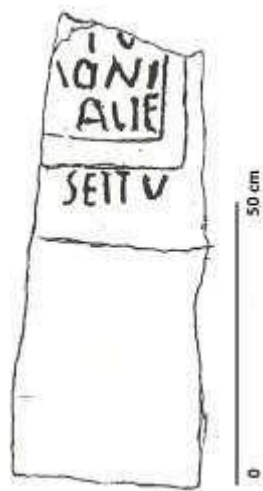
Quanto ao modelo de habitação, só existem dados para Cabeço de Leijó e Torre Grande. As diferenças são claras. No primeiro povoado identificou-se uma "casa" formada por um corpo retangular com



**Planta do povoado de Cabeço de Leijó, com localização das sondagens**



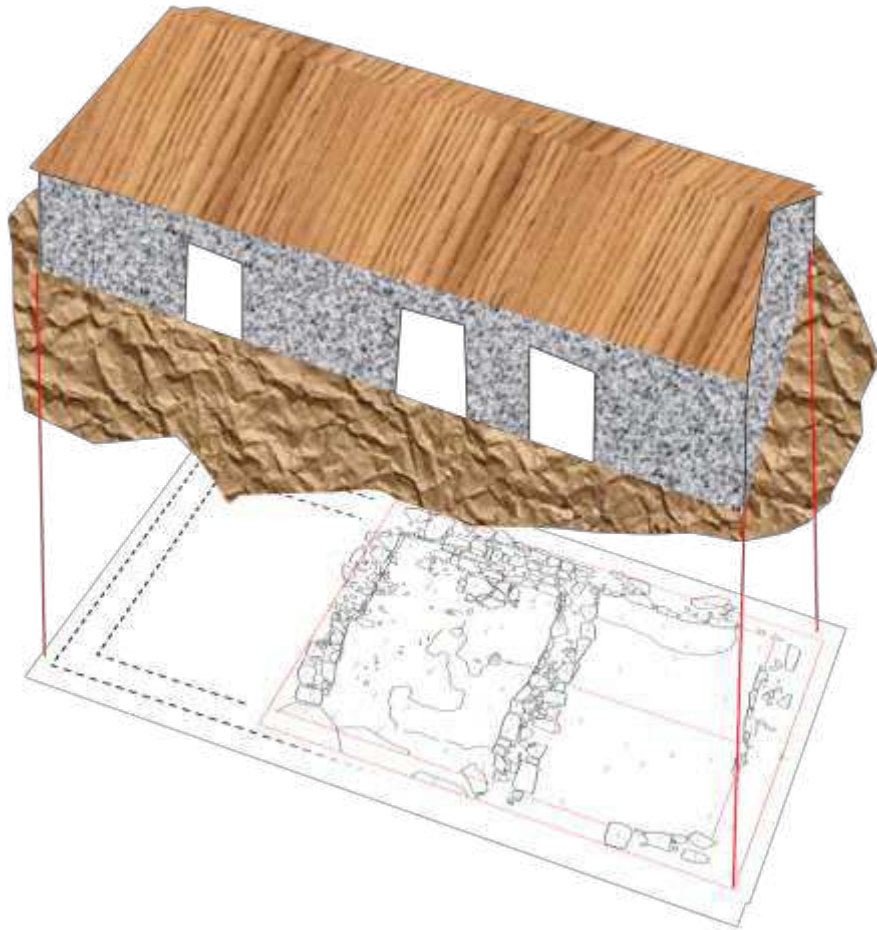
Elemento arquitetónico decorado e fragmento de inscrição recolhidos no Cabeço de Leijó



Alinhamentos de paredes em mamposteria no povoado de Torre Grande





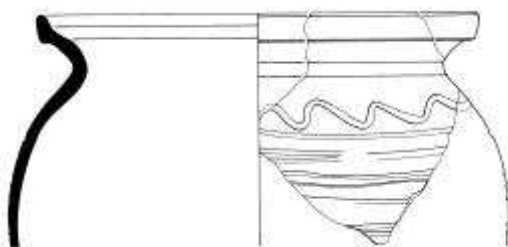
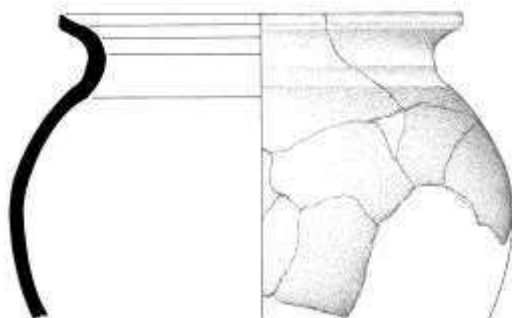
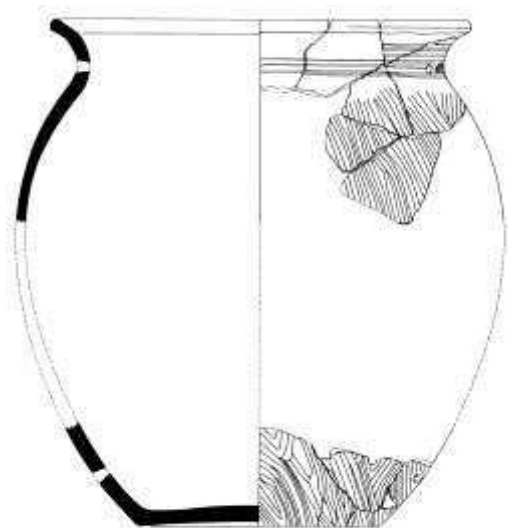


**Proposta de restituição de habitação  
de Cabeço de Leijó**



**Pormenor de compartimento com lareira  
em habitação de Cabeço de Leijó**





**Espólio cerâmico recolhido no Cabeço de Leijó**

cerca de 12 metros de comprimento por 6 metros de largura (medidas exteriores), dividido em três compartimentos iguais com 4x6 metros cada. A divisão central, com uma lareira estruturada junto à parede oposta à entrada, corresponderia a uma cozinha. No povoado de Torre Grande não há "casas" com uma organização tão clara, aparecendo como possível habitação algumas estruturas compósitas formadas por uma divisão maior (cerca de 5x3,5 metros) com um anexo de menores dimensões (cerca de 2,5x2 metros), geralmente adossado a um dos lados mais pequenos do compartimento grande.

No que respeita à organização dos espaços de culto, os dados são igualmente escassos e, aparentemente, contraditórios, pois a inscrição do Cabeço de Leijó, recolhida em 1986 na sequência da implantação de uma torre de alta tensão na plataforma superior do povoado, parece corresponder a uma ara/estela funerária. Verificada a proximidade do achado em relação à "acrópole" do povoado, onde poderia ter havido um templo, conclui-se que no povoado de Cabeço de Leijó se localizaria um espaço de culto, vinculado ao local de morar, onde também se evocariam as memórias de personagens falecidos, relevando neste caso o facto de esse local ser, com grande probabilidade, o mais importante povoado do território.

Relativamente à organização dos espaços funerários, dos três arqueossítios, claramente contextualizáveis como tal, a primeira análise permite considerar a tumulação de Torrão de Galegos como um elemento de dispersão, aparecendo isolado, sem qualquer relação evidente com os povoados. Aparentemente, situa-se à margem da via que por aí faria a passagem do rio Cabril em direção ao interior. As razões da escolha do local para aí se fazer tumular alguém são hoje difíceis de perceber. Terá pesado na escolha o facto de aquele local beneficiar de uma ampla panorâmica para nascente sobre o vale do rio Lima, desde a confluência do rio Cabril até à região de Bande, onde se localizaria o acampamento militar de *Aquis Querquennis*?

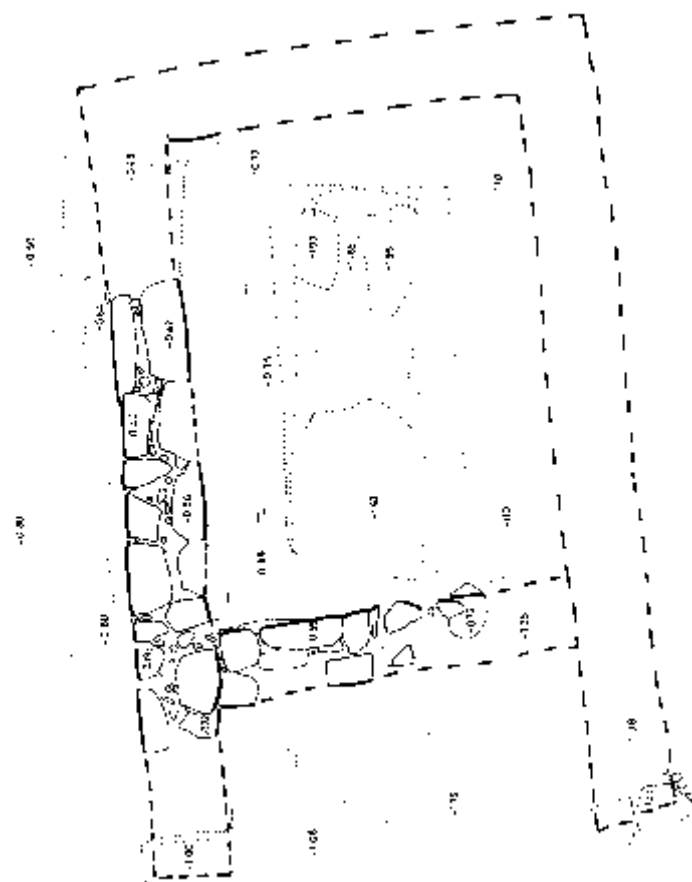
Em sentido contrário poderão interpretar-se as evidências arqueológicas de Porto Chão.<sup>6</sup> - Viveiros e Porto Chão.<sup>7</sup> - Portela de Peixer-

rão, as quais, pela sua proximidade, poderão considerar-se como um agrupamento. Neste sentido, apontam para a classificação do espaço em que se inserem como uma provável área de necrópole. Situando-se na periferia do território teórico do povoado de Cabeço de Leijó, evidencia-se entre este arqueossítio e a necrópole uma dupla relação de conexão e adjacência, que reforça a possibilidade de essa necrópole poder corresponder à área tumular daquele povoado.

Pode estabelecer-se uma distinção semelhante com base nas características fisiográficas das implantações: Torrão de Galegos apresenta uma tumulação isolada em zona inóspita e desabrigada, em terrenos de grande declive, num local onde não se "está" mas por onde apenas se "passa"; Porto Chão, com duas epígrafes funerárias identificadas, apresenta-se como uma provável área de necrópole, situada em zona de boa acessibilidade à serra, na bordadura de um amplo alvéolo de retenção no qual se identificam potencialidades de exploração agropecuária, sendo por isso um local onde, para além de se "passar" com frequência, também se podia aí "ficar".

A conclusão principal que se retira das características acima evidenciadas é a de que, espacialmente, a área tumular ou necrópole de Porto Chão se vincula estreitamente com o mais importante povoado do território, afirmando-se por essa via como um fator de ordenamento do povoamento. Por outro lado, a tumulação de Torrão de Galegos, ao "desligar-se" do quadro de povoamento local e ao relacionar-se com uma via de trânsito de ligação ao exterior, adquire significância sobretudo no quadro de uma estrutura regional de povoamento.

As questões relacionadas com a diferenciação dos espaços económicos, na perspetiva da distinção dos espaços de exploração agrícola e dos espaços de exploração silvopastoril, também podem ser abordadas. Os "espaços comerciais" são menos facilmente apreensíveis ou delineáveis, podendo apenas dizer-se que, valorizando o papel das vias de comunicação no incremento do comércio, o povoado de Cabeço de Leijó é o que reúne, comparativamente, as melhores condições para desempenhar o papel de entreposto comercial no território de Lindoso.



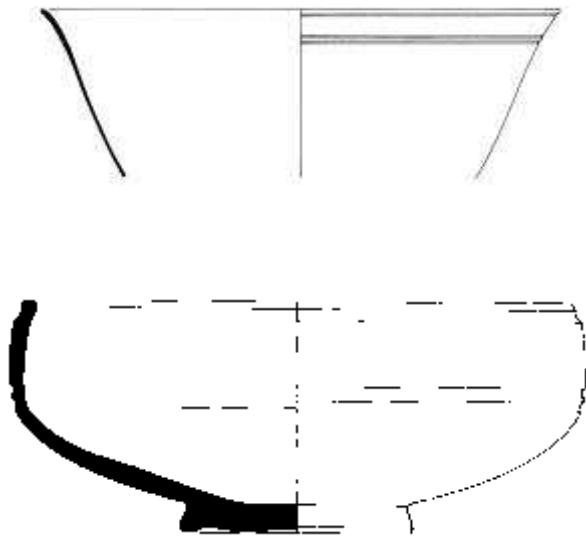
Aí chegariam primeiro os produtos do exterior e aí encontrariam as populações locais maiores facilidades de troca e/ou venda das suas produções.

Quanto aos espaços de exploração agrícola, estes circunscrever-se-iam aos terrenos imediatamente contíguos aos povoados, tal como evidenciam os socalcos fósseis junto aos núcleos de habitat, numa relação de conexão estreita e exclusiva.

Esses terraços fósseis testemunham que as populações galaico-romanas de Lindoso conheciam e aplicaram o sistema de produção de solos através da armação das vertentes em terraços ou socalcos, acompanhando as curvas de nível do terreno, técnica que permite a retenção de sedimentos produzidos pelos processos erosivos naturais e/ou de terras mobilizadas por ação antrópica, produzindo desse modo solos aptos à produção agrícola. Este sistema, desde que complementado com rega e adubação adequada, designadamente por adição de matéria orgânica em decomposição, como a produzida por gado, estabulado ou não, garantiria uma aceitável e permanentemente renovada produtividade desses solos.

A aceitação de que as populações desenvolveriam um modelo económico de base agro-silvo-pastoril, orientado para a autossuficiência, bem como a verificação de que no Lindoso as condições naturais não proporcionam, verdadeiramente, a existência de solos com aptidão agrícola, à exceção da pequena mancha que cai dentro do território teórico do povoado de Cabeço de Leijó, são mais um pressuposto e mais uma evidência que convergem no sentido de fundamentar a afirmação inicial de que os espaços agrícolas permanentes se limitariam aos terrenos imediatamente contíguos aos núcleos habitados.

Não existindo qualquer oferta de solos naturais com potencial de exploração agrícola, a agricultura só poderia desenvolver-se de modo duradouro e assegurando um rendimento estável através da produção de solos, o que em terrenos declivosos só se consegue através da armação das vertentes em socalcos.



**Espólio vítreo e cerâmico recolhido no mausoléu de Torrão dos Galegos**



Se a economia das populações for de simples subsistência, a produção de solos será limitada ao estritamente necessário, sendo compreensível que a construção de socalcos se faça apenas junto aos povoados. É esta significação que se apreende das características de implantação e localização dos arqueossítios classificados como povoados.

Importa entretanto fazer algumas precisões e explorar analiticamente algumas especificidades observadas.

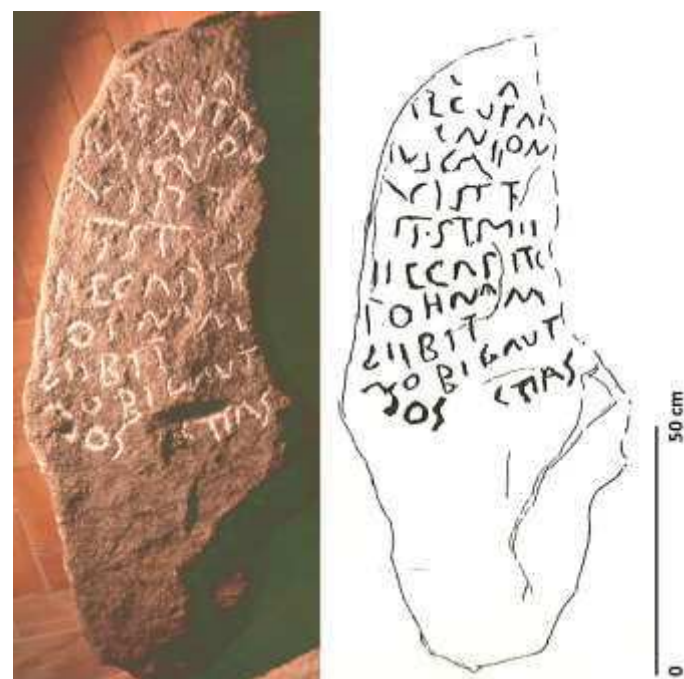
Em primeiro lugar, só se identificaram socalcos fósseis nos povoados de A Cidade, Cabeço de Leijó e Vilarinho, devendo assinalar-se uma significativa concordância entre a dimensão de cada povoado e a correspondente área de terreno armado em socalcos, menor em Vilarinho e maior em Cabeço de Leijó, podendo neste último aceitar-se que alguns dos terraços/plataformas do próprio povoado pudessem ter servido para agricultura e não para assentamento de edificações.

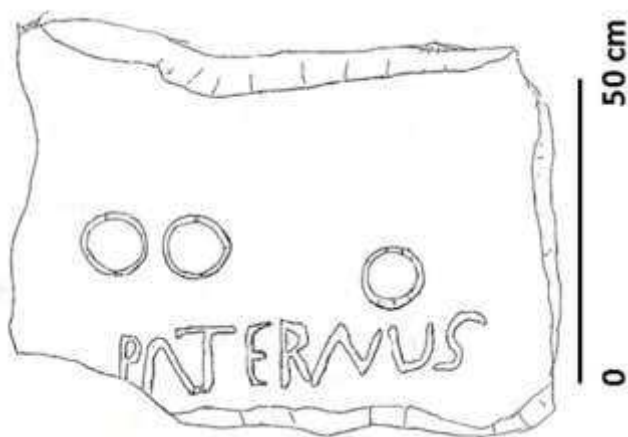
Em segundo lugar, no povoado de Torre Grande não se identificaram terrenos armados em socalcos associáveis a uma ocupação coeva. Não determinando, por si só, uma modalidade de ocupação sazonal, esta ausência é, sobretudo, concordante com a presumível existência de um povoado com especialização económica de montanha do tipo silvopastoril.

Em terceiro lugar, embora grande parte do território teórico da isócrona de 30 minutos das actuais aldeias de Lindoso e de Cidadelhe se sobreponha aos respectivos territórios teóricos dos sítios arqueológicos de Cabeço de Leijó e de A Cidade, não há qualquer sobreposição das áreas actualmente agricultadas em relação às áreas dos terraços fósseis, que hoje se apresentam parcialmente incultos, com matos e com pequenos bosques.

Este desvio ou alteração da modalidade de ocupação do solo revela com clareza que a proximidade dos campos agrícolas em relação ao povoado foi um factor determinante da escolha dos terrenos a armar com socalcos e reforça a ideia de ter havido uma efectiva ruptura no povoamento humano deste território.

**Inscrição de Porto Chão.7  
(Portela de Peixerrão)**





**Inscrição de Porto Chão.6  
(Viveiros)**

A proximidade espacial das actuais aldeias de Cidadelhe e de Lindoso em relação aos arqueossítios de A Cidade e Cabeço de Leijó, a que acresce a constatação de que grande parte dos territórios teóricos de exploração é comum, poderia conduzir à afirmação fácil de existência de continuidade de ocupação, interpretando-se as pequenas variações nas manchas agricultáveis, ou a deslocação dos povoados, não como determinadas por rupturas mas como resultantes de paulatinas deslocações eventualmente relacionáveis com o reforço das acessibilidades e fortificação da fronteira na Idade Média.

Porém, os dados arqueológicos não parecem apontar no sentido dessa interpretação, antes pelo contrário. O contexto de abandono do povoado de Cabeço de Leijó parece situar-se em torno do século VI, o que deixa um intervalo de mais de quatro séculos até às primeiras evidências de povoamento medieval.

Em quarto e último lugar, para além dos terrenos agrícolas permanentes, espacialmente contíguos aos três povoados referidos, foram identificadas duas pequenas áreas, com evidências arqueológicas em conexão, que revelam aptidões fisiográficas e edafológicas para uma exploração agro-pecuária temporária ou sazonal. Referimo-nos à chã a Sul do povoado de Torre Grande, designada por Chã da Torre e ao alvéolo de Porto Chão.

A primeira aceitaria uma exploração frequente para pasto e mais raramente para produção de cereal, num sistema de "swiddening" (ou "queimada - cavada"). O segundo aceitaria uma exploração idêntica à anterior, embora a maior área disponível e as melhores condições micro-climáticas pudessem favorecer uma exploração mais intensa, eventualmente proporcionando abrigo a rebanhos e manadas no Inverno.

A existência de uma área tumular na zona norte da chã alveolar poderia constituir, mais do que uma condicionante parcial, um impedimento absoluto da exploração das potencialidades agro-pecuárias do espaço envolvente, por razões de ordem religiosa e/ou simbólicas? Sobre isto nada se pode adiantar, devendo apenas sublinhar

-se que as evidências arqueológicas na área do arqueossítio Porto Chão.6 - Viveiros, não sustentam uma interpretação exclusiva de funcionalidade funerária, sendo possível que uma prospeção mais intensa e escavações arqueológicas proporcionem dados indicadores de outro tipo de funcionalidade.

A eventual identificação futura de um povoado de época romana em Porto Chão, não contraria a leitura global proposta, antes pelo contrário, reforça a interpretação de nesta época se ter verificado uma forte antropização do território, conquistando-se espaços serranos com distintas potencialidades de exploração. Poderia, isso sim, rever-se a classificação funerária da inscrição *PATERNUS* aí recolhida, que perante uma eventualmente mais estreita associação a um espaço de povoado, poderia classificar-se como marco de propriedade.

Acima dos 750 metros de altitude, espaço que se designa por vertente alta, não se identificaram quaisquer evidências arqueológicas associáveis a este período. De facto, todos os arqueossítios se situam abaixo dos 725 metros, distribuindo-se pela base da vertente da serra, predominantemente entre os 450 e os 650 metros de altitude. Os territórios teóricos de 30 minutos dos povoados não se sobrepõem, alinhando-se num eixo paralelo ao rio Lima, cobrindo uma ampla banda no Norte do território, que abrange praticamente todo o terço inferior da vertente e parte do troço médio do vale do rio Cabril.

Do ponto de vista teórico, os espaços assim delineados satisfariam todas as necessidades do suposto modelo agro-silvo-pastoril que sustentaria economicamente as comunidades desta época, designadamente nas produções agropecuárias, na obtenção de lenha para combustível e de matos para gado e adubação. A ausência de vestígios arqueológicos na vertente alta da montanha afigurar-se-ia, assim, compreensível e até justificada.

Acontece, porém, que atividades como a caça, o pastoreio extensivo e a exploração florestal eram amplamente praticadas pelas comunidades galaico-romanas, constituindo uma importante atividade complementar do sistema económico. Admite-se mesmo que o pastoreio ex-



**Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso no período Romano: 1a – Povoado de Cabeço de Leijó e área potencial de aproveitamento agrícola; 1b – Casal de Vilarinho e área potencial de aproveitamento agrícola; 1c – Povoado de A Cidade e área potencial de aproveitamento agrícola; 2a – Porto Chão: zona de potencial aproveitamento agro-pastoril; 2b – Povoado de Torre Grande e área de potencial aproveitamento agro-pastoril; 3 – Área de exploração florestal**



tensivo e a exploração florestal possam ter-se afirmado, de acordo com contextos económicos específicos, como atividades económicas principais. Aqui no Lindoso, esta especialização económica sustentaria a existência do povoado de Torre Grande.

Por outro lado, são bem conhecidas as referências à caça e ao pastoreio na região montanhosa do Bierzo (Astorga), constantes da "*Vita Frutuosus*" compilada por Valério de Bierzo entre 670 e 680 (Díaz y Díaz, 1974:83,87). Embora não se possa simplesmente transpor esta referência de finais do século VII para os séculos anteriores, tem vindo progressivamente a ser demonstrada a prática de pastoreio extensivo na Península Ibérica desde a época romana (Gómez Pantoja, 1993).

O espaço de montanha estaria portanto afeto às atividades de caça, exploração florestal e pastoreio extensivo, podendo considerar-se que a ampla distribuição dos povoados terá potenciado essas atividades, eventualmente numa modalidade de exploração sazonal, particularmente a partir dos povoados de Vilarinho e Torre Grande, que dominam o acesso aos recursos do importante vale interior do rio Cabril.

O peso e significado socioeconómico dessas atividades desenvolvidas na montanha alta dificilmente serão apreendidos, pois as "materialidades" da sua prática raramente são identificadas nos arqueossítios. Fica apenas a ideia, fundamentalmente sugerida pela implantação do povoado de Torre Grande, que a exploração da vertente alta da serra poderá ter revestido, aqui no Lindoso, uma importância socioeconómica superior à de simples atividade complementar.

Como conclusão geral a este subcapítulo sublinha-se que, da consideração articulada das características quantitativas e qualitativas de todos os sítios arqueológicos, o povoado de Cabeço de Leijó distingue-se por aí convergirem um conjunto de atributos que lhe conferem um papel de proeminência no quadro do povoamento local, configurando pela primeira vez um território que, desde então e até à atualidade, não haveria de registar significativas alterações na sua estrutura.



# In Collatione Sancti Mametis de Lindoso

Panorâmica do castelo de Lindoso, vista de sul.





Ao contrário da perspectiva histórica tradicional, que explicava o início da Idade Média como um período de ‘barbarização’ e ‘ermamento’, é hoje generalizadamente aceite que o noroeste do atual território português terá mantido parte significativa das suas populações. Até ao terceiro quartel do século IX num quadro social e político de ausência de poderes estatais atuantes e a partir do último terço do século IX já enquadrados de modo sistemático nas estruturas de poder galaico-asturiano, leonês e portugalense.

De facto, as fontes documentais e arqueológicas, a par da toponímia e da hagiotoponímia, revelam, para o entre Douro-e-Minho e no período compreendido entre os séculos VIII e XI, a existência de um povoamento diversificado.

Apesar da reconhecida retração populacional dos séculos VII e VIII e das vicissitudes do processo de expansão asturiana e leonesa nos séculos IX e X (vulgarmente apelidada de "reconquista") e da definição do Condado Portucalense, no decurso dos séculos X-XI, que conheceram ritmos e intensidades diferentes, determinados por contextos militares e socioeconómicos específicos, a ampla região da diocese de Braga, então correspondente ao norte do atual território português, esteve sempre povoada, como confirma a atividade documentada do bispo Odoário, na segunda metade do século VIII (Costa, 1997:48 e 52).

A partir da segunda metade do século IX, com Afonso III, a expansão asturiana-leonesa faz-se de forma mais sistemática e sustentada, "restaurando-se" então as importantes cidades de Ourense, Chaves, Braga e Porto. Governada pelos condes portucalenses, esta região continuava, todavia, uma zona instável, de domínio incerto e ocupação precária, dificultado quer pelas incursões normandas de meados do século IX ao terceiro quartel do século XI, quer pelas devastadoras expedições árabes, as mais célebres das quais levaram Almançor até Santiago de Compostela, em 997-999.

Ao longo do século XI começam a registar-se alterações significativas: a população cresce, a economia de base agrícola desenvolve-se positivamente, a sociedade organiza-se em torno dos poderes senhoriais

que garantem a defesa dos territórios, a igreja reforma-se.

Consolidada a fronteira na linha do Mondego, conquistada a sua autonomia político-administrativa ao tempo do conde Henrique, o condado portugalense surge-nos nos finais do século XI como um território densamente povoado, organizado em "Terras", com uma malha administrativa eclesiástica perfeitamente estruturada e consolidada pela definição das paróquias (Costa, 1997).

Data precisamente de finais do século XI a primeira referência a povoamento em Lindoso.

Segundo o "censual de entre Lima e Ave", a igreja de Lindoso, então integrada na *Terra de Vanati*, pagava à mitra bracarense II quarteiros (meio "moio", 12 alqueires de cereal) (Costa, 1997:284).

Para o estudo da conformação da paisagem medieval do Lindoso, os dados arqueológicos constituíram o núcleo principal das fontes primárias de informação, isolando-se, para este período, com base em prospeções intensivas, um conjunto de 19 sítios arqueológicos de distintas tipologia e funcionalidade. Contou-se, ainda, com os dados proporcionados pelas amplas escavações arqueológicas realizadas no Castelo de Lindoso.

Para este período foi ainda possível contar, embora em número reduzido, com fontes de informação primárias constituídas por documentos escritos coevos, entre os quais se destacam as *Inquirições* de 1258 [4] e o Tombo da Igreja de Lindoso de 1574 [5]. Não sendo de época medieval, a leitura regressiva deste último documento revelou-se de fundamental importância para a compreensão de múltiplos aspetos da vida medieval do Lindoso, pois para os séculos altomedievais só se conhecem duas referências escritas, que apenas documentam a existência de uma localidade que se identifica pelo nome Lindoso.

Mas a maior parte, se não mesmo a totalidade dos sítios arqueológicos, são atribuíveis aos séculos centrais e finais da Idade Média, isto é, séculos XIII a XV.

Assim, a partir das evidências arqueológicas e da documentação escrita e apesar de não ser possível destringir entre o que é exclusivo

[4]  
*Inquirições Afonso III*, Livro 9, Fólio 108v.  
Cota: IAN/TT - 1072/R. (= PMH.Inq. 1258).

[5]  
*Tombo da Igreja de sam mamede de llindoço ...*  
Cota: ADB – Registo Geral/289-6.

dos tempos iniciais da reorganização política, administrativa, social e económica do território, do que emerge apenas nos finais da Idade Média, nas páginas seguintes far-se-á uma aproximação à paisagem medieval que se foi conformando no Lindoso a partir do século XI.

Deu-se particular atenção aos aspetos relacionados com a apropriação do espaço e com a modelação da paisagem: a emergência da territorialidade local, a fixação da fronteira política, a estruturação do povoamento e a organização socioeconómica dos espaços, designadamente, a tipologia dos povoados, a partilha da serra e a "construção" da paisagem agrária.

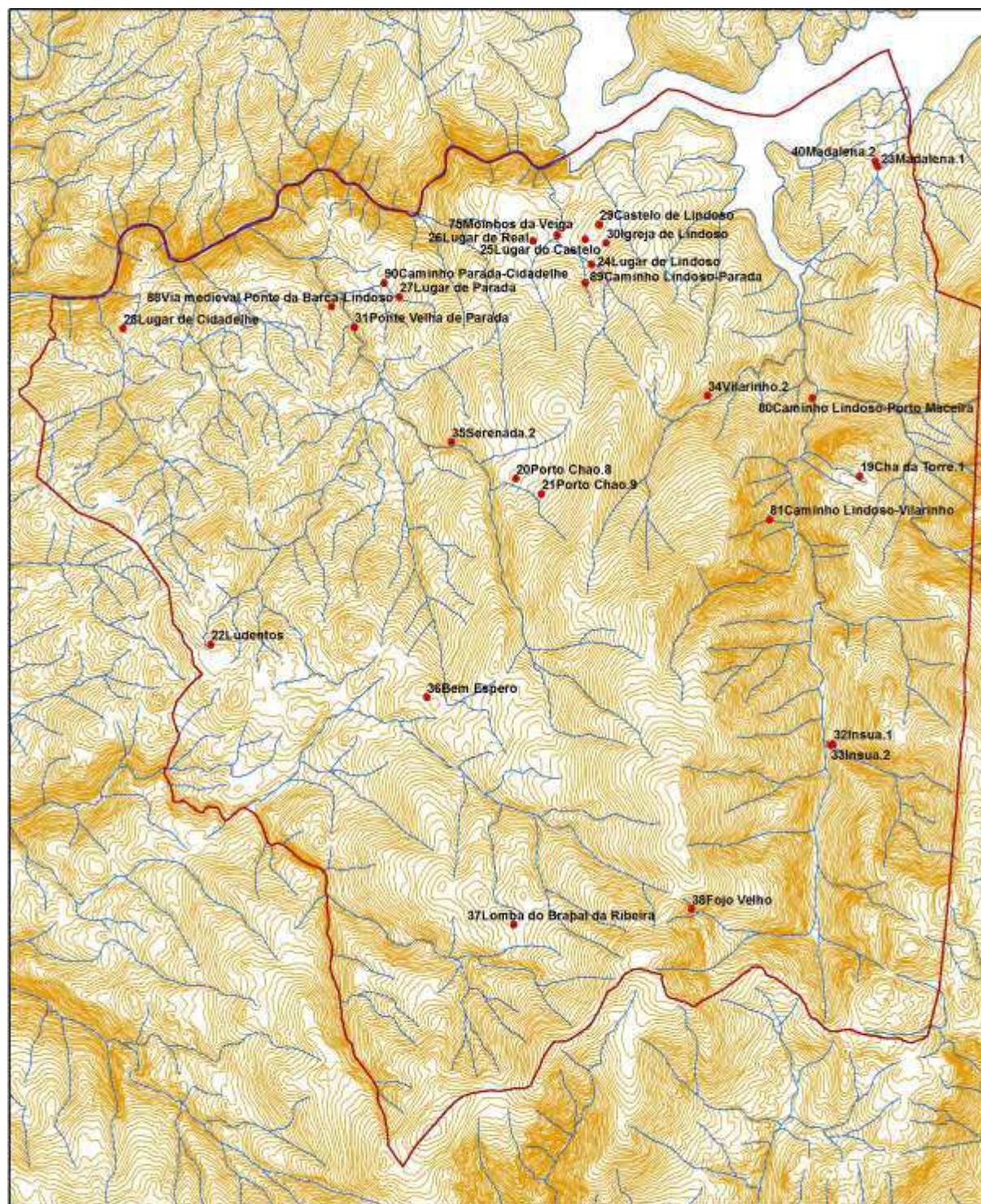
A fixação da territorialidade paroquial ou a delimitação do espaço sujeito à jurisdição do pároco é um fenómeno relativamente tardio, que parece ter acompanhado a introdução da reforma gregoriana na Península Ibérica, situando-se portanto em torno dos séculos XI-XII.

Parece ter antecedido a afirmação da territorialidade da freguesia, esta vinculada aos direitos e fiscalidade civis representados pela coroa e realizados plenamente apenas no século XIII, época em que *ecclesia e collatione* deram lugar às designações "paróquia" e "freguesia", termos que a partir dessa altura passam a ter o mesmo significado territorial (Almeida, 1987:28).

No Lindoso parece ter-se verificado processo semelhante. No século XI a igreja de Lindoso aparece registada no "Censual de entre Lima e Ave" como pagando à mitra bracarense II quartarios. Nesse documento, a igreja de Lindoso surge individualizada face a Britelo, S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios, S. Tiago de Vila Chã, S. Vicente de Germil e S. João de Vila Chã, devendo esta individualização tributária traduzir-se também territorialmente, pois estava em questão a afetação de rendimentos específicos, provenientes de comunidades bem definidas e diferenciadas, mesmo economicamente.

Sendo que as taxas a pagar por cada igreja eram sustentadas pelos rendimentos das populações, deve reconhecer-se a necessidade de esta-





Cartografia dos sítios  
arqueológicos da Idade Média

Arqueossítios da Idade Média

esc.1:50000 - LINTESE (LFontes2011)





belecer a sua identificação com uma igreja em particular e não com uma qualquer igreja ao acaso, identificação que se traduziria na fixação de uma territorialidade precisa, exclusiva. Ao nível da organização civil do território semelhante identificação só se documenta nos meados do século XIII referenciando-se, pela primeira vez, a *collatione* de Lindoso nas "Inquirições" de 1258. Também aí aparece diferenciada de Britelo, de S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios e de S. Vicente de Germil.

É importante sublinhar que, a um nível superior de organização territorial-administrativa, a concordância da territorialidade eclesiástica com a civil também parece fixar-se no decurso do século XIII. De facto, ao "Julgado da Nóbrega" das "Inquirições" da coroa corresponde a "Terra da Nóbrega" dos documentos eclesiásticos, substituindo nestes últimos a antiga designação de "Terra de Vade" (terra de Vanati) referenciada apenas no "censual" do século XI.

Embora alguma escassa documentação testemunhe a ocupação desta região do vale do Lima, pelo menos desde o século X, como se pode depreender das referências ao Soajo e Várzea, no testamento de Mumadona, datado de 959 [6], só a partir do século XI se documenta uma certa organização do povoamento, e só a partir de inícios do século XIII é que se pode falar com algum fundamento de territorialidade local, aceitando-se para este momento uma identificação entre território eclesiástico (*ecdesia* /paróquia) e território civil (*collatione*/freguesia).

É igualmente a este período que se faz remontar a fixação dos limites físicos do termo de Lindoso, apesar de os primeiros documentos que se lhes referem expressamente, descrevendo-os parcial ou integralmente, datarem já do século XVI (nessa altura o Lindoso tinha o estatuto de concelho, por força da concessão do foral manuelino de 1514. O território, todavia, seria o mesmo). Considerando, porém, que na sua elaboração, tanto na demarcação fronteiriça de 1538 como na delimitação do termo da freguesia em 1574, intervieram testemunhas idosas que reiteradamente sublinharam a antiguidade dos limites, pode-se recuar a fixação do território de Lindoso aos primeiros séculos da nacionalidade.

[6]  
"(...) In ripa limie portionem in suagio [Soajo] sive terras  
et pumares. (...) Vaccas quantas habemus in Varzena  
[Várzea] et in suagio (...)" (PMH.DC.LXXVI).



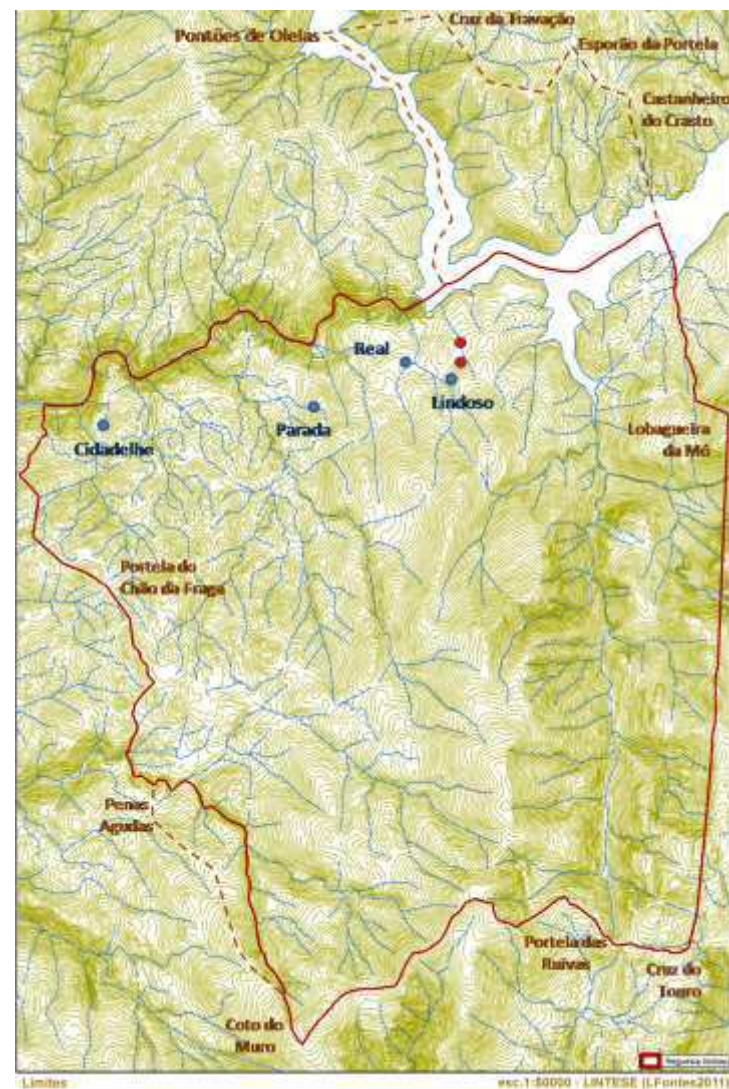
Os seus limites seriam basicamente os existentes. Para além da insignificante variação na confrontação com a atual freguesia da Ermida (o limite seguia então pelo Curral da Costa Boa, ao passo que hoje se marca pela Lomba), regista-se uma única grande diferença na confrontação fronteiriça com a Galiza, a Norte. De facto, hoje o rio Lima constitui o limite mas, em 1538 e 1574, a raia era seca, passando mais a Norte. Na Várzea cruzava o rio Tibo ou da Várzea (hoje rio Laboreiro) pelos pontões de Olelas, subia para nascente à Cruz de Travação (hoje Cabeça de Monteiro?) e descia para Sul em direção ao rio Lima, que cruzava junto à Pedra de Bozelo, no local onde passaria a via que ligava Lindoso a Buscalque (zona coincidente com o atual limite, hoje submersa pela albufeira de Lindoso).

Destaque-se o facto de a demarcação se fazer sobretudo por limites naturais, por linhas de fecho e linhas de água (cumeeiras = cumeadas, águas vertentes, portelas, rios), e menos por marcos construídos (apenas duas referências), traduzindo uma apropriação do espaço fortemente vinculada às condicionantes geomorfológicas, designadamente, à conjugação dos elementos água/vertente.

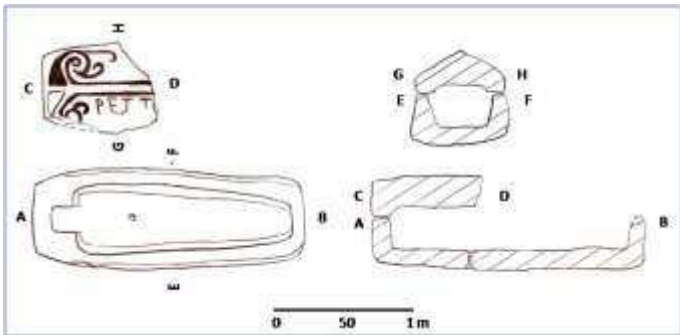
Os arqueossítios do Castelo de Lindoso e da Igreja de Lindoso consubstanciam, material e simbolicamente, o carácter duplo da afirmação da territorialidade local.

Através do primeiro, a individualidade de Lindoso realizar-se-ia particularmente na obrigatoriedade exclusiva de os seus moradores, e não os de outras paróquias/freguesias, sustentarem o alcaide do castelo. A fortificação, enquanto obra da coroa, testemunha igualmente a imposição de várias obrigações, desde o pagamento de rendas à prestação de serviços, alguns dos quais de aplicação geral à comunidade e como tal fomentadores da ideia de identidade territorial, como poderá exemplificar o facto de no Lindoso "todos serem monteiros do rei" (PMH.Inq.1258:414).

Através do segundo realizar-se-ia a identidade paroquial, remetendo a igreja para práticas como, entre outras, a cobrança de dízimos, a administração do batismo e o direito de sepultar, práticas que conheci-



**Limites medievais de Lindoso, de acordo com as demarcações de 1538 e 1574 (a linha cheia corresponde aos limites atuais)**



**Sarcófago antropomórfico de granito, datável dos séculos XII-XIII**

**Torre de menagem do Castelo de Lindoso, vista de nordeste**



am uma aplicação restrita à comunidade ou "família" paroquial, constituindo-se assim como poderosos fatores de integração territorial.

As evidências arqueológicas associadas a enterramentos que se identificaram junto à igreja de Lindoso confirmam não só a prática antiga de os paroquianos se fazerem enterrar no adro, ao abrigo do templo, mas também que a igreja paroquial de Lindoso se fundou originalmente no local onde ainda hoje permanece, centralizando desde então o espaço funerário paroquial.

Esta polarização do espaço funerário em torno da igreja de Lindoso só foi anulada nos inícios deste século quando, na sequência das reformas liberais do segundo quartel do século XIX, se deixou de enterrar no interior e junto à igreja paroquial, passando as populações de Cidadelhe, Parada e Lindoso a enterrar-se em cemitérios novos construídos de raiz, um para cada aldeia.

Na impossibilidade de identificar qualquer personagem medieval enterrado em Lindoso, sublinhe-se a monumentalidade dos vestígios conservados, particularidade reveladora de práticas de enterramento de gosto requintado e custo elevado, acessíveis só a ricos ou poderosos e portanto relativa a uma parte muito pequena das populações medievais que viveram em Lindoso.

E embora hoje não se possa avaliar a eventual importância específica que esses personagens possam ter tido na constituição e manutenção da unidade territorial de Lindoso, a opção de se fazerem enterrar junto da igreja paroquial constitui uma evidente demonstração da existência de um vínculo que ligava fortemente uma classe possidente a uma terra, o Lindoso.

Já o castelo, com a sua atarracada mas poderosa torre de menagem, granítica, emergindo do pequeno outeiro sobranceiro ao rio Lima, transmite uma ideia de forte ligação ao relevo, parecendo fazer parte da paisagem desde sempre. Todavia, a sua edificação remonta apenas ao século XIII, período no decorrer do qual se fixou o povoamento medieval da região, acompanhando a definitiva constituição do reino de Portugal.

Nos seus múltiplos significados, o castelo de Lindoso constitui-se como referente inultrapassável, necessário à compreensão da integração do território de Lindoso no mais vasto espaço português e à compreensão da nova estrutura territorial que, como veremos, se consolidou no decorrer do século XIII.

Por isso, ele nos aparece, para além de monumento com grande valor arquitetónico, como elemento de elevado significado histórico-cultural, como testemunho de uma progressiva mas radical alteração da organização do tempo e do espaço, protagonizada pelos homens e mulheres medievais, configurando-se no seu tempo a matriz básica do território atual.

Para o tema que nos interessa julgamos essencial considerar a função militar do castelo, isto é, explorar a razão primeira da sua edificação, que foi a defesa da fronteira.

Acontece que uma fronteira, sendo um espaço de chegada, um limite, uma barreira, é também um ponto de partida, um local de passagem e de comunicação, um espaço de troca. Como tal, uma fronteira entre reinos, definida, reconhecida, tornada visível, como é o caso, resulta de uma complexa trama sociopolítica, frequentemente atravessada por condicionalismos de ordem económica.

Também aqui se patenteia semelhante processo, pois a definição que a fronteira conheceu nesta região do Lima e do alto-Cávado constituiu o culminar de um longo processo de apropriação territorial, marcado desde os primeiros tempos do condado portugalense por frequentes confrontos entre os dois lados (Andrade, 1994; Gonçalves, 1998).

O documento mais antigo alusivo à existência de uma fronteira territorialmente demarcada nesta zona do alto-Lima respeita à delimitação da diocese de Braga. Trata-se do documento nº 552 do *Liber Fidei* bracarense, onde se nomeia explicitamente o Lindoso como ponto de inflexão do limite, que deixa aí de seguir o rio Lima e passa a traçar-se perpendicularmente para Sul, em direção à Portela do Homem.

O limite descrito coincide exatamente com os limites administrativos eclesiásticos e civis de circunscrições territoriais que se vão encon-





Panorâmica aérea do Castelo de Lindoso,  
vista de oeste



trar definidos nos séculos XII-XIII. De facto, a circunscrição territorial-administrativa eclesiástica de nível intermédio em que o Lindoso aparece integrado documenta-se como tal apenas em finais do século XI e em meados do século XII, respetivamente a *Terra de Vanati* do censual do tempo do bispo D. Pedro (Costa, 2000:204) e o arcediagado de *Vanadi* da divisão feita em 1145 entre o bispo D. João Peculiar e o Cabido bracarense (Costa, 1990:246 - *Liber Fidei*, doc. n.º 818).

Equivalente circunscrição ao nível da administração civil só se documenta a partir das "Inquirições" de 1220, onde é nomeada *Terra da Nobrega*, designação que vai prevalecer a partir de então servindo tanto a administração eclesiástica como a civil. Esta unidade administrativa territorial tem como referente tutelar o castelo da Nóbrega, construído por Honorigo Honorigues no terceiro quartel do século XII, fixando uma realidade que se pode recuar até meados do século XI, como evidencia o documento n.º 420 dos *Diplomata et Chartae*, de 1059, no qual se localizam inúmeras propriedades *ad radice castro Amofrice* (PMH.DC:44-48).

É igualmente neste período que se documenta toda uma série de movimentações diplomáticas e de ações militares, opondo os monarcas galegos e leoneses aos condes e reis portugueses, tendo em vista exatamente estabelecer o domínio total sobre a vasta e rica região da bacia superior do rio Lima.

A par da crescente autonomia do condado, primeiro, e da consolidação do reino português depois, tanto os condes portugalenses Henrique e Teresa como o monarca português Afonso I, procuraram associar-lhes um território específico, concreto, bem delimitado, promovendo várias ações no sentido de anexar territórios periféricos do Entre Douro-e-Minho, espaço que havia constituído o núcleo original do Condado Portucalense, polarizado em torno da região bracarense.

A zona do vale alto do rio Lima constituiu precisamente uma das regiões onde as lutas pela apropriação territorial e consequente integração política mais se fizeram sentir, registando-se desde finais do século XI uma sistemática tentativa, por parte dos governantes do lado português, de expandirem a fronteira até ao rio Sil, procurando incorporar as



Noroeste de Portugal com fortificações e mosteiros da raia seca com a Galiza, no século XIII (para as fortificações galegas, adaptado de Garcia Maña, 1988:47)

terras da chamada região de *A Limia*, o que significava tão só o domínio da totalidade da bacia hidrográfica do rio Lima.

Desse conjunto de ações, reveladoras da disputa de territórios e portanto da ausência de linha fronteiriça estabelecida, destacam-se alguns episódios (Andrade, 1994:145-178).

Em 1121 as tropas de Urraca, rainha de Leão e Castela, com o apoio de Gelmírez, bispo de Santiago de Compostela, invadem e saqueiam o território português. A condessa Teresa é obrigada a refugiar-se no castelo de Lanhoso, perdendo o domínio das cidades de Ourense, de Tui e do condado de Toronho.

Por sua vez, em 1127, Afonso VII de Leão e Castela vem à Galiza afirmar a sua soberania, submetendo pelas armas a condessa Teresa, sua tia, que se recusava a prestar-lhe vassalagem e pretendia continuar a exercer a autoridade em Toronho e na Limia, cujo domínio havia recuperado logo em 1122, na sequência de estratégicas alianças com os Trava, poderosos nobres galegos.

Na sequência da "revolta" de S. Mamede de 1128, o infante Afonso Henriques assume o governo do condado portugalense e procura afirmar o seu domínio em terras galegas. Em 1130-32 faz construir o castelo de Celmés (Rairiz de Veiga), em oposição estratégica ao poderoso castelo de Allariz, projetando assim a fronteira do condado para as proximidades de Xinzo de Limia. Mas logo em 1133 o monarca castelhano-leonês Afonso VII sitia e conquista a fortaleza de Celmés, que garante e incorpora no sistema galego de defesa fronteiriça.

Explorando as dissensões entre a nobreza galega, Afonso Henriques faz nova surtida ao vale alto do Lima em 1137, atacando o castelo de Allariz com o apoio dos condes galegos de Toronho e de Limia, respetivamente Gomes Nunes e Rodrigo Peres Veloso. Seguiu-se a batalha de Cerneja, favorável aos portugueses, e a resposta de Afonso VII, que repôs o seu domínio na região, estabelecendo um tratado com Afonso Henriques, celebrado em 4 de Julho de 1137 na cidade de Tui.

Em 1140-41 as forças portuguesas tornaram a invadir a região de A Limia, suscitando nova reação de Afonso VII, que invade Portugal





por Castro Laboreiro. A questão foi resolvida através do célebre "torneio" de Valdevez, patrocinado pelo bispo bracarense João Peculiar, restituindo-se as fortalezas que uma parte tinha conquistado à outra.

Situação semelhante repete-se em 1162, com Afonso Henriques a desrespeitar os acordos anteriores e a invadir novamente a Limia, construindo o castelo de Cedofeita, junto a Celanova, logo depois desmantelado por Fernando II de Galiza e Leão.

Com o tratado de paz celebrado em Pontevedra, em 1165, Afonso Henriques abandona definitivamente as suas pretensões de domínio da região interior galega, vindo a Limia a conhecer velhas tentativas de anexação com os reis portugueses Sancho I e Afonso II, até se fixar novo pacto de paz em 1213.

A sucessão cronológica do conjunto de episódios referidos demonstra bem como o estabelecimento da fronteira luso-galega foi um processo longo, que se inicia com a consolidação da divisão de facto pela atribuição do domínio do território a senhorios e mosteiros, de acordo com a sua ligação à soberania de um país ou de outro.

No que respeita ao lado português e à região oriental da serra Amarela e vale do rio Lima, esta estratégia consubstanciou-se nos incentivos dados pelo primeiro monarca português, Afonso Henriques, à fixação de comunidades monásticas em Ermelo [7], em Vila Nova de Muía [8] e em Gondomar [9], bem como à consolidação do governo da circunscrição territorial-administrativa da Nóbrega, recompensando o nobre Honorigo Honorigues pela edificação da fortaleza que viria a chefiar a respetiva terra (PMH.Inq., 1220:38; Almeida, 1978b:27-28).

A consolidação da divisão territorial entre o reino português e espanhol completa-se com a estruturação da defesa da linha fronteiriça, associada a um processo de urbanização centrado em núcleos urbanos fortificados, as 'vilas novas' da linha do Minho (Melgaço, Monção, Lapela, Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha), tarefa que os primeiros monarcas portugueses foram progressivamente realizando mas que conheceu um significativo impulso com o rei Afonso III [1248-1279] (Andrade, 1994:V-VI).

[7]

As origens do mosteiro de Ermelo estão mal documentadas, atribuindo-se tradicionalmente a sua fundação à condessa Teresa, mãe de Afonso Henriques. Para o que nos interessa importa assinalar que foi este monarca que couteu S. Pedro dos Arcos ou do Vale (freguesia próxima) em favor do mosteiro (Costa, 1981:31 e 32; PMH.Inq.1258:388-389).

[8]

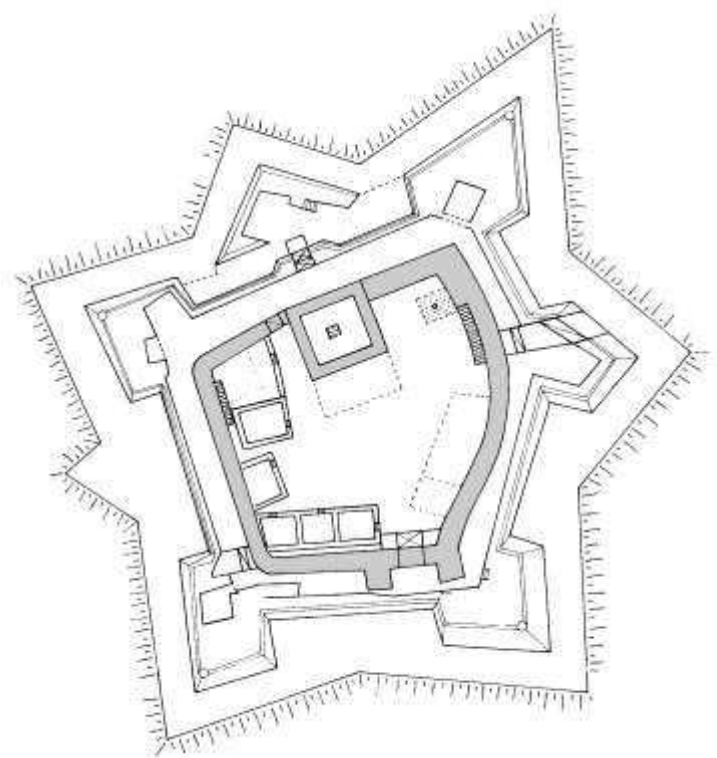
Em 1140-41 Afonso Henriques concedeu carta de couto ao mosteiro de Santa Maria de Vila Nova (de Muía) (Costa, 2000:211-212; PMH.Inq.1258:411-412).

[9]

Fundado por iniciativa de Afonso Henriques, o mosteiro de Santo André de Gondomar (próximo de Santo António de Mixões da Serra) não resistiu às tentativas de apropriação dos possidentes locais - em meados do século XIII já estava ermo (PMH.Inq.1258:415).



Perspetiva aérea e planta do Castelo de Lindoso, evidenciando a fortificação medieval



A fronteira terrestre com a Galiza mereceu deste monarca uma atenção particular, datando do seu reinado o reforço das muralhas de Melgaço, a edificação do castelo de Lindoso e a imposição às populações raianas de servirem na defesa da fronteira sempre que necessário, dispensando-as por isso de prestar qualquer outro serviço militar.

De facto, as "Inquirições" de 1258 oferecem a primeira referência documental conhecida relativa ao castelo de Lindoso, ao enunciar as obrigações dos moradores da *collatione* de S. Mamede de Lindoso para com o *Alayde do Castello*. De acordo com os dados proporcionados pelas escavações arqueológicas aí realizadas, a sua construção poderá ter-se prolongado pelo terceiro quartel do século XIII.

Os vestígios mais significativos detetaram-se junto da muralha oriental, entre a cisterna e a porta sul. Aí se registou uma importante sequência estratigráfica, ilustrativa da ocupação do sítio desde o seu início até à atualidade, designadamente vestígios correspondentes à construção do castelo medieval, sua ocupação e abandono subsequentes.

A fortificação foi construída com pedra extraída no próprio local, como evidenciam os rasgos para colocação de cunhas que se observam, quer nos silhares das muralhas, quer nos afloramentos graníticos colocados a descoberto. Alicerçadas na rocha de base, as muralhas são formadas por parede de face dupla construída com blocos graníticos de grandes dimensões, bem esquadrados, desenhando um aparelho regular pseudo-isódomo. As superfícies de encosto foram afeiçãoadas, determinando juntas muito estreitas, sem argamassa.

As superfícies das faces apresentam-se lisas, com um acabamento mais refinado nas fiadas acima do nível de circulação e sem qualquer acabamento nas fiadas inferiores, que estariam soterradas. O miolo da parede é de cascalho, calhaus e terra saibrosa.

O castelo desenha uma planta simples de forma trapezoidal, com torre de menagem no lado norte integrando a muralha e porta no lado oposto, flanqueada por dois cubelos, com muralhas espessas incorporando cinco balcões tipo "hourd", de que apenas se conservam alguns mata cães. No canto nordeste do pátio interior, encostada à muralha

este, localiza-se a cisterna, de planta de forma quadrangular e cobertura abobadada de arco ligeiramente apontado.

A edificação revela características técnico-construtivas aparentemente homogêneas, obedecendo já a um modelo arquitetónico gótico. Contudo, uma análise atenta dos paramentos das muralhas permitiu identificar duas fases distintas.

Uma primeira fase de maior qualidade, com silhares de maiores dimensões e faces com melhor acabamento, de superfície lisa, ostentando sigla de canteiro, correspondente à metade inferior da torre de menagem, cisterna, cubelos, porta e troço nordeste da muralha, datará de meados do século XIII.

Uma segunda fase, qualitativamente mais fraca, com aparelho de menores dimensões, superfícies das faces com inferior acabamento e ausência absoluta de siglas, correspondente à finalização das partes anteriormente iniciadas e construção dos restantes panos de muralha, terá sido realizada na segunda metade do século XIII.

Para além do Lindoso, as "Inquirições" referem outros locais que deveriam ser defendidos, constituindo essas referências preciosas pistas para a identificação do traçado da linha fronteira. Para esta região nomeiam-se a Portela do Homem, a Porta da Amarela, o porto de Cabril e de Lindoso e, mais a Norte, a Portela do Galo e o porto de Couso (Gonçalves, 1998).

A Portela do Homem foi a mais importante zona de trânsito medieval entre o interior galego e a região bracarense, servida pela antiga via romana XVIII ou *Via Nova*, designada localmente por "Jeira", nome que deriva precisamente da obrigação das populações locais terem que assegurar a sua manutenção, através das "jeiras", como referem as "Inquirições" (Almeida, 1968:197). Nas "Inquirições" de 1220 é referida como devendo ser defendida pelos moradores de Chorenses, Goães, Valdozende, Rio Caldo e Chamoim (PMH.Inq.1220:95 e 96). Em 1258 parece reconhecer-se-lhe uma importância acrescida, nomeando-se para a sua defesa moradores de 13 freguesias – Carvalheira, S. João do Campo, Covide, Rio Caldo, Freitas, Valdozende, Goães, Vilela, Seramil,



**Pormenores da cisterna, porta sul e aparelho do cubelo nascente da fortificação medieval de Lindoso**



Chorense, Moimenta, Balança, Vilar e S. Mateus, ficando Chamoim e Freitas com a responsabilidade de defender o castelo de Bouro (PMH.Inq.1258:417 a 424).

A defesa da Porta da Amarela, passagem natural correspondente à portela de Muro/Casarotas, era da responsabilidade dos moradores de Gondoriz e Cibões (PMH.Inq.1258:431 e 432). A defesa do Porto de Cabril e de Lindoso atribui-se em exclusivo aos moradores de Lindoso (PMH.Inq.1258:414), enquanto as passagens naturais na serra do Soajo e Peneda, eram defendidas respetivamente pelas populações de Soajo e de Cabreiro (PMH.Inq.1258:396 e 380).

Unindo estes pontos, quais barreiras intransponíveis situam-se os acidentes geográficos correspondentes aos picos do Gerês/Amarela e aos rios Cabril e Laboreiro.

A fronteira que assim se define já não é a da territorialidade eclesiástica e senhorial regional que, como se viu, remonta a finais do século XI, mas sim a fronteira de uma territorialidade suprarregional, separando dois reinos distintos e que se define precisamente a par da consolidação da independência do reino português no decurso do século XIII. É a fronteira que, com ligeiríssimas variações, chegou até à atualidade.

O seu traçado aparece pela primeira vez pormenorizadamente descrito, na área de Lindoso, no registo da demarcação fronteiriça efetuada em 1538 [10]. Releva apenas o facto de a linha divisória no lado nascente não coincidir com o leito do rio Cabril - passa sensivelmente pela linha de festo da vertente oriental do vale, cruza o rio Lima e prossegue para Norte até próximo de Olelas, o que revela uma preocupação clara de abranger toda a bacia do rio Cabril e de dominar por todos os lados as confluências dos rios Laboreiro e Cabril com o Lima. Este particularismo do traçado não expressa, contudo, qualquer interesse nacional relevante, decorrendo antes da organização dos espaços económicos locais.

Importa sublinhar o papel principal que o castelo de Lindoso desempenhou na demarcação da fronteira na zona serrana atravessada pelo rio Lima. A sua função não se esgotou obviamente no papel de

[10]

"(...) no lugar onde começam partir com Galiza na cumeada da Serra das Eiras, chama-se aí a Cruz do Touro que é o lugar, onde chegou o limite de Vilarinho, e daí para diante vem o Termo de Lindoso partindo com Galiza e da Cruz do Touro vem a demarcação pela cumieira da Serra águas vertentes para Portugal e Galiza até a lagea do Cordainhos: E daí à Lobagueira da Mó, e dá à Portela da Velha, que é aí, (...) e do dito lugar descem pela Serra e Outeiro abaixo sempre águas vertentes até dar à Pedra de Bozelo, que é uma pedra tão alta como uma árvore - E daí passa a demarcação o rio, que vem de Galiza que se chama Lima, e corta direito além da dita Ribeira, e vai ao Castanheiro do Crasto, que é um lugar divisado, que tem o dito nome, porém aí não está nenhum castanheiro - Até aqui estão pacíficos, e que daqui para diante antigamente o seu Termo ia ter ao castanheiro do Crasto ó Esporão de Portela Serra acima. - E daí à Cruz da Travação, que é um lugar que tem o dito nome, e vão para junto dela dois caminhos - e daí vai ter à Portela do Couto, e daí vai ter aos portos da varzea (...) correndo por a Serra abaixo até dar na Ribeira dos Braços do Rio Tibo, que vem de Portugal já juntos, e parte daí para diante pelo dito rio sobredito acima, e concelho de Soajo, que é jurisdição sobre si com Galiza; (...)"

In Barreiros, 1964a: 155-159



Sistema defensivo fronteiriço medieval nas Serras da Peneda/ Soajo/ Gerês, segundo Inquiriões de 1258 (PMH.Inq.1258:396, 380, 414, 417-424 e 431-432)

bastião defensivo, protegendo a passagem e prevenindo invasões. Pelo seu posicionamento específico, "virado" à Galiza, acessível a "nós" e inacessível aos "outros", para quem constituía um sinal e um aviso da proximidade de um domínio territorial distinto, o castelo de Lindoso cumpriu também um objetivo de afirmação de uma conquista, de um poder.

Neste sentido, a sua implantação particular, em oposição a "um outro lado", marca uma cisão, um rompimento, o que constituirá, porventura, o sinal de uma identidade nacional assumida, a expressão de uma ideia de unidade política construída no cruzamento de uma história com um território.

Haverá que reconhecer que, no Lindoso, esta ideia, a ter existido, ter-se-á esvaziado substancialmente de conteúdo a partir do momento em que o governo do castelo passou para a família dos Araújo, com raízes em Lobios (Rodrigues, 2009:[xli]), que mantiveram a alcaidaria por mais de dois séculos. Esse esvaziamento evidencia-se, por exemplo, com Lopo Rodrigues de Araújo, alcaide de Lindoso na segunda metade do século XV e que era também pertigueiro-mor (alferes) de Celanova, alcaide de S. Salvador de Sande, senhor de Campelos e de Val de Pol-dros, dominando portanto terras portuguesas e galegas (Fontes e Regalo, 1997:26-27).

Por outro lado, não pode deixar de se referir a relação patenteada entre a escolha do lugar de Lindoso para aí edificar um castelo e o reconhecimento de que o seu território era atravessado por uma via de comunicação importante, aproveitando a melhor acessibilidade que os difíceis relevos do troço montanhoso do vale do rio Lima aí permitem.

De facto, o "porto" de Lindoso defende-se e fortifica-se, também, porque é um local de passagem, porque é um ponto crucial na ligação entre interior e litoral, estabelecida pela grande via natural de trânsito que é o vale do rio Lima. Assim foi na época romana, podendo afirmar-se que no período medieval se manteve essa ligação, independentemente dos conflitos que frequentemente opuseram um lado e outro da fronteira.



A ponte de Parada, construída na Baixa Idade Média, demonstra bem a importância da via que por aqui passava ligando a Limia galega à ribeira limiana portuguesa, servindo um fluxo de trânsito alimentado pelas feiras de Lobeira, Galiza, instituída por foral de 1228 (Garcia Maña, 1988:33) e de Ponte de Lima, documentada no foral de 1125 concedido pela condessa Teresa (Almeida, 1987:101).

Como refere o foral de Lindoso de 1514, comprovando uma atividade que se havia incrementado nos séculos anteriores, sobretudo com o rei Dinis, no porto de Lindoso:

"(...) pagar sse a per quaaes quer pessoas que privylogiadas nom forem assy naturaas como estrangeiras que passarem pera castella e galliza ou de laa emtrarem polla dita terra por carga mayor de cada húa destas cousas hûn Real e do asno meo Real a saber - trigo, centeo, cevada, mylho, paymço, ou farinha de cada hum delles e de cal e de sal e de vynho ou vinagre e linhaça e de qualquer fruyta verde emtrando melloões e ortaliça e assy por pescado ou marysquo e por carga mayor de todallas outras cousas se pagaram dous Reaes e do asno hûn Real de qualquer qualidade que sejam. (...).

Grande parte do traçado desta via ainda se conserva no termo de Lindoso, seguindo, quase sempre, a Norte da atual estrada, sendo possível reconstituir a totalidade do seu percurso entre Lindoso e Vila Chã, onde se dividia em direção a Ponte da Barca/Ponte de Lima e Vila Verde/Braga.

De Lindoso para a Galiza seguia cruzando o rio Cabril a jusante dos moinhos, descia pela margem direita até à Quinta dos Coriscos e aí infletia para nascente subindo a margem esquerda do rio Lima. Próximo do marco fronteiroço 54 cruzava o rio Lima para a margem direita, seguia a Buscalque, Quintela e Illa, ia a Entrimo e daí continuaria até Ourense. Um ramal secundário, pela Madalena, Compostela e Manín, ligava a Lobios.



**Ponte medieval de Parada**



O troço galego deste caminho até Illa, incluindo a passagem do Cabril, situava-se abaixo da cota dos 340 metros, razão pela qual se encontra atualmente submerso pelas águas da albufeira de Lindoso.

Garantindo a acessibilidade aos principais núcleos de povoamento, designadamente aos centros administrativos e económicos regionais, a via constitui no Lindoso, como em toda a franja serrana do vale do rio Lima, um eixo estruturante do povoamento, potenciando a aglomeração dos núcleos habitacionais junto ao seu traçado.



Traçado da via medieval no Lindoso

Sabe-se, com base nos dados de natureza arqueológica, que evidenciam uma não continuidade de ocupação dos povoados de fundação romana, que o povoamento medieval é um povoamento novo, que rompe, pelo menos ao nível do sítio específico de implantação das edificações, com os núcleos antigos.

Mas nada se sabe das modalidades de apropriação do espaço nem que formas estas revestiram. Apropriação coletiva ou individual, organização "familiar" com base na produção, na propriedade e no culto ou organização "administrativa", com base na fiscalidade e no poder político-militar?

Pode-se admitir que as populações do século XI que viveram no Lindoso tenham organizado o povoamento de acordo com o modelo que se aceita ter prevalecido no noroeste peninsular, ou seja, casas dispersas mas não isoladas, isto é, não juntas num aglomerado único mas próximas, implantadas em zonas bem drenadas, a meia encosta, perto das terras agricultadas e das manchas de bosque.

É esta a imagem que, ainda que de modo incompleto, se pode projetar até ao século XIII, associando-a à descrição da inquirição de Lindoso de 1258. Aí se refere a existência de 10 casais, distinguindo-se, por razões de tributação especial (*sum servizarias*), dois deles, o *Casal grande* e o *Casal da Fonte*.

As evidências arqueológicas apontam no mesmo sentido, isolando-se cinco pontos principais de povoamento no território de Lindoso, que poderiam corresponder à localização original dos fogos que exploravam os casais - Lindoso, Castelo, Real, Parada e Cidadelhe. O sítio de Madalena apresenta uma localização excêntrica, mas nada autoriza a considerar que não pudesse corresponder igualmente à existência de um casal medieval.

O escasso número de casais confirma a reduzida densidade populacional que o baixo montante do tributo da igreja de Lindoso no século XI já sugeria, apontando, simultaneamente, para uma polarização ou nuclearização incipiente do povoamento, dispersando-se talvez as herdades, preferencialmente, pelo alvéolo agricultado do Lindoso, à sombra tutelar da igreja e do castelo.

Face à documentação que se pode confrontar, designadamente aquela que fornece elementos sobre o número de fogos e de habitantes, não é certo, embora possa ser provável, que os 10 casais referidos em 1258 se distribuíssem já pelos núcleos de Lindoso, Parada e Cidadelhe.



Tendo presente que uma das possíveis origens do topónimo "Parada" poderá ter sido a de aí "parar" (= direito de *pousa*) o senhor da "Terra" ou o rei, não será descabido pensar que o *Casal grande* e o *Casal da Fonte* correspondessem já ao núcleo de Parada, pois estes dois casais eram *servizarias*, obrigação que consistia geralmente em "dar pousa" ou acomodar e alimentar o senhor da "Terra" ou o rei.

Os cálculos proporcionados pelas "Memórias Paroquiais" de 1758, pelo "Tombo" de 1574, pelo "Numeramento" de 1527 e pelas "Inquirições" de 1258, são elucidativos.

Em 1758 o concelho (= freguesia) de Lindoso tinha 150 vizinhos (sinónimo de fogos), com a seguinte distribuição: Lindoso 65 (43 %), Parada 55 (37 %) e Cidadelhe 30 (20 %). Projetando a percentagem relativa para os 41 moradores (também sinónimo de fogos) referidos em 1527, a Lindoso caberiam 18 (43 %), a Parada 15 (37 %) e a Cidadelhe 8 (20 %).

A menção no "Numeramento" de 1527 que no Lindoso "(...) *nom a pocoaçam junta soamente por casaes (...)*", não deve ser interpretada literalmente, antes pelo contrário, deve considerar-se errónea e resultante de um processo rotineiro de registo, como demonstra o facto de o tomo da igreja de Lindoso, organizado em 1574 por "homens antigos e velhos", menos de 50 anos depois do "Numeramento", distinguir claramente os moradores de Lindoso, de Parada e de Cidadelhe, núcleos habitacionais que nomeia explicitamente como "aldeias" (*alldreas*).

Sintomaticamente, as referências às testemunhas que participaram na elaboração do tomo apresentam uma distribuição que se pode considerar equivalente à patenteada nos outros documentos - 17 moradores de Lindoso, 7 de Parada e 4 de Cidadelhe.

O maior peso relativo de Lindoso, aqui superior ao verificado em 1758 e 1527, explicar-se-á por se tratar dos proprietários dos terrenos que confrontavam com as terras da igreja e de estas se localizarem exclusivamente em torno do lugar de Lindoso (que incorporaria os lugares de Real e do Castelo), facto que pode interpretar-se como sinal de que este lugar constituiu o principal polo do povoamento do território.

Dando assim por adquirido que nos inícios do século XVI o povoamento em Lindoso se estruturava já em 5 núcleos, que evolução terá registado a população entre 1258 e 1527?

Recorrendo desta vez, como termo de comparação, às rendas pagas pela igreja de Lindoso, verifica-se que em 1493 [11], época em que o número de fogos não devia diferir muito dos 41 de 1527, o tributo fora fixado em 50 libras, praticamente o mesmo com que fora tributada em 1320 [12] para acudir aos empreendimentos do rei Dinis, 60 libras. Nas primeiras décadas do século XIV a população de Lindoso teria, assim, a mesma amplitude da de finais do século XV e princípios do século XVI, isto é, entre 150 a 200 habitantes, distribuídos por cerca de 40 fogos.

Se os 10 casais de 1258 sustentaram a hipótese de em meados do século XIII existir já um incipiente agrupamento do povoamento, os 40 fogos projetados para 1320 apontam para uma clara nuclearização, neste caso representada pelos povoados de Lindoso, Parada e Cidadelhe.

Aos referidos 10 casais haveriam de corresponder, necessariamente, mais de 10 fogos, tal como Maria Helena C. Coelho (1990:176) já havia suspeitado e como parecem confirmar os cálculos acima apresentados. De facto, aceitando para 1320 os cerca de 40 fogos, não é admissível que tenha havido uma quadruplicação em menos de 70 anos. Adotando a mesma percentagem de variação registada entre as "Inquirições" de 1220 e de 1258, cerca de 14 %, o Lindoso teria em 1258 cerca de 30 fogos, o que dá uma média de 3 fogos por casal (subtraímos 2 vezes 14 %, já que o intervalo entre 1320 e 1258 é aproximadamente o dobro do de 1220 a 1258).

Portanto, em 1258 o Lindoso teria entre 105 e 150 habitantes. Estes números explicam melhor o facto de serem apenas os moradores de Lindoso a defender a fronteira e a sustentar o casteleiro, tarefa e encargo insustentáveis se a relação fosse 1 casal/1 fogo.

Os povoados de Parada e de Cidadelhe, potenciado aquele, talvez, pela construção da ponte sobre o rio que bordeja a aldeia e que viria posteriormente a designar-se por referência a essa obra de enge-

[11]  
Censual de D. Jorge da Costa (Costa, 1958:330).

[12]  
Catálogo das Igrejas de 1320 (Almeida, 1971:101).

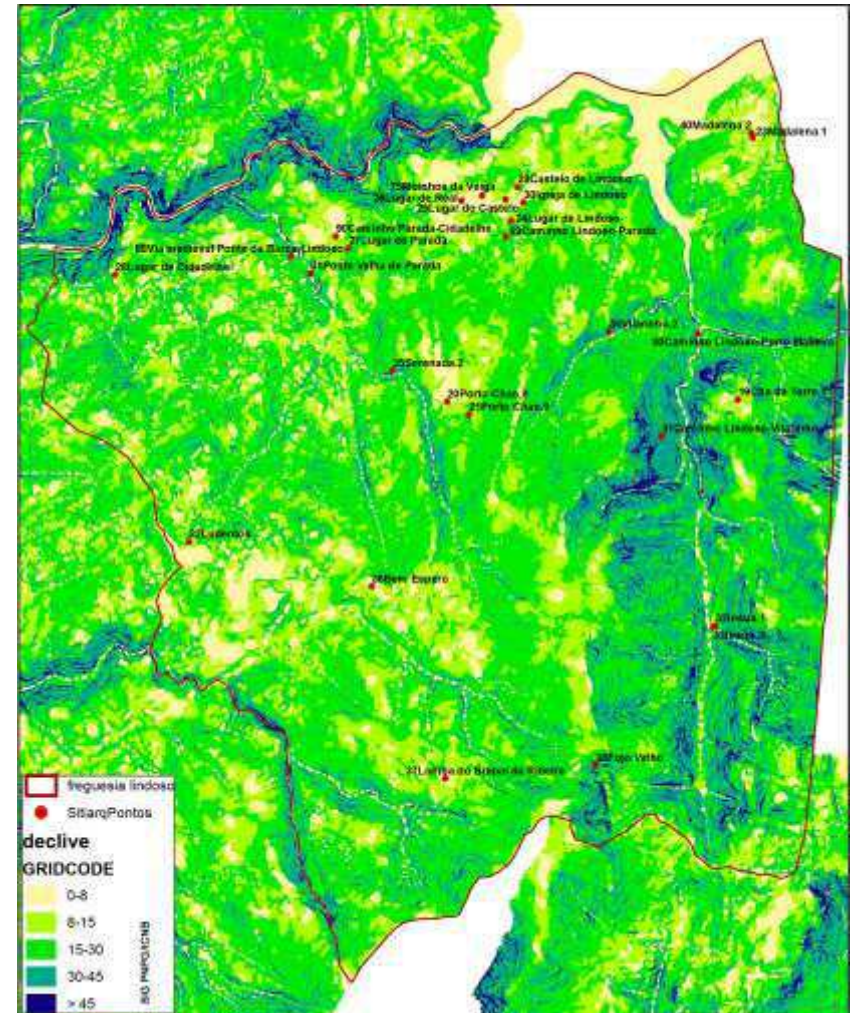
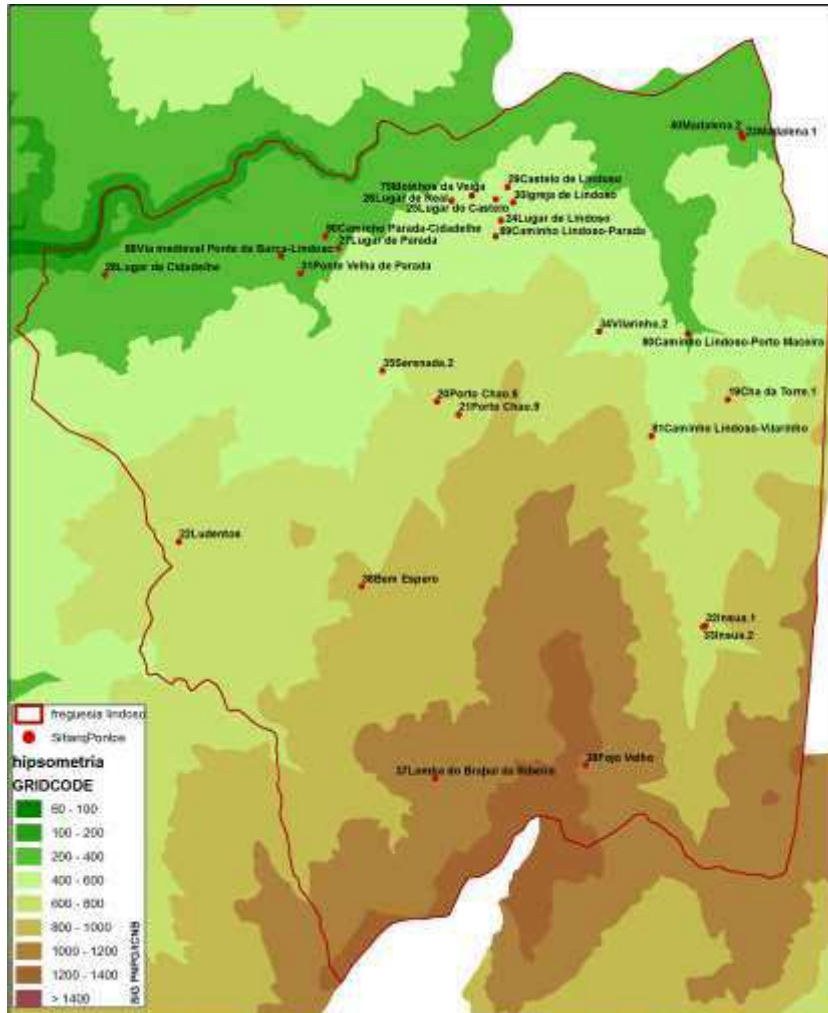
nharia (rio da Ponte Velha), e este, mais afastado, completam a ocupação da banda que remata a vertente da serra, ao longo da margem esquerda do rio Lima, servidos todos pela via que, serpenteando entre fragas, ravinas e lombas, estabelecia a ligação entre as terras de Lobios e Entrimo, no interior galego, e as terras de Geraz e de Ponte de Lima, na orla marítima. O pequeno habitat de Madalena poderá ter conhecido uma evolução inversa e sido abandonado nesta época.

A análise da forma de implantação fisiográfica e da localização relativa dos núcleos de povoamento permite igualmente diferenciar a aldeia de Lindoso das de Parada e Cidadelhe. A primeira implanta-se na base da vertente, abrigando-se na concavidade da rutura, cruzada por pequenas linhas de água que vão irrigar a veiga, afastada da via principal à qual se liga por um ramal. As outras duas aldeias, situadas a meia encosta, expõe-se numa rutura convexa da vertente, marginando uma importante linha de água e sendo ambas praticamente atravessadas pela via principal.

Enquanto Lindoso traduz uma implantação fortemente condicionada/vinculada pela exploração da mancha agrícola, em Parada e Cidadelhe o fator determinante parece relacionar-se mais com a passagem da via. De certo modo, esta característica da via como eixo estruturante, atendendo à cronologia que associamos ao reforço do seu papel, séculos XIII-XIV, reforça também a ideia de uma evolução do povoamento medieval marcada pela tendência de crescimento constante a partir de finais do século XI, com proeminência clara de Lindoso, atingindo nos finais do século XIII e princípios do XIV o nível máximo de complexificação, já com Parada e Cidadelhe plenamente estruturadas, fixando desde então a matriz básica da estrutura territorial, praticamente mantida até à atualidade.

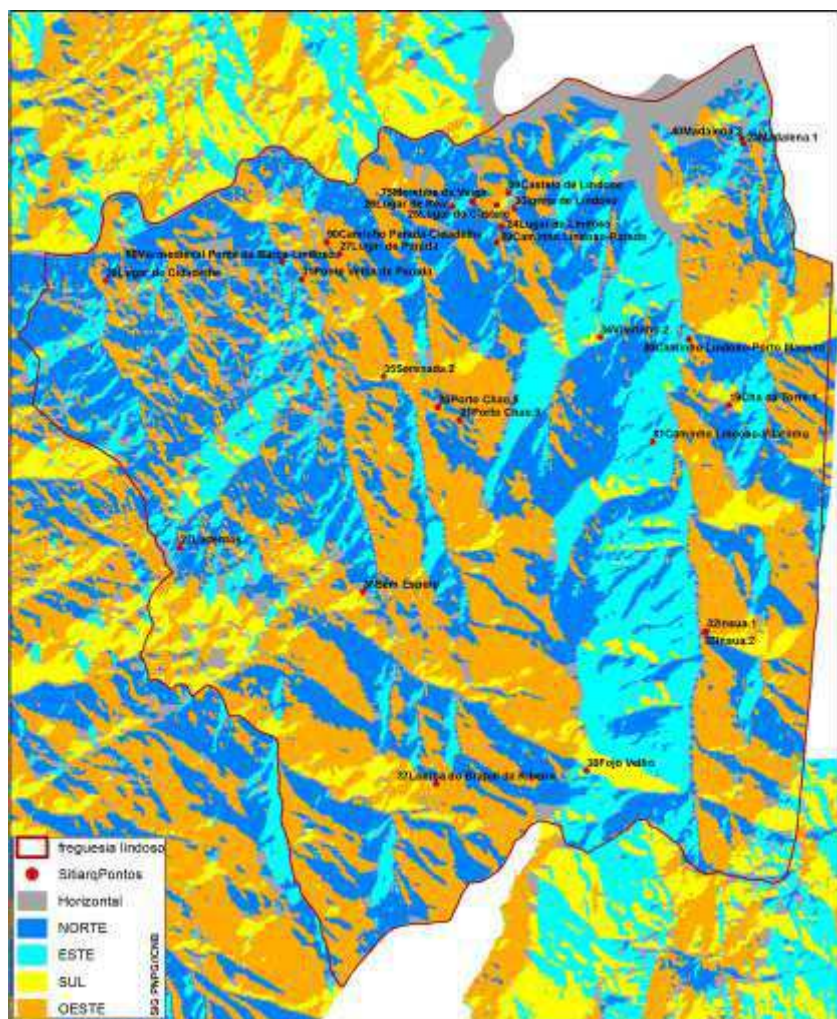
O quadro evolutivo que geralmente se traça para Portugal é, em traços gerais, coincidente. Contudo, importa assinalar que a ocupação da montanha não se fez a um ritmo constante e de forma comum em todo o lado, devendo aceitar-se múltiplas variantes regionais.





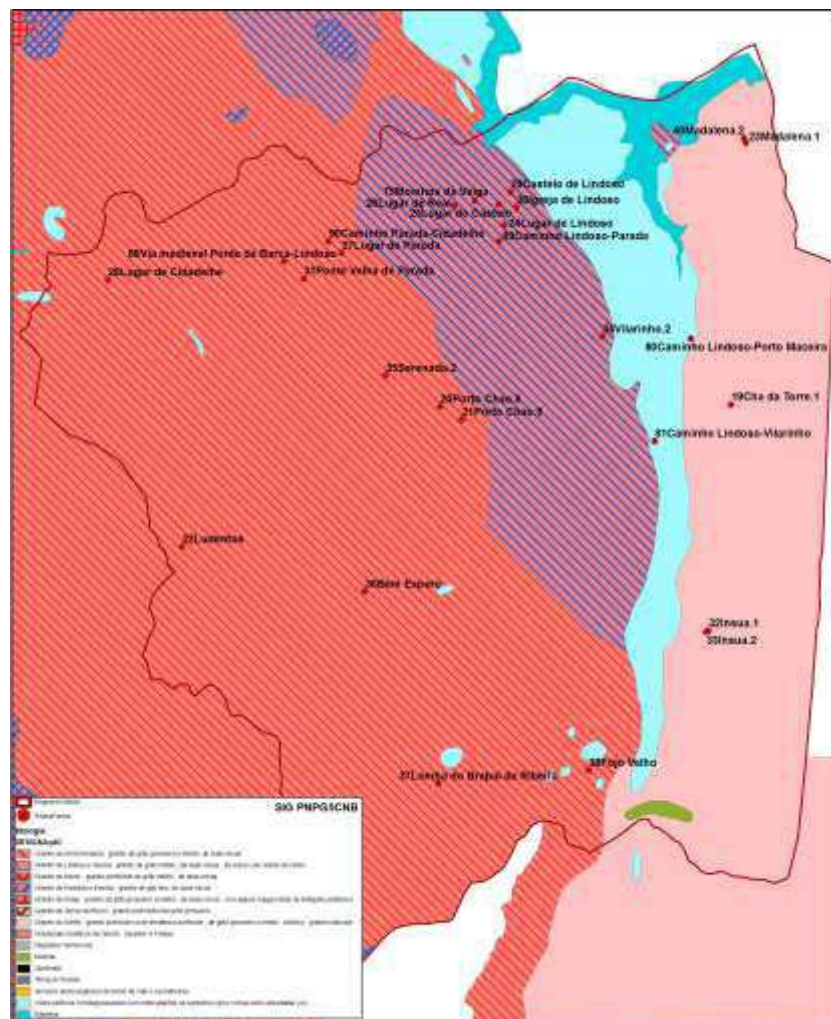
Relação entre implantação dos sítios arqueológicos da Idade Média e classes hipsométricas, classes de declives, quadrantes de exposição e litologia





Arqueossítios de Época Medieval- Exposição

esc. 1:50000 - LINTESE (LFontes2011)



Arqueossítios de Época Medieval- Litologia

esc. 1:50000 - LINTESE (LFontes2011)



Refira-se, a título de exemplo, na própria serra Amarela, relativamente perto de Lindoso, a tentativa gorada de fixar uma comunidade monástica em Gondomar. Fundado por Afonso Henriques, o mosteiro estava já ermo em meados do século XIII (PMH.Inq.1258:415). Contrariamente, na vertente poente da serra da Peneda, pela mesma época, havia sido bem sucedida uma iniciativa local de colonização. Segundo informa a inquirição de Cabreiro de 1258, há uma geração atrás *Roy Pelaiiz* havia fundado a póvoa de Sistelo, lugar que é hoje sede da freguesia com o mesmo nome (PMH.Inq.1258:380).

Semelhante consideração se pode fazer relativamente à recuperação populacional de finais do século XV e princípios do XVI. Nas freguesias próximas de Lindoso registam-se tendências inversas: Germil diminui de 10 casais em 1258 para 6 fogos em 1527 e S. Miguel Entre Ambos-os-Rios de 12 para 10, respetivamente.

Assim, a modalidade de povoamento concentrado, característico da área montanhosa do Minho, na forma de pequenos núcleos onde se aglomeram as habitações e as cortes dos animais, separando o *ager* do *saltus*, ter-se-á configurado aqui no Lindoso a partir do século XIII.

Mas o modelo acima descrito só ficará completo se integrar também, numa relação de conexão, os quatro sítios arqueológicos classificados de "brandas agro-pastoris". São eles Chã da Torre.<sup>1</sup>, Porto Chão.<sup>8</sup> - Pardieiros, Porto Chão.<sup>9</sup> - Afonsinhos e Ludentos, todos situados na meia vertente da montanha, entre os 610 e os 725 metros de altitude.

Não sendo verdadeiramente sítios relativos a povoamento/habitação permanente, já que a classificação de "branda agro-pastoril" assenta na definição de uma funcionalidade exclusivamente vinculada a atividades económicas suplementares de exploração sazonal dos recursos da serra, a relação de conexão fundamenta-se basicamente na relação espacial de dependência operativa que esses sítios conheceriam em relação aos povoados permanentes que bordejam a vertente da serra.

De facto, sobrepondo às linhas de trânsito naturais a análise regressiva dos caminhos de pastoreio de época moderna, facilmente se apreende a relação de conexão/dependência da "branda" de Chã da



**Casa sobradada, de provável origem medieval, na aldeia de Lindoso**





Torre.1 com a aldeia de Lindoso, das de Porto Chão.8 e 9 com Parada e da "branda" de Ludentos com Cidadelhe.

Relativamente à organização interna dos núcleos medievais de Lindoso, Castelo, Real, Parada e Cidadelhe, pouco sabemos. As edificações distribuir-se-iam pelos lugares, encabeçando topograficamente os casais, na bordadura dos campos, mas nunca no meio da veiga, não muito longe umas das outras. O castelo não parece ter atraído construções civis para junto das suas muralhas, conservando-se isolado.

Isolada do povoado apresentar-se-ia também a igreja, com o cemitério à sua volta e tendo próxima apenas a moradia do pároco, já referida em 1574. Arruamentos incipientes, aqui e ali lajeados, mais de circulação entre os campos e de acesso ao monte do que de interligação entre as herdades, formariam uma densa rede por onde circulariam as pessoas, o gado e a água.

A manutenção de famílias alargadas, extensas, com fortes laços de união e solidariedade traduzir-se-ia, acompanhando o crescimento demográfico, em igual crescimento das herdades iniciais, multiplicando-se as edificações, acrescentando-se aos prédios antigos novos anexos e novas habitações, incrementando-se assim a aglomeração dos edificadados e a concentração dos núcleos de povoamento.

Resta abordar os aspetos relativos às características arquitetónicas e construtivas da casa medieval, relativamente às quais se possui, aqui para o Lindoso, alguma informação de natureza arqueológica e documental escrita, desigual.

A análise dos sítios referidos permitiu estabelecer três tipos distintos de casa/edificação, representativa de alguns dos modelos que se generalizaram por toda a Europa Ocidental durante os séculos centrais e tardios da Idade Média.

O primeiro tipo é a *casa-pátio*, documentada na Galiza já desde o século X (Almeida 1978a:54). Este modelo deverá ter-se difundido no decorrer dos séculos XII e XIII, tudo indicando que nos casais mais ricos referidos nas "Inquirições" existissem este tipo de edificações.

Trata-se, basicamente, da organização de vários corpos de construção, com funções diferenciadas, em torno de um átrio, pátio ou "eido" central (o *exido* da documentação medieval). Assim seria aqui no Lindoso, com paredes de alvenaria, mais ou menos aparelhadas, e cobertura de colmo em duas águas.

Tal era a casa paroquial em 1574, cuja descrição aqui se transcreve sem mais comentários, anotando apenas que o pátio ou eido é aí chamado *resyo* (rossio):

*"(...) Item - hua casa junto da igreja da parte de vendavall com outras ao llongo dela e se sercem todas para dentro poh hûas portas fronhas a quall casa he sobradada collmada de compryo dezoito covados e de llarguo dez e lloguo no outão della no mesmo amdar e llargura outra casa que serce de cozynha tereyra e collmaça de gramdura llargeza e compymento da outra sobradada / Item - defronte destas casas estão outras casas tereyras que serce hua dellas dadega e estrevarya e corte tereyras e collmaças e tem de compryo vinte covados de llarguo oyto covados e amtre huas e outras esta hum resyo e para o dito resyo e casas entrão por hûas portas fronhas como dito he (...)"*.

In *Tombo da Igreja de sam mamede de llindozo ...*

O segundo tipo é a *casa-sobradada*. Seria o tipo mais comum, correspondendo provavelmente a uma forma mais simples do primeiro corpo da casa-pátio paroquial acima descrita. Adaptada à topografia, aproveitando com frequência os ressaltos e os afloramentos rochosos, esta casa elementar, com dimensões que poderiam variar entre os 6 e 8 metros de comprimento por 4 e 6 metros de largura, de construção ruda em alvenaria grosseira de pedra, com cobertura de colmo a duas águas, seria muito semelhante às velhas habitações que ainda se veem em muitas aldeias serranas do Minho, quase todas arruinadas. A maior parte delas foi transformada em arrecadações e cortes, outras, poucas, conservam-se ainda habitadas.



**Casa térrea, de provável origem medieval, na aldeia de Parada**





Este tipo caracteriza-se pelo corpo retangular "cozido" à encosta, apresentando quase sempre três divisões: uma térrea, baixa, tipo subcave parcialmente escavada, destinada aos animais, com uma entrada pequena. O teto sobradado faz o chão da divisão superior, correspondente ao quarto, onde se abre quase sempre uma pequena janela; ao lado desta, sem separação ou com uma divisória simples, de pranchas de madeira (tabique), fica a cozinha, novamente com piso térreo, obtido por aterro parcial ou pela própria penetração da construção na encosta. Nesta última divisão abre-se a porta correspondente à entrada principal da casa, por vezes com soleira, ou com pequena escada exterior de acesso. A lareira poderia situar-se ao centro da divisão ou contra uma das paredes laterais.

O terceiro tipo corresponde à comum *casa-térrea*, de um único piso, de construção tosca, colmada. De planta quadrangular ou retangular, com dimensões em torno dos 4x3 metros, teria uma única divisão, servindo simultaneamente como cozinha, quarto e arrecadação. Edificação pobre, pequena, corresponderá à casa vulgar que se documenta em todas as cidades, vilas e aldeias medievais, a que as "Inquirições" associam ocupantes designados como *abanarii*.

A diversidade tipológica e qualitativa que os tipos de casa descritos evidenciam, possibilitam formular uma nova e mais enriquecedora ideia sobre as condições de vida das populações serranas, negando a existência de um padrão único e atenuando as generalizações miserabilistas e reducionistas que uma apreciação parcial das fontes poderia sustentar.

A ideia de que um casal poderia comportar vários fogos, já veiculada no subcapítulo anterior, é da máxima importância para a compreensão não apenas do processo de progressiva concentração do habitat, mas também do modo de organização do espaço agrário.

De facto, entende-se o casal referido nas "Inquirições" de 1258 do "Julgado da Nóbrega" como uma unidade de exploração agrária, que comportaria as terras de cultivo, montes, pastos, hortas, cortinhas e as áreas edificadas, e não como equivalente, por si só, a fogo.



Das "Inquirições" de 1220 e 1258 releva igualmente o modo como a terra é parcial e distintamente possuída pela coroa, pela aristocracia, pela igreja e mosteiros e pelos lavradores herdeiros. Uns e outros têm uma leira de pão num casal, um linhar na veiga de outro, um quarto de pomar naquela herdade, uma leira no outro agro, parte de um castanheiro no souto, uma leira na cortinha daquele meio casal.

Propriedade dividida e terra partilhada podiam os lavradores ter várias parcelas em diversas partes., sendo-se rico não por ter uma grande e contínua propriedade, mas por se possuir muitas pequenas propriedades capazes de produzirem tudo o necessário à sobrevivência, ao pagamento dos tributos e à aquisição de produtos exteriores.

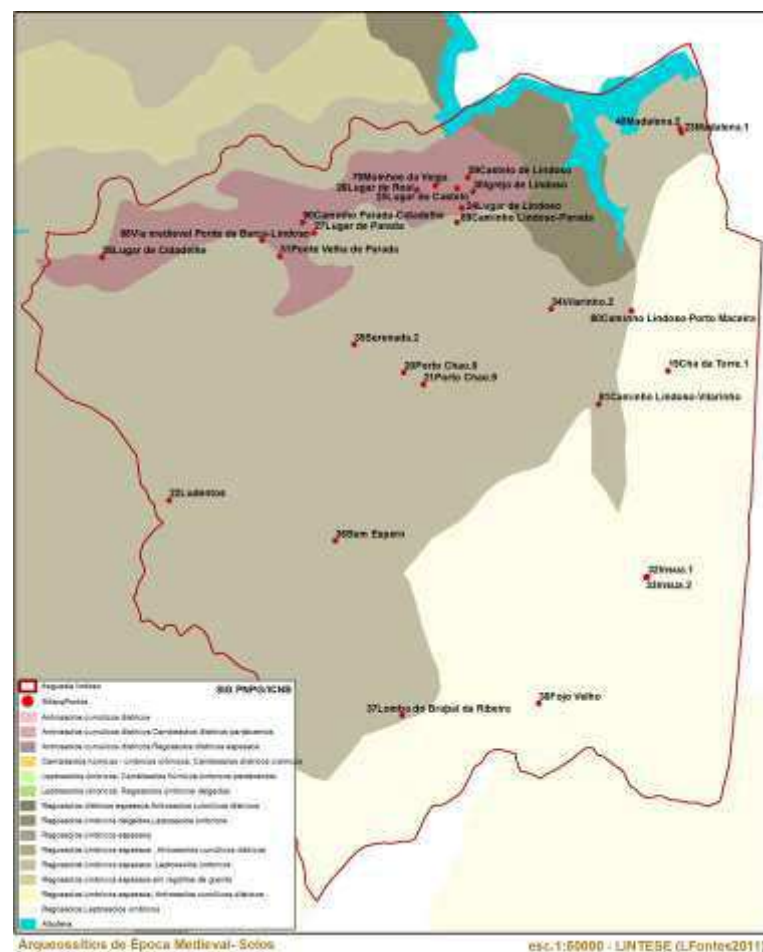
Da especialização agrícola das parcelas e dos tributos em géneros colhe-se exatamente a prática de uma policultura intensiva, sustentáculo da economia agropecuária das populações do Entre Douro-e-Minho. Nas áreas montanhosas haveria menor diversidade e alguma especialização, decorrente das condições fito-edafo-climáticas, valorizando-se mais o pastoreio, a cultura de cereais, as "criações" domésticas e a caça, e menos as leguminosas, vinho e fruta.

Com as mais férteis mas pouco extensas veigas ou várzeas ocupadas desde os séculos da organização asturiana-leonesa, os séculos XII e XIII são tempos de arroteias, estendendo-se as terras agricultadas pelas encostas até às margens dos regatos e dos rios.

Pelas bordas dos campos, marginando os caminhos, distribuíam-se as fruteiras, dominando os castanheiros e as macieiras, aqui e ali dando lugar a alguma vinha de "enforcado". Assim "libertos" das árvores, os campos reservam-se para o cultivo dos cereais e de forragens para o gado. É já o campo-prado.

São estas duas orientações básicas da produção, pão e pasto, que estruturam a paisagem agrária, aqui realizada pela convergência da criação de gado bovino com a escolha, a par do centeio, do milho-alvo ou miúdo (*Panicum miliaceum*, Lin.) e painço (*Setaria italica*, P.Beaw).

Disto, e da melhoria dos rendimentos com a cultura destes cereais em regadio, tinham os lavradores da Idade Média e os responsáveis



**Relação entre implantação dos sítios arqueológicos da Idade Média e tipo de solos e ocupação atual do solo**

pela tributação dos rendimentos particular consciência, distinguindo bem as prestações de cereal de pravana ou sequeiro das de cereal regado, cujo rendimento duplica!

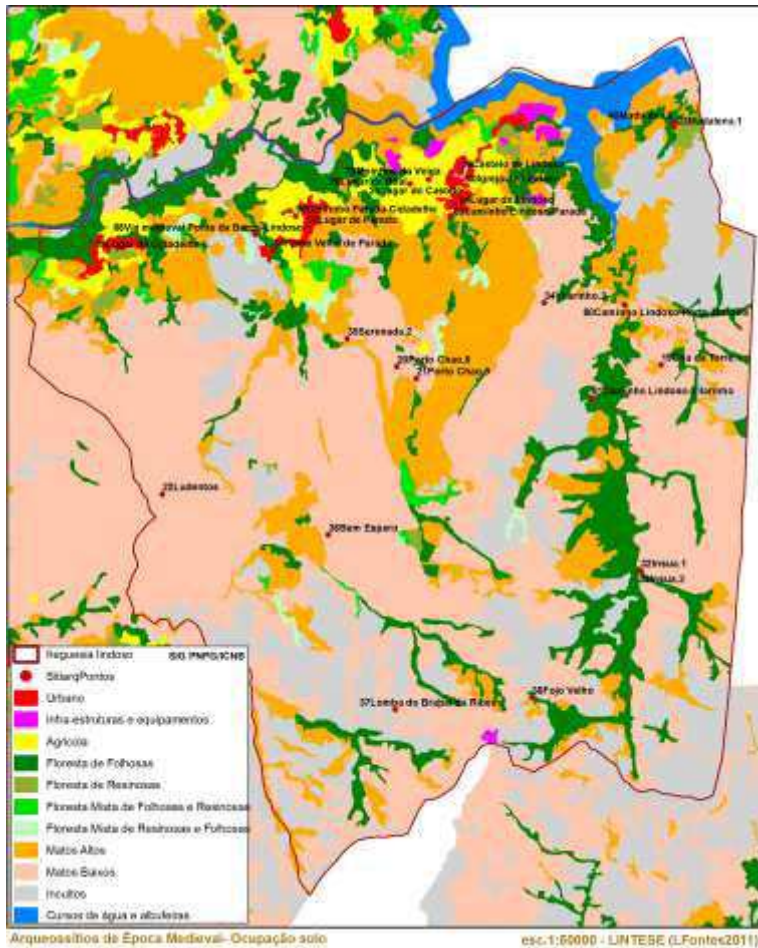
O regadio é, no Noroeste, uma prática que se documenta já no século IX, a isso se devendo a tão característica armação das encostas em socalcos, a qual nada deve à introdução e proliferação do cultivo do milho maiz, a dita "revolução do milho", que nas montanhas minhotas só acontece a partir dos séculos XVII-XVIII.

O mais frequente uso do arado e da tração animal, a expansão das arroteias, a adubação orgânica e a policultura, a mais sistemática utilização da água, são alguns dos fatores que estão na origem da lenta mas enraizada estruturação da paisagem agrária. Como sublinhou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1987:27), "(...) caminhos e regos de água são como que as veias, quase indestrutíveis, dos terrenos de cultivo. (...)".

Também era assim no Lindoso. Embora não sendo tão pródiga em informações como outras freguesias do "Julgado da Nóbrega", a inquirição de 1258 testemunha-nos que também aí se cultivava centeio, milho-alvo e painço, se criavam galinhas e pastoreava gado, se alimentava o senhor da "Terra" com pão, queijo e ovos.

Sobre a divisão da propriedade, a configuração das parcelas e sua distribuição espacial, sobre a existência de poças e regos, da articulação das leiras com os caminhos, da cuidada gestão da água, sobre tudo isso possuímos um extraordinário retrato para o lugar de Lindoso, fornecido pelo já referido "Tombo" de 1574, que mais uma vez se considera documentar a paisagem agrária medieval.

O referido documento proporciona, precisamente, uma imagem semelhante à do quadro contextualizador traçado anteriormente: leiras dispersas pelas encostas até às ribeiras, armadas em socalcos suportados por muros de pedra, algumas propriedades da igreja de Lindoso, muitas de lavradores e raras do mosteiro de Vila Nova de Muía, todas servidas por caminhos e regadas pela água conduzida pelos regos desde várias fontes e poças.



Deve notar-se que os "bens de raiz" pertencentes à igreja de S. Mamede de Lindoso integravam uma propriedade maior, toda murada, o "assento", contígua ao templo e seu adro, e mais uma série de leiras dispersas pela mancha agrícola, intercaladas entre outras leiras e parcelas de outros proprietários.

A parte descrita como "assento" corresponderá à dotação inicial da igreja, ao passo que as outras leiras dispersas deverão corresponder a aquisições ou doações posteriores. Talvez o "assento" configure, até pelo facto de ser completamente vedado com muro, o tipo de unidade de exploração agrária que na documentação medieval se designa por *erdade* ou mais frequentemente por *cortina*.

Com base nesse documento, pode-se concluir que a mancha agrícola de Lindoso se havia fixado na Idade Média entre o lugar de Lindoso, o lugar do Castelo e o lugar de Real, estendendo-se para nascente até ao Portelo do Cimo e para Norte até à Costa do Fojo. Abrangeria uma área total próxima dos 80 hectares. Entre o Castelo e Real, mais próximo deste lugar, ficava a Veiga dos Moinhos, devendo o nome com certeza aos moinhos que aí existiriam (o nome mantém-se, mas os moinhos que aí se conservam datam dos séculos XVIII-XIX).

A irrigação estava já perfeitamente estruturada, nomeando-se então sete poças e fontes, a partir das quais se distribuía água por todos os campos. Em funcionamento ainda hoje, designam-se pelos mesmos nomes: Poça das Gândaras, Fonte do Pedral, Poça dos Fios, Poça da Fonte das Ribeiras, Poça de Sermil, Poça da Fonte Fria e águas do Vale das Canlas ou Canhas.

Sustentadas por paredes e circundadas por muros [13], as leiras documentadas no "Tombo" confrontam e são delimitadas pelos caminhos que serviam os campos, os mesmos que ainda hoje se usam e onde os fundos sulcos, abertos pela continuada passagem das rodas dos carros, testemunham uma antiguidade difícil de fixar com exatidão, mas que se pode recuar sem dúvida aos tempos medievais.

Verifica-se ainda que a mancha de terrenos agricultados se estende "para baixo" da aldeia de Lindoso, isto é, o povoado situa-se em pla-



### Proposta de delimitação da mancha agrícola de Lindoso na Idade Média

[13] Algumas parcelas são designadas "trolo", termo ainda hoje usado no Lindoso e que serve para designar uma leira melhor, geralmente vedada com muro, sem acesso a terceiros.



no superior, exatamente no limite que faz a transição da parte agrícola da com a parte de monte.

Mais do que marcar fisicamente a separação entre o *saltus* e o *ager*, esta posição do povoado face à mancha agrícola, encontra no aproveitamento "natural" dos resíduos orgânicos uma razão tão simples e prática quanto essencial à manutenção da produtividade agrícola dos solos. Só essa implantação permite a escorrência para os campos dos excrementos dos animais e dos dejetos e restos que se acumulam quotidianamente nos arruamentos da aldeia, escorrência particularmente significativa no Inverno, pelas maiores quantidades resultantes da permanência do gado nas cortes da aldeia e pelas intensas chuvas que garantem uma maior dispersão desse estrume, verdadeiro fertilizante orgânico que as culturas agrícolas não podiam dispensar (Guerreiro, 1982:140).

Identificam-se relações semelhantes em Parada e em Cidadelhe, o que permite propor para esses povoados uma mancha agrícola medieval correspondente às áreas que ainda hoje se designam por veigas, respetivamente 60 hectares e 25/30 hectares, abrangendo os solos de mais qualidade e que beneficiam de melhores condições de irrigação. Aliás, "veiga" significa exatamente terra baixa regada (do pré-rom. *baika*, "terreno inundado" - Costa e Melo, 1994:1844).

A relação de unidade e exclusividade entre aldeia e veiga agrícola, isto é, cada aldeia tem a sua própria veiga, transparece também, precisamente pela necessidade de explorar a água para o regadio, da vinculação ou identificação da territorialidade de cada aldeia com a bacia hidrográfica específica em que se insere. Esta vinculação com as bacias hidrográficas locais é reforçada, aparentemente, por semelhante territorialidade ao nível dos usos do monte, como sejam a caça, o pastoreio e a recolha de matos.

Para além dos espaços bem definidos e conhecidos em que se desenrolavam as atividades do quotidiano - o *ager* (as casas e os campos) e o *saltus* (o bosque imediatamente contíguo), ficava o espaço serrano do *mons* (o monte), domínio dos pastores, da floresta e do inculto - domínio do "maninho".



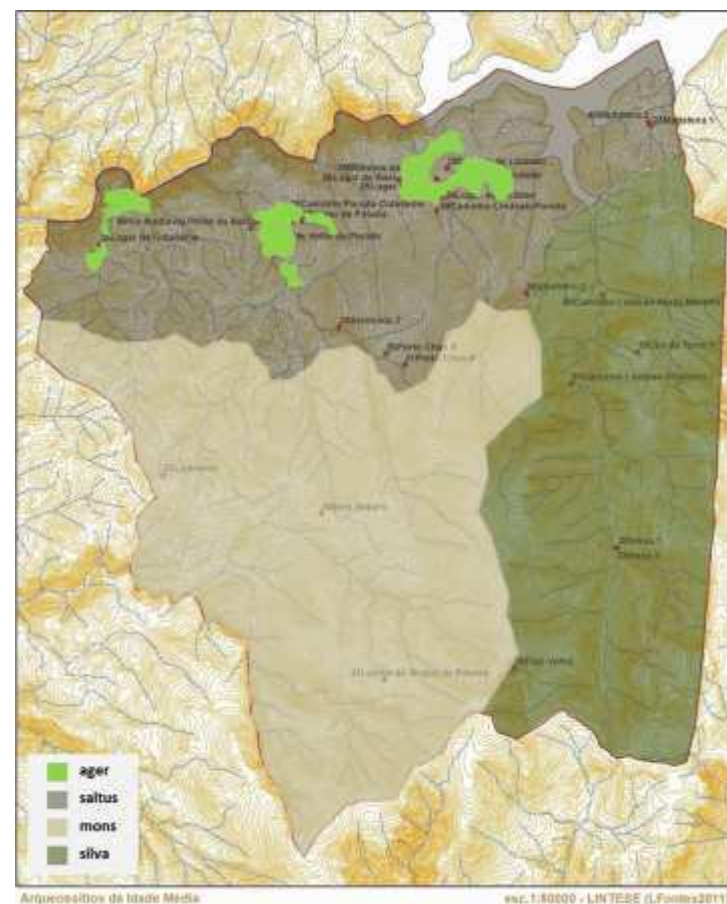
A apropriação, modalidades de uso e organização deste espaço de monte, não agrícola, conheceu, ao longo da Idade Média, uma evolução que se processou de modo distinto entre as áreas de vale aberto, a "ribeira", e as zonas serranas do interior, a "montanha", revestindo até características diferentes de região para região.

As populações que se fixaram nas vertentes altas das serras, pelos condicionalismos específicos da sua localização, tiveram necessidade de desenvolver um sistema agro-pastoril especializado, especialização decorrente do maior peso relativo das atividades silvopastoris. Entre a agricultura intensiva na pequena mancha envolvente das aldeias e a criação de gado nas pastagens de Verão no alto da serra, longe do povoado, as comunidades serranas cultivavam sazonalmente, a par do pastoreio extensivo das vertentes, pequenas chãs alveolares na montanha, as "brandas", e praticavam regularmente a caça.

No *saltus*, a zona de bosque intermédia "empiricamente «jardinada»", isto é, produção florestal com cortes salteados e regeneração espontânea (Devy-Vareta, 1985:50), evitava-se o pastoreio de ovinos e caprinos, documentando-se bem a importância do sub-bosque de caducifólias para a criação de gado porcino nas montanhas do Noroeste português.

No vale alto do rio Homem, em que se inclui a vertente sul da Serra Amarela, por exemplo, quase todas as freguesias eram tributadas, no século XIII, com pagamentos de cestos de landes ou com obrigação de engordar porcos para o senhor da "Terra" ou para os mordomos entre o S. Martinho e o Santo Estêvão, isto é, entre inícios de Novembro e finais de Dezembro (PMH.Inq.1258:415-419).

Na relação ser-humano/meio, o ambiente "natural" parece ter dominado até aos séculos X-XI, período a partir do qual se regista um alargamento da área agrícola, conquistada ao espaço do *saltus*, a que se associa uma progressão da exploração do monte, assinalando-se então uma significativa regressão florestal (Ramil Rêgo, 1993:54). O crescimento demográfico e a organização do povoamento estabilizam e consolidam-se ao longo do século XII, sustentados por um sistema agro-silvo



**Proposta de interpretação das principais modalidades de uso de solo no Lindoso na Idade Média**

-pastoril que atinge a máxima complexidade mantendo um bem conseguido equilíbrio ecológico.

A partir do século XIII, assiste-se à rutura desse equilíbrio, particularmente evidente no domínio florestal, apesar das incipientes tentativas de recuperação que a partir de então começam a esboçar-se. Todavia, nas áreas montanhosas do Minho, pese embora alguns registos polínicos de sinal contrário na vertente oriental da serra do Gerês ou no vale alto do rio Vez (Ramil Rêgo, 1993:38; Ruiz Zapata *et al.*, 1993:103), preservaram-se grandes maciços florestais.

Para explicar esta "integração" no sistema de exploração silvopastoril no Lindoso, nos tempos medievais, contamos com alguma documentação coeva ou ligeiramente posterior, mas suscetível de uma leitura regressiva. A inquirição de 1258, o foral de 1514 e o tomo de 1574 e, pela primeira vez de modo relevante no panorama da arqueologia medieval regional, com um conjunto importante de evidências arqueológicas relativas ao pastoreio, à caça grossa, à apicultura e à agricultura sazonal de montanha.

Das fontes medievais escritas releva a existência em Lindoso de uma montaria real - a mata ou coutada de Cabril, do domínio régio ainda em finais do século XV [14]. Os seus limites não são referidos na documentação, mas deveriam corresponder ao vale médio e alto do rio Cabril, abrangendo uma área superior a 1.200 ha. Não deveria estender-se à zona de confluência com o rio Lima, pois por aí passava a via em direção à Galiza e situava-se o "casal" da Madalena.

A função fundamentalmente cinegética das matas, como transparece da legislação que as Ordenações Afonsinas veiculam é, no Lindoso, amplamente confirmada pela inquirição de 1258, onde se explicita que "(...) *todos sunt monteiros delRey. (...)*". Monteiros do rei eram também os homens da freguesia contígua de Britelo e os da próxima de Azias, devendo todos, provavelmente, estar afetos à montaria de Cabril.

A afetação da mata do Cabril a coutada real de caça justificar-se-ia pela sua reconhecida riqueza faunística, indissociável da existência de uma mata climácica de caducifólias, cuja conservação constitui um bom

[14]  
Embora não sejam nomeadas na delimitação da "coutada velha" transcrita nas Ordenações Afonsinas, as montarias do Soajo e do Cabril constam da lista das coutadas que o rei Manuel I delimitou novamente em 1498 nas Cortes de Lisboa (Devy-Vareta, 1985:60), devendo a sua origem remontar aos tempos da fixação da fronteira do estado português na primeira metade do século XIII.



testemunho da recuperação arbórea que se reconhece ter verificado entre o fim da romanização e a colonização medieval (Ramil Rêgo, 1993:53).

Esta paisagem florestal seria extensível a outras regiões do interior montanhoso minhoto (Martins *et al.*, 1995:59-60), nomeadamente aos troços superiores das bacias dos rios Lima e Homem onde, no século XIII, se documenta uma intensa atividade cinegética, particularmente caça grossa (PMH.Inq.1220:95 -98 e 117-119; PMH.Inq.1258:378-396 e 412-423).

E se essa área é bem reveladora da vastidão das matas aí existentes, é igualmente notável a diversidade faunística de grande porte referida, tal como é significativo o regime de caça que se especifica, testemunhando que para as populações desses territórios a caça era efetivamente uma fonte importante de alimento, constituindo a atividade cinegética parte integrante do sistema socioeconómico (Gonçalves, 2006).

O conjunto de dados listados permite sublinhar mais dois aspetos. O primeiro respeita a um certo favorecimento dos moradores de Lindoso e Britelo em comparação com a maioria dos outros, pois pagam foros mais reduzidos. Seria essa talvez a compensação régia por cuidarem e protegerem a coutada assegurando, nomeadamente, o controlo dos efetivos cinegéticos? O segundo relaciona-se com o que aparenta ser uma regulamentação empírica da prática da caça, consagrada na determinação de, em certa época do ano, se dispensar os monteiros do pagamento de qualquer foro de caça.

De facto, os monteiros (caçadores) pouco ou nada tinham que pagar quando caçavam num período basicamente compreendido entre Fevereiro e Abril. Como veremos, é nos períodos de isenção que reside a importância da regra, pois corresponde precisamente ao fim do Inverno e início da Primavera, época de procriação dos mamíferos.

Como explicar esta medida aparentemente contraditória de no período de maior fragilidade das espécies se diminuir a carga fiscal sobre a caça, o que poderia até constituir um poderoso incentivo à delapidação do património cinegético? Acresce que a época de isenção coincide

Freguesias	Serviços	Foros	Isenções
Soajo (incluía Garaisira) (p.396)	são monteiros do rei, acompanham o rei do rio Douro até ao rio Minho	de javali: entrecostos de urso: as mãos	Entre as 7 semanas antes do Carnaval e as 3 primeiras da Quaresma, nada dão
Britelo (p.413)	são monteiros do rei	de javali: entrecostos de urso: as mãos	3 semanas antes e 3 depois do Carnaval, nada dão
Lindoso (p.414)	são monteiros do rei	de javali: entrecostos de urso: as mãos	3 semanas antes e 3 depois do Carnaval, se matam veado, nada dão
Carvalheira (incluía Brofe) (p.415-416)	--	de javali: entrecostos de urso: as mãos de corço: lombos de cabras-bravas: lombos	da Septuagésima até à Páscoa, nada dão do que matam
Covide (p.419-420)	--	igual aos foros de Carvalheira	--

**Quadro das montarias e foros de caça do Lindoso e freguesias contíguas, segundo Inquirições de 1258 [15].**

[15]

Atualizou-se a ortografia e traduziu-se: monteiros por *montarii*; javali por *porcum*, *porcum montes*, *porco*, *porco montes*; urso por *osso*; cabra-brava por *capra*, *cabras montezes*; corço por *corzo*, *curza*; entrecosto por *spatula*, *spatulam*, *espadoas*, *spadoa* (fixava-se normalmente um certo número de costelas: *spatulam de xij costis* - PMH.Inq.1220:98); lombos por *quadrakil*, *coraziis* (parte do animal que incluía as duas costas, da cabeça até à perna - Viterbo, 1984:133); semanas por *domaas*; carnaval por *Entroydo*, *Entroido* (festa cíclica móvel, nos 3 dias que precedem a Quaresma); Quaresma por *quadragesima* (período penitencial de 40 dias, da 4ª feira de Cinzas, que é a seguir à 3ª feira de Carnaval, até à Páscoa); Páscoa por *Pascua* (festa religiosa móvel, mais ou menos coincidente com o início da Primavera); Septuagésima por *Septuagesima* (3º domingo antes do 1º da Quaresma).

de com o período das mais rigorosas condições climáticas - frio, chuva e nevões frequentes. Que "maldade" se esconderia por detrás desta tolerância em tempo impróprio?

O que poderia levar os caçadores de Lindoso, como os outros abrangidos por determinações semelhantes, a "correr monte 3 semanas antes e 3 semanas depois do Carnaval", beneficiando da totalidade de todas ou de algumas peças de caça que matassem, se o consumo de carne não era aconselhado, se pouco lhes interessaria esgotar um importante recurso alimentar e se a prática revestia contornos de perigosa aventura, pelas grandes dificuldades decorrentes das adversas condições climáticas?

O carácter não coercivo ou não proibitivo da determinação, isto é, a não proibição da caça ou a não penalização, bem como a não tributação do que fosse caçado nesse período, deve ser entendido como estímulo e pagamento à execução de um serviço arriscado e que, pese embora interessasse às populações locais, beneficiava sobretudo e em primeiro lugar o rei e os senhores das "Terras" - a caça ao lobo.

Embora raramente nomeado [16], o lobo seria o maior competidor dos pastores, já que tanto se alimentaria das espécies bravias como das domesticadas. Também a época do ano escolhida faz todo o sentido. É a altura fundamental da sobrevivência, quando o lobo ataca as fêmeas prenhas ou as crias recém-nascidas das espécies com que se alimenta, atrevendo-se mesmo a descer às aldeias e atacar aí o gado, se não encontrar alimento no monte. É também a altura da própria reprodução dos lobos e portanto de maior fragilidade das suas crias.

Aceitando que a determinação constante das "Inquirições" se refere ao calendário das montarias ao lobo, percebe-se melhor a época, os motivos e os estímulos pela isenção de nada dar do que, eventualmente, caçassem. Eliminando o lobo, assegurava-se uma mais fácil procriação das espécies bravias e pastoreadas, prevenindo-se a segurança da subida próxima das "vezeiras" do gado para a serra, a partir de fins de Abril e princípios de Maio, diminuindo antecipadamente um fator de risco.

[16]

Encontra-se uma única referência direta na inquirição de Chamoim (Terras de Bouro), onde se refere que mesmo das vacas mortas pelo lobo deviam entregar-se os lombos ao Mordomo - "*(...) dam ao Mayordomo pequeno os coraziis (...) das vacas que matam para comer, ou que matar lobo, (...)*" (PMH.Inq.1258:418).

Percebida a época e as motivações, importa sublinhar o carácter coletivo do empreendimento que, mais do que um divertimento ou uma festa, constituiria então uma obrigação e um encargo a que não se podia escapar, por força da regulamentação.

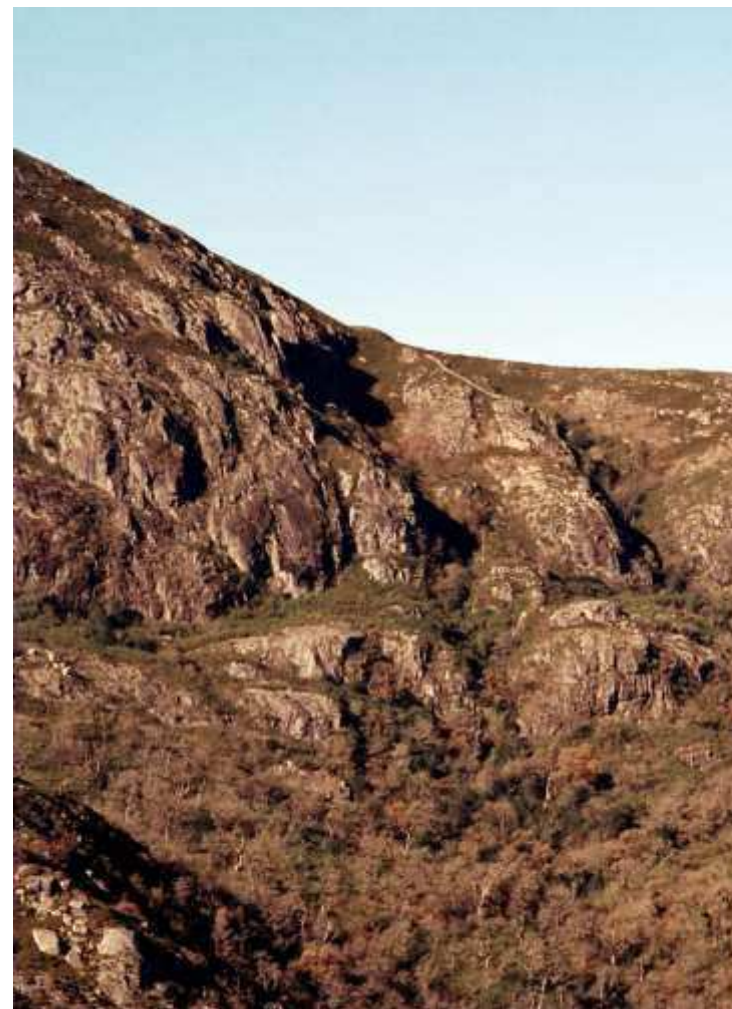
Assim o confirmam as posturas oitocentistas das aldeias serranas, como as de Vilar da Veiga, nas faldas do Gerês, citadas por Tude de Sousa (1927:45-46), onde releva ainda a referência à sua realização na Quaresma:

"(...) No Vilar (da Veiga) para cada ano havia um monteiro nomeado pelo regedor, que era o que superintendia na organização e direcção das caçadas. Destas, a inicial realizava-se sempre na primeira sexta-feira da quaresma, sem ser preciso aviso ou convocação, porque assim estava estabelecido e o dia a marcava. (...) Cada casa da freguesia dava um caçador e ao que faltasse era imposta a multa de um pinto (480 réis) ou de um cântaro de vinho (12 litros). (...)".

A materialização de tudo o que se descreveu realiza-se nesses verdadeiros monumentos que são os fojos do lobo, que se encontram ainda praticamente intactos nas serras da Peneda-Soajo, Amarela e Gerês, exatamente nas áreas correspondentes às freguesias que nas "Inquirições" cumpriam a determinação relativa ao período de isenção.

Documentados nesta região pelo menos desde finais do século XI, a importância dos fojos para a caça ao lobo transparece no facto de chegarem a dar nome a uma paróquia no extremo ocidental da serra Amarela, *Sancto Salvatore de Fogo Lobal*, como regista o "Censual do Bispo D. Pedro" (Costa, 2000:142), ou *Sancti Salvatoris de Fojo Lobal* nas "Inquirições" de Afonso III (PMH.Inq.1258:398) – hoje freguesia de Fojo Lobal, concelho de Ponte de Lima.

E no Lindoso conserva-se um fojo de lobo medieval, no alto do Colado da Porta, o Fojo Velho. Deve notar-se a sua implantação na linha de festo que divide o vale do rio Cabril da vertente noroeste da Ser-







**Panorâmica do Fojo Velho de Lindoso, no Colado da Porta ou Sone, vista de nascente**

[17]

Em 1258 os que tinham colmeias pagavam, no Soajo, duas libras de cera e cada seu alqueire de mel (PMH.Inq.1258:396), na Carvalheira 2 libras de cera e 1,5 alqueires de mel (PMH.Inq.1258:415-416), em Covide 1,75 libras de cera (PMH.Inq.1258:419-420).

**Perspetiva da silha ou colmeal medieval de Ínsua, no vale do Rio Cabril**

ra Amarela, marcando a divisão entre o espaço de coutada, do domínio régio, e o espaço de uso comum, de pastoreio.

A coutada ou mata de Cabril conheceria uma vocação cinegética e venatória, como revela a documentação e confirma a existência de uma silha de colmeias e de um fojo de urso no seu interior, bem no coração do vale - Ínsua 1 e Ínsua 2, respetivamente.

A caça do urso, abundantemente referida na documentação medieval, encontra aqui no Lindoso o único testemunho material da sua prática até hoje conhecido no norte de Portugal, sob a forma de armadilha (o fojo) montada precisamente em frente de uma silha de colmeias, local onde o urso poderia encontrar o que é considerado um dos seus alimentos preferidos - o mel.

A construção das silhas, verdadeiros cofres de pedra, para proteger as colmeias dos ataques dos ursos, revela o quanto a apicultura era já importante na Idade Média, tanto pelo mel como pela cera.

Os tributos pagos nestes produtos são igualmente elucidativos da sua importância na economia serrana [17], importância que aqui no Lindoso se materializa em mais duas silhas: a de Vilarinho 2, abrigada no pequeno vale da corga da Cerdeira, na vertente poente do mais amplo vale do rio Cabril, e a de Serenada 2, de difícil acesso na soalheira encosta do rio de Mulas ou da Feicha, estando esta documentada no tombo de 1574.

Enquanto a caça e a apicultura parecem constituir atividades recorrentes, componentes inseparáveis do sistema económico, já a pesca surge, aqui no Lindoso, como uma actividade esporádica, pelo menos no que respeita ao senhor da "Terra", a quem os moradores de Lindoso acompanhavam apenas uma vez no mês de Agosto, com lanças e chuchos, para lançar o trovisco em Canto (zona junto à foz do rio Cabril, hoje submersa).

Notar a época e a modalidade de pesca. Em pleno Verão, com caudais baixos, temperatura da água mais elevada e pouco oxigenada, nenhum peixe escaparia à ação do trovisco, mesmo os de maior porte, em Agosto os sáveis, que se recolheriam espetando as lanças e os chu-

ços. As grandes quantidades de pescado que este tipo de atuação permitiria recolher, mesmo num só dia, destinar-se-iam a ser conservados, por seca, salga ou defumação, como era usual na Idade Média (Almeida, 1978a:134).

Abordada já a parte do monte de Lindoso "afeta" à coroa, resta conhecer a parte que seria explorada diretamente pelas populações das aldeias de Cidadelhe, Parada e Lindoso.

Para além da caça, que se faria nas matas e bosques que ocupariam os pequenos vales mais fechados e inacessíveis, documenta-se no Lindoso uma significativa exploração agrícola sazonal, testemunhada pelas evidências arqueológicas das "brandas" de Chã da Torre 1, Porto Chão 8 e 9 e Ludentos.

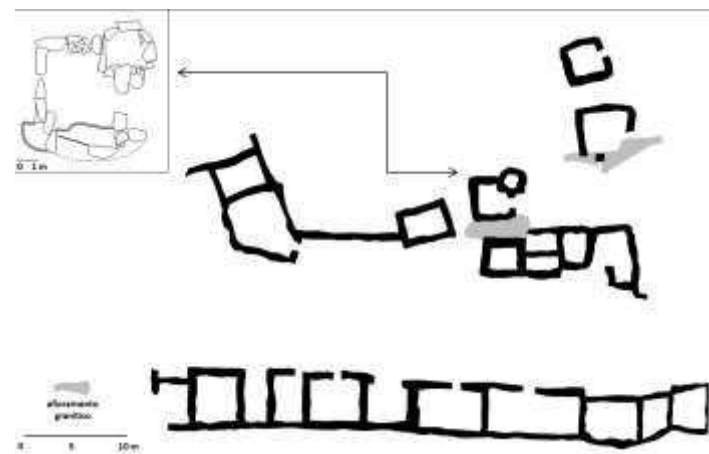
Antes de descrever a sua implantação fisiográfica, distribuição espacial e localização relativa, importa esclarecer o sentido da classificação "branda-agro-pastoril" aqui utilizada. Tendo presente as características arquitetónicas e construtivas e os paralelos etnoarqueológicos, designadamente a Branda de Bilhares, na Ermida, a sua função essencial seria a de arrecadação de feno e de alfaias, como abrigo episódico e como curral temporário. Assim, trata-se de instalações de apoio a atividades agro-pastoris sazonais, de ocupação recorrente mas não permanente nem sistemática, instalações de não-residência.

A agricultura praticada nestas "brandas" seria do tipo "queimada e cavada", prática agrícola vulgar no Entre Douro-e-Minho, como amplamente documentam as "Inquirições" e que nas Serras da Peneda e do Soajo poderá ter estado na origem do mais complexo sistema "brandas/inverneiras", aí caracterizado pela deslocação conjunta de gados e populações (Lima, 1996).

Implantadas nas bordaduras das chãs alveolares, as "brandas" de Lindoso distribuíram-se pelo terço inferior do vale do rio Cabril e pela meia encosta da vertente noroeste da serra, numa banda altimétrica situada entre os 600 e os 750 metros de altitude, estabelecendo uma espécie de ligação entre o *ager* e o *mons*, pois as aldeias situam-se entre os 350 e os 450 metros de altitude. Esta posição de ligação é reforçada pela sua



Perspetiva parcial das ruínas da branda de Porto Chão (Casas dos Mouros)



Esboço de planta das ruínas visíveis da branda de Porto Chão (Casas dos Mouros)





localização junto às principais linhas naturais de trânsito entre as aldeias e a vertente alta da serra.

As exploração agrícola e ocupação sazonal das "brandas" deveriam articular-se estreitamente com as deslocções do gado na serra, e mais com as da "rês" do que com as das "vezeiras" (Cruz, 1969:8), funcionando como uma espécie de base de apoio ao pastoreio, que se desenvolveria sobretudo pelas vertentes da serra até aos 1300 metros de altitude, apoiado nessas zonas mais altas e menos acessíveis por pequenas cabanas-abrigo isoladas.

As evidências arqueológicas desta exploração pastoril da serra são dadas pelos sítios de Bem Espero e Lomba do Braçal da Ribeira, onde se identificam vestígios de cabanas-abrigo de pastor.

Estas cabanas deveriam ser contemporâneas do *curral da Costa Boa* nomeado no tomo de 1574 como um dos limites do termo de Lindoso, curral hoje pertencente à freguesia da Ermida. A cabana que atualmente aí se observa deve ter substituído a cabana medieval.

Localizadas em bem irrigadas rechãs, onde o pasto é mais abundante no Verão, aqui pernoitariam os pastores encarregados de vigiar o gado bovino (a "vezeira"), que pastaria nos pequenos prados de altitude, regressando à noite ao abrigo do curral que deveria existir junto a cada cabana.

O gado caprino e ovino (a "rês") pastaria pelas vertentes mais inacessíveis, mas em zonas mais baixas, regressando à noite aos "currais" das "brandas", onde pernoitaria sob a vigilância de outros pastores. Os cães, para além de servirem nas montarias, eram preciosos auxiliares na vigilância e defesa do gado contra o lobo, sendo famosos pelas suas qualidades os "sabujos" das serras da Amarela e da Peneda.

As evidências arqueológicas referidas ilustram uma modalidade de pastoreio que persistiu em época moderna e que se manteve até há poucos anos atrás, modalidade que generalizadamente se reconhece continuar uma tradição anterior.

Sobre a quantidade dos efetivos pecuários em época medieval, nada sabemos. Eram com certeza significativos, tendo em conta as tri-



**Perspetiva das ruínas de provável cabana medieval, na Lomba do Braçal da Ribeira**



butações em gado, queijo e manteiga referidas nas "Inquirições" de 1258 [18].

Que a criação de gado na serra Amarela suscitava até o interesse do rei, também é inquestionável, como se percebe pela iniciativa de Afonso Henriques quando fundou o mosteiro de Santo André de Gondomar, em moldes que não deixam dúvidas quanto ao incremento da actividade pastoril: "(...) *este darandito Moesteiro fez elRey I.o de Portugal, et poblouo de bois et de vacas et de eguas et de seu ganado et de seus mouros et de seu aver, (...) et daramlí deste darandito Moesteiro cada ano savugios* [19; (...)" (PMH.Inq.1258:415).

Igual importância se percebe dos testemunhos dos moradores de Lindoso quando, a propósito da demarcação da fronteira em 1538, se lamentaram de não poder levar o seu gado onde antes o alcaide-mor do Lindoso trazia a sua *vacaria* - "(...) *desde que Lopo Rodrigues deixou de trazer gado em a dita Serra por o haver os moradores desta Vila não curarão de mandar lá seus gados, por terem cá mais perto terra outra boa onde os traziam* (...)" (Barreiros, 1964a: 155-159)

Proporcionando carne, peles, leite, força de trabalho, lã, estrume (adubo orgânico), sendo, em si mesmo, um valor, foi exactamente o gado a inspirar as invocações religiosas da população do Lindoso, pois para orago da sua igreja escolheram S. Mamede, patrono do gado.

Podendo ter sido, nos tempos incertos da colonização altomedieval, um espaço de medos e ameaças, a serra foi paulatinamente conquistada e passou, nos séculos centrais da Idade Média, de *silva* a *mons*, transformando-se de espaço de impedimentos em espaço de possibilidades. A diversidade de explorações que desde então se documentam, em textos e nas evidências arqueológicas, refletem exactamente a grande oferta de recursos que a serra proporciona e o sábio aproveitamento que deles souberam fazer os moradores de Lindoso.

[18]

Chamoim, por exemplo, dava de foro, entre outras coisas, 8 cabritos, vários queijos e mais de 1 alqueire de manteiga (PMH.Inq.1258:417-418).

[19]

Dá-se o nome de *sabujos* aos cães de caça grossa.



Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Idade Média: 1a – Aldeia e veiga agrícola de Lindoso; 1b - Aldeia e veiga agrícola de Parada; 1c - Aldeia e veiga agrícola de Cidadelhe; 2a – Branda agro-pastoril de Chã da Torre; 2b – Brandas agro-pastoris de Porto Chão; 2c – Branda agro-pastoril de Ludentos; 3 – Áreas de bosques e de roço de matos; 4 – Áreas de pastoreio extensivo; 5 - Área de floresta (reserva de caça do Cabril)

# O Concelho de Lindoso

Folha de rosto da cópia do Foral de Lindoso





A circunstância de grande parte dos sítios que se consideraram como fontes primárias para abordar o Lindoso na época moderna e contemporânea ainda conhecerem uso, determinou uma abordagem que se aproxima do campo da etnoarqueologia.

Nas caracterizações e análises que se apresentam e desenvolvem neste capítulo, tiveram-se por base fontes primárias de informação constituídas por um significativo conjunto de 51 sítios em uso e 15 sítios arqueológicos de diversa tipologia e funcionalidade, bem como uma seleção de 9 documentos escritos e de 5 desenhos cartográficos dos séculos XVIII e XIX.

No primeiro conjunto sobressaem as cabanas-abrigo de pastor e as escavações arqueológicas feitas em Castelo de Lindoso.<sup>2</sup> e em Chão do Clérigo.

Na seleção documental destacam-se as primeiras descrições do território de Lindoso, do século XVIII e os mapas de 1760 e de 1803 [20].

Por outro lado, os quatro mais antigos documentos que interessam a este capítulo datam todos do século XVI, tendo sido já usados regressivamente para a análise do período medieval. São eles o foral de 1514, o "numeramento" de 1527, a "demarcação" de 1538 e o "tombo" de 1574 [21].

As realidades a que se reportam identificam-se tanto em época medieval como em época moderna, justificando-se portanto a sua convocação para as análises de um período e de outro.

Contudo, o valor qualitativo e quantitativo da informação manuseada possibilitou, para este período moderno, uma abordagem mais pormenorizada do contexto local.

Privilegiou-se por isso a sua caracterização e análise, em detrimento de uma contextualização regional que apenas se aflora. Interessa referir, finalmente, que se procurou seguir a evolução dos aspetos destacados no capítulo anterior e detetar eventuais variações ou ruturas.

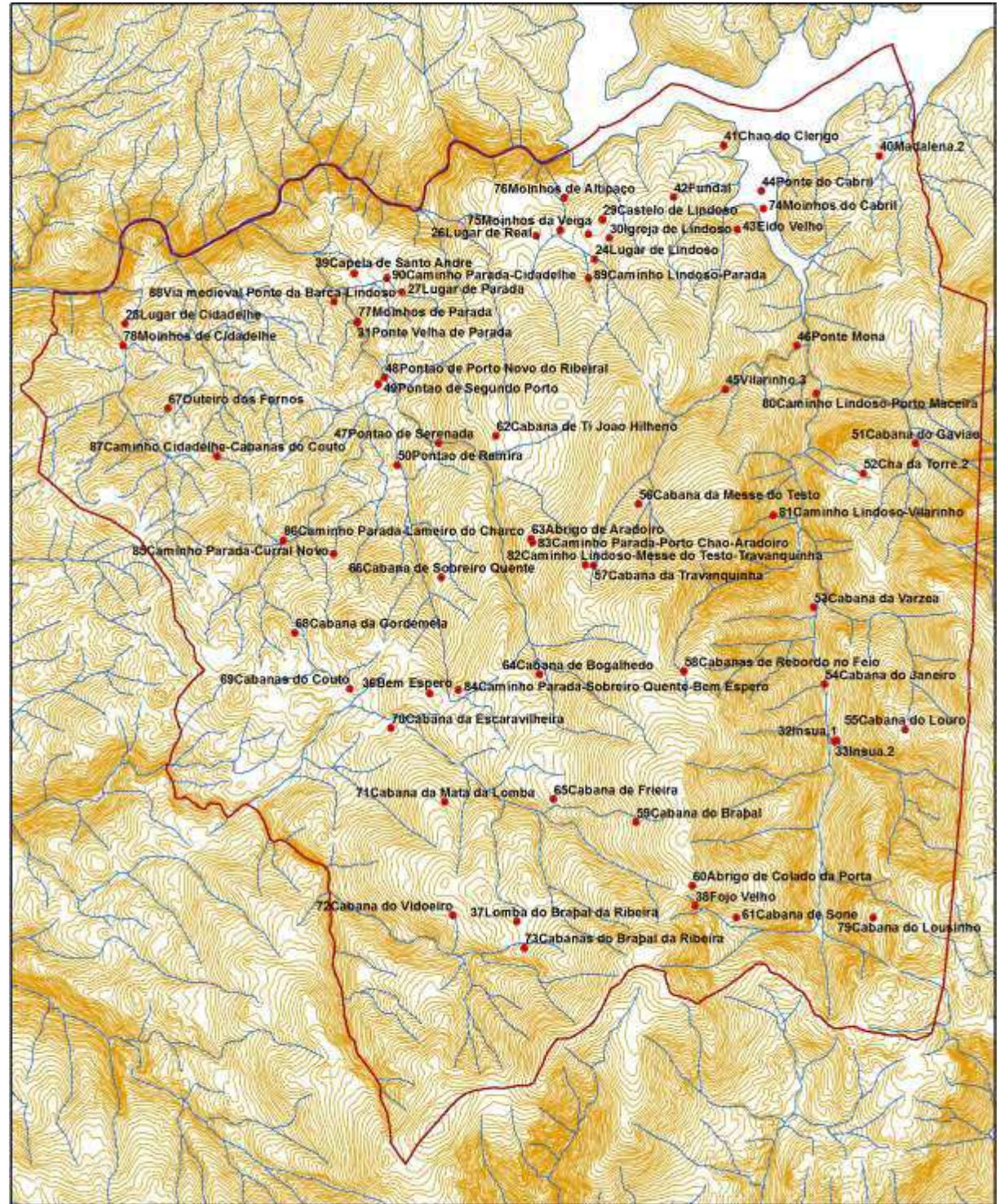
[20]

1706 - Corografia Portuguesa e Descrição (...), Lindoso (Costa, 1868: 213); 1758 - Memória Paroquial de Lindoso (IAN/TT/0343 Dicionário Geográfico (Memórias Paroquiais), vol. 20, p.665-672; Capela, 2005:304-306); Planta do castelo e aldeia de Lindoso, 1760 (AHM s/r/foto H. Regalo); Mapa da fronteira de Lindoso, 1851 [1803] (AHM A4P7N.º14/foto H. Regalo).

[21]

1514 - *Foral de Lindoso* (IAN/TT Livro de Forais Novos d'entre Douro e Minho, fl. 108v; Barreiros, 1964b: 38-40); 1527 - *Numeramento, freguesia de Lindoso* (Freire, 1905:245); 1538 - *Demarcação fronteira de Lindoso* (Barreiros, 1964a: 155-159); 1574 - *Tombo da igreja de S. Mamede de Lindoso* (ADB, 289-6 Registo Geral; Barreiros, 1964a:176; 1964b:32-38).





Arqueossítios de Época Moderna e Contemporânea

esc. 1:50000 - LINTESE (LFontes2011)

Cartografia dos sítios  
arqueológicos da Época  
Moderna e Contemporânea



Nas 'Memórias Paroquiais' de 1758 o pároco de Lindoso, António Ribeiro Fernandes, escreveu que o Lindoso "(...) Tem termo seu, é concelho, como já disse, e contem quatro lugares, ou aldeias, que se chamam Lindozo, Real, Parada e Cidadelha; tem o logar de Lindozo 60 visinhos, o de Real 5, o de Parada 55, e o de Cidadelha 30. (...)".

Nessa descrição associam-se, como constituintes da realidade envolvente, três atributos elementares - um território delimitado, um estatuto político-administrativo específico e uma população nomeada e conhecida. Assim se apresenta o Lindoso em meados do século XVIII, relevando nessa curta apresentação a importância dada ao estatuto político-administrativo, que se repete ser de "concelho".

E porque o espaço político-administrativo de Lindoso se circunscreveu ao território da paróquia de Lindoso, coincidindo, basicamente, com o espaço socioeconómico da sua população, não será excessivo interpretar que a atribuição do estatuto de concelho, através da concessão de carta de foral feita em 1514 pelo rei Manuel I, constituiu um evidente reforço da identidade territorial de Lindoso.

Do ponto de vista da compreensão da paisagem, é importante sublinhar a coincidência ou identidade entre espaço político e "espaço vivido" ou o espaço social, aproximação frequente em inúmeros concelhos do noroeste português.

De facto, a concessão do foral a Lindoso fez convergir a centralidade político-jurídica do concelho com os mais elementares mecanismos de auto governo e de composição de conflitos que funcionavam ao nível da freguesia e dos lugares.

Ainda hoje a tradição localiza o antigo edifício dos "paços do concelho" no lugar de Real, localização que poderá interpretar-se, por ser entre as duas mais importantes aldeias da freguesia, Lindoso e Parada, como resultante de uma sábia gestão de poderes e de interesses.

A sobrevivência do lugar de Real, com uma implantação aparentemente excêntrica no quadro da estrutura de povoamento do território de Lindoso, confere algum sentido à tradição, podendo questionar-se se a sua localização espacialmente intermédia e reduzida dimensão, donde

uma expressão sociopolítica neutra, não teria precisamente justificado a sua escolha para aí se situar o edifício sede do concelho, garantindo desse modo o equilíbrio entre Parada e Lindoso.

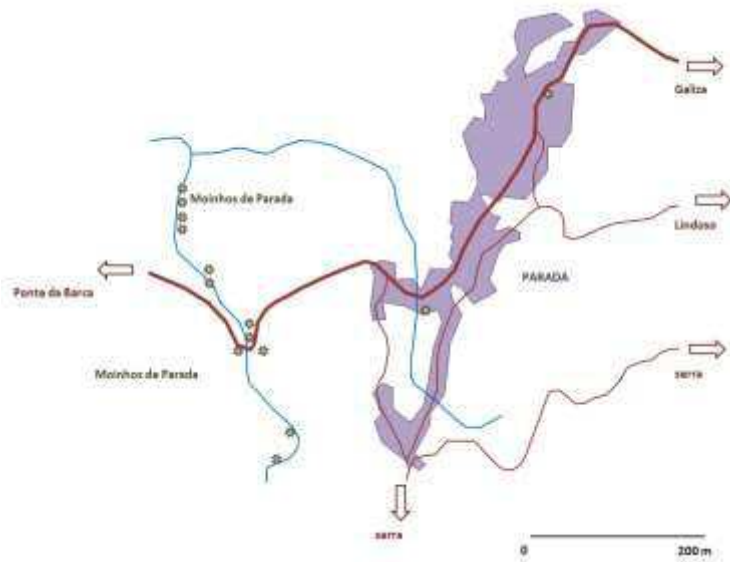
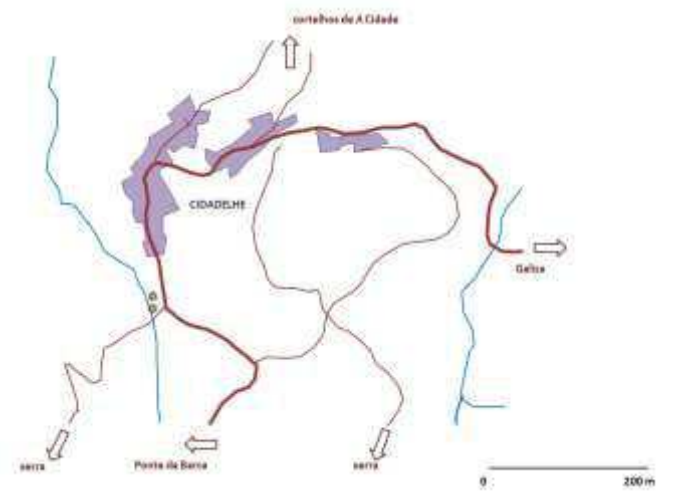
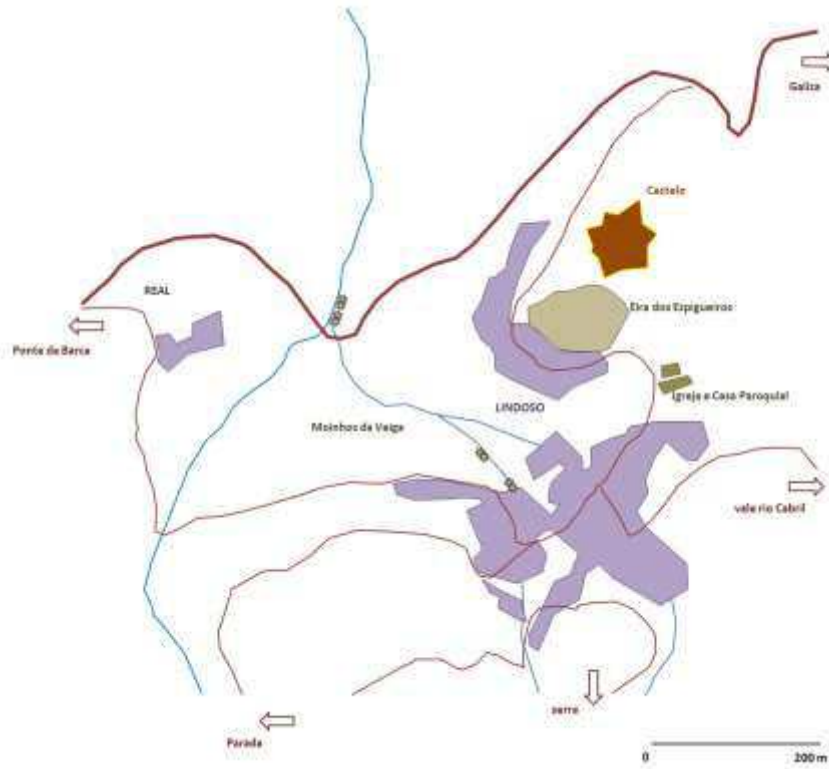
Independentemente de a concessão do foral ter decorrido ou não de uma estratégia de reforço do poder da coroa em relação aos poderes senhoriais regionais ou de uma intenção objetiva de reforçar a defesa da fronteira pelo incentivo à fixação das populações, interessa salientar é que o reforço da identidade territorial de Lindoso decorre de uma relação direta entre o poder local e o poder central. Isto é, evidencia-se em resultado de iniciativas ou atos protagonizados pelo centralismo régio, como são o foral em 1514, depois o "numeramento" de 1527 e em seguida a "demarcação" de 1538, sem quaisquer poderes regionais intermédios e com repercussão imediata no pequeno território de Lindoso.

Apesar de nas descrições que acompanham o "numeramento" de 1527 e a "demarcação" de 1538 se localizar o concelho de Lindoso em relação aos concelhos contíguos, a primeira significativa confrontação de limites locais e portanto de identidades territoriais, regista-se em 1574, aquando da elaboração do "tombo" da igreja de Lindoso, por determinação da mitra bracarense. Nesse documento a entidade espacial Lindoso-concelho está praticamente ausente, aparecendo substituída pela de Lindoso-igreja (paróquia).

Nos documentos posteriores, o território de Lindoso aparece confrontado, sem grande pormenorização de limites, simultaneamente com unidades concelhias e com unidades locais (freguesias), marcando-se todas as confrontações preferencialmente por acidentes de relevo (linhas de festo ou de água), usando-se penedos com determinadas configurações ou até simples árvores como marcos referenciadores.

Ao nível do povoamento, os vários documentos escritos citados e os sítios associados a este período confirmam que a concentração estabelecida no decurso da Idade Média se consolidou durante a Época Moderna.

Os quatro principais núcleos de povoamento - Lindoso, Real, Parada e Cidadelhe, aparecem indistintamente referidos como aldeias ou



Morfologia urbana de Lindoso, Parada e Cidadelhe



[22]  
1679 - *V inculação de bens ao Morgado de Britelo* (Barreiros, 1964b:41-42). Corresponderia à zona da Quinta dos Coriscos, local hoje submerso pelas águas da albufeira, a quase 100 metros de profundidade.

[23]  
Abandonados há pouco mais de duas décadas, encontram-se já bastante arruinados. Poderão ser já do século XX.

ANO	FOGOS	HABITANTES	Foto / Referência
1527	41	144	Alvarante (Fonse, 1905:245)
1708	88	300	Cartografia (Costa, 1706)
1758	150	541	Mem. Paróquia (Capes, 2005:304-305)
1891	147	622	Censo (Bousé e Aves, 1997)
1884	210	664	Censo (EP 1884)
1890	220	669	Censo (REG 1890)

**Quadro da evolução fogos/ habitantes da freguesia de Lindoso, entre 1527 e 1890**

lugares em quase todos os documentos, que não referem a existência de quaisquer outros aglomerados, lugares ou habitações isoladas.

Ao nível das evidências materiais a leitura é semelhante. Excetam-se os casais agrícolas do Areal, na foz do rio Cabril, Lindoso, documentados no último terço do século XVII [22] e os de Tomada da Retorta, Cidadelhe [23], que testemunham incipientes tentativas de disseminação de povoamento.

O reforço deste modelo de povoamento concentrado evidencia-se no registo de um consolidado crescimento populacional sem que tenham surgido novos núcleos habitacionais. Os três principais aglomerados existentes foram incorporando os excedentes populacionais, processo materializado em novas casas e arruamentos, construídas junto às anteriores, contíguas, por vezes simples acrescentos adossados conformando tecidos urbanos consolidados.

Importa sublinhar que a expansão seguiu a estrutura pré-existente: Lindoso cresceu no sentido da aproximação dos dois núcleos maiores de Castelo e Lindoso, que praticamente se fundiram num só; Parada cresceu para Norte e para Sul, ao longo da via medieval que cruzava a aldeia e se manteve como eixo principal; Cidadelhe prolongou-se para Norte, também ao longo da via, beneficiando para esse lado de melhores condições de exposição solar.

Mas a igreja paroquial continuou isolada, não sendo absorvida pelo crescimento do tecido urbano da aldeia de Lindoso. Mantendo-se "fora do lugar", como dizia o padre António Ribeiro Fernandes nas "Memórias" de 1758, garantiu o estatuto de igreja principal, não identificável com nenhuma aldeia em particular mas com a totalidade do território, com a paróquia, vinculando portanto todas as aldeias que integravam o seu espaço físico.

No que concerne ainda à dimensão do crescimento, os números relativos aos fogos e habitantes registados nos vários censos disponíveis para este período apontam no mesmo sentido.

Resultante de crescimento interno, eventualmente associável à introdução e difusão do milho maíz, ou fomentado pela fixação de no-

vos moradores na zona fronteiriça, o que ressalta do conjunto dos dados é o rápido crescimento do século XVIII, particularmente evidente na primeira metade - em menos de 100 anos quase duplicou o número de fogos e de habitantes, duplicação que anteriormente tinha demorado cerca de 200 anos a realizar-se.

Acompanhando esse crescimento constroem-se novas casas e aumentam-se outras, reedificam-se templos e levantam-se os primeiros espigueiros de pedra. A grande capela de Nossa Senhora da Conceição (então de S. Sebastião), em Cidadelhe, data precisamente de meados do século XVIII, revelando bem, na sua simplicidade, a penetração de modelos arquitetónicos neoclássicos.

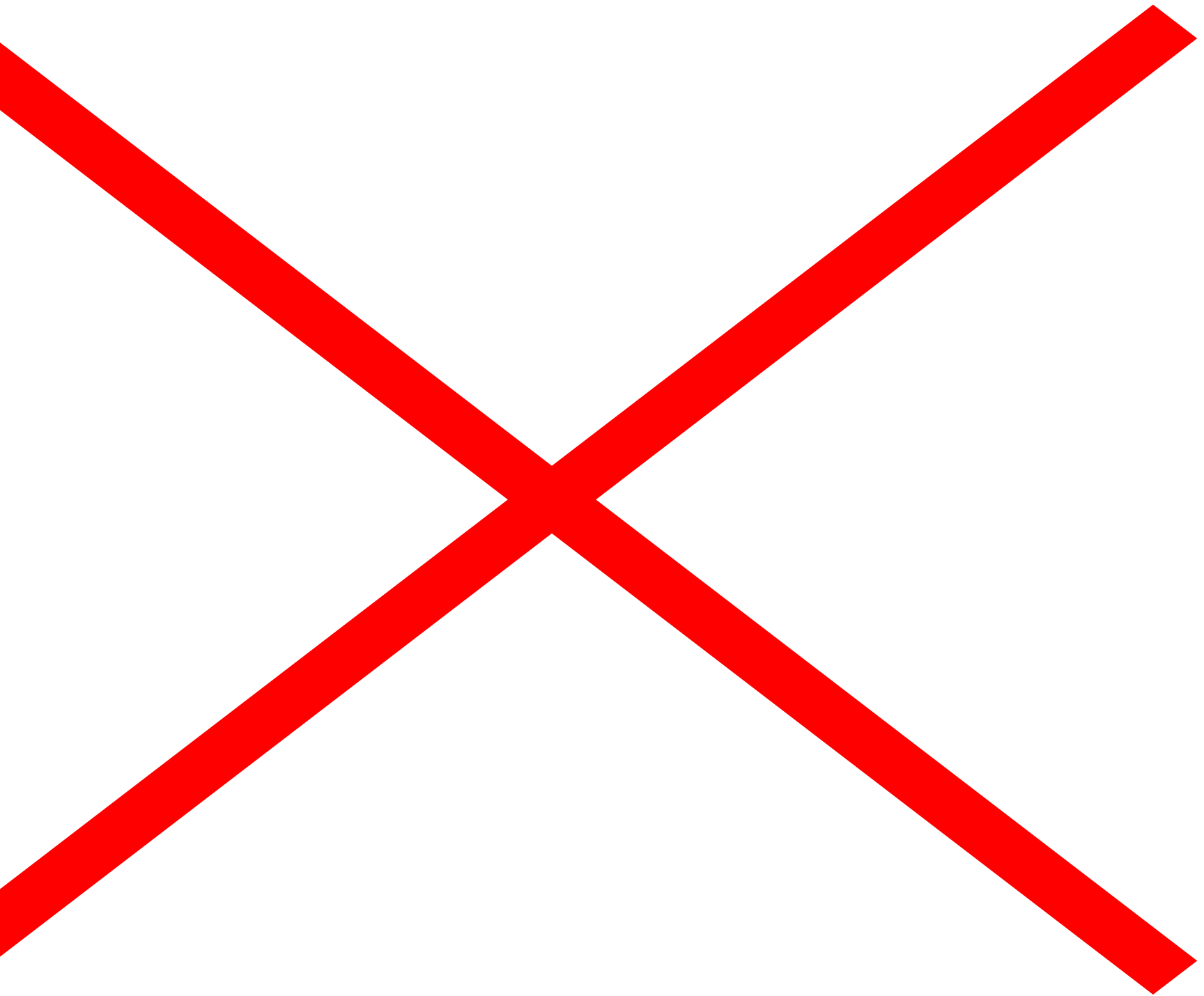
Mas, considerado globalmente, o parque edificado seria ainda modesto, como se pode observar na interessante representação cartográfica perspectivada da aldeia de Lindoso, desenhada em 1760, ou como se descreve em 1807 - "(...) o seu confuzo lugar [de Lindoso] tem a sua comonicação por fragozas ruas, os seus pobres edifícios, são de pedra roliça montuozamente sobreposta, e o seu teto de colmo, sendo raras as cazas de uma melhor construção. (...)" (excerto de documento transcrito em Barreiros, 1964b:48).

Um segundo aumento rápido evidencia-se na primeira metade do século XIX, mas incidindo apenas no número de fogos, pois o número de habitantes mantém-se praticamente igual.

Ao nível do parque edificado, este aumento traduziu-se, como testemunham as datas gravadas em inúmeras padieiras e frontões, em novas casas, espigueiros e moinhos, agora com superior qualidade construtiva, patente no bem esquadrado aparelho granítico de alvenaria seca, perpianho ou cantaria que predomina nas novas construções, acentuando a simplicidade do ordenamento interno dos modelos medievais de casa-pátio e de casa sobradada, que permanecem.

Tudo se constrói então em pedra, das alminhas que marginam os caminhos lajeados aos pontões que cruzam as ribeiras, dos telhados dos moinhos às colunetas que sobrepujam os alpendres suportando os telhados.

**Planta do castelo e aldeia de Lindoso,  
1760.  
(AHM s/ r)**







Casa oitocentista de Lindoso e pormenor da data 1832 gravada no lintel da janela



Casa oitocentista de Lindoso



**Casa oitocentista de Parada, com  
espigueiro sobre portão**



**Casa setecentista de Cidadelhe e  
pormenor do portal com data  
1743 gravada no lintel**





Com a casa do pároco e respetivo "passal", o templo continuou a integrar uma unidade espacial bem delimitada que se manteve praticamente inalterada desde os primórdios da sua criação na Idade Média. Tal como então, os principais atos religiosos da vida cristã, o batismo ao nascer e o enterro na morte, este reforçado agora por se acolherem no interior do próprio templo os paroquianos falecidos, continuaram a ser exclusivos da igreja paroquial.

Contudo, o crescimento das aldeias nos tempos modernos parece ter conduzido a um reforço dos laços de vizinhança locais, reforço evidenciado não só nas instalações do quotidiano laboral, como as eiras comuns, mas também na edificação de capelas no interior das duas aldeias mais afastadas da igreja paroquial, Parada e Cidadelhe, possibilitando a essas populações uma maior autonomia nas práticas religiosas.

De certo modo, a edificação destas capelas dá corpo à crescente importância específica de Parada e de Cidadelhe, aproximando-as da aldeia de Lindoso, com a qual, do ponto de vista das possibilidades de assistência espiritual, quase se equiparam.

De facto, já no século XX, com a construção dos seus próprios cemitérios, Parada e Cidadelhe "conquistaram" também o direito de sepultar, aumentando a sua autonomia em relação à aldeia de Lindoso.

Sentido diferente reveste as capelas de Santo André e de Santa Maria Madalena. A sua implantação isolada, a primeira no meio da veiga de Parada e a segunda junto à fronteira, ladeando a estrada para a Galiza, aponta mais para uma necessidade de sacralização de espaços "desprotegidos", mas importantes para a sobrevivência e identidade das populações.

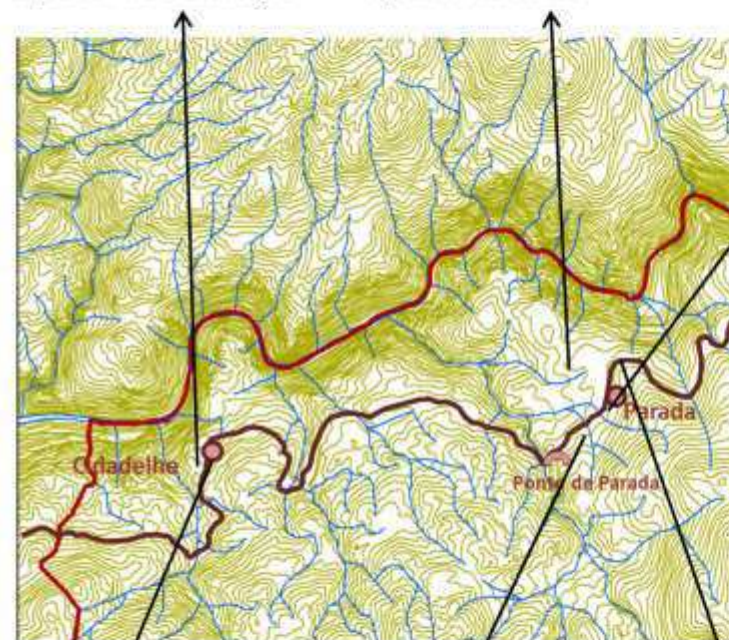
A capela de Santo André parece "proteger" o espaço agrário fundamental de Parada, exatamente designado Veiga de Santo André, enquanto a capela de Santa Maria Madalena dá abrigo aos viandantes do áspero caminho da fronteira serrana, que foi sempre uma importante rota de comércio e contrabando, ao mesmo tempo que promovia o encontro das populações raianas na sua concorrida romaria.

Na manutenção e reforço da estrutura de povoamento ao longo



Capela de N.S. da Conceição

Capela de Santo André



Alminhas de Cidadelhe

Alminhas do Novale

Alminhas da



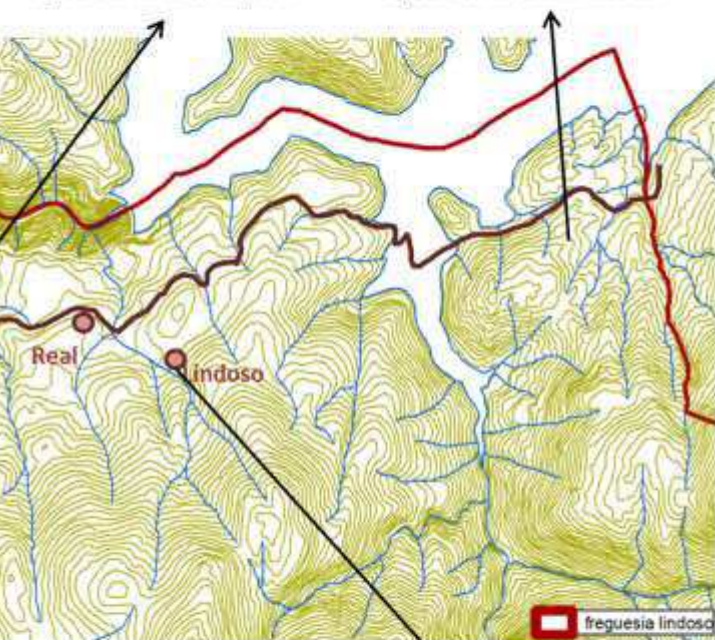
Topografia cristã moderna e contemporânea da freguesia de Lindoso





Capela de N.S. do Amparo

Capela de N.S. da Madalena



Leija

Igreja de S. Mamede de Lindoso



da época moderna, destaca-se a conservação da velha estrada medieval como principal via de comunicação regional na zona montanhosa do troço português do Lima, por aí se escoando sal e gado com abundância suficiente para justificar a existência, ainda que efémera, de uma feira mensal em Lindoso, mais precisamente junto à fronteira, na Madalena (Barreiros, 1964a:143).

O restauro da Ponte Velha de Parada em 1866 e a edificação de cruzeiros e alminhas ao longo da estrada, na sua passagem pelo interior das aldeias de Parada e Cidadelhe, testemunham bem a importância que a via revestiu no ordenamento do edificado e deste na fixação do seu traçado.

Testemunham igualmente o peso ou inércia induzidos pela estrutura de povoamento medieval, caracterizada fundamentalmente pela implantação das aldeias entre o rio e a serra, desenhando, com a via, a bordadura da vertente.

Relativamente à fronteira de Lindoso, as fontes documentais reportam tensões e conflitos de cariz político-militar, como sejam os relativos à ampliação do castelo e à construção de trincheiras ou ainda à demarcação dos limites fronteiriços e aos relatos de campanhas militares.

Também estão presentes questões de ordem socioeconómica, como transparece dos relatos da perda do monte do Vieiro e das difíceis negociações diplomáticas que culminaram com a manutenção da posse do monte da Madalena por parte dos portugueses de Lindoso.

Na resolução destes dois tipos de conflito cruzaram-se perspetivas e motivações distintas, que coincidiram no tempo: os primeiros colocavam em causa a integridade e soberania nacionais, competindo ao poder central, à coroa, garantir a sua defesa; os segundos limitavam fortemente a apropriação de espaços fundamentais à organização socioeconómica dos moradores de Lindoso, sendo a sua defesa protagonizada fundamentalmente pelas populações locais.

Do ponto de vista político-militar, as questões surgidas em Lindoso inscrevem-se no quadro geral de tensões e conflitos que ao longo de

toda a época moderna e contemporânea opuseram, direta ou indiretamente, os reinos português e espanhol e que em algumas regiões conduziram mesmo a alterações do traçado da linha fronteira.

Ponto estratégico de passagem do interior galego para o litoral minhoto, a importância militar de Lindoso sobressaiu fundamentalmente em dois períodos: primeiro durante o terceiro quartel do século XVII, no quadro do processo que geralmente se designa como "Restauração"; depois na primeira década do século XIX, antecipando as invasões francesas realizadas com a convivência espanhola.

Ocupado apenas em caso de confrontos, o castelo de Lindoso deve ter estado, até meados de Quinhentos, quase sempre fechado, senão mesmo abandonado. Assim acontecia em 1527 - "(...) tem somente hũm castello ermo (...)" e em 1538 - "(...) tem uma fortaleza bem forte dynificada (...)".

A este abandono da fortaleza correspondia, no plano da representação cartográfica do território português, idêntico desconhecimento da raia minhoto-galaica, pois no mais antigo mapa impresso de Portugal, desenhado em 1561 por Fernando Alvaro Seco, representa-se o rio Laboreiro a correr para Norte e a afluir no rio Minho e nem sequer se assinala a existência de Lindoso (Ferreira *et al.*, 1957; Resende, 1994). Também Duarte d'Armas ignorou a existência de Lindoso, pois não incluiu o seu castelo nos desenhos que fez das fortalezas da fronteira.

Em 1657 registou-se a primeira séria tentativa de conquista do castelo por parte de forças militares galegas, então derrotadas pelos soldados portugueses sob o comando do capitão Manuel de Oliveira e auxiliadas pelas populações de Lindoso e de Soajo, em jornada curta mas violenta.

Se entre 1641 e 1643 o alcaide de Lindoso, Baltasar de Sousa Menezes, reparou e fortificou melhor o castelo a expensas suas, a mais significativa intervenção foi, sem dúvida, a executada pelos espanhóis após a conquista do castelo em 1662, ao construírem uma nova muralha em torno da cerca medieval.

**1657 - Relato feito por um criado de Diogo Brandão de um ataque galego ao castelo de Lindoso**  
(Silva, 1994: 231-243).

"Descrição curiosíssima do ataque das forças galegas ao Castelo de Lindoso"

- (Fl.276 v) no dia que tive esta relação chigou hum criado meu com sua molher / de Lindoso que me recolhião a renda diserão que os galegos trezião oito-/sentos homes de pe e mais de sento a cavallo vinhão tres mangas hũa / da parte do norte do castelo outra do sul que hera o maior poder outra / menos trazia que hera menor trazia oitocentas cabeças de gado de Vilei-/rinho e Tornos da Ermida e de Lindoso comearão a queimar ho lugar / de Lindoso que forão simquenta e duas casas fora hos curais e sileiros / a esta guerra acudirão de Soajo dosentos homens de hum lugar de / Paraiuso que andando os nosos brigando com hos galegos da parte do / norte matarão muitos e fizerão fugir acudirão os nosos e hos soldados / e de outro lugar que se ajuntou do Soajo e derão na manga do sul de / maneira que os fizerão fugir e na retirada matarão mais de dozentos / e se os não forão despindo não ouvera de ficar nenhum galego que elles / não matassem e de hum monte alto botavão penedos que fasião mau / pezar da cavalaria as molheres tão bem brigarão em hum lugar que esta / junto a Lindoso de Rial ho defenderão com pedradas que ho não quei-/ maram os soldados que herão sincoenta com mais oito da Ponte da Barca /e com os moradores do Lindoso e os que acudirão de Soajo fizerão / maravilhas e depois acudirão ho gado que ho tomarão todo e ho Capitão / Manoel de Oliveira dizem que não queria deixar sair os soldados do / castelo ate que os soldados se querião botar pelo muro abrio lhes a /
- (Fl.277) porta e ficou so elle guardando o castelo com hum Escrivão durou a /peleja da manha até 2 oras ate as 2 oras depois do meo dia / Diogo Grandão/

Relasao dos homes que perdeo ho inimigo em Lindoso /em vinte e tres de Julho de 1657 /

mortos /

dom Pedro de Cardenes Governador de Selanova /

dom Jasinto Cardenes /

ho Corejador Alhasi / ho Biscomde de Ourense Gorvenador das Milisias da sidade /e termo /

dom Manoel de Suniga /

dom João de Anioiosa /

ho Capitão de Cavalos Carusco /

hum Temnente de outra tropa /

hum sobrinho do Bispo de Ourencia /

ho Governador das Milisias de Limea /

don Antonio Salgado /

perzioneiros /

dom João de Aragão /

hum Alferes da Emfantaria /

outro Alferes da Ordenança /

dous Sargentos e trinta e simco soldados /

os mortos que se tem emtarados até agoa são já dozentos dos semto /e vinte cavalos que ho inimigo trouxe se acha em Galiza trinta e dous /e os mais cavalos se tomarão e moreirão no rio a gente com que pilegei /não chigava a sem homes entre soldados e da terra na ritirada do imni- /migo me chegarão de secoro doszentos que forão de grande utilidade /por lhe tomar ao inimigo a presa que pasava de outosemtas cabezas /de gado dos cais não livou nenhum antes deixão a maior parte das armas /deve se este bom soseo ao Capitão da terra e ho meu Sargento e Cadro /de Espadara ho poder do enemigo erão semto e vinte cavalos e dous /mil e quatrosentos homes e outro que vinhão para saquiar disem os/prisiuneiros que ho emtento hera marchar por aqui para hir saquiar /as vilas da Barca e Arcos e recolher se por Carto Loboreiro vinha /por guia hum Alferes da Pedrinha que andava em Galiza e foi morto /e era Cabo de tudo ho Sargento Mor dom Diogo Dinis que fugio /asinha cavalo da nosa parte morerão dous homes de Lindoso e /firirão tres cavas molheres

De facto, a nova cerca de traçado poligonal tipo *Vauban*, de baixos muros abaluartados, com os característicos ângulos avançados, protegidos por canhoneiras e guaritas, que ainda hoje subsistem, é uma obra de grande solidez e monumentalidade, da traça e engenho do italiano D. Gasparo Squarciáfico, Marquês de Buscayolo, então Mestre de Campo e Superintendente das fortificações da Galiza, ao serviço do Marquês de Viana (arcebispo de Santiago) (Fontes e Regalo, 1994:37; 1997:31).

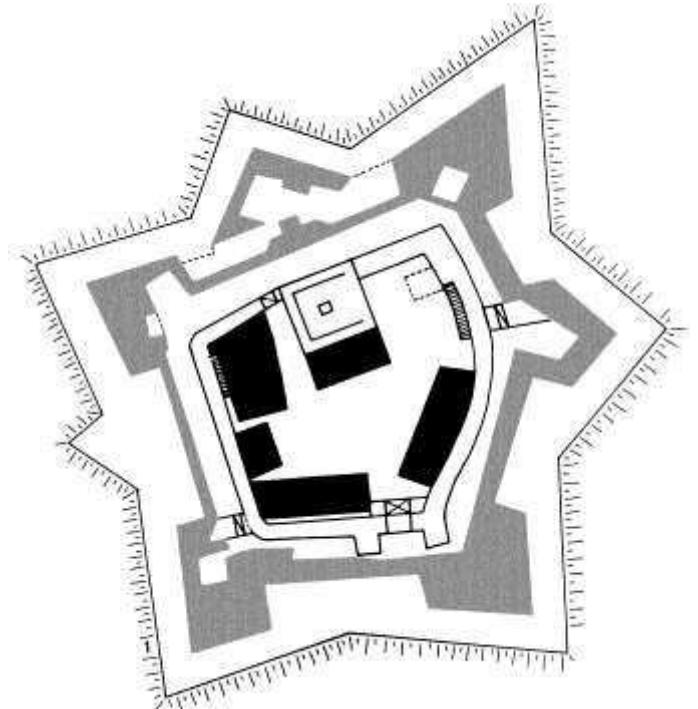
Em 1663-64, os portugueses reconquistaram o castelo. Por esta época, ou um pouco mais tarde, as muralhas medievais foram alteadas, criando-se um novo sistema de entradas, estacadas e fossos, reforçando-se também as barbacãs. Instalou-se uma guarnição permanente no pátio interior, onde se construíram vários edifícios para casernas, forno de pão, armazéns, moinho e um oratório, servindo um corpo militar composto por cerca de 100 efetivos, chegando a albergar 300 homens em tempo de guerra.

Em 1758 a praça de armas do Lindoso era “guarnecida por destacamentos de infantaria de Valença, que se rendiam de dois em dois meses e possuía cinco peças de artilharia com três artilheiros, armazém de pólvora e bala, e mais ferramentas e apetrechos de guerra.” (Capela, 2005: 304-306).

Nas bandas S e O do terreiro, contra a muralha medieval, conservam-se as edificações desenhadas nas plantas do século XVIII. De acordo com uma data inscrita no embasamento de uma dessas edificações, a sua construção data de 1665. De 1666 data a abertura da janela S da torre de menagem, como confirma a data gravada na verga da janela. Em 1720 parece ter-se concluído o revelim que defende a porta N.

A técnica construtiva da muralha abaluartada é completamente distinta da medieval. O aparelho é irregular, formado por calhaus sem afeiçãoamento, de dimensões muito variáveis, dispendo-se em mamposteria com juntas muito largas, à exceção dos cunhais dos baluartes, que apresentam blocos de maiores dimensões, afeiçãoados no encosto das esquinas. O miolo da parede é preenchido por terra, saibro, cascalho e





**Planta do castelo de Lindoso, 1758 (BPMP 1909-16 – Meireles, 1994)**

**Planta do castelo de Lindoso, 1.ª metade do século XVIII (BNL D. 230 P. – Carvalho, 1977:123)**

**Perspetiva aérea e planta do castelo de Lindoso, evidenciando-se a fortificação moderna**

calhaus. A sua espessura não é uniforme ao longo do perímetro, embora seja sempre mais larga na base e mais estreita no topo, com a parede interna vertical e a externa em rampa ou alambor, característica comum às fortificações deste tipo.

Na banda nascente do terreiro interior a escavação arqueológica permitiu colocar a descoberto restos de pavimentos e de paredes correspondentes às edificações que, nos inícios do século XVIII, aparecem referenciadas como aquartelamento de soldados e capela do castelo.

De planta retangular, a caserna abria para o pátio interior do castelo através de 3 entradas, de que se conservam as soleiras. O oratório (capela) construiu-se contra o lado S da caserna. A entrada fazia-se por este lado, conservando-se também a soleira com rasgos para a porta. A distinção funcional destas duas áreas faz-se ao nível dos pavimentos, pela utilização de diferentes tipos de revestimento: em cascalho miúdo batido sobre argamassa de saibro, no oratório, e em lajes graníticas de formas irregulares, na caserna.

Envolvendo exteriormente estas construções e prolongando-se até à porta medieval e casernas encostadas às muralhas sul e oeste, colocou-se a descoberto um pavimento de lajes de granito que, incorporando alguns afloramentos naturais de rocha, forma o pátio interior do castelo. O pendor deste pavimento é de N para S, fazendo-se o escoamento das águas pluviais através de uma caleira que, recolhendo a água no pátio fronteiro à caserna este a canaliza para fora do castelo através da porta ogival.

No interior da caserna identificaram-se 3 níveis de pavimentação, sendo o mais antigo de saibro batido e os dois seguintes em lajes de granito, testemunhando uma utilização recorrente. Nas camadas associadas recolheu-se espólio cerâmico relativamente abundante, datável entre meados do século XVII e princípios do século XX, cronologia que concorda com a data de edificação das casernas e sua utilização posterior. Quanto ao espólio não cerâmico, merece ser referido o achado de um Real e meio de D. João IV (1640-1656) e de algumas pequenas bolas de chumbo correspondentes a balas de mosquetes.





Perspetiva do castelo de Lindoso, vista de NE

Perspetiva do castelo de Lindoso vista de SE, evidenciando-se o  
acrescimento sobre a antiga porta medieval

Pormenor dos aparelhos construtivos, diferenciando-se,  
ao centro, a muralha medieval









Importa referir, contudo, que o castelo se articulava com um sistema defensivo mais complexo: 3 amplas trincheiras e 3 baterias, situadas entre 1 e 2 quilómetros para nascente, passaram, desde 1801 (Barreiros 1964b: 47), a fazer a defesa avançada do castelo, controlando a passagem do rio Cabril e portanto o acesso ao vale do rio Lima.

Logo em 1807, porém, os engenheiros militares portugueses reconheciam a inadequação da implantação do castelo para a defesa da passagem do Cabril, considerando então, numa perspetiva meramente defensiva, ter sido mais importante e suficiente a fortificação da encosta sobranceira à passagem do rio Cabril, o que foi feito em 1801, no âmbito da prevenção de invasões hostis, reforçando-se a defesa do porto de Lindoso com a instalação de três baterias entrincheiradas na passagem do rio Cabril.

Com uma função estritamente militar, com custos de manutenção e de ocupação elevados, o castelo e as trincheiras deixaram de ter qualquer utilidade a partir do momento em que os reinos de Portugal e de Espanha acordaram a paz.

Menos rapidamente do que as trincheiras, que já estavam abandonadas e arruinadas em 1856, o castelo foi sendo progressivamente votado ao abandono - de uma guarnição de 2 companhias (302 homens) em 1815, passou em meados do século para um modesto destacamento formado por um cabo e seis soldados, sem materiais de guerra e já muito arruinado. Administrado pela alfândega de Valença, a partir de 1862, foi definitivamente desativado como instalação militar em 1885; nos inícios do século XX era já só ruínas (Costa, 1940; Monteiro, 1980:83).

Na cartografia de finais de Setecentos e de princípios do século XIX representa-se a raia já com mais rigor, coincidindo a linha divisória, genericamente, com o traçado descrito no tombo relativo à demarcação de 1538.

De qualquer modo, o traçado preciso da fronteira não revestia, do ponto de vista das questões político-militares, grande interesse, pois não foi isso que determinou os confrontos entre as tropas.



Mapa da fronteira na zona de Lindoso, 1758  
(BPMP 1909-15 – Meireles, 1994)





Já não foi assim em relação ao monte da Madalena. Latente pelo menos desde o último quartel do século XVIII, o conflito em torno da posse e uso da Madalena agudizou-se nas primeiras décadas do século XIX e ressurgiu em toda a sua dimensão político-administrativa em meados deste mesmo século, aquando do seu tratamento pela Comissão Mista para demarcação de limites entre Portugal e Espanha.

Em 1775 os galegos das aldeias confinantes da raia invadiram os terrenos da Madalena e cortaram videiras, queimaram colmeias e derrubaram muros. O padrão com marcações que assinalava a divisória do reino português e espanhol na Pedra do Vozelo também foi derrubado, sendo atirado ao rio Lima. Nos anos seguintes, seguiram-se violentos confrontos, registando-se várias mortes entre galegos e portugueses. Em 20 de Janeiro de 1819, cerca de 40 moradores das aldeias galegas de Compostela e de Lodeiros rasgaram um caminho na Madalena e passaram a carregar aí lenha e mato, introduzindo gado a pastar e arruinando vinhas e colmeias (Barreiros, 1964a:143-144 e 1964b:64-67).

Não abdicando nunca dos seus interesses e direitos, os moradores de Lindoso souberam expor com argúcia e insistência os seus elementos de prova a favor da manutenção do monte da Madalena por parte de Portugal. Cruzando argumentos de ordem económica, religiosa e simbólico-patriótica, suscitaram delicadas questões de soberania que os comissários portugueses, numa primeira fase, resolveram mal, obrigando posteriormente à intervenção das altas instâncias diplomáticas.

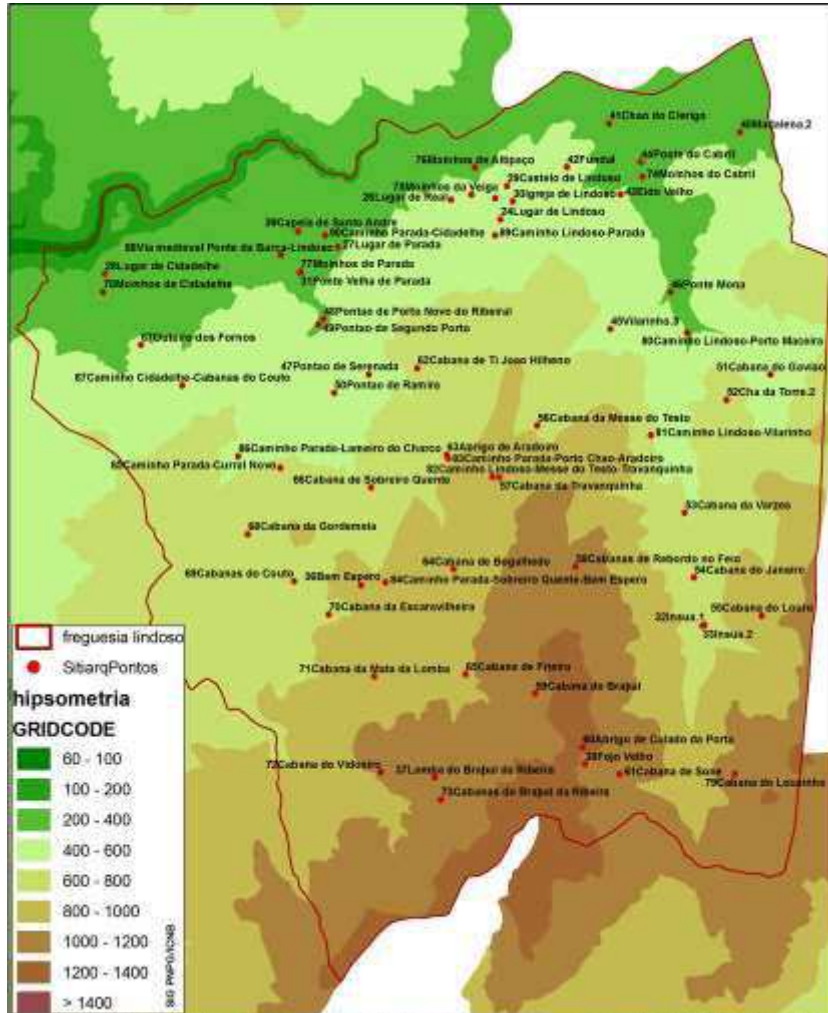
A questão da fronteira no Lindoso acabou por ser resolvida em 1864, fixando-se o traçado por onde atualmente se marca a linha divisória. Embora não tenha correspondido à totalidade das pretensões dos moradores de Lindoso, o traçado acordado foi suficientemente satisfatório, razão pela qual foi aceite pelas populações raianas envolvidas.

Talvez que as consequências mais positivas, para os moradores de Lindoso, tenham sido a tomada de consciência de um passado comum, "seu", o enriquecimento da memória coletiva e por essa via a fixação de um discurso reivindicativo historicamente suportado, como ainda hoje "os de Lindoso" fazem questão de apresentar.

**Mapa da fronteira na zona de Lindoso, 1851 [1803]  
(AHM A4P7N. °14)**

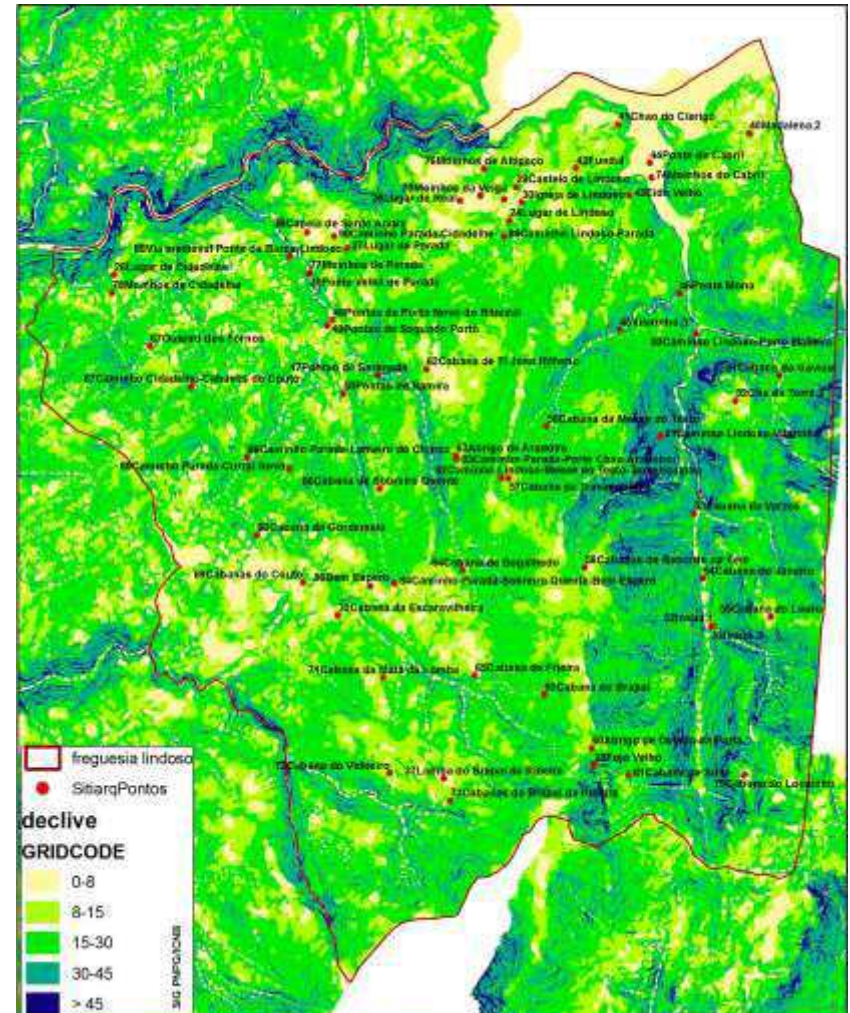






Arqueossítios de Época Moderna e Contemporânea - Hipsometria

esc.1:50000 - LINTESE (L.Fortes2011)

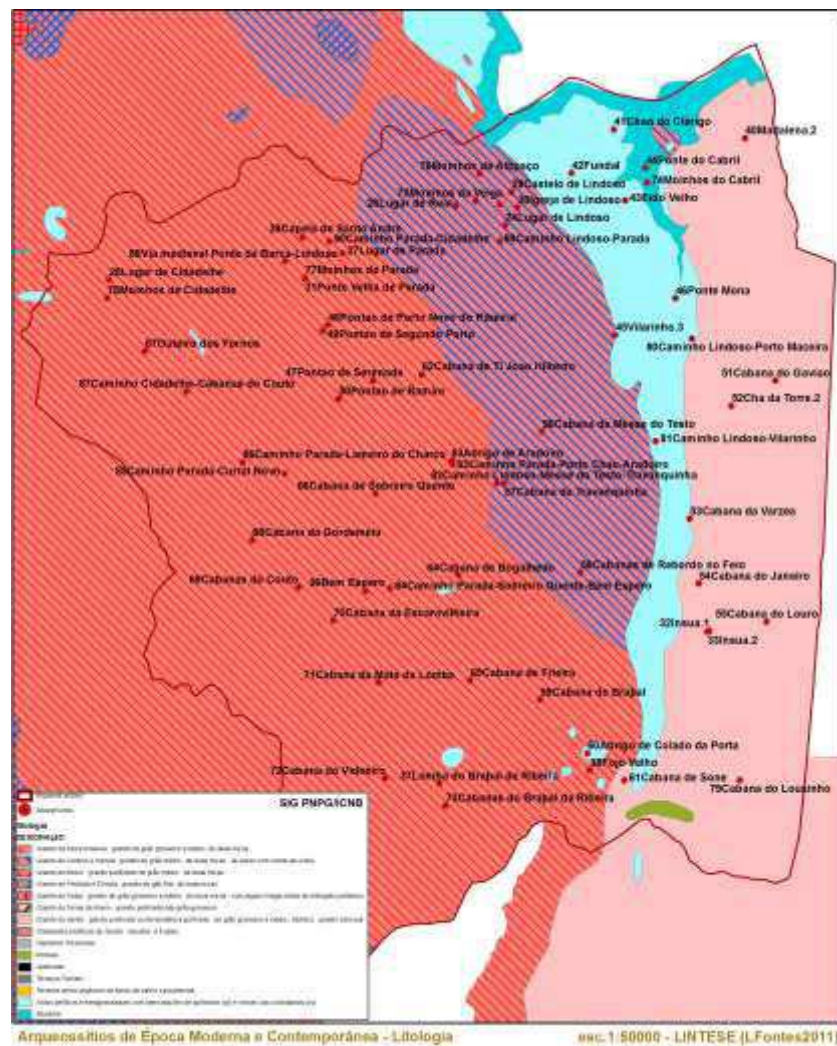
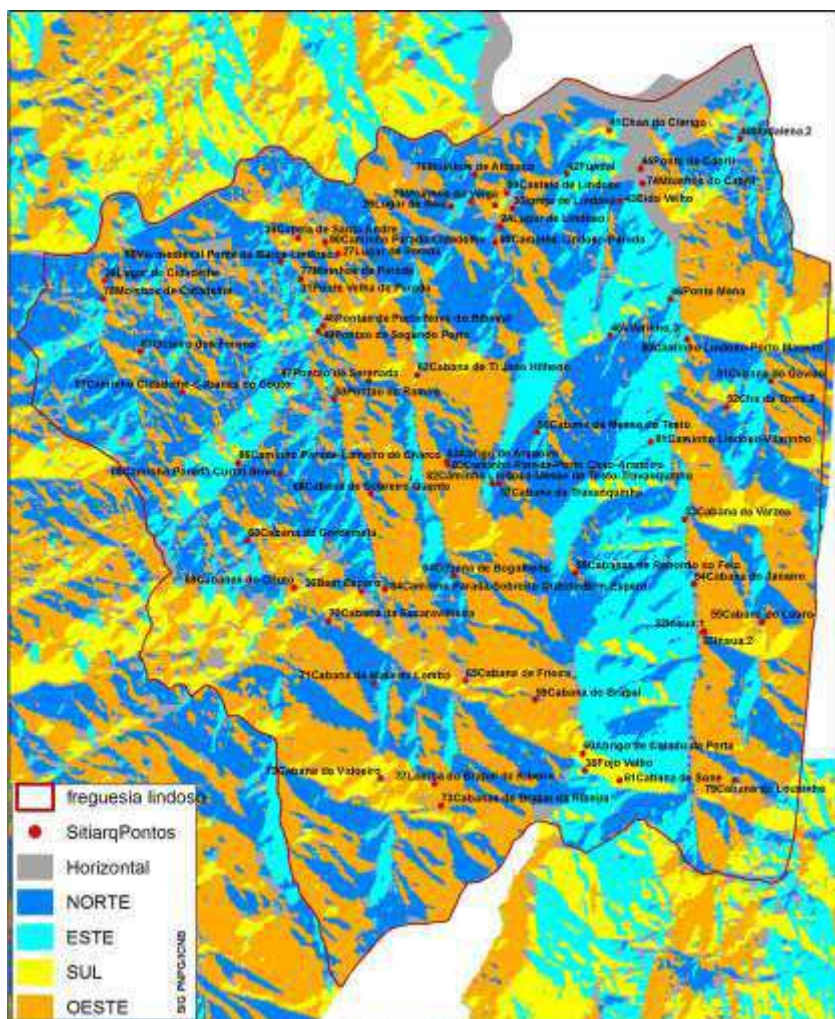


Arqueossítios de Época Moderna e Contemporânea - Declives

esc.1:50000 - LINTESE (L.Fortes2011)

Relação entre implantação dos sítios arqueológicos da Época Moderna e Contemporânea e classes hipsométricas, classes de declives, quadrantes de exposição e litologia





Centrando agora a atenção na paisagem agrária moderna de Lindoso, identificam-se duas características principais, associadas à agricultura e à silvicultura.

A primeira está representada por uma área máxima agricultada próxima dos 275 hectares, distribuídas por três grandes manchas que se articulam cada uma delas com as três aldeias de Cidadelhe, Parada e Lindoso. Os campos são de pequena dimensão e são obtidos pela armação das encostas em socalcos, mais largos nas vertentes de pendor menos acentuado. Uma rede de caminhos vicinais permite aceder a todas as manchas agrícolas.

A segunda corresponde à zona envolvente de *saltus* (devesa, monte), que pode ir até cerca de 2,5 km de distância - o seu limite marca-se pelo fim dos troços lajeados dos caminhos da serra, que irradiam a partir das aldeias para Sul subindo as encostas. São os "limites de roços de matos", espaço com regulamentação de fruição consagrada nas "Posturas" de 1850 (Neves, 1976:3-4) [24], fixando práticas e costumes cujas raízes deverão recuar aos séculos medievos, pois como se sublinha em 1758, a propósito da riqueza florestal de Lindoso, "(...) todas estas arvores são silvestres e communs a todos os lavradores para suas culturas e madeiras. (...)".

A expressão arqueológica destas duas características materializa-se nos muros de mamposteria que suportam os socalcos que armam as encostas e na pavimentação lajeada dos caminhos carreiros que penetram na serra, sulcados vezes sem conta por carros puxados a bois e carregados de matos e lenhas.

Aparentemente, em relação à paisagem agrária medieval, parecem só diferir as extensões das áreas reservadas à agricultura e à atividade complementar de recolha de lenha e mato. A forma das leiras manteve-se, a irrigação continuou a merecer atenção especial, o sistema campo-prado continuou a dominar. Porém, aconteceram significativas alterações ao longo da época moderna.

Com base nos vestígios de antigos socalcos agricultados e de levadas, hoje ocupados por giestais e matas, estima-se que a área máxima cultivada tenha atingido no Lindoso os 130 hectares, em Parada 95 hec-

[24]

C.M.L. Baeta Neves cita amplamente as "Posturas" de Lindoso, das quais transcreve muitos artigos. Infelizmente, a Junta de Freguesia de Lindoso já não possui esse precioso documento, desconhecendo-se o seu paradeiro.



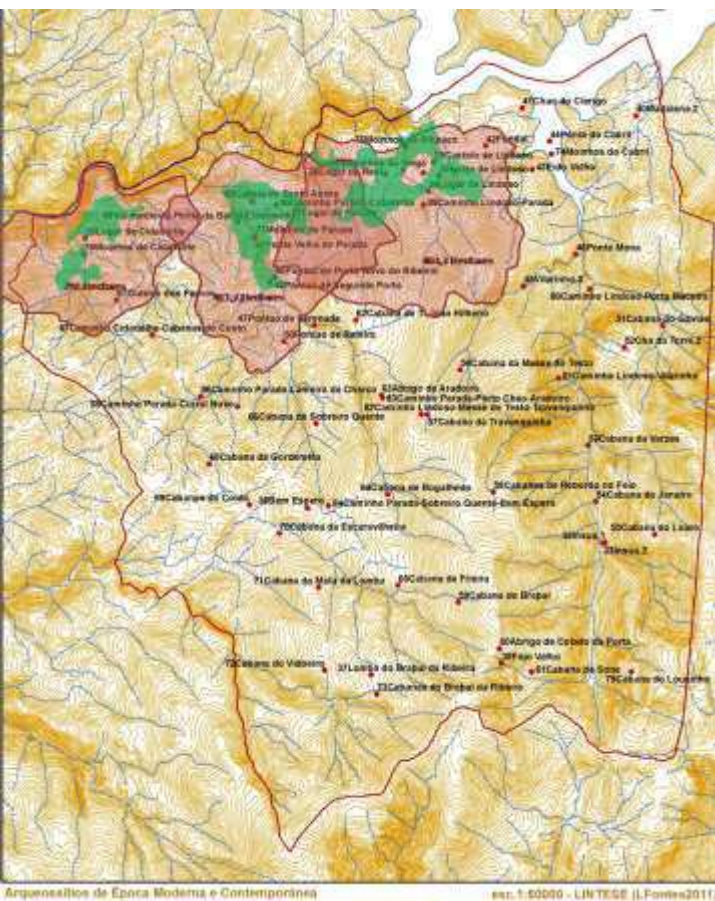
tares e em Cidadelhe 70 hectares. Em relação à área estimada para o período medieval contabilizam-se aumentos da ordem dos 50 % para Lindoso e Parada e superior a 100 % para Cidadelhe. Mais do que o crescimento absoluto de cada uma, releva o crescimento relativo de Cidadelhe em relação a Lindoso e a Parada.

Relacionando a área cultivada com a população humana e tomando para esta os valores globais dos censos que balizam cronologicamente o período considerado, 1527 e 1890, verifica-se que, enquanto a mancha agrícola quase duplicou, a população multiplicou-se cinco vezes. Mesmo admitindo que a criação de gado e a exploração de madeiras se tenham valorizado e diminuído o peso relativo da agricultura no quadro das atividades económicas principais, é indubitável que tal divergência só pode ser explicada pelo aumento da produtividade agrícola.

Em 1800, Custódio José Gomes de Vilasboas reconhecia, na sua *Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da Província do Minho*, que apesar de alguns inconvenientes, "(...) a agricultura acha-se em melhor estado do que se poderia julgar, e a produção ordinariamente excede huma terça parte ao consumo do paiz, e se exporta pela barra de Vianna. A população cresce apesar da emigração continua, (...)" (Sousa e Alves, 1997:159).

Ora, como escreveu Carlos A. Ferreira de Almeida (1987:40):

[o] "(...) desenvolvimento da agricultura e melhoria de níveis de produção, a introdução de novas culturas como as do maiz, do feijão e, mais modernamente, da batata, a expansão da vinha e da oliveira que tinham já fortes raízes na Idade Média, os novos arroteamentos com a ampliação e melhoria do regadio através da abertura de minas e poços de rega, o desenvolvimento das tecnologias tradicionais e dos engenhos de elevar água, de moer, de maçar o linho, de obter o azeite ou de serrar madeira, são aspetos essenciais do Minho moderno, das suas capacidades e avanços.(...)".



**Povoados modernos/ contemporâneos com isócronas de 30 m. As manchas verdes correspondem à mancha agrícola**



No Lindoso, a oliveira não parece ter tido acolhimento favorável. Ainda hoje são pouco numerosas e não se documenta nem se conhece a existência passada de qualquer engenho de azeite. A vinha parece ter conhecido uma certa expansão a partir de meados do século XVIII [25], documentando-se bem a sua implantação na zona da Madalena, onde os moradores de Lindoso iam "(...) grangear as vinhas, plantal-as [sic] de novo quando querem, ou lhe é necessário, (...) conforme se testemunhava em 1821 (Barreiros, 1964a:169-172).

Mas ao milho maiz coube o papel principal na melhoria agrícola que generalizadamente se reconhece ter acontecido a partir do século XVIII, sobretudo porque o "(...) milho grosso, milho de maçaroça, milho ou milho maez [*Zea mays*, Lin.], nomes porque é designado no Minho para se distinguir do milho alvo tradicional [*Panicum Miliaceum* ], encontrou na economia antiga do Noroeste condições favoráveis para uma expansão extremamente rápida: prática usual da rega dos prados e linhares onde, durante os meses de Verão, se poderá intercalar a nova cultura; gado graúdo, que fornecia estrume e trabalho; população densa que assegurava a mão-de-obra e estimulava, pelas necessidades de consumo, a produção. (...) (Ribeiro, 1967:114).

O milho, do qual tudo se aproveita, da raiz, caule e folha para forragem até ao grão para farinha e pão, revelou-se o cereal fundamental da economia agropecuária pós-medieval.

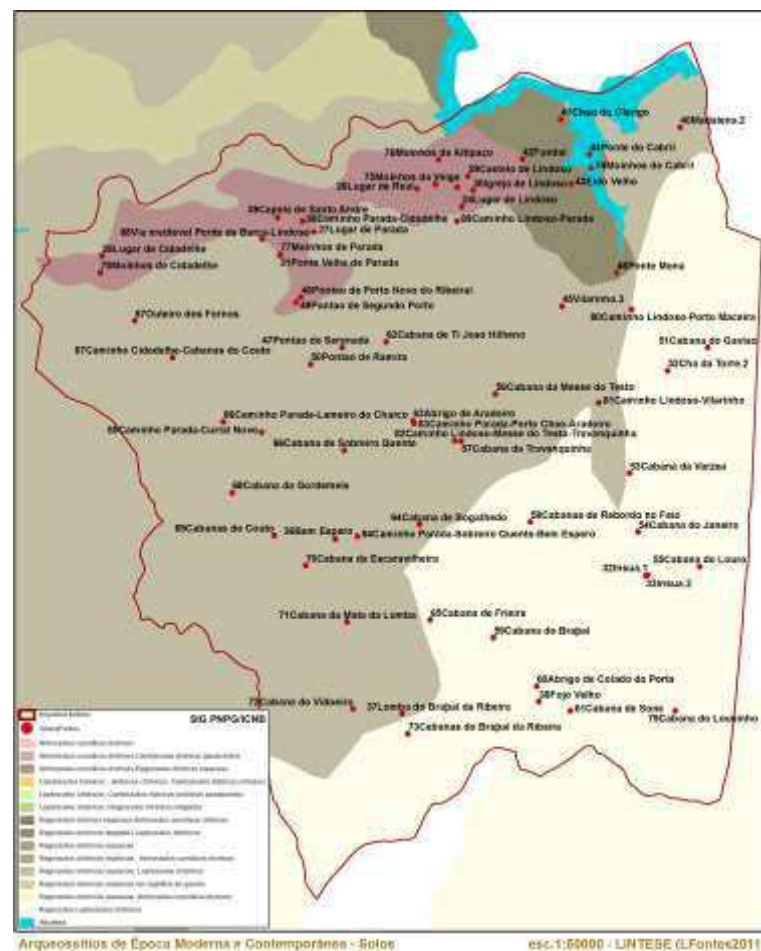
Importa salientar aqui que a fragmentação e dispersão das propriedades, existentes desde a Idade Média, foi perfeitamente compatível com a obtenção de boas produtividades agrícolas, ao contrário do que durante muito tempo se afirmou e que hoje, finalmente, começa a ser compreendido, aceite e até reconhecido como boa opção ecológica da agricultura intensiva nas zonas serranas (Bentley, 1997:168-170).

Acresce que o milho maiz se cultivava, como ainda hoje se faz, em consociação com o feijão e com a abóbora, obtendo-se assim vantagens acrescidas sem custos nem encargos suplementares relevantes.

Contudo, a razão principal da sua pronta adoção radicava no facto de, à época, já se conhecer a maior produtividade do milho maiz em

[25]

Segundo uma relação de produções agrícolas da Comarca de Viana relativa ao ano de 1792, o Lindoso produziu então 40 pipas de vinho (Sousa e Alves, 1997:73).



**Relação entre implantação dos sítios arqueológicos da Época Moderna e Contemporânea e tipo de solos e ocupação atual do solo**

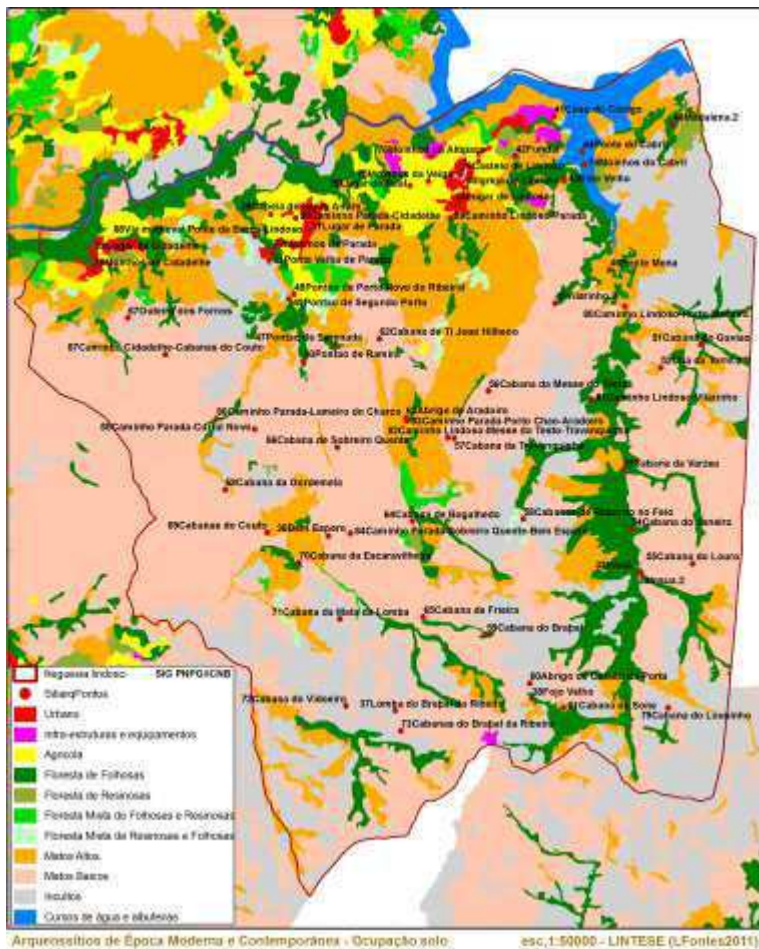
relação a todos os outros cereais, sendo significativas as estimativas dadas por Custódio J.G. Vilasboas em 1800 - "(...) por hum alqueire de milho dá 22; por hum de centeyo 6; por hum de trigo 7, e por hum de feijão 5 e estes ultimos semeão-se por entre o milho em pouca quantidade para não perturbar a reciproca vegetação. (...)" (Sousa e Alves, 1997:157). Como se vê, e mesmo considerando Vilasboas a produção "mediocre", o milho maiz mais do que triplica a produção em relação a qualquer outro cereal.

Condições favoráveis à difusão do milho maiz, ofereceu igualmente o Lindoso. Terá sido precisamente a opção pela produção de milho grosso que determinou, pelas exigências específicas do seu cultivo, isto é, adubação intensa e regas frequentes (portanto estabulação de gado e aproveitamento metucioso das águas), o abandono em época moderna das brandas de Chã da Torre, de Porto Chão, de Afonsinhos e de Ludentos, que teriam produções marginais, bem como determinou o arroteamento dos alvéolos periféricos das veigas contíguas às aldeias e consequentemente a ampliação da rede de levadas, poças e regos para irrigação das leiras.

O abandono destas quatro brandas agro-pastoris reveste particular importância para a compreensão da questão da organização do espaço agrário moderno no Lindoso.

Na "reconversão de uso" que conheceram, distingue-se a integração de Porto Chão/Pardieiros e Porto Chão/Afonsinhos na área de *saltus*, explorando-se complementarmente como "inverneira" para o gado; e a integração de Ludentos e Chã da Torre na zona de pastoreio extensivo da vertente alta da serra - aquela "fossilizando-se" sob sucessivos mantos de carqueja e fetos e lembrada agora como coisa de "mouros", e esta transformando-se em ponto fixo de apoio ao pastoreio, com uma cabana e um curral.

Pode dizer-se, portanto, com pleno sentido, que a transformação desses sítios em arqueossítios constitui o primeiro e mais claro indício da mudança qualitativa que a economia agrária de Lindoso conheceu.



O segundo elemento revelador de alterações, simultaneamente qualitativo e quantitativo, está monumentalmente materializado na proliferação de moinhos e de espigueiros.

Dos 47 moinhos e 120 espigueiros inventariados, quase todos deveriam existir já em finais do século XIX. Para a aldeia de Lindoso, em particular, os dados permitem fazer uma maior aproximação à cronologia construtiva. Em relação aos moinhos, em 1758 assinalam-se 8 (que corresponderão aos da Veiga dos Moinhos, de origem tardomedieval); em 1821 referem-se na Madalena/Cabril cinco moinhos, "alguns dos quais estão edificadas há tempo imemorial" e em 1863 repete-se a referência a "muitas máquinas de farinha" no Cabril (Barreiros, 1964a:169-172)); em meados do século XIX edificaram-se os moinhos de Altipaço. Existem assim, explorados pelos moradores da aldeia de Lindoso e documentados até meados do século XIX, 19 moinhos, num total de 25 inventariados.

Quanto aos espigueiros, as fontes escritas são omissas. De acordo com as datas que muitos deles ostentam nos tímpanos das portas, a sua construção deve ter acompanhado a edificação dos moinhos. Do conjunto dos 120 espigueiros inventariados, 35 têm o ano de construção gravado ou esculpido, datando o mais antigo de 1720, na eira da Portela da Leija.

Se, de algum modo, se pode associar a generalização do cultivo do milho maiz à construção dos espigueiros e moinhos, então haverá que reconhecer que, aqui no Lindoso, essa generalização é tardia, processando-se a partir do último terço do século XVIII e incrementando-se, sobretudo, na segunda metade do século XIX.

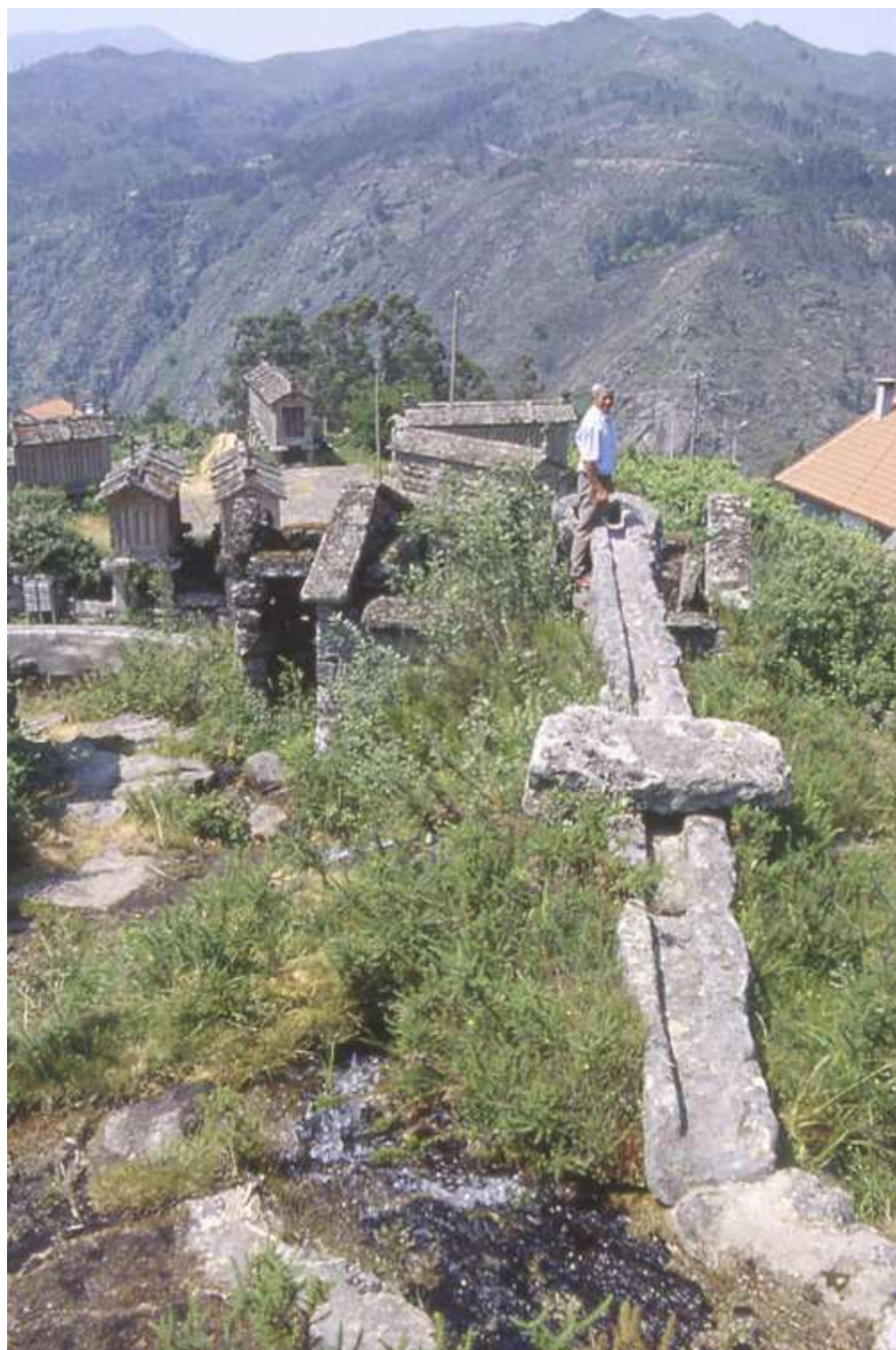
Para esta proposta cronológica concorrem não apenas a maioria das datas que os proprietários fizeram gravar ou esculpir nas construções, mas também o facto de, nas "Memórias" de 1758, apesar de se apresentar o milho grosso, o centeio e o vinho como os três principais produtos agrícolas, se referir a existência de apenas oito moinhos e se omitir qualquer referência aos espigueiros.



**Perspetiva de moinho em Fonte Fria, grupo dos Moinhos da Veiga, Lindoso**



**Perspetivas do moinho da Portela da Leija,  
Parada, com cubo vertical cilíndrico, antes e  
depois do restauro**







Perspetiva da eira e espigueiros da Portela da Leija, Parada



E no mapa da aldeia de Lindoso de 1760 também não se desenharam quaisquer espigueiros, designadamente o conjunto a sudoeste da fortificação - provavelmente porque ainda não existiria.

Enfim, no mesmo sentido de dominância tardia do milho maíz parece apontar o facto de em finais do século XVIII cerca de metade da produção cerealífera de Lindoso ser ainda de centeio, lembrando o velho tributo de cem alqueires de "pão terçado" fixado na carta de foral de 1514 - em 1792 registaram-se 5080 alqueires de centeio para 10220 alqueires de milho grosso (Sousa e Alves, 1997:73).

Adotado como símbolo de prosperidade, marcando bem a ocorrência de um fenómeno de capital importância socioeconómica, os espigueiros conferem, pela sua impressiva expressão arquitetónica e artística, em que sobressai a notável conciliação da elegância das formas com a robustez e aspereza do granito, uma incontornável dimensão célica à paisagem, monumentalizando-a.

Verdadeira obra de arte de cantaria, a maioria deles foi construída no século XIX. São quase todos do tipo Lindoso/Soajo, isto é, inteiramente pétreos, com fendas de arejamento verticais. Alguns são de ripados verticais de madeira, também do tipo Lindoso. Em Parada e Cidadelhe encontram-se alguns dos raros exemplares portugueses de espigueiros pétreos com fendas de arejamento horizontais, considerados de tradição galega (Dias, Oliveira e Galhano, 1994: 56 e segs.).

Por sua vez, um significativo conjunto de 30 sítios dispersos pelo espaço serrano e diretamente relacionados com a sua exploração testemunham, para a época moderna, um forte incremento das atividades pastoris e de aproveitamento de matos e de lenhas.

Em menor número mas igualmente significativos são os documentos escritos coevos que dão conta, direta ou indiretamente, da progressivamente maior exploração dos recursos da serra.

Uns e outros respeitam a atuações que, do ponto de vista do modelo socioeconómico determinante, se inscrevem no sistema agropastoril especializado que se desenvolveu no decurso da Idade Média e que acabou por se realizar em pleno nos tempos modernos.



Simple sancionamento de uma atividade em crescimento ou me-ro "estímulo à produção", o foral concedido pelo rei Manuel I ao Lindoso constituiu, talvez, o fator decisivo da orientação de interesses em direção à serra. Ao consagrar que não havia na "(...) dita terra de lindoso montados nem manynhos nossos por que tudo he Isentamente do dito comcelho (...)" [26], a carta de foral foi desde então usada como poderoso instrumento jurídico legitimador da posse e exploração totais da serra.

De tal modo assim foi que, embora ingloriamente, ainda em meados do século XX a população de Lindoso sustentava as suas pretensões ao uso dos baldios no direito concedido pelo foral, recusando desse modo aceitar a perda de validade legal decorrente da extinção do concelho de Lindoso e sua anexação, como freguesia, ao concelho de Ponte da Barca, na sequência da reforma administrativa de 1836.

A introdução e adaptação do milho maíz como cereal principal foi um segundo e também importante fator de incremento da exploração da serra, sobretudo da metade inferior da vertente. Como já se referiu, o aumento conjunto da área e produtividade agrícolas é indissociável da expansão da área de *saltus*. A densidade, extensão e qualidade dos caminhos carreiros usados, servidos por 6 pontões em padieira, traduzem precisamente a importância e a regularidade da exploração dessa franja alargada do território, correspondente ao "limite de roço de matos".

Em 1800, Custódio José Gomes de Vilasboas, um pouco contra a corrente das doutrinas agronómicas, então em voga, as quais justificavam inadequadas propostas de "cerealização" dos baldios [27], descreve com lucidez a importância dos espaços de monte (o *saltus*) para o desenvolvimento da agricultura (Sousa e Alves, 1997:157):

"(...) O terreno, das comarcas fronteiras he de natureza fria, tenaz, e dificil de cultivar; por isso o fabrico das terras demanda muito estrume, e assiduo trabalho. O estrume he feito de tojo curtido nos curraes com mistura de folha, fe-

[26]

IAN/TT Livro de Foraes Novos d'entre Douro e Minho, fl. 108v e Barreiros, 1964b: 38-40.

[27]

Em 1792 identificavam-se para o Lindoso 4 baldios suscetíveis de "levar 6 moios de sementeira" (Sousa e Alves, 1997:76).

no, e palha, porem nas terras mais frias, como he o Concelho de Coura, e em todos os destrictos que se avizinhão das serras da Peneda, e Amarella são os estrumes feitos de giesta por dar melhor adubo para as mencionadas terras. Daqui vem a necessidade que os lavradores tem dos montes, não só para o pasto dos gados, mas para o roço dos adubos, o que he uma razão demais para ser menor a extensão das terras cultivadas que demandão sempre huma certa porção de baldios propicios ao matto que as terras exigem: materia para reflexão sobre as novas tapadas que se fazem nos baldios com obrigação de os rotear. (...)"

Outrora no limite exterior de um *saltus* mais reduzido, as silhas medievais de Vilarinho, Ínsua e Serenada devem ter sido abandonadas no decurso do século XVII. Embora se continuasse a explorar o mel, os colmeais devem ter dispensado a partir dessa época a construção das poderosas cercas de pedra que os protegiam dos ursos, como lembrava em 1758 o pároco de Campo S. João (Terras de Bouro), padre Custódio José Leite (Silva, 1985:178-179):

"(...) O mesmo Padre [José de Matos Ferreira] me deu por notícia que em hum lugar da Serra no anno de mil e seiscentos e cincoenta e hum, em hum sitio chamado a Quelha da urça - se matara huma destas feras, ao que deu credito em rezão de eu ocolarmente ter visto alguns ... tapados de altura mais de quinze palmos e outros por cima de penedos pir causa desta fera destruir os cortiços das abelhas aos quais levano os ao rio nos braços e afogadas ellas lhe comião o mel. (...)"

Neste mais amplo *saltus* moderno passou também a explorar-se com mais intensidade a urze para produção de carvão. Atividade já notada em 1706 pelo padre António Carvalho da Costa (1868: 213), que sublinha destinar-se a produção a abastecer os "(...) Ferreiros destes po-

vos (...)", era ainda significativa em 1821, nomeadamente na zona da Madalena, onde os moradores de Lindoso iam "(...) fazer carvão que é conduzido por bestas de almocreves portugueses (...)"(Barreiros, 1964a:169-172).

A par da produção de carvão, os cortes de madeira para a indústria naval e para o estacamento das vinhas, estas últimas mais intensamente no século XVIII, constituíram igualmente uma razão para acelerar a exploração da serra, contribuindo de modo significativo para a desflorestação dos espaços serranos a partir do século XVI.

Sinais indubitáveis da retração florestal no *hinterland* limiano são o assoreamento da barra de Viana, de que se queixam os seus representantes nas Cortes de 1493 (Sampaio, 1979:126), as importações de madeira que os estaleiros de Viana fazem desde o século XV devido à exiguidade de madeiras adequadas (Moreira, 1984) e, não menos significativa, a desafetação da montaria do Cabril da "coutada real", isto é, a desanexação da mata do património régio em consequência da atribuição de foral a Lindoso pelo rei Manuel I.

A desarborização da serra estaria já consumada no segundo quartel do século XVI - como descreveu em 22 de Julho de 1538 Pedro Anes, procurador do rei à demarcação da fronteira com a Galiza no Lindoso, "(...) tudo é Serra, e terra, a saber, fragoza, que não serve senão para pasto, (...)"(Barreiros, 1964a: 155-159).

Apenas os vales interiores das bacias dos rios Lima e Homem, nas zonas raianas, parecem ter conservado importantes manchas de floresta, fortemente cobiçadas na passagem do século XVIII para o XIX, como se depreende da análise do já citado capitão-engenheiro Vilasboas (Sousa e Alves, 1997:161-162):

"(...) o mesmo commercio das madeiras, poderia ser muito mais amplo mediante pouca industria, e trabalho, aproveitando as madeiras das serras da Peneda, Amarella e Gerez, ao menos aquelas que se achão mais acessiveis perto dos rios que junto a ellas correm; e uzando destas correntes no



Panorâmica sobre a Lomba do Braçal da Ribeira





Inverno para conduzir jangadas, que facilitão o transporte. São aquellas madeiras pela maior parte de carvalho, que chamão <<cerquinho>> o qual he excelente para construção de navios, e para aduellas de tonneis, em razão das suas tortuosidades. Quem reflecte na falta que ha de madeiras de construcção, e ao mesmo tempo repara que no Porto entrarão desde 1782, no espaço de 30 mezes 874:418 aduellas, vindas da Inglaterra, d'Hamburgo, e do Baltico, pela enorme quantia de 56:847\$170, não pode ver sem magoa que os bosques do Gerez cresção, e acabem de velhos, e se reprodução, sem se aproveitarem, estando só 8 legoas distantes dos portos da provincia, entre dois grandes rios que desagoão nos mesmos portos.(...)"

Os registos polínicos das serras do Norte Peninsular confirmam a progressiva degradação do coberto vegetal arbóreo a partir dos finais da Idade Média, num processo que vai conduzir à destruição maciça das florestas nos séculos XVII e XVIII (Ramil Rego, 1993, 54).

Da teia de fatores que convergiram no incremento da exploração da serra, há um quarto fator que terá desempenhado um papel igualmente fundamental - a intensificação do comércio do gado bovino, incrementado a partir do século XVIII com a proliferação de feiras quinzenais e mensais um pouco por toda a região minhota. Muito do gado que alimentava esse comércio criava-se no alto das serras, transformadas então em vastas estepes desarborizadas percorridas por milhares de cabeças de gado.

Assim foi no Lindoso, onde a criação de gado atingiu uma dimensão relevante, expressa nas instalações de apoio à pastorícia - 31 cabanas e currais dispersos pela área serrana, cobrindo todo o território de Lindoso, explorando a mais pequena nesga de terreno suscetível de oferecer pasto.

Os moradores de Lindoso tinham consciência disso mesmo, como explicitamente se refere na "representação" que a Junta fez ao rei

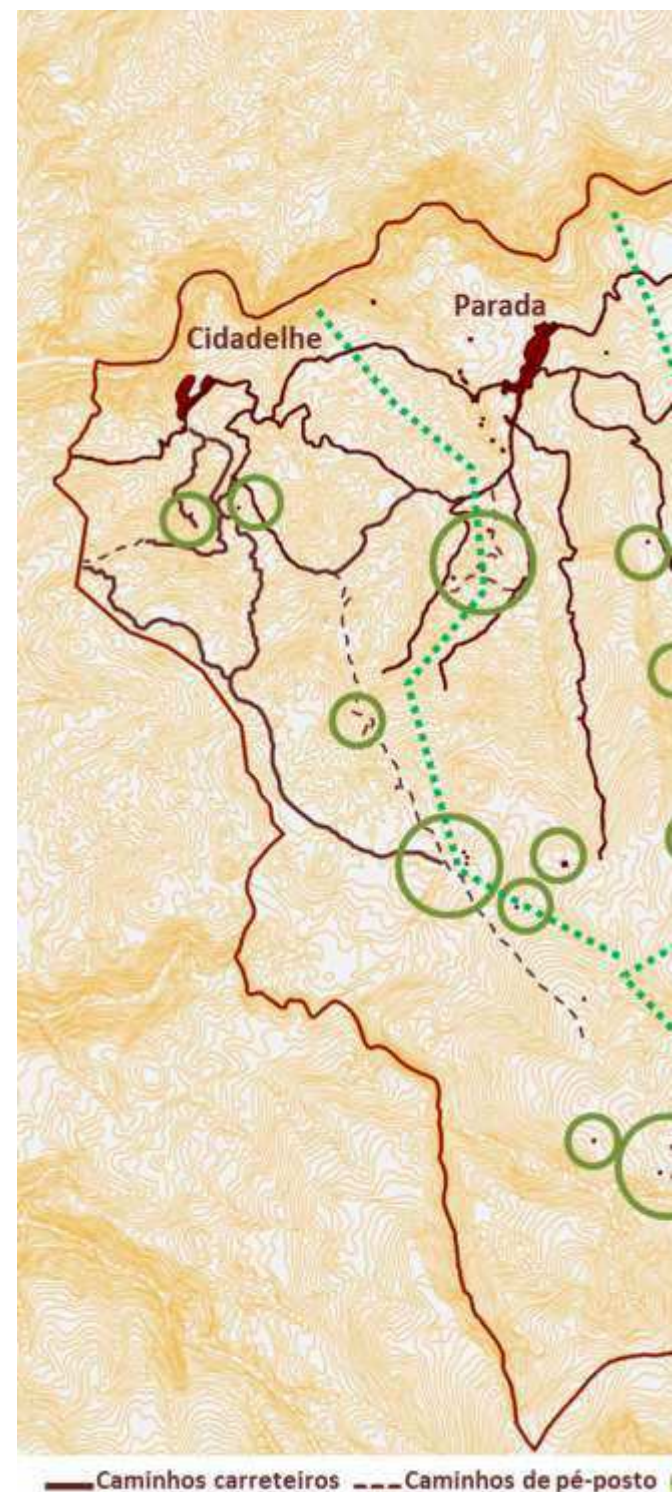
em 1863: "(...) Senhor, O terreno que constitue a Villa, e freguesia de Lindoso, é um terreno montanhoso, e agreste, improprio para a agricultura, e apenas se presta aos pastos dos gados, de modo que os moradores de Lindoso são mais propriamente pastores, do que agricultores. (...)" (Barreiros, 1964a:173-174)

Com implantações adaptadas a todas as situações fisiográficas, desde as desabrigadas rechãs de altitude e colados intermédios até às concavidades abrigadas de meia vertente, as cabanas distribuem-se pela serra com uma vinculação à territorialidade de cada aldeia semelhante à territorialidade que cada uma fixou para o uso da água.

Assim, ao gado de Lindoso destinava-se a banda central-nascente da serra, correspondendo-lhe a maior fatia de território, servido por 14 cabanas e respetivos curros; ao de Parada abria-se uma estreita fatia central da vertente, servida por 8 cabanas e seus currais; ao gado dos moradores de Cidadelhe oferecia-se toda a banda poente do território, confinante com as freguesias da Ermida e de Britelo, com um total de 9 cabanas e seus curros.

Servidas por caminhos de pé-posto, muitos dos quais prolongaram até aos cumes, grosso modo a partir dos 750/850 metros de altitude, os caminhos carreteiros que serviam o terço inferior das vertentes, estas cabanas e currais, de construção elementar, eram objeto de manutenção periódica, garantida pelos moradores de cada aldeia - assim regulamentavam as "Posturas" de 1850, estabelecendo uma multa de 100 a 1 \$000 reis aos "(...) que em Março não forem ou mandarem fazer as cabanas, currais e caminhos para a serra (...)" (Neves, 1976:41-42).

Como ainda hoje, o pastoreio do gado fazia-se na época moderna em regime sazonal, deslocando-se o gado para as cumeadas no Verão e recolhendo-se ao sopé da serra no Inverno. Este regime documenta-se explicitamente aqui no Lindoso desde 1758, explicando então o padre Ribeiro Fernandes que se criavam aí "(...) os gados dos lavradores, grosso e miudo, o qual dorme pela terra no tempo mais quente;(...)". Em 1863, a propósito do conflito do monte da Madalena, argumentaram os moradores de Lindoso precisamente com a "(...) necessidade daquele







terreno, unico refugio que tem para seos gados no tempo das neves, (...) pois não é (...) todo o anno que os gados podem pastar nas serras, porque na estação invernosa, quando a neve cobre as montanhas, é necessário mandar os gados para terrenos mais fertéis, mais abrigados. (...)" (Barreiros, 1964a:169-174).

Acompanhando a responsabilidade comum evidenciada já a propósito da manutenção anual dos caminhos, curros e cabanas da serra, a organização social que suportava a atividade pastoril conhecia uma modalidade de partilha coletiva de responsabilidades, de que a "vezeira", "vizeira" ou "bazeira" era a expressão mais significativa. Com variações locais pouco significativas, a organização das "vezeiras" era semelhante em toda a serra Amarela.

Embora não saibamos a que percentagem do efetivo pecuário correspondiam, as "oitocentas cabeças de gado de Vileirinho e Tornos da Ermida e de Lindoso" que os portugueses recuperaram aos galegos, no ataque de 1657, constituem um número significativo, revelador de intensa exploração pastoril, tal como o empenho colocado pelas populações e soldados portugueses no seu resgate revela bem a importância que a criação de gado detinha no quadro da economia das populações serranas.

Percebe-se assim que a criação de gado justificasse as maiores atenções e cuidados, patentes tanto na exigência de haver sempre pastores na serra a acompanhar os animais, como na realização de batidas aos lobos, considerados então os predadores mais prejudiciais, que importava eliminar.

Relativamente ao primeiro aspeto destaca-se, para além da obrigatoriedade de os donos do gado servirem na "vezeira", sob pena de pesadas multas se o não fizessem, a norma das "Posturas" de 1850 da freguesia de Lindoso, que estabelecia que a "vezeira" devia ser acompanhada sempre de dois pastores, um vigieiro e um auxiliar, podendo o vigieiro (...) ser homem ou mulher, mas sempre dos mais capazes que houver na casa que tiver que cumprir este serviço (...)" (Neves, 1976:41).





Caminho carreteiro e de pé-posto Lindoso-Vilarinho-Ínsua





Perspetiva da cabana de Frieira-2

Relativamente às batidas aos lobos refira-se desde logo que estas eram uma atividade tão regular e importante que justificaram não só a conservação do fojo do Colado da Porta ou Fojo Velho, mas também a construção de um novo e maior fojo na cumeada da serra - o fojo "novo" da Ermida [28], um pouco a poente do cume do Muro.

A estes fojos acorriam em montaria as freguesias das duas vertentes da serra Amarela, nomeando-se em 1758 as de Lindoso, Ermida, Britelo e S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios, do lado do rio Lima e Gondoriz, Brufe, Cibões e Campo S. João do lado do rio Homem. A época de realização, as modalidades de organização e o envolvimento coletivo devem ter-se mantido inalteráveis desde os tempos medievais.

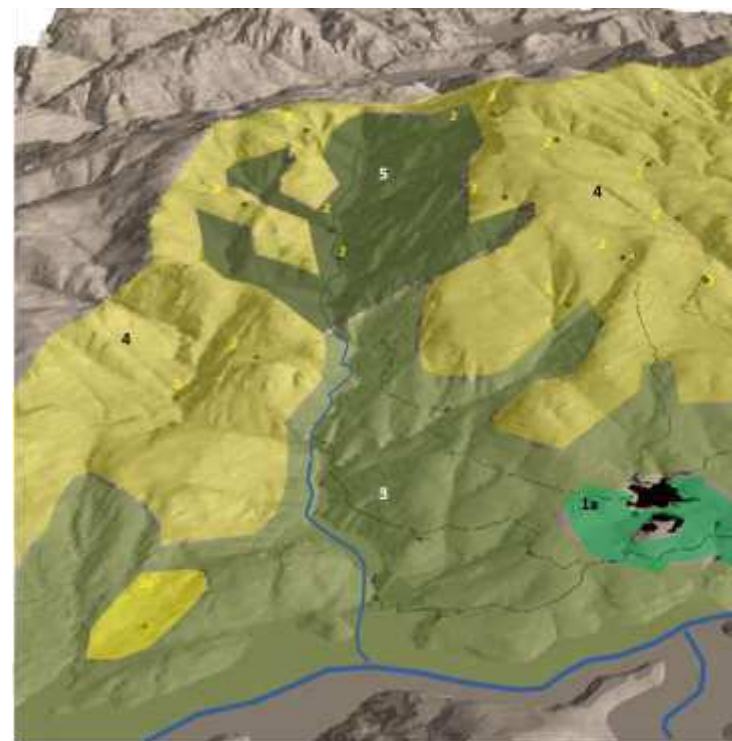
Da sua realização nos finais do Inverno e inícios da Primavera dá notícia, em 1758, o vigário Domingos Carvalho, pároco da freguesia de Brufe: "(...) Nesta serra pastão Bacas Carneiros cabras reixelos, ha hum fojo para nele se caçar e matar os lobos que todos os Sabados da Carema e todos os Sabados des a pascoa emte o Sprito Santo este concelho e as freguesias se São Silvestre de ermida e a freguesia de Lindoso fazem montaria para os matar e todos os meses, digo, todas as vezes que há notícia que elles fazem estragos, digo dano.(...)" (Silva, 1985:124).

Da dimensão simultaneamente épica e trágica do empreendimento, resultante da participação empenhada de toda a gente envolvida, nada se colhe dos imponentes paredões hoje silenciosos e parcialmente arruinados que correm o cimo dos montes. Restam alguns relatos de meados deste século, como o de uma montaria ao lobo descrita por Jorge Dias (1948:182-183), de que se transcreve o seguinte excerto:

"(...) A batida é um dos espectáculos mais extraordinários a que se pode assistir na serra. Ainda de noite, antes dos primeiros alvares do dia, já todos ocuparam os postos destinados pelo Zelador. No momento próprio, quando chegou a hora do ataque, uma detonação rasga a serenidade magnífica da madrugada. Nessa altura, uma algazarra bárbara e infernal rompe dos chavascais e das encostas distantes. São gritos desvairados a ecoar pelas quebradas, à mistu-

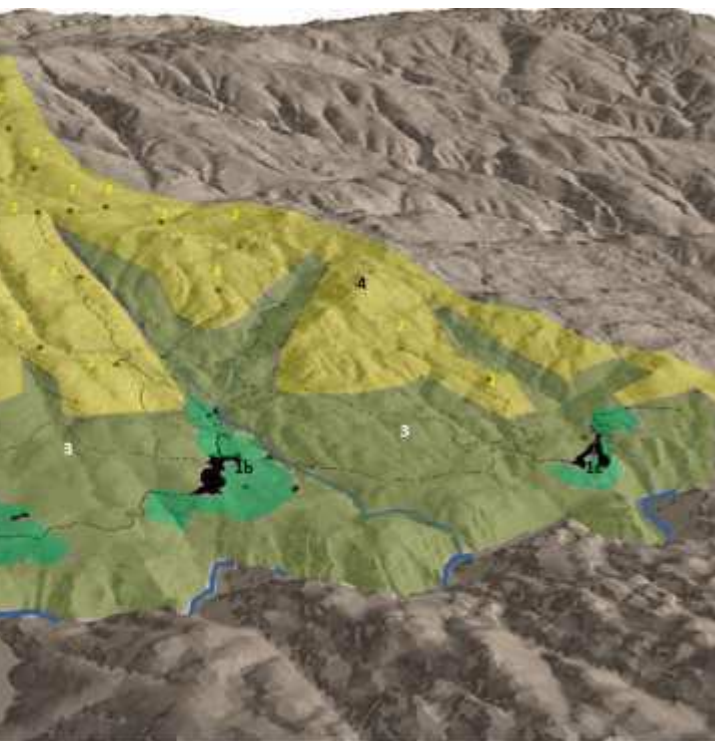
[28]

É assim que é designado pelos moradores de Lindoso, por contraposição ao "seu" fojo "velho" do Colado da Porta. Nas "memórias" de 1758 é nomeado "fojo da Marella", constituindo então um dos limites de Lindoso.



**Proposta de interpretação da paisagem do Lindoso na Época Moderna e Contemporânea: 1a – Aldeia e veiga agrícola de Lindoso; 1b - Aldeia e veiga agrícola de Parada; 1c - Aldeia e veiga agrícola de Cidadelhe; 2 – Cabanas e currais; 2a – Inverneira da Madalena; 3 – Áreas de bosques e de roço de matos; 4 – Áreas de pastoreio extensivo; 5 - Área de floresta (Mata do Cabril).**





ra com latidos das matilhas. Estrondos de petardos, e sons estrí-  
dulos de buzinas, respondem ao ruído diabólico das sarroncas. (...) Nas sombras da manhã, ainda mal se divisam os contornos das cumeadas, e as encostas e quebradas são manchas negras, em que tudo se confunde, e lá de longe, de vários pontos à nossa volta, a gritaria aumenta, os estrondos multiplicam-se sem que nada se distinga ainda. As feras, assustadas, vão caminhando desconfiadas para o lado em que não se ouve barulho. É lá que está o fojo, e ao fundo os caçadores silenciosos, de armas aperradas e corações ansiosos.

A batida dura horas, é preciso usar de precauções, e evitar que os animais fiquem escondidos, ou se escapem por qualquer aberta.

A pouco e pouco, vai-se apertando o cerco, e aquelas vozes, pela manhã distantes, já se vão nitidamente distinguindo, e atrás delas surgem as figuras inverosímeis dos batedores. Quando a massa de homens vinda do poente, atingiu a linha de cumeada que ficava por trás do fojo, foi como se um friso fantasmagórico, de outras eras, surgisse de repente, vivo, em pleno século vinte. Homens bárbaros e desalinados, com roupas em farrapos, armados de fouces roçadoras, arcabuzes de pederneira, forcados, armas de boca de sino e muito curtas, outras só de um cano e muito compridas, desfigurados pelo entusiasmo da luta, os olhos fundos e brilhantes, os cabelos revoltos, alguns a cavalo, todos com um furor sagrado na expressão, e desejosos de travar contas próprias com um lobo, antes de o deixar chegar ao alcance dos caçadores do fojo, que são os únicos que têm armas de fogo central. Nada se pode comparar a tal espectáculo nos nossos dias! Aqueles homens, que hoje perseguem os lobos, deviam, de facto, ser os mesmos, que durante um século fizeram recuar constantemente as hostes romanas. São os homens da serra, solitários e livres, iluminados pelo entusiasmo da luta, que agora é só luta contra os lobos. (...)"

# Um Futuro com Passado

Carnaval de Lindoso, 2011.





No decurso do século XX a paisagem de Lindoso conheceu profundas mudanças, que constituem uma verdadeira rutura com a paisagem anterior, rutura tanto mais evidente quanto a nova paisagem que se vai desenhando denuncia orientações veiculadas por um modelo socio-económico claramente distinto do da época moderna.

Os efeitos negativos das sucessivas crises que foram abalando Portugal ao longo da primeira metade do século XX acabaram por se repercutir também no Lindoso, talvez um pouco mais tardiamente mas com igual ou maior intensidade. A partir de meados desse século iniciou-se, com a tardia industrialização da economia portuguesa, a "radical perda de importância socioeconómica da agricultura" (Mattoso, 1994:442).

No Lindoso, esta perda tem uma clara expressão no perfil demográfico, que a partir de meados do século XX acusa um claro sentido ou tendência decrescente.

O aumento do número de fogos (alojamentos familiares) a partir da década de 80 só aparentemente é contraditório com a diminuição da população. Trata-se, de facto, de casas novas de emigrantes, que as ocupam raramente ou as transformam em habitação definitiva quando se reformam e regressam à terra, abandonando então as antigas casas, que continuam a ser registadas nos censos como alojamentos.

Os resultados provisórios do Censo 2011 registam uma redução de população superior a 20%, em relação a 2001, o que significa que o Lindoso tem, hoje, praticamente metade da população que possuía no início do século XX, acentuando-se aqui a secular assimetria litoral/interior e cidade/campo.

A génese próxima da rutura evidenciada pela quebra demográfica encontra-se, aqui no Lindoso como no resto do Minho rural, na agitação social que nas décadas de 30 e de 40 do século XX perturbaram o país em geral e a região minhota em particular, provocando, a partir da década de 60, um surto de emigração sem retorno. À insatisfação relacionada com a requisição de cereais e tabelamento dos seus preços, juntaram-se o contrabando e a exploração clandestina de volfrâmio como

ANO	FOGOS	HABITANTES	Fonte / Referência
1911	200	857	Censo/MF 1913
1930	254	1000	Censo/DGE 1934
1950	266	1138	Censo/INE 1952
1960	298	1065	Censo/INE 1963
1970	319	1057	Censo/INE 1975
1981	355	811	Censo/INE 1983
1991	350	868	Censo/INE 1993
2001	392	536	Censo/INE 2002

**Quadro da evolução fogos/ habitantes da freguesia de Lindoso, entre 1911 e 2001**

resposta às restrições colocadas à sua livre extração e o combate à florestação, este último indissociável das graves questões suscitadas pela tentativa de retirar os baldios à gestão das populações.

A exploração de volfrâmio no Lindoso conheceu uma tentativa efémera na Lomba/Braçal. Mais importante deve ter sido a atividade de contrabando, a julgar pelas inúmeras histórias que ainda hoje os moradores mais idosos contam, relatando episódios de fugas e de perseguições sucedidas na passagem clandestina da fronteira para traficar volfrâmio para Espanha.

É neste contexto de crise e de mudança que se produzem algumas das mais fortes intervenções que a paisagem de Lindoso conheceu, algumas das quais projetarão as suas consequências no futuro.

No que concerne ao ordenamento florestal, remonta à década de 20 a primeira intervenção do Estado no Lindoso. Aconteceu na sequência de um complicado processo em torno de uma venda ilícita da Mata do Cabril, processo que culminou em 1925 com a anulação judicial da venda e consequente decisão de afetar a Mata à Direção Geral dos Serviços Florestais.

Como testemunhou mais de uma década depois Baeta Neves (1976:28), as populações de Lindoso acabaram por acatar a decisão e "(...) retomaram as suas antigas ideias sobre a mata, pensando nela apenas como uma fonte de madeira para as suas construções e necessidades, considerando-a local de boa pastagem, uma riqueza de que beneficiava sem pensar na sua venda.(...)".

Mas, mais do que por se questionarem remotos direitos de posse, direitos que a população de Lindoso fundamentava na carta de foral dada pelo rei Manuel I em 1514, não reconhecendo qualquer alteração de estatuto introduzida pela reforma administrativa de 1836, na sequência da qual o concelho de Lindoso foi extinto e integrado, como freguesia, no então criado concelho de Ponte da Barca, à polémica em torno da Mata do Cabril não foi alheia a suspeita de que tal afetação aos Serviços Florestais constituísse um primeiro passo para promover programas de florestação, os quais significariam necessariamente restrições à livre

exploração e uso dos baldios, como as populações de Lindoso sempre tinham feito "desde tempos imemoriais".

É esta, aliás, a preocupação expressa pela Junta de Lindoso em 1923 (Neves, 1976:25).

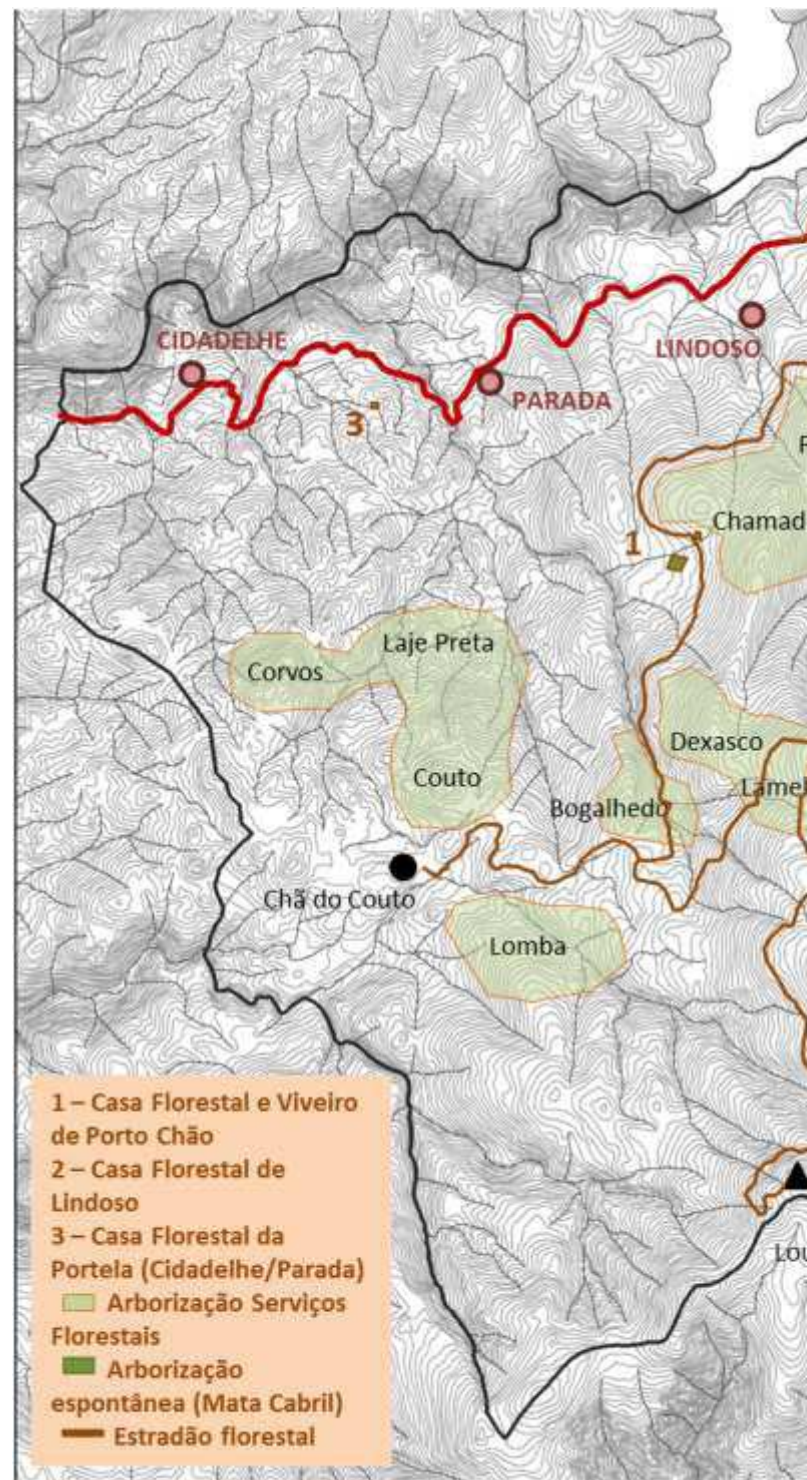
"(...) Em relação ao regime florestal, este povo em Lindoso vive com princípios remotos que quase significa um verdadeiro socialismo, e dos quais não pode fugir nem transformar, visto que a propriedade é extremamente dividida, cercadas por um só muro, sementadas em acordão comum, veneradas em comum; tendo este o seu principal ponto de receita na criação ou pro-criação dos gados para acudir como única receita às vastas e múltiplas despesas bem como para satisfazer as contribuições ao Estado; e aonde há-de o povo apascentar os gados garranos, não tendo outro sustento donde lhe venha, se a mata do Cabril passasse ao regime florestal?!

Estamos pois em completo desacordão, e em nome do povo que representamos, nunca se tornará uma realidade sem consequências talvez graves, estando a frente de tudo o enérgico e vehemente protesto da Junta de Lindoso.

O Presidente da Junta - António Gonçalves Lopes - 9/2/923. (...)"

A oposição à florestação da serra Amarela tornou a manifestar-se aquando dos estudos prévios para elaboração do plano de arborização, realizados em 1940 por Baeta Neves (1976:13):

"(...) As recentes reclamações ao Senhor Ministro da Agricultura, já depois da nossa estadia ali, e a visita de representantes dos lugares ao Senhor Director Geral, provam como tudo que ficou dito e as impressões que colhemos em conversas com gente da região, que não se pode deixar de contar com a oposição, principalmente dos povos mais serra-







**Cartografia do plano de arborização executado pelos Serviços Florestais na freguesia de Lindoso na década de 60 do século XX**

nos, Lindoso, Ermida, Britêlo e Germil, à obra de arborização, que para eles constitui, a cima de tudo, um atentado aos seus direitos seculares. (...)".

Traduzindo este conflito de interesses, o plano de arborização elaborado por Baeta Neves foi sabiamente configurado como um projeto de silvo-pastorícia, propondo não a arborização extensiva dos baldios mas antes a manutenção dos incultos, a organização de bosquetes e, complementarmente, o melhoramento das raças ovinas e caprinas.

Deve notar-se que o argumento tradicional, fundamentando a necessidade imperiosa de florestar na necessidade de sustentar a erosão das vertentes, é liminarmente rejeitado por Baeta Neves. De facto, à justificação dada pelo engenheiro agrónomo Veloso de Araújo (1928: 17 - nota 1), de que "(...) A erosão dá-se principalmente (...) nas vertentes das montanhas escavadas (...) que fazem parte da bacia de recepção deste rio [Lima]. No território português as serras da Peneda, e Gerez, ainda muito desarborizadas, contribuem também para o seu açoreamento. § Urge, portanto, (...) fazer-se um imediato entendimento entre os engenheiros silvicultores das duas nações para uma criteriosa arborização das vertentes do Lima, (...)", Baeta Neves contrapunha que a erosão se deve à prática incontrolada de queimadas para regeneração de pastos: "(...) Dum solo sempre pobre, mas pelo menos fixado pela vegetação, fica a areia solta que a primeira enxurrada transporta pelos riachos para o Lima. É esta a principal causa do assoreamento deste rio e não a nudez arbórea da serra que o mato abundante, embora rasteiro, fixa e mantém. (...)". (Neves, 1976:32).

A mais de meio século de distância, é bom lembrar a profunda consciência social e a sólida formação técnica que habilitaram o então jovem engenheiro silvicultor a propor a solução mais adequada à situação (Neves, 1976:68-69):

"(...) É indispensável pensar que vamos combater a repugnância dos povos à alteração dos seus hábitos seculares, sem a consciência segura de que vamos beneficiá-los; perguntamos a nós próprios se, uma vez vencida a má vontade da população e até nascido o entusiasmo, mas alterado o

"modus vivendi", transformando-os em florestais, se uma vez tudo isso conseguido, terminados os 30 anos de trabalhos, não ficamos na contingência de não os podermos manter na dependência da arborização. Uma vez a mata constituída, longe ainda de estar em exploração e o terreno ocupado, onde poderão os povos encontrar o necessário para viver ? (...)"

O plano de arborização proposto por Baeta Neves para a Serra Amarela não foi aceite pela direção dos Serviços Florestais de então. Foi substituído por um outro plano, concordante com a política económica autoritariamente imposta na época, que dava prioridade aos critérios silvo-industriais.

Nos inícios da década de 70, a alteração da paisagem do Lindoso, em consequência das atividades de florestação, estava consumada: três casas florestais para albergar os guardas responsáveis pela fiscalização da floresta; um viveiro para criação das árvores a plantar; um estradão de terra batida que rasgou as vertentes da serra desde a aldeia de Lindoso até ao cume da Louriça, com um ramal entre Bogalhedo e a Chã do Couto, numa extensão superior a 15 km; mais de 950 hectares de baldios semeados com espécies arbóreas abrangendo, sobretudo, as zonas de média altitude de Forcão, Lamelas, Chamadouro, Dexasco, Couto, Corvos, Bogalhedo, Lage Preta e Lomba [29].

O processo iniciou-se nos finais da década de 40, semeando-se então apenas 154,3 hectares, na década seguinte o dobro da área (308,8 hectares) e já quase meio milhar de hectares no fim da década de 60 (494,41). Para o conjunto dos baldios submetidos ao regime florestal, a sua ocupação em 1971 era a seguinte: 957,51 hectares arborizados por intervenção dos Serviços Florestais, 797,55 hectares ocupados com arborizações espontâneas e 1 689,25 hectares incultos (afloramentos de rocha, matos e herbáceas) (Sampaio, 1971).

Embora estes números, particularmente os que correspondem à conservação da mata espontânea do Cabril e à preservação de incultos para pastoreio, possam revelar uma certa atitude de compatibilização



[29]  
Com dominância clara do pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), sozinho ou em associação com outras resinosas e folhosas - a mais frequente das associações foi a do referido pinheiro bravo + pinheiro silvestre (*Pinus sylvestris*) + vidoeiro (*Betula* spp.) + carvalho (*Quercus* spp.) (Sampaio, 1971).



**Panorâmica do cume da Louriça,  
com antenas de telecomunicações**

entre os interesses dos Serviços Florestais (com jurisdição transferida para o PNPG a partir de 1971, ano em que este foi criado) e os da população de Lindoso, a verdade é que nunca se venceu verdadeiramente a resistência da população à florestação imposta dos baldios. Tanto assim foi que, aqui no Lindoso, como no resto do país onde situações semelhantes ocorreram, os incêndios constituíram a forma de retaliação mais frequentemente usada pelas populações, particularmente a partir de 1970. Em Portugal, os anos de 1975, 1985 e 1991 foram particularmente gravosos, tendo ardido, respetivamente, 82.086, 79.440 e 116.364 hectares de produtos florestais e de pastagens + 29.800, 68.815 e 45.451 hectares de matos, (Dévy-Vareta, 1993: 348-349 e 397).

Hoje, pequenas manchas arborizadas e amplas vertentes e lombas descarnadas, pontuadas por árvores isoladas, atestam a violência dos fogos e lembram as extensas arborizações de um passado próximo. Dos povoamentos florestais no Lindoso restam hoje pouco mais de 100 hectares. As matas espontâneas, tanto pela sua própria composição como por continuarem a ser usufruídas pela população, foram pouco afetadas pelos incêndios, à exceção da Mata do Cabril, a qual viu a sua área arborizada reduzir-se para metade, ocupando hoje cerca de 265 hectares.

Embora pouca floresta haja para gerir, as "casas-da-floresta" lá continuam a marcar a paisagem - a de Portela, transformada em casa-abrigo ao serviço do PNPG; as de Lindoso e Porto-Chão, fechadas e desativadas, aguardam que melhores tempos tragam algo para que possam servir.

O estradão Lindoso-Louriça não serve já a exploração florestal da serra. O seu piso térreo, periodicamente ravinado pelas escorrências torrenciais das águas das chuvas e outras tantas vezes refeito e consertado, serve agora a manutenção das antenas de telecomunicações que cooam o ponto mais alto da serra. "Bunkers" de betão e altas torres metálicas são agora, substituindo as neves que outrora recobriam os cumes durante a maior parte do ano, as visíveis marcas paisagísticas que identificam, até horizontes longínquos, a Serra Amarela.



Uma segunda alteração da paisagem do Lindoso no século XX foi determinada pelo aproveitamento hidroelétrico do rio Lima.

Conforme alvará régio de 14 de Fevereiro de 1907, foi concedida licença a Justino Antunes Guimarães e Jesus Palacios Ramilo "(...) para aproveitamento da água do rio Lima, fazendo uma derivação na sitio da Costa do Fojo, na freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, no districto de Vianna do Castello, para criação de força motriz, (...)\" (EDP, 1993:16).

Estava dado o primeiro passo para o aproveitamento hidroelétrico do rio Lima, a partir de 1908 levado a efeito pela empresa espanhola Electra del Lima, que havia adquirido a concessão. O projeto concretizou-se em 1922 com a chegada à cidade do Porto da energia produzida na Central de Lindoso (assim chamada mas localizada, de facto, em Paradamonte, Britelo).

A expressão paisagística do empreendimento materializava-se então num paredão com cinco metros de altura que, mais do que criar uma albufeira, servia para desviar as águas para um canal de derivação com 6781 metros de comprimento, até se precipitarem na Central para serem turbinadas pelos grupos geradores. Importa destacar os 4311 metros do canal em túnel, aberto na rocha granítica, o que para a época, 1921, constituiu uma "extraordinária obra de engenharia" (EDP, 1993:16). Em 1923-24 elevou-se a barragem para os 22,5 metros de altura, criando-se uma albufeira com capacidade para 750000 m<sup>3</sup> de água.

O aumento contínuo dos consumos de energia justificou a realização regular de obras de remodelação e ampliação, culminando em 1951 com a instalação do último grupo gerador na Central de Lindoso (EDP, 1993:18).

Para serviço da "presa de Lindoso" rasgou-se um estradão de terra batida no terço inferior da vertente, exatamente no limite da área agricultada, ligando a velha ponte do rio Cabril à barragem e daí até ponte de Cidadelhe, numa extensão aproximada de 4,5 km.

Na década de 60 do século XX, a Eletricidade de Portugal (EDP) iniciou estudos para explorar todas as potencialidades subaproveitadas



**Panorâmica da antiga barragem do Lindoso, c. 1990 (foto reproduzida de EDP, 1993:15)**



**Panorâmica da atual barragem do Alto Lindoso, construída no local da antiga**



do rio Lima, os quais concluíram pelo interesse da monumental barragem que, hoje, se implanta no mesmo local onde no início do século se havia construído o "açude" da Electra del Lima.

Aí se colocaram, entre 1987 e 1990, 308500 m<sup>3</sup> de betão, erguendo uma abóbada de duplo arco com 110 metros de altura e 297 metros de comprimento no coroamento. Com esta barragem criou-se uma albufeira que, estendendo-se por mais de 17,8 km, inunda uma área superior a 1000 hectares, podendo armazenar cerca de 350 milhões de m<sup>3</sup> de água (EDP, 1993:72).

O troço do vale do rio Lima onde confluíam os rios Laboreiro e Cabril, pura e simplesmente "desapareceu" sob o plano de água que agora se estende a perder de vista, à cota aproximada dos 340 metros acima do nível do mar. Este plano de água, conjuntamente com a nova estrada, que obrigou a construir acima dos 350 metros de altitude na passagem do vale do rio Cabril, constitui a mais expressiva alteração paisagística do território de Lindoso, tanto pelo gigantismo da efetiva modelação física do espaço, como pelas consequências que essa mudança projetará no futuro, sobretudo ao nível da configuração de um novo ecossistema.

O empreendimento hidroelétrico do Alto Lindoso é uma obra de engenharia notável, não apenas pela barragem mas igualmente por todo o complexo subterrâneo associado: órgãos de descarga, circuito hidráulico e central e câmaras das válvulas, que se desenvolvem até 350 metros de profundidade e por uma extensão superior a 5 km.

Das repercussões socioeconómicas deste recente empreendimento no Lindoso é ainda prematuro avançar quaisquer previsões. Sem dúvida que, pela sua localização estratégica na passagem de uma estrada internacional, este empreendimento constitui um "(...) poderoso polo de atração, oferecendo à região potencialidades e condições de desenvolvimento socioeconómico, que darão frutos se devidamente explorados, (...)" (EDP, 1993:29). Também é verdade que essa atração poderá servir para um maior equilíbrio do Parque Nacional da Peneda-Gerês, no sentido de que implicará uma maior repartição dos fluxos turísticos que

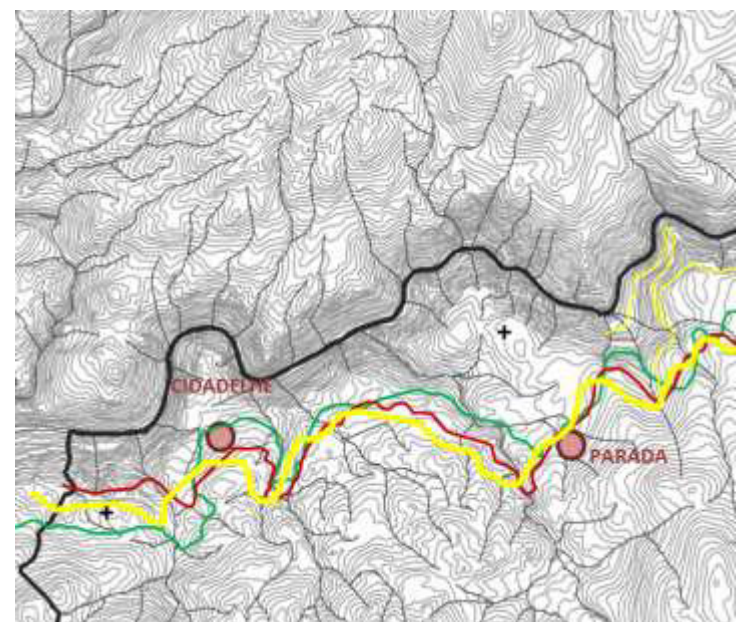
constituem já uma pressão indesejável em zonas mais sensíveis e vulneráveis.

Porém, como prudentemente reconhecem os responsáveis pelo empreendimento, a conciliação do "(...) desenvolvimento com a preservação dos valores essenciais pré-existentes é, efetivamente, um desafio à sensibilidade e à inteligência. (...)" (EDP, 1993:29). Significa isto que essa conciliação não será fácil, tanto mais quanto a identidade territorial e socioeconómica do Lindoso se dissipa, quer na albufeira que se espraia maioritariamente por território galego, quer na transferência para o exterior dos proveitos económicos resultantes da produção de energia elétrica.

O traçado medieval da via que servia a margem esquerda do rio Lima ligando Ponte da Barca à fronteira de Lindoso manteve-se em uso até ao primeiro quartel do século XX. Data de 1928 a conclusão do troço Cidadelhe - Madalena de um novo traçado, executado pela Junta Autónoma de Estradas. O troço inicial, Ponte da Barca - Vila Chã, tinha sido feito pela Câmara Municipal. O troço Vila Chã - Cidadelhe foi construído pela "Electra del Lima", mantendo-se marginal até à conclusão da ligação à fronteira (Neves, 1976:46).

Mantendo-se paralelo ao rio Lima, o novo traçado, identificado desde então por EN.304-1, foi rasgado quase sempre um pouco mais a Norte da estrada medieval, vencendo-se suavemente os declives, da mesma forma serpenteante, nas passagens das linhas de águas mais caudalosas facilitada pela construção de cinco sólidas pontes em arco de excelente aparelho em cantaria granítica.

Ao contrário da via antiga, que atravessava o interior das aldeias de Parada e de Cidadelhe, a nova estrada passou-lhes ao lado. Cidadelhe ficou a Norte e Parada a Sul, mantendo-se a via antiga em uso para acesso às habitações, aos campos e aos moinhos. Nestas duas aldeias, mais do que na de Lindoso, esta deslocação da via para fora das povoações estimulou a construção de novas casas junto à estrada principal, por onde então passaram a circular as viaturas motorizadas que permitiam chegar mais rapidamente à vila da Barca.



**Localização dos novos cemitérios e traçados da estrada EN.304-1. A vermelho indica-se o traçado do início do século XX e a amarelo a retificação feita na sequência do empreendimento hidroelétrico do Alto Lindoso. A verde assinala-se a antiga via medieval**



Estava dado o primeiro passo para a dispersão do povoamento, que se acentuou a partir do terceiro quartel do século XX com a decisão de vários emigrantes de construir novas casas, já não junto aos núcleos originais das aldeias mas antes ao longo da estrada, ou então junto às leiras que possuíam fora dos lugares.

Data ainda do primeiro quartel deste século a construção dos três novos cemitérios que passaram a servir cada um a sua aldeia, na sequência das leis que proibiram os enterramentos nas igrejas. O de Lindoso construiu-se no topo nordeste da colina do castelo, o de Parada na bordadura poente da veiga agrícola e o de Cidadelhe num outeiro a Sudoeste da aldeia. De notar que todos eles foram implantados em terrenos incultos, não se sacrificando qualquer parcela de solo agrícola.

De uso restrito, os cemitérios permaneceram construções isoladas, marcando aleatoriamente um espaço de não habitabilidade, que servia um novo conceito de espaço dos mortos. Reservado aos defuntos, nas suas imediações nunca se construiu qualquer habitação.

Decorrido pouco mais de meio século e face à evolução dos transportes rodoviários, a sinuosa e estreita estrada de Ponte da Barca à Madalena tornou-se obsoleta. A construção do empreendimento hidroelétrico do Alto Lindoso na década de 80 proporcionou a ocasião para construir uma nova via, concretizando-se a parte do plano rodoviário nacional que contemplava a construção do nó de Ponte da Barca, com a ligação aos Arcos de Valdevez pela nova ponte sobre o rio Lima em Vila Nova de Muía e ligação à fronteira da Madalena. Esta ligação à fronteira articulou-se com semelhante esforço feito pelas entidades espanholas, tendo em vista estabelecer um rápido eixo viário de ligação do interior galego (Orense) ao litoral minhoto (Viana do Castelo).

Nalguns troços, a nova estrada sobrepôs-se à anterior corrigindo o seu traçado, como é o caso do percurso entre Cidadelhe e o Lindoso (castelo). Daqui à Madalena, o traçado é totalmente novo, pois o antigo ficou em grande parte submerso pelas águas da albufeira. A nova estrada determinou a construção de duas novas pontes na área da freguesia de Lindoso - uma em Parada, exatamente sobre a antiga ponte medie-



eval, numa solução técnica engenhosa mas arquitetonicamente infeliz, pois a velha ponte de silharia granítica ficou literalmente "engaiolada" entre os pilares de betão da nova ponte, rompendo-se a harmonia do enquadramento paisagístico original, e outra sobre o braço da albufeira que penetra pelo vale do rio Cabril.

A tendência de dispersão das construções anteriormente desencadeada com o melhoramento da via acentuou-se consideravelmente nas últimas décadas, surgindo mais casas ao longo da estrada principal e marginando também alguns caminhos vicinais, como nas imediações de Real e na zona entre a igreja e o castelo, ou então aproveitando as novas estradas de acesso ao empreendimento hidroelétrico, como aconteceu sobretudo a nordeste de Lindoso, onde se formou já um novo aglomerado, identificado pela população como o lugar de Alto Lindoso.

Poderá dizer-se que esta proliferação de novas casas, de arquitetura estranha ao lugar, constitui a marca paisagística mais evidente do fenómeno da emigração.

A aldeia de Lindoso, por ficar afastada da estrada principal, conservou melhor as suas características "urbanas" e arquitetónicas tradicionais, ao contrário dos aglomerados de Cidadelhe e de Parada, cuja coerência e contiguidade "urbanas" aparecem já perturbadas pelas construções recentes.

**Panorâmica da aldeia de Lindoso,  
vista de Oeste**







Depois de apresentada, a traços largos, a evolução das paisagens que se foram sucedendo no Lindoso, pode concluir-se que o atual modelo de povoamento se foi configurando ao longo de milénios e que o que existe agora é a última expressão dessa contínua adaptação.

Porém, mais do que confirmar continuidades ou encadeamento de origens, a similitude das estrutura territorial e do padrão de povoamento, reconhecível pelo menos desde a romanização, revela talvez a sobrevivência, na longa duração, de um mesmo modelo socioeconómico, basicamente estruturado pela partilha comum de responsabilidades. Um modelo que se revelou, portanto, eficaz na satisfação das necessidades das populações que ocuparam o Lindoso.

Foi este modelo que, classificado como arcaico, conduziu à consideração de que as paisagens serranas, sendo antigas, se conservaram praticamente sem alterações, donde o seu carácter "tradicional". Porém, importa sublinhar que, mesmo durante cada uma das grandes etapas de ocupação do território de Lindoso, a paisagem terá conhecido configurações diversas, nunca repetidas e que, mais do que perante um "modelo arcaico", se está perante um modelo capaz e adaptável.

Por outro lado, no início deste livro salientou-se a existência de um processo latente de mudança, perceptível na progressiva falência do modelo socioeconómico tradicional, como indiciam a redução e envelhecimento demográfico, a emigração sem retorno e o abandono das atividades pastoril e agrícola.

Este processo de mudança, que nalguns aspetos poderá decorrer lentamente e de modo menos observável, conhece na configuração física da paisagem uma invulgar visibilidade.

Ora, é hoje reconhecidamente aceite que as paisagens rurais "tradicionais", onde a relação ser humano/meio atingiu um equilíbrio durável, são um bem público que se vai tornando raro e cada vez mais valioso. A sua preservação é por isso prioritária.

Das paisagens agrícolas de montanha pode dizer-se que "(...) continuam a ser uma referência na qual se deve inspirar a gestão dos recursos e do meio ambiente. (...)" pois são "(...) «realizações culturais» por-



**Carnaval de Lindoso, 2011.**



que elas correspondem a uma forma de ordenamento e de exploração da natureza que se pode qualificar de «durável». Estudos científicos modernos têm mostrado que essas paisagens agrícolas são ecologicamente estáveis, duravelmente produtivas, naturalmente variáveis e belas. (...)” (Messerli 1993:6-7) .

Explícitas ou implicitamente, as expressões materiais das ações antrópicas que sustentaram a modelação das paisagens são reconhecidas como parte integrante e indissociável dessas paisagens e constituem hoje património construído, monumental ou não, cuja conservação é imprescindível à compreensão das paisagens em que se enquadram.

A exploração durável do meio e portanto a conservação das paisagens e das suas marcas históricas só é possível se houver uma adequada e permanente manutenção dessas mesmas paisagens.

Deve ter-se consciência, porém, que a valorização da paisagem exige a superação de contradições e conflitos, entre os quais avultam os do êxodo das populações rurais para os centros urbanos, com consequente abandono das montanhas, e a procura turística, pelos cidadãos, de uma paisagem serrana tradicional, que corre o risco de não ter ninguém que a mantenha "tradicional" .

De facto, os mais importantes e valorizados atributos das montanhas, que constituem, aliás, a atração primeira dos turistas, a diversidade ecológica e a variabilidade das paisagens, são um produto humano. Mas os seus agentes, os lavradores e pastores que as modelaram e conservam, nunca foram compensados por isso, antes pelo contrário.

Poderá ser diferente no futuro?

A paisagem do Lindoso sobreviverá, enquanto lá viverem mulheres, homens e crianças - trabalhando a terra, pastoreando o gado, comendo, dormindo e rezando, aprendendo e ensinando, comerciando, emigrando e retornando, festejando.

Do passado ficarão memórias, muitos traços fugazes, algumas marcas profundas, evocações.

No futuro, haverá seguramente *passados*.





## FONTES IMPRESSAS

- Censo da População de Portugal no I.º de Dezembro de 1911* (= MF 1913).  
*Censo da População de Portugal no I.º de Dezembro de 1930* (= DGE 1934).  
*Censos 91: resultados definitivos, I, Região do Norte* (= INE 1993).  
*Corografia Portuguesa e Descrição ...*, (= Costa 1868).  
*Dicionário Geográfico* [“Memórias Paroquias”] (= Capela 2005 e MemP 1758).  
*Inter Lima et Ave* [“Censual do Bispo D. Pedro”] (= Costa 2000).  
*Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesie* (= Costa 1965, 1978 e 1990).  
*Numeramento de 1527* (= Freire 1905).  
*Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda - Gerês. Estudos de Caracterização e Diagnóstico* (= PO-PNPG 2011).  
*População. Censo no 1º de Janeiro de 1864* (= EP 1868).  
*Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae* (= PMH.DC).  
*Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones* (= PMH.Inq. 1220).  
*Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones* (= PMH.Inq. 1258).  
*IX Recenseamento Geral de População. No Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950* (= INE 1952).  
*X Recenseamento Geral de População. No Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1960* (= INE 1963).  
*XII Recenseamento Geral de População. II Recenseamento Geral da Habitação. 1981* (= INE 1983).  
*XIII Recenseamento Geral de População. III Recenseamento Geral da Habitação. 1991* (= INE 1993).  
*XIV Recenseamento Geral de População. IV Recenseamento Geral da Habitação. 2001* (= INE 2002).  
*11º Recenseamento da População. 1.º Recenseamento da Habitação: continente e ilhas. 1970* (= INE 1975).

## FONTES MANUSCRITAS

- Dicionário Geográfico* [Memórias Paroquiais], Vol. 20, Fólios 665 e 672.  
Cota: IAN/TT - 0343.  
*Inquirições Afonso III*, Livro 9, Fólio 108v.  
Cota: IAN/TT - 1072/R.  
*Tombo da Igreja de sam mamede de llindoze ...*  
Cota: ADB – Registo Geral/289-6.

## BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. (2003). As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização político-administrativa do noroeste pré-flaviano, in *Madrider Mitteilungen*, 44, Verlag Philipp von Zabern: Mainz am Rhein, p.116-126.
- Almeida, C.A.B. (1982). Uma Ara a Hércules, *PORTUGALIA*, Nova Série, II-III, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 1981-82, p.167-171.
- Almeida, C.A.F. (1968). *Vias Medievais de Entre Douro e Minho*, Dissertação de Licenciatura (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.
- Almeida, C.A.F. (1978a). *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Dissertação de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.
- Almeida, C.A.F. (1978b). *Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho*, Prova Complementar da Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.
- Almeida, C.A.F. (1987). *Alto Minho*, (novos guias de Portugal, 5), Editorial Presença: Lisboa.
- Andrade, A.A. (1994). *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, Tese doutoramento policopiada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Lisboa.

- Araújo, V. (1928). *O Minho Rural e a Agricultura Moderna*, Livraria Cruz Editora: Braga.
- Arias Vilas, F. (1992). *A Romanización de Galicia*, (Historia de Galicia,4), Edicións A Nosa Terra: Vigo.
- Baptista, A.M. (1981). O complexo de gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada-Lindoso), *GIESTA*, ano I, n.º 4, Braga, p.6-16.
- Baptista, A.M. (1985). *A Estátua-Menir da Ermida (Ponte da Barca.Portugal)*, (Separata de O Arqueólogo Português, Série IV, 3, pp.7-44), Câmara Municipal de Ponte da Barca - Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga.
- Baptista, A.M. (1990a). Monumentos arqueológicos do Parque Nacional. 2 - O Santuário Rupestre Pré-Histórico da Bouça do Colado (Parada-Lindoso), *JURIZ*, 5, (1º trimestre), Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga, p.5-6.
- Baptista, A.M. (1990b). Monumentos arqueológicos do Parque Nacional. 3 - A Torre Grande (Lindoso), *JURIZ*, 6-7, (Abril-Setembro), Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga, p.9-12.
- Barreiros, J.B. (1961). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, *O DISTRITO DE BRAGA*, I (I-II, III-IV), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.59-148 + ils.
- Barreiros, J.B. (1963). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, *O DISTRITO DE BRAGA*, II (I-II), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.83-170 + ils.
- Barreiros, J.B. (1964a). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, *O DISTRITO DE BRAGA*, II (III-IV), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.81-176 + ils.
- Barreiros, J.B. (1964b). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, *O DISTRITO DE BRAGA*, III (I-II), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.1-96 + ils.
- Barreiros, J.B. (1965). Delimitação da fronteira Luso-Espanhola, *O DISTRITO DE BRAGA*, IV (III-IV), Assembleia Distrital de Braga: Braga, p.401-496 + ils.
- Bentley, J.W. (1997). Não gostaria de ter todas as suas parcelas num só lugar? Estudo quantitativo da fragmentação da terra no Noroeste, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXVII (1-2), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, p.165-196.
- Bettencourt, A.M.S. (2000). O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais, in *Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, (coordenação editorial geral de V. Oliveira Jorge), vol. I, ADECAP: Porto, p.79-93.
- Bettencourt, A.M.S. (2009). A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze, in Paulo Pereira (coord.) *Minho. Traços de Identidade*, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.70-113.
- Bettencourt, A.M.S. (2010). La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: análisis a partir de las prácticas funerárias, *Trabajos de Prehistoria*, 67, n.º 1, Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, p.139-173.
- Capela, J.V. (2005). *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758*, Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho: Viana do Castelo.
- Carballo Arceo, L.X. (1997). O Espaço na Cultura Castreja Galega, in *O I.º milénio a.c. no noroeste peninsular : a fachada atlântica e o interior*, Parque Natural de Montesinho: Bragança, p.63-85.
- Cardoso, J. (versão e anotações de) (1982). *Crónica de Idácio. Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V)*, (de Idácio), Universidade do Minho: Braga.
- Cardoso, J. (versão e anotações de) (1986). - *História Contra os Pagãos (esboço duma história da Antiguidade Oriental e Clássica)*, (de Paulo Orósio), Universidade do Minho: Braga.
- Carvalho, A. (1977). *Catálogo da Coleção de Desenhos da Biblioteca Nacional de Lisboa*, BNL: Lisboa, p.122-123.
- Carvalho, H.P.A. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*, Universidade do Minho: Braga, Tese Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho: Braga. (<http://hdl.handle.net/1822/8755>).
- Coelho, M.H.C. (1990). *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI a XVI). I - Notas do Viver Social*, Livros Horizonte: Lisboa.
- Costa, A.C. (1868). *Corografia Portuguesa*, I, 2ª ed., [1ª ed., Lisboa, 1706], Braga, p.213.
- Costa, A.J. (1940). Curiosidades Históricas: O Castelo de Lindoso na Restauração, *Jornal Diário do Minho*, números de 11 e 15 de Setembro, (extractos de Memória histórico-descritiva enviada pelo autor ao Ministério das Obras Públicas), Editora DM: Braga.

- Costa, A.J. (1981). Imagens, Templos e Mosteiros de S. Bento na Terra de Valdevez, *Terra de Val de Vez. Boletim Cultural*, 3, GEPA-Grupo de Estudos do Património Arcuense: Arcos de Valdevez, p.5-42.
- Costa, A.J. (ed. crítica de) (1990). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesie*, III, Assembleia Distrital de Braga: Braga.
- Costa, A.J. (1997). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, (2.<sup>a</sup> edição refundida e ampliada), Volume I, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta: Braga.
- Costa, A.J. (2000). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, (2.<sup>a</sup> edição refundida e ampliada), Volume II, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta: Braga.
- Costa, J.A. e A. Melo, A.S. (coord. de) (1994). *Dicionário da Língua Portuguesa*, (7.<sup>a</sup> ed., rev. e ampl.), Porto Editora: Porto.
- Coudé-Gaussen, G. (1979). *Les Serras da Peneda et de Gerês (Minho - Portugal). Formes et formations d'origine froide en milieu granitique*, tese doutoramento, (policopiada), Université de Paris I: Paris.
- Cruz, J.A.M. (1969). Regime Comunitário Pastoral na Serra Amarela (Ermida-Ponte da Barca), *Trabalhos do Instituto de Antropologia "Dr. Mendes Correa"*, n.º 2, (separata), Imprensa Portuguesa: Porto.
- Dax, T. e Hovorka, G. (2002). A holistic approach to mountain development research: Experiences from the Federal Institute for Less-Favoured and Mountainous Areas, Austria. In *The Innovative Structures for the Sustainable Development of Mountainous Areas (ISDEMA) Conference*, School of Agriculture, Aristotle University of Thessaloniki: Tessalónica.
- Devy-Vareta, N. (1985). Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a "Coutada Velha" do rei, *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I Série, I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p.47-67.
- Devy-Vareta, N. (1986). Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI), *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I Série, II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p.5-37.
- DGE (1934). *Censo da População de Portugal. Dezembro de 1930*, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional: Lisboa, p.172.
- Dias, J. (1948). *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*, (cancioneiro de Margot Dias e desenhos de Fernando Galhano), Instituto para a Alta Cultura: Porto.
- Diaz y Diaz, M.C. (1974). *La Vida de San Fructuoso de Braga (estudio y edición crítica)*, Arcebispado de Braga: Braga.
- Dias, J., Oliveira, E.V. e Galhano, F. (1994). *Espigueiros Portugueses*, Publicações Dom Quixote: Lisboa.
- EDP - Electricidade de Portugal, SA (1993). *Aproveitamentos Hidroeléctricos de Alto Lindoso e Touvedo*, EDP (Direcção Operacional de Equipamento Hidráulico): Lisboa.
- Eguleta Franco, X.M. e Xusto Rodríguez, M. (1995). Prospección e Escavación Arqueolóxica na Baixa Limia. "O Encoro de Lindoso e o seu Entorno" (Ourense), *Arqueoloxía. Informes* 3. Campaña 1989, Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.107-114.
- EP - Estatística de Portugal (1868). *População. Censo no 1.º de Janeiro. 1864*, Imprensa Nacional: Lisboa.
- Ferreira *et al.* (1957). Alves Ferreira, Custódio de Morais, Joaquim da Silveira e Amorim Girão - *O Mais Antigo Mapa de Portugal (1561)*, (separata), Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Fontes L. (1992). O Norte de Portugal no Período Suevo-Visigótico. Elementos para o seu estudo, *Actas XXXIX Corso di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina*, (Ravenna, 6-12 Aprile 1992), Edizioni del Girasole: Ravenna, p. 217-248.
- Fontes, L. (2003). A estela com togado de Lindoso, Ponte da Barca, *MINIA*, 3.<sup>a</sup> série, 10, ASPA: Braga, p.147-158.
- Fontes, L. (2009). O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território, in Paulo Pereira (coord.) *Minho. Traços de Identidade*, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.272-295.
- Fontes, L. (2010). Mountain landscapes and landscape archaeology in northwest Portugal. In *Living Landscape. The European Landscape Convention in research perspective*, Volume I, Papers, Bandecchi e Vivaldi: Firenze, p.204-226.
- Fontes, L. e Regalo, H. (1992). Lindoso, Um Castelo no Parque Nacional, *Correio da Natureza*, 16, Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa, p.18-23.
- Fontes, L. e Regalo, H. (1994). A componente arqueológica do "Projecto de Tratamento Museológico e Rentabilização Cultural" do Castelo do Lindoso, *Actas V Jornadas Arqueológicas* (20, 21 e 22 Maio 1993), I, Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p.33-44.



- Fontes, L. e Regalo, H. (1997). *Lindoso. O Castelo e a Região*, Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa.
- Franco, J.A. (1974). Predominante Phytogeographical Zones in Continental Portugal, *Boletim da Sociedade Broteriana*, XLVII, 2ª Série - Suplemento, Instituto Botânico da Universidade de Coimbra: Coimbra, p.91-104 (il.).
- Freire, A.B. (1905). Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. seculo, *Arquivo Historico Portuguez*, III, 7-8 (31-32), Lisboa, p.241-273.
- Garcia Maña, L.M. (1988). *La frontera hispano-lusa en la provincia de Ourense*, Boletín Auriense, Anexo 11, Museo Arqueológico Provincial: Ourense.
- Gómez Pantoja, J. (1993). Buscando a los Pastores, *Actas 1º Congreso de Arqueología Peninsular*, II, (TAE.XXXIII.3-4), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, p.446-459.
- Gonçalves, I. (1998). Entre a Peneda e o Barroso. Uma fronteira galaico-minhota em meados de Duzentos, in *As relações de fronteira no século de Alcanices*, Actas das IV Jornadas luso-espanholas de história medieval, vol. 1, Porto, p.63-75.
- Gonçalves, I. (2006). Espaços silvestres para animais selvagens no Noroeste de Portugal, com as *Inquirições* de 1258”, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p.193-219.
- González Ruibal, A. (2007). *Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.- 50 d.C)*, Tomos I e II, Bri-gantium, Vols. 18-19, Boletín do Museu Arqueológico e Histórico da Coruña, (2006-2007), Via Láctea, S.L.: Corunha.
- Guerra, A. (1995). *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Edições Colibri: Lisboa.
- Guerreiro, M.V. (1982). *Pitões das Júnias. Esboço de Monografia Etnográfica*, (2ª ed.), Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico: Lisboa.
- Hernández León, J.M. (2007). Sobre el Paisaje Cultural. In *Paisaje Cultural. EURAU 08. 4.º Congreso Europeo de Investigación Arquitectónica y Urbana*, Ministerio de Fomento e Universidad Politecnica de Madrid: Madrid, p.11-13.
- Jorge, S.O. (1999). *Domesticar a Terra*, Gradiva: Lisboa.
- Lemos, F.S. (2009). A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste peninsular, in Paulo Pereira (coord.) *Minho. Traços de Identidade*, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.122-213.
- Lima, A.C.P.S. (1996). Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano, *Cadernos Juriz / Xurés*, 1, ICN/PNPG/CMM: Braga.
- Martínez Cortizas *et al.* (1993) - Martínez Cortizas, A. Ramil Rêgo, P., García-Rodeja, E. y Moares Domínguez, C. Suelos de Montaña y Ciclos de Estabilidad / Inestabilidad de las Vertientes en Galicia, *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*, (A. Pérez Alberti, L. Guitián Rivera, P. Ramil Rêgo, eds.), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.107-123.
- Martins, M. (2009a). A Romanização, in Paulo Pereira (coord), *Minho. Traços de Identidade*, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, p.216-269.
- Martins, M. (2009b). *Bracara Augusta*. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, in *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea*, (Dopicos Cainzos, Rodríguez Álvarez e Villanueva Acuña eds.), Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza (Lugo, 21-23 Julho 2008), Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo: Lugo, p.181-211.
- Mattoso, J. (dir. de) (1994). - *História de Portugal*, (Sétimo Volume), *O Estado Novo*, (coord. de Luis R. Torgal e João L. Roque), Círculo de Leitores: Lisboa.
- MemP (1758). Statistica (das Freguesias limitrophes...), *Revista Litteraria*, 9, s/a., Typographia da Revista: Porto.
- Méndez Fernández, F. (1993). Relectura del Registro Arqueológico de la Edad del Bronce en Galicia, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, Vigo, p. 75-78.
- Messerli, P. (1993). Gerir o meio ambiente vulnerável, *Naturopa*, nº 72, Centro Naturopa do Conselho da Europa: Estrasburgo, p.6-7.
- MF (1913). *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911. Parte I*, Portugal-Ministério das Finanças, Imprensa Nacional: Lisboa, p.206.
- Monteiro, M. (1980) - Castelos do Norte de Portugal, *DISPERSOS*, ASPA: Braga, p.78-90 (il.).

- Moreira, M.A.F. (1984). *O porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos*, Câmara Municipal de Viana do Castelo: Viana do Castelo.
- Moreira, A. e Ribeiro, M.L. (1991). *Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda - Gerês, esc. 1:50000. Notícia Explicativa*, Serviços Geológicos de Portugal e Parque Nacional da Peneda – Gerês: Braga.
- Moreira, A. e Simões, M. (coord. de) (1988). *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 1-D: Arcos de Valdevez*, Serviços Geológicos de Portugal: Lisboa.
- Neves, C.M.L.B. (1976). Plano de Arborização da Serra Amarela (versão rejeitada), *Estudos e Informação*, 281, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas: Lisboa.
- Oria Segura, M. (1996). *Hércules en Hispania: una Aproximación*, Publicaciones de la Universidad de Barcelona: Barcelona.
- Ozcáriz Gil, P. (2010). Organización administrativa y territorial de las provincias hispanas durante el Alto Imperio, in *Hispaniae: las provincias hispanas en el mundo romano*, (J. Andreu Pintado, J. Cabrero Piquero e I. Rodà de Llanza, eds.), (Documenta, 11), Institut Català d'Arqueologia Clàssica: Tarragona, p.323-338.
- PMH.DC. *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, I, Academia das Ciências: Lisboa, 1867, p.44-48.
- PMH.Inq. (1220). *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, I, Academia das Ciências: Lisboa, 1888, p.1-288.
- PMH.Inq. (1258). *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, I, Academia das Ciências: Lisboa, 1888, p.293-455.
- PO-PNPG (1995). *Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda - Gerês. Relatório de Síntese*, (policopiado), Parque Nacional da Peneda-Gerês / Instituto da Conservação da Natureza: Braga.
- PO-PNPG (2011). *Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda - Gerês. Estudos de Caracterização e Diagnóstico*, (policopiado), Parque Nacional da Peneda-Gerês / Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade: Braga.
- Versão digital disponível em:  
[http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gestão/Planos+de+Ordenamento+das+Áreas+Protegidas+%28POAP%29/POPENPG\\_Fases1\\_2.htm](http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gestão/Planos+de+Ordenamento+das+Áreas+Protegidas+%28POAP%29/POPENPG_Fases1_2.htm)
- Pratt, J. e Shilling, J.D. (2002). *High time for mountains: A program for sustaining mountain resources and livelihoods*. Banco Mundial (WDR Background Paper): s/l.
- Ramil Rêgo, P. (1993). Evolución Climática e Historia de la Vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las Regiones Montañosas del Noroeste Ibérico, *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*, (A. Pérez Alberti, L. Guitián Rivera, P. Ramil Rêgo, eds.), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.25-60.
- Ramil Rêgo et al. (1996) - Ramil Rêgo, P., Taboada Castro, M.T, Díaz-Fierros Viqueira, F. e Aira Rodríguez, M.J. Modificación de la cubierta vegetal y acción antropica en la region del Minho (Norte de Portugal) durante el Holoceno, *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*, (P. Ramil Rêgo, C. Fernández Rodríguez e M. Rodríguez Guitián, coords), Xunta de Galicia: Santiago de Compostela, p.199-214.
- RCM (11-A/2011). Resolução do Conselho de Ministros nº11-A/2011, de 04 de Fevereiro [Aprova o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês], *Diário da República*, Suplemento, Série I, nº 25/11 (04-02-2011), Imprensa Nacional: Lisboa, pp.6896-6903.
- Resende, M.T. (1994). *Cartografia Impressa dos Séculos XVI e XVII. Imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas*, (Catálogo de exposição), Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses: Porto.
- Ribeiro, O. (1967). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 3ª ed., Livraria Sá da Costa Editores: Lisboa.
- Ribeiro, O., Lautensach, H. e Daveau, S. (1994). *Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a Paisagem*, 2ª ed., (comentários e actualização de S. Daveau), Edições João Sá da Costa: Lisboa.
- Rodrigues, A. (2009). *Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo, (Arquivo Conde da Barca), (1486-1879): Estudo Orgânico-Funcional e Catálogo*, Vol. I, Tomo I, Arquivo Distrital de Braga: Braga, p.[xli].
- Rodríguez Colmenero, A. (1977). *Galicia Meridional Romana*, (Historia, 1), Universidade de Deusto: Bilbao.

- Rodríguez Colmenero, A. e Ferrer Sierra, S. (eds.) (2006). *Excavaciones Arqueológicas en AQVIS QVERQVENIS. Actuaciones en el campamento romano (1975-2005)*, (Anejos de Larouco, 4), Union Fenosa/Larouco/Universidad de Santiago de Compostela: Lugo.
- Ruiz Zapata *et al.* (1993) - B. Ruiz Zapata, A.I. Correia, S. Daveau e M. Lecompte. Datos preliminares Sobre la Evolucion de la Vegetacion en las Sierras del Noroeste de Portugal durante el Holoceno, *Actas da 3ª Reunião do Quaternário Ibérico*, (Coimbra, 27 de Set. a 1 de Out. de 1993), Universidade de Coimbra: Coimbra, p.97-104.
- Sampaio, L.A.G. (1971). *Relação das Manchas Florestais e das Áreas não Arborizadas, sua Identificação e Caracterização*, (Parque Nacional da Peneda-Gerês. Concelho de Ponte da Barca), (cartografia 1:10000 anexa), Parque Nacional da Peneda-Gerês: Braga.
- Sampaio, A. (1979). *As Póvoas Marítimas*, (Estudos Históricos e Económicos, II), (reedição), Editorial Veja: Lisboa.
- Schulten, A. (1922). *Fontes Hispaniae antiquae*, A. Bosh: Barcelona.
- Silva, D.M. (1985). *Entre Homem e Cávado em Meados do séc. XVIII. Memórias Paroquiais*, Câmara Municipal de Amares: Braga.
- Silva, A.C.F. (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira: Paços de Ferreira.
- Silva, A.B.M. (1994). O contributo histórico-militar do Lindoso para a Restauração, *Actas III Colóquio Galaico-Minhoto*, I, Câmara Municipal de Viana do Castelo: Viana do Castelo, p.231-243.
- Sousa, T.M. (1927). *GEREZ (Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)*, Imprensa da Universidade: Coimbra.
- Sousa, F. e Alves, J. (1997). *Alto Minho, População e Economia nos Finais de Setecentos*, Editorial Presença: Lisboa.
- Torga, M. (1999). *Antologia (Diário). Extractos relativos a Terras de Bouro*. Org. e prefácio de A. Afonso. 2.ª ed., Câmara Municipal de Terras de Bouro: Terras de Bouro.







